



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

VIVIANNE DE SOUSA

Essa luta tá no meu sangue, como um casamento: Um estudo sobre as Mulheres da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa em Catolé do Rocha – PB.

CAMPINA GRANDE, PB
2023

VIVIANNE DE SOUSA

Essa luta tá no meu sangue, como um casamento: Um estudo sobre as Mulheres da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa em Catolé do Rocha – PB.

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Cultura e Identidades

Orientação: Professora Dr^a Mércia Rejane Rangel Batista

**CAMPINA GRANDE, PB
FEVEREIRO/2023**

S725e

Sousa, Vivianne de.

Essa luta ta no meu sangue, como um casamento: um estudo sobre as Mulheres da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa em Catolé do Rocha - PB / Vivianne de Sousa. - Campina Grande, 2023.

250 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista."

Referências.

1. Mulheres Quilombolas. 2. Luta por Direitos. 3. Gênero. 4. Raça. 5. Classe. I. Batista, Mércia Rejane Rangel. II. Título.

CDU 316.334.55-055.2(043)

VIVIANNE DE SOUSA

Essa luta tá no meu sangue, como um casamento: Um estudo sobre as Mulheres da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa em Catolé do Rocha – PB.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Mércia Rejane Rangel Batista
(UFCG) - Orientadora

Prof.Dr^o José Gabriel Silveira Corrêa (UFCG) - Avaliador Externo

Prof.Dr^a Elisabeth Christina Andrade Lima (UFCG) - Avaliadora Interna

Prof. Dr^a Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB) - Avaliadora Externa

Prof. Dr^o Roberto de Sousa Miranda (UFRPE) - Avaliador Interno

**CAMPINA GRANDE, PB
FEVEREIRO/2023**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2023

CANDIDATA: **Vivianne de Sousa**. COMISSÃO EXAMINADORA: Mércia Rejane Rangel Batista, Doutora, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientadora; Roberto de Sousa Miranda, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Elizabeth Christina de Andrade Lima, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna; Maria Patrícia Lopes Goldfarb, Doutora, PPGA/UFPB, Examinadora Externa; José Gabriel Silveira Corrêa, Doutor, UACS/UFCG, Examinador Externo. TÍTULO DA TESE: *"ESSA LUTA TÁ NO MEU SANGUE, COMO UM CASAMENTO: um estudo sobre as mulheres da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa em Catolé do Rocha-PB"*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 14h00 – LOCAL: Sala Virtual (Google Meet). Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua tese, obtendo conceito APROVADA. Face à aprovação, declara a presidente da Comissão achar-se a examinada legalmente habilitada a receber o Grau de Doutora em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 24 de fevereiro de 2023.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA, Doutora, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientadora

ROBERTO DE SOUSA MIRANDA, Doutor, PPGCS/UFCG

ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, Doutora, PPGCS/UFCG
Examinadora interna

MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB, Doutora, PPGA/UFPB
Examinadora Externa

JOSÉ GABRIEL SILVEIRA CORRÊA, Doutor, UACS/UFCG
Examinador Externo

VIVIANNE DE SOUSA
Candidata

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado da candidata **VIVIANNE DE SOUSA**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Vivianne de Sousa, Usuário Externo**, em 25/02/2023, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 27/02/2023, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO DE SOUSA MIRANDA, PROFESSOR**, em 27/02/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MERCIA REJANE RANGEL BATISTA, PROFESSOR**, em 27/02/2023, às 21:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/02/2023, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE GABRIEL SILVEIRA CORREA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 02/03/2023, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador 3132676 e o código CRC 05A43857.

17/04/2023, 11:03

SEI - Documento para Assinatura



Intormando o código verificador **3123676** e o código CRC **95AA38F7**.

Referência: Processo nº 23096.003811/2023-41

SEI nº 3123676

Às **Mulheres Negras** que construíram esse país;
Às **Comunidades Quilombolas de Catolé do Rocha - PB**;
Aos **Defensores dos Direitos Humanos e Ativistas** dos Movimentos Sociais;
À **Marielle Franco** que foi brutalmente assassinada no ano que ingressei no Doutorado;
Às **Vítimas da Pandemia do Covid-19** e do Governo Bolsonaro que partiram e perderam a
oportunidade de viver e sonhar, por culpa de um governo anti-democrático, genocida
negacionista e negligente;
Aos **Governos Populares, Lula e Dilma**, que possibilitaram que filhos de trabalhadores
chegassem ao ensino superior e a pós graduação; a **Painho, Mainha e Vinnicius** que sempre me
apoiaram em tudo na vida, acreditaram em mim e me ouviram e ao **Meu Esposo** que sempre
esteve incondicionalmente ao meu lado, tecendo o fio da vida;
DEDICO;

AGRADECIMENTOS

Eu acredito que esta é a sessão do trabalho acadêmico, que comprova, que para nós, que viemos de onde disseram "que não podíamos chegar até aqui", não chegamos sozinhas, chegamos sempre com muitas pessoas. E eu sou muito feliz em ter a quem agradecer e compartilhar mais um momento da minha trajetória. Toda escrita envolve uma multidão. E aqui ressalto o trecho de Sued Nunes: “Povoada, Quem falou que eu ando só? Tenho em mim mais de muitos. Sou uma mas não sou só.”

Agradeço aos seres que me protegem, me guiam e garantem que nada me falte: “Eu tenho Zumbi, Besouro, O chefe dos tupis, sou tupinambá, Tenho os erês, caboclo boiadeiro, mãos de cura, Morubixabas, cocares, arco-íris, Zarabatanas, curares, flechas e altares. A velocidade da luz, o escuro da mata escura. O breu, o silêncio, a espera. Eu tenho Jesus, Maria e José. Todos os pajés em minha companhia. O menino Deus brinca e dorme nos meus sonhos. Não misturo, não me dobro. A rainha do mar anda de mãos dadas comigo. Me ensina o baile das ondas e canta, canta, canta pra mim. É do ouro de Oxum que é feita a armadura que guarda meu corpo. Garante meu sangue e minha garganta. O veneno do mal não acha passagem. E em meu coração, Maria acende sua luz. E me aponta o caminho. [...] Pensou que eu ando só? Atente ao tempo. Não começa, nem termina, é nunca, é sempre. É tempo de reparar na balança de nobre cobre que o rei equilibra. Fulmina o injusto, deixa nua a justiça. Se choro, quando choro, e minha lágrima cai. É pra regar o capim que alimenta a vida. Chorando eu refaço as nascentes que você secou. Se desejo. O meu desejo faz subir marés de sal e sortilégio. Vivo de cara pra o vento na chuva. E quero me molhar. O terço de Fátima e o cordão de Gandhi cruzam o meu peito [...] Eu não ando só.”¹

Agradeço todos os dias da minha vida a todas as mulheres negras que construíram esse país no anonimato. As que vieram antes de mim. As minhas ancestrais.

Agradeço a Painho, Mainha e meu irmão Vinnícius, por me ajudarem a ser quem sou e por me despertar diariamente para quem quero ser. Por todo o apoio incondicional durante toda a minha vida escolar e acadêmica, por acreditar e colaborar para que os sonhos se tornem

¹ Carta de Amor, Maria Bethânia. <https://www.letras.mus.br/maria-bethania/carta-de-amor/>

possíveis. Por todo amor, compreensão, acolhimento, motivação e confiança. A eles dedico meu amor incondicional e devoção! Dedico mais essa etapa da minha vida, a vocês.

Meu Pai que em toda nossa convivência nunca faltou uma apresentação minha, sempre me lembra todos os momentos que está comigo incondicionalmente, quem me deu as primeiras aulas sobre política e sociedade quando eu ainda era criança, brincando e interagindo nos corredores do estúdio da Rádio Independência AM em Catolé do Rocha, com quem até hoje dialogo sobre os cenários e conjunturas atuais, quem ministrou os primeiros conhecimentos sobre proletariado e o caminho à esquerda. Eu sempre quis ser como você, que bom que o seu humor nunca deixou endurecer os dias. Obrigada por nunca me deixar esquecer que sai de casa apenas com uma mala e a coragem. Eu te amo imensamente, Painho.

A minha mãe que estabeleceu meus primeiros contatos com a auto organização de mulheres artesãs na Cooperativa Artesanal Mista, em meio a batiques e trajetórias que teciam o fio² da vida, das relações e dos afetos sobretudo da política e das relações de solidariedade. Mainha, muito obrigada por nunca me deixar desistir. Obrigada por ser uma incessante intercessora pela minha vida, meus caminhos e os meus sonhos. Por sempre considerar meus sonhos importantes e os meus caminhos corajosos. Te amo imensamente, Mainha.

Meu imenso obrigado ao meu irmão caçula, Vinicinho, que dividimos a vida desde o seu nascimento, me abrigou e me acolheu em sua casa, no primeiro ano do doutorado para que eu realizasse as disciplinas em Campina Grande - PB, pelas trocas, risadas, divergências e pela trajetória juntos, pelo sangue, parceria, exemplo de disciplina e afeto compartilhado, te agradeço enormemente.

Meu agradecimento com todo meu amor ao meu esposo, companheiro, apoiador, incentivador de sonhos: Ramon Olímpio, que sempre esteve ao meu lado colaborando diretamente para que esse momento e tantos outros acontecessem, sempre ouvindo com atenção e dedicação sobre os pontos da minha pesquisa, as alegrias das conquistas e as angústias das elaborações diárias na pesquisa brasileira. Afinal, dois doutorandos com prazos iguais na mesma

² Em outras palavras, a cultura é o fio que se enreda de mão em mão. Sai daqueles que ocupam o infinito e são vivos porque são lembrados. É também dos mais velhos, aqueles que têm a responsabilidade de firmar o ponto e sustentar a toada comunitária. Como também é dos mais jovens e daqueles que ainda estão por vir. Assim, cruza-se os quatro cantos da Kalunga, não mais como grande cemitério, mas como encruzilhada das existências. (Rufino e Simas, 2019, p. 85).

época, se entendem e se apoiam muito bem. Você me presenteou com o melhor da vida, com os melhores dias, o melhor amor e mais terno cuidado. Obrigada por acordar todos os dias ao meu lado, por não me deixar esquecer dos meus e dos nossos sonhos. Essa tese é apenas o primeiro nascimento e renascimento das nossas vidas. Você é responsável pela esperança que se renova em dias áridos e pelo brilho dos dias que deixaram de ser iguais.

Meus agradecimentos, luta e admiração a Lula e a Dilma que possibilitaram que filhas de trabalhadores pudessem ter oportunidades e acessos na vida. Para quem cresceu em um ambiente que "terminar os estudos" significa concluir o ensino médio, chegar ao doutorado é uma enorme vitória.

Agradeço de maneira muito especial e profunda as mulheres que fizeram parte desta pesquisa: Bidia, Dora e Luciana. Vocês são o alicerce fundamental da minha trajetória acadêmica, fonte inspiracional e mobilizadora de tantos sentimentos. Nenhum percurso da pesquisa seria possível sem a constante disponibilidade e atenção de vocês. Meu respeito, gratidão e disponibilidade.

A Rute e Amanda que sempre estão presentes, são presença inteira e esperança! Agradeço por toda a irmandade, apoio, força, motivação e trocas na vida! Rute uma grande irmã, sempre cuidadosa e atenciosa, Amanda, minha maior mentora acadêmica que nunca me deixou desistir, sempre acreditou, me ouviu e me convidou para parcerias fundamentais para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora e profissional. Se eu cheguei até aqui tem todo o acolhimento, cuidado e convivência com vocês! Muito obrigada por tudo que já vivemos juntas e ainda vamos viver!

Meus agradecimentos aos meus amigos : Zé Carlos, Clara e Renato. Um agradecimento coletivo a vocês três, porque sempre estamos juntos e acho que juntos somos incrivelmente conectados. Muito obrigada pelas conversas diárias, pelo apoio, incentivo e por serem impulsionadores de sonhos. Sou muito grata pela nossa amizade e pela nossa trajetória, por todos os diálogos profundos e pelas brincadeiras. Por trazer leveza aos dias e tantos aprendizados. Obrigada por todos os acolhimentos e por todos os sonhos compartilhados, A amizade de vocês tem um impacto positivo inestimável na minha vida. Amo vocês e o nosso grupinho. Espero dividir o resto da vida com vocês.

Aos meus gatos que são a companhia, afeto, alento e riso fácil todos dias, muito obrigada por tudo: Luiz Inácio, Luísa Erundina e Leonel Brizola. Essa tese tem as pisadas de vocês no teclado em busca de atenção e carinho, tem os pelos espalhados pela casa, tem o cheiro de vocês nos livros e a marca das patinhas nas anotações. Essa pesquisa não seria possível sem o apoio emocional dos felinos mais bonitos e autênticos do Brasil.

As minhas duas sogras que cuidam de mim com tanto afeto, cuidam do dia a dia e não deixam a peteca do cotidiano cair. Muito obrigada Dona Glícia e Dona Francinete. O acolhimento, carinho e amor de vocês é imprescindível na minha vida. Toda minha gratidão por tudo que temos juntas.

Meu super obrigada a Camila, Rodolpho e meus sobrinhos Lara e Ryan. Vocês tornam os dias mais leves, alegres e emocionantes. Sou muito grata por tê-los em minha vida, além de melhores companhias inimigas do fim, são grandes molas propulsoras de sonhos e realizações. Que possamos sempre crescer juntos, compartilhando aprendizados, desafios e o melhor da vida!

Agradeço imensamente a Camila que além de prima é amiga e uma irmã, com quem divido sonhos desde que iniciei as empreitadas mais difíceis da vida, foram vários poemas, leituras e lamúrias de exaustão compartilhados. Foi quem sempre nunca me deixou esquecer que “tudo passa, vai dar certo”. A Duda/Raoní que é um grande amigo e também me ajudou a retomar os exercícios físicos nessa jornada de pesquisa e escrita, por todos os risos e incentivos a romper barreiras e ir mais longe. Que a gente continue mostrando Força na Crise, Asquiriguidiguidum show!

A Edu, a quem chamo de “meu anjo”, um verdadeiro e maravilhoso amigo. Sua energia, potência, apoio e companhia são fontes de inspiração na minha vida. Obrigada por todos os dias juntos e colaboração para chegar até aqui. Por compartilhar sonhos e caminhos. Sou imensamente feliz pela nossa amizade e história, você nunca terá dimensão real do quanto é valioso para mim. Muito obrigada também a toda a sua família, Dona Antônia, Seu Sérgio e Fernanda, que me adotaram, me acolheram e quem eu dedico tanto amor e respeito! Vocês são uma família incrível e eu quero tê-los sempre por perto! Dedico essa vitória a vocês, por serem uma parte muito importante da minha vida.

A Malu, Maria Luiza, uma das mulheres sertanejas mais potentes que já conheci, fizemos o mestrado juntas, decidimos estudar juntas para a seleção do doutorado, seguimos companheiras de turma, de pesquisa, de teóricas, de desafios, de desabafos e de vida! Muito obrigada, Malu! Esse caminho só foi possível porque você também esteve totalmente presente nele! Que possamos seguir construindo juntas e sobretudo realizando nossos sonhos de sertanejas.

Agradeço enormemente aos meus amigos de infância, amigos conterrâneos, amigos de muitos anos, com quem divido a vida em inúmeras fases, com quem aprendo, me inspiro, me motivo e troco tantas elementos, muito obrigada Edmilson Junior, Luciana França, Lucas Gomes e Sandro Alves. Amo vocês e ter em vocês fonte de inspiração e força. Seguimos firmes nessa Praça de Guerra.

Agradeço às "Julianas", minhas grandes amigas, companheiras de pesquisa, fonte inesgotável de conhecimento e apoio, muito obrigada: Salomé, Mayra e Hellen. Vocês são incríveis e eu tenho muito privilégio em ter vocês em meus caminhos.

Meu agradecimento permanente, a minha amiga Shellen Galdino, uma gigante em tudo que faz na vida, uma das primeiras mulheres potentes que conheci quando sai de casa, que tenho a oportunidade de construir diálogos profundos, acompanhar sua trajetória, aprender e me inspirar. Saber o quanto é possível para mulheres sertanejas.

Jomário, EriFlores, Ana Beatriz e Isabelle, muito obrigada por toda a acolhida, amizade e momentos juntos no país Campina Grande, vocês foram fundamentais nesse percurso. Foram muitas noites de São João no Parque do Povo e Virada de Ano juntos, a companhia, afeto, apoio, leveza e vivências tornaram esse processo extremamente especial. Obrigada por todas as discussões acadêmicas, futuro e caminhos possíveis, vocês são seres humanos maravilhosos que eu quero levar para sempre.

Sou muito grata ao Clube da Escrita Brutas e Inacabadas que durante 2020, no auge da pandemia, foi lugar de acolhimento e apoio mútuo. Devo a este grupo minha constante busca por uma escrita autêntica e engajada.

Muito obrigada às minhas amigas e colegas de PPGCS: Kali, Pati, Rapha e Mi! Vocês são parte deste trabalho.

Agradeço ao meu psicólogo Vinícius que aguentou várias sessões de terapia monotemáticas sobre tese, escrita e doutorado. Sem dúvidas, seu apoio foi imprescindível nesse processo.

Obrigada ao grupo de Leitura Coletiva Lendo com Elas que oportunizou inúmeras formas de ver o mundo por meio da literatura.

Obrigada ao meu grupo de Assessoria de Corrida, que gerou muita serotonina para aguentar viver no país do ex presidente Bolsonaro, em especial as amigas de corrida que sempre foram apoiadoras maravilhosas: Camila, Katiana, Celina, Roberta e em especial nosso prof Raoni.

Super obrigada aos amigos: Diego, Leticia, Rober e Aninha, por todos os momentos compartilhados, pelas risadas, pelas aventuras, pelas conversas, conselhos, acolhimento, partilhas e vivências incríveis. Vocês me inspiram na caminhada da vida.

Muito obrigada às mulheres incríveis que tive a oportunidade de conhecer em 2022, vocês são extremamente potentes, acolhedoras e gigantes. Foram uma fonte de apoio e acolhimento que jamais esqueerei. Gratidão imensa Nathalia Ribeiro, Ana Beatriz, Ana Paula Matias, Angélica, Denise e Natália Varonez. Foi com Bia que aprendi uma lição imprescindível: “Exu, é sempre certo em seus caminhos”.

Meus agradecimentos ao corpo docente do Curso de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

Agradeço à minha Orientadora Profa Dra Mércia Batista por acreditar nesta pesquisa, pelas orientações, pelas valiosas contribuições e por todo o acompanhamento para construção desta tese em um período tão crítico na vida dos brasileiros e brasileiras. Destaco todo o processo de aprendizado contínuo que começou pelas disciplinas em sala de aula, nos congressos e alcançou os momentos de trocas valiosas durante a orientação desta tese. Obrigada por ser peça fundamental neste processo de finalização de um ciclo muito importante na minha trajetória, a senhora é uma das pessoas mais inspiradoras, humanas e potentes que tive a oportunidade de conviver e aprender. Muito obrigada por ser uma fonte de inspiração, apoio e incentivo.

Meus agradecimentos à banca por ter aceitado o convite e pelas contribuições nesta pesquisa que não se esgota neste momento, mas que tem a total intenção de transcender os desafios e os limites impostos pelas condições da pandemia e do tempo.

Ao Professor Gabriel, que cumpriu com maestria a arte de me animar e me incentivar nesta trajetória. Foi um ser humano gigante e incrível nos dias difíceis, essa tese foi escrita a base de toda a sua animação e crença em dias melhores. Sempre que eu for realizar o ofício da docência lembrarei dos teus atos de animar as pessoas.

A Eliane Nunes (In Memoriam), uma grande amiga que me conduziu ao caminho das organizações do terceiro setor, das Ciências Sociais, de uma vida leve, divertida, engajada, empática e comprometida. Sua partida nunca vai ser superada, você faz parte dessa conquista e eu gostaria muito que você estivesse comigo para receber seu abraço acolhedor.

Meu sentimento de gratidão a minha amiga Evelyne Tamara, a quem eu chamo de amiga de jornada, uma grande cientista social e parceira na vida. eu sou muito feliz em poder me inspirar em você, por dividir tantos momentos da vida, sobretudo a elaboração de quem somos e o que queremos no mundo. Você faz parte desta etapa e eu sei que poderemos seguir contribuindo muito para a construção e reconstrução do Brasil.

Quero agradecer as minhas amigas: Wilma Isabel,, Rayane Guedes, Vanessa Chaves, Danielle Lopes e Breda, por toda compreensão, apoio, suporte, conselhos. Tenho muita sorte em ter mulheres maravilhosas ao meu lado.

Quero agradecer às Organizações Não Governamentais as quais eu trabalhei e vivenciei influências diretas para a aproximação com as Ciências Sociais, para a escolha desse tema e caminho a ser percorrido.

Gratidão ao Instituto Cultural Casa do Beradêro – Catolé do Rocha, ao Ponto de Cultura SERTão Cultural – Projeto Xiquexique, a Visão Mundial. Por fim a ONG Amazona – Associação de Prevenção a AIDs e a ESSOR – Associação de Solidariedade Internacional que além de todos os aprendizados, possibilitaram o intercâmbio para os países de Guiné Bissau e Cabo Verde - África, a qual foi uma das experiências de maior valor na minha vida.

Minha sincera gratidão e amor a estas organizações a quem eu devo minhas conquistas e pela via que me levou a me tornar Cientista Social. Agradeço às Comunidades

Quilombolas de Catolé do Rocha: Pau de Leite, São Pedro dos Miguéis, Lagoa Rasa e Curralinho/ Jatobá, sem essas pessoas esse trabalho jamais seria possível. Muito obrigada pela disponibilidade irrestrita, pela receptividade e por todas as contribuições que ultrapassam os limites desta tese. Por todos os conhecimentos compartilhados, por terem me proporcionado essa magnífica experiência. Meu respeito, minha admiração e disponibilidade para a luta pela garantia dos direitos.

Meus agradecimentos aos GESTAR – Grupo de Pesquisa em Território, Trabalho e Cidadania, que desde 2013 contribui para o meu crescimento acadêmico e político, agradeço pela acolhida e pelas construções possíveis nesse espaço, pelas amizades, pelas discussões, por todo o apoio coletivo, incentivo na produção do conhecimento e pela elaboração de uma pesquisa engajada e comprometida com os direitos humanos. Quero agradecer a Fátima, a Amanda, a Salomé, a Mayra, a Meca, a Mariana, a Aline, a Jadiele e a Josineide, grandes mulheres pesquisadoras que me inspiram na vida, muito obrigada por todos os momentos e por todos os trabalhos de campo, discussões, leituras e debates que nos constituem como companheiras e amigas na pesquisa.

Meus agradecimentos aos meus eternos colegas e amigos que o Mestrado me trouxe: Vivi Machado, Marcus Paulo e Carla Mailde. Vocês são a prova que a vida se tece na luta, na busca e no engajamento das nossas pesquisas. Sou muito grata por ter vocês na caminhada, por cada troca de mensagem, por cada manifestação do cotidiano que me traz força e esperança.

Aos meus amigos e amigas de longas datas, de farras, de cervejas, de dias de chuva e dias de sol, de amor e de muita gratidão... de todos os meus risos fáceis, agradeço e dedico a vocês meu amor por terem acompanhado mais uma conquista na minha vida. Por fim, gratidão a todos e todas que tornaram esse sonho possível!

Que haja sempre águas doces e salgadas para mergulharmos! Sigamos!

“Tudo que bate é tambor/ Todo tambor vem de lá

Se o coração é o senhor, tudo é África

Pus em prática/ Essa tática/Matemática, falou?

Enquanto a terra não for livre, eu também não sou

Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou

Cantar com as menina enquanto germina o amor
É empírico, meio onírico, meio Kiriku, meu espírito
Quer que eu tire de tu a dor [...]Recarga que pus, é que igual Jesus
No caminho da luz, todo mundo é preto/ Ame, pois [...]/Simbora que o tempo é rei
Vive agora, não há depois/ **Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós”**
Emicida.³

³ <https://www.letras.mus.br/emicida/principia-part-fabiana-cozza-pastoras-do-rosario-e-pastor-henrique-vieira/>

Nós estamos aqui porque temos um outro PROJETO DE PAÍS: Um projeto de país onde uma mulher negra possa acessar e permanecer em diferentes espaços de tomada de decisão da sociedade, sem ser interrompida ou violentada . Um projeto de país onde uma mãe de um jovem negro não sofra todos os dias na dúvida se o seu filho vai voltar pra casa porque ele corre o risco de ser assassinado pelo próprio estado. Um projeto de país onde nossos jovens negros possam ter acesso a educação pública, gratuita e de qualidade, através de escolas, universidades e serviços públicos que lhes permitam sonhar e construir outras possibilidades de futuro. Um projeto de país em que negros, brancos, indígenas, populações tradicionais, e todas as pessoas independentemente de sua raça, cor, etnia, gênero e sexualidade tenham seus direitos constitucionais garantidos, e sejam tratados com dignidade e igualdade de oportunidades. Um projeto de país pautado na busca pelo bem viver coletivo, pela melhoria da qualidade de vida e pela garantia da cidadania. Nós temos um projeto de país e esperamos contar com vocês nessa construção. E é por isso que eu faço esse pedido a toda a população brasileira: caminhem conosco. Caminhem conosco nessa estrada por onde nossos antepassados caminharam e por onde os nossos filhos e filhas caminharão. Caminhem conosco até que nosso povo seja verdadeiramente livre, protagonista de sua própria trajetória, acessando direitos, dignidade e uma vida plena com justiça, reparação e felicidade. Caminhem conosco até que os sonhos de nossos ancestrais se tornem realidade.

Pronunciamento de posse da Ministra da Igualdade Racial Anielle Franco, proferido em 11/01/2023./

RESUMO

Esta pesquisa tem o propósito de analisar o processo de formação dos Quilombos do Sertão, considerando as trajetórias das lideranças mulheres da Comunidade Quilombola de Lagoa Rasa, situada em Catolé do Rocha/Paraíba. São destacados momentos, percursos e trajetórias políticas, sociais e culturais, que implicou em discutir as relações de gênero, raça e classe, fundamentadas pela via da interseccionalidade. Desse modo, aciono através da minha trajetória o feminismo negro, que permite refletir sobre essas relações no contexto quilombola em questão. Considero que este campo de pesquisa está dimensionado pelas dinâmicas que amalgamam os territórios de resistência em meio a contextos de subordinação e imposições, sendo reproduzido historicamente por uma sequência de violências e negação de direitos. Busco, por meio das intelectuais negras brasileiras e estrangeiras, debater sobre as vivências e resistências das mulheres quilombolas do sertão da Paraíba, que por sua vez, reivindicam o território e o acesso às políticas públicas e têm se reinventado nesses contextos, ocupando múltiplos espaços sociais, dentre as quais destaco Anzaldúa (2000), Porto (2011), Nascimento (2018), Almeida (2022), Gonzalez (1988), Bento (2002), Akotirene (2020), Davis (2018), hooks (2019), Adichie (2015), Collins (2019), Kilomba (2019) e Crenshaw (2002). Nesta tese levanto os seguintes questionamentos: como as mulheres quilombolas se mantêm nessa terra e como sua presença vem sendo marcada por transformações na comunidade de Lagoa Rasa? De que forma as categorias de gênero, raça e classe são acionadas? Como estas lideranças são formadas e como desenvolvem sua liderança em seu território? Para a resolução de tais questões tracei caminhos metodológicos considerando levantamento bibliográfico e documental atinentes ao tema de pesquisa, entrevistas com as mulheres quilombolas de Lagoa Rasa, conversas informais e acompanhamento de postagens em perfil da comunidade nas redes sociais/internet. A tese sustenta o argumento que as mulheres quilombolas lideranças de Lagoa Rasa são determinantes para a resistência dos quilombos sertanejos, tendo em vista sua organização, mobilização, dinâmica e reivindicação da agenda política desse grupo étnico. Utilizo como evidências de liderança e protagonismo dessas mulheres, as entrevistas, as postagens na internet, as produções e referências bibliográficas e por fim a relação de vivência e convivência constituída no espaço de tecer caminhos, imagens, símbolos, localizações e demais expressões que elaboram a luta dessas mulheres quilombolas de Lagoa Rasa, cujas trajetórias incessantes de resistência são fundamentais para o fortalecimento, dinamismo e permanência política da comunidade.

Palavras-Chave: Mulheres Quilombolas, Luta por direitos, Gênero, Raça, Classe.

ABSTRACT

This research aims to analyze the process of formation of Quilombos do Sertão, considering the trajectories of women leaders of the Quilombola Community of Lagoa Rasa, located in Catolé do Rocha/Paraíba. Moments, paths and political, social and cultural trajectories are highlighted, which implied discussing gender, race and class relations, based on intersectionality. In this way, I act on my trajectory, black feminism, which has reflected on these relationships in the quilombola context in question. I believe that this field of research is dimensioned by the dynamics that amalgamate territories of resistance in contexts of subordination and impositions, being historically reproduced by a sequence of violence and denial of rights. I seek, through Brazilian and foreign black intellectuals, to discuss the experiences and resistance of quilombola women in the backlands of Paraíba, who, in turn, claim the territory and access to public policies and have reinvented themselves in these contexts, occupying multiple social spaces, among which I highlight Anzaldúa (2000), Porto (2011), Nascimento (2018), Almeida (2022), Gonzalez (1988), Bento (2002), Akotirene (2020), Davis (2018), hooks (2019), Adichie (2015), Collins (2019), Kilomba (2019) and Crenshaw (2002). In this thesis, I raise the following questions: how do quilombola women maintain themselves in this land and how has their presence been marked by transformations in the Lagoa Rasa community? How are the categories of gender, race and class triggered? How are these leaders formed and how do they develop their leadership in their territory? For the resolution of such questions, I outlined methodological paths considering bibliographical and documental survey related to the research theme, interviews with the quilombola women of Lagoa Rasa, informal conversations and follow-up of posts in the community's profile on social networks/internet. The thesis supports the argument that the quilombola women leaders of Lagoa Rasa are decisive for the resistance of the sertanejo quilombos, in view of their organization, mobilization, dynamics and claim of the political agenda of this ethnic group. I use as evidence of leadership and protagonism of these women, interviews, posts on the internet, productions and bibliographical references and finally the relationship of experience and coexistence constituted in the space of weaving paths, images, symbols, locations and other expressions that elaborate the struggle of these quilombola women from Lagoa Rasa, whose incessant trajectories of resistance are fundamental for the strengthening, dynamism and political permanence of the community.

Keywords: Quilombola Women, Struggle, Gender, Race, Class.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar el proceso de formación de Quilombos do Sertão, considerando las trayectorias de mujeres líderes de la Comunidad Quilombola de Lagoa Rasa, ubicada en Catolé do Rocha/Paraíba. Se destacan momentos, caminos y trayectorias políticas, sociales y culturales, que implicaron discutir las relaciones de género, raza y clase, a partir de la interseccionalidad. De esta forma, actúo sobre mi trayectoria, el feminismo negro, que ha reflexionado sobre estas relaciones en el contexto quilombola en cuestión. Considero que este campo de investigación está dimensionado por las dinámicas que amalgaman territorios de resistencia en contextos de subordinación e imposiciones, siendo históricamente reproducidos por una secuencia de violencia y negación de derechos. Busco, a través de intelectuales negros brasileños y extranjeros, discutir las experiencias y resistencias de las mujeres quilombolas en el interior de Paraíba, quienes, a su vez, reclaman el territorio y acceden a las políticas públicas y se han reinventado en estos contextos, ocupando múltiples espacios sociales. , entre los que destaco Anzaldúa (2000), Porto (2011), Nascimento (2018), Almeida (2022), González (1988), Bento (2002), Akotirene (2020), Davis (2018), Ganchos (2019), Adichie (2015), Collins (2019), Kilomba (2019) y Crenshaw (2002). En esta tesis planteo las siguientes preguntas: ¿cómo se mantienen las mujeres quilombolas en esta tierra y cómo su presencia ha estado marcada por las transformaciones en la comunidad de Lagoa Rasa? ¿Cómo se activan las categorías de género, raza y clase? ¿Cómo se forman estos líderes y cómo desarrollan su liderazgo en su territorio? Para la resolución de tales interrogantes, delineé caminos metodológicos considerando levantamiento bibliográfico y documental relacionado con el tema de investigación, entrevistas con las mujeres quilombolas de Lagoa Rasa, conversaciones informales y seguimiento de publicaciones en el perfil de la comunidad en redes sociales/internet. La tesis sustenta el argumento de que las lideresas quilombolas de Lagoa Rasa son decisivas para la resistencia de los quilombos sertanejos, en vista de su organización, movilización, dinámica y reivindicación de la agenda política de esta etnia. Utilizo como evidencia del protagonismo y protagonismo de estas mujeres, entrevistas, posteos en internet, producciones y referencias bibliográficas y finalmente la relación de experiencia y convivencia constituida en el espacio de tejer caminos, imágenes, símbolos, locaciones y demás expresiones que elaboran el lucha de estas mujeres quilombolas de Lagoa Rasa, cuyas incesantes trayectorias de resistencia son fundamentales para el fortalecimiento, dinamismo y permanencia política de la comunidad.

Palabras clave: Mujeres Quilombolas, Lucha, Género, Raza, Clase.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Almoço familiar com Bidia, Chico César e sua mãe Etelvina	p. 31
Figura 2 - Comunidade Lagoa Rasa em ato contra o Racismo	p. 33
Figura 3 - Crianças da Comunidade brincando	p. 45
Figura 4 - Gravação do documentário sobre Lagoa Rasa	p. 48
Figura 5 - Igreja Católica de Lagoa Rasa	p. 49
Figura 6 - Visita à Comunidade Lagoa Rasa	p. 50
Figura 7 - Bidia e Dora, líderes quilombolas	p. 52
Figura 8 - Entrada da Comunidade Lagoa Rasa	p. 54
Figura 9 - Atividade na Comunidade	p. 56
Figura 10 - Capa da Dissertação “Mama África: os quilombos do sertão e as lutas das mulheres das comunidades negras de Catolé do Rocha – PB”	p. 59
Figura 11 - Dora mostrando um quadro da Comunidade	p. 61
Figura 12 - Publicação do Instagram de Dora com posicionamento político	p. 62
Figura 13 - Durante a campanha de Bidia para vereadora	p. 65
Figura 14 - Entregando a Dissertação “Mama África” a Bidia	p. 67
Figura 15 - Celebração da Consciência Negra com o II Simpósio Todos Somos Um	p. 73
Figura 16 - Publicação do perfil da Prefeitura de Catolé do Rocha sobre o dia da Consciência Negra	p. 74
Figura 17 - Publicação de Valdeci sobre a candidatura de Bidia	p. 75
Figura 18 - Publicação da Comunidade Lagoa Rasa sobre influenciadores negros	p. 77
Figura 19 - Publicação de Bidia sobre III Oficina de Artesanato na Comunidade Quilombola de Lagoa Rasa	p. 78
Figura 20 - Publicação de Bidia sobre raça	p. 79

Figura 21 - Publicação do Instagram da Comunidade Lagoa Rasa sobre o Podcast Voz Quilombola	p. 80
Figura 22 - Entrada de Catolé do Rocha	p. 91
Figura 23 - Mesorregião do Sertão Paraibano	p. 92
Figura 24 - Publicação do Instagram da Comunidade Lagoa Rasa sobre a casa de Nego Chico	p. 96
Figura 25 - Construção da associação de moradores da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa	p. 99
Figura 26 - Pessoas visitando a Comunidade Lagoa Rasa	p. 100
Figura 27 - Publicação da Comunidade Lagoa Rasa sobre Consciência Negra e luta	p. 101
Figura 28 - Comunidade Lagoa Rasa com o cantor Catoleense Chico César	p. 102
Figura 29 – Bidia	p. 104
Figura 30 - Instalação da Placa de Sinalização da Comunidade Lagoa Rasa	p. 117
Figura 31 - Publicação da Comunidade Convidando as pessoas a conhecer Lagoa Rasa	p. 129
Figura 32 - Tabela contendo Comunidades Quilombolas da Paraíba	p. 133
Figura 33 - Comunidades Quilombolas da Paraíba	p. 134
Figura 34 - Escola Comunitária Zumbi	p. 136
Figura 35 - Municípios com registro de comunidades quilombolas na Paraíba	p. 138
Figura 36 - Dora com a foto do Grupo Quilombolas em movimento	p. 142
Figura 37 - Publicação da Comunidade Lagoa Rasa sobre o I Simpósio Todos Somos Um	p. 144
Figura 38 - Reunião da CPT	p. 145
Figura 39 - Membros da Comunidade Lagoa Rasa	p. 147
Figura 40 - Presença da AACADE na Comunidade Quilombola Lagoa Rasa	p. 149

Figura 41 - Padre Luiz e sua equipe em visita à Comunidade	p. 150
Figura 42 - Visita de Balula à Comunidade Lagoa Rasa	p. 152
Figura 43 - Comunidades Quilombolas localizadas em Catolé do Rocha	p. 153
Figura 44 - Matéria sobre Bidia	p. 159
Figura 45 - Bidia, liderança Quilombola	p. 160
Figura 46 - Bidia em visita ao Quilombo do Talhado	p. 162
Figura 47 - Tributo à Francisca Joaquina, liderança histórica da comunidade	p. 164
Figura 48 - Eliza, artesã da Comunidade	p. 165
Figura 49 - Assembleia para eleger a diretoria da associação de moradores da Lagoa Rasa	p. 166
Figura 50 - Cartaz eleitoral de Bidia	p. 167
Figura 51 - Imagem de divulgação da campanha de Bidia à Câmara de Vereadores de Catolé do Rocha nas eleições 2020	p. 168
Figura 52 - Registro da candidatura de Luzinete Alves da Costa à Câmara de Vereadores de Catolé do Rocha nas eleições 2020	p. 169
Figura 53 - Bidia participando da Campanha do Governo acerca da Homofobia	p. 170
Figura 54 - Bidia	p. 173
Figura 55 - Dora Palestrando sobre Consciência Negra	p. 174
Figura 56 - Duas gerações de mulheres quilombolas em Catolé do Rocha	p. 176
Figura 57 - Luciana participando de um evento sobre cinema	p. 185
Figura 58 - Luciana na Marcha das Mulheres Negras	p. 186
Figura 59 - X Fest Aruanda - 2015 - "Praça de Guerra"	p. 187
Figura 60 - Publicação de Luciana sobre participação em um filme de Ed Junior, cineasta Catoleense	p. 188
Figura 61 - Print da Entrevista com Luciana França	p. 189
Figura 62 - Foto da Placa do Curso de Ciências Sociais UFPB	p. 193
Figura 63 - Bidia em uma de suas falas	p. 194

Figura 64 - Bidia e seu filho Yan durante a entrevista	p. 195
Figura 65 - Bidia na Campanha de Lula	p. 197
Figura 66 - Dora, liderança quilombola	p. 198
Figura 67 - Dora, presidente durante 18 anos da Associação Comunitária Quilombola Lagoa Rasa	p. 199
Figura 68 - Facebook de Dora sobre racismo	p. 200
Figura 69 - Entrevista com Dora	p. 201
Figura 70 - Artesãs na feira de artesanato da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa	p. 203
Figura 71 - Feira de Artesanato da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa	p. 204
Figura 72 - Artesã da Comunidade Lagoa Rasa exibindo seus produtos	p. 205
Figura 73 - Produtos dos artesãos da Comunidade Lagoa Rasa	p. 206
Figura 74 - Encontro de Comunidades Quilombolas do Sertão	p. 208
Figura 75 - Entrevista com Gean e Dora	p. 209
Figura 76 - Início das atividades de 2023 da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa	p. 210
Figura 77 - Atividade na Associação Comunitária	p. 211
Figura 78 - Grupo de Dança da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa	p. 212
Figura 79 - Grupo de Capoeira da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa	p. 213
Figura 80 - Aula de Capoeira do Grupo da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa	p. 214
Figura 81 -CONAQ e Associação Comunitária	p. 214
Figura 82 - Grupo de Dança da Comunidade em apresentação	p. 215
Figura 83 - Dora em exposição sobre a Comunidade Quilombola	p. 216

LISTA DE SIGLAS

AACADE - Associação de Apoio às comunidades Afrodescendentes

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASQ - Agenda Social Quilombola

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CECNEQ - Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas

CEDR - Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial

CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba

CF - Constituição Federal

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CPT -Comissão Pastoral da Terra

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DOU - Diário Oficial da União

FCP - Fundação Cultural Palmares

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MNU - Movimento Negro Unificado

NDHIR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

NEABI - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas

NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

ODM - Objetivos Desenvolvimento do Milênio

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização não governamental

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PB - Paraíba

PBF - Programa Bolsa Família

PBQ - Programa Brasil Quilombola

PIDCP - Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos

PNAQ - Programa Nacional de Alimentação Quilombola

PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PPGDH - Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos

RTID - Relatório de Identificação e Delimitação

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

STF - Supremo Tribunal Federal

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	28
1 INTRODUÇÃO	31
2 ENCRUZILHADAS DA ESCRITA	43
2.1 A OCUPAÇÃO DO SERTÃO.	85
2.1.1 CATOLÉ DO ROCHA E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO	88
2.1.2 A RELAÇÃO COM A TERRA NO CONTEXTO SERTANEJO	95
3 A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL	104
3.1 RE-SEMANTIZAÇÃO DO CONCEITO	106
3.2 COMO EMERGE A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL	125
4 COMO A QUESTÃO QUILOMBOLA EMERGE EM CATOLÉ DO ROCHA - PB	136
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E INFLUÊNCIAS	142
4.2 PROTAGONISTAS E INSTITUIÇÕES	149
4.3 CONTEXTO E DESAFIOS ATUAIS	154
5 AS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA RASA	160
5.1 LIDERANÇAS QUILOMBOLAS	161
5.2 LUCIANA FRANÇA	186
5.3 BIDIA	196
5.4 DORA	200
5.5 LAGOA RASA	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	224
ANEXOS	237

APRESENTAÇÃO

Invoco Exu, dono do idioma e senhor da contradição criativa, e Ogum, o guerreiro, desbravador de etapas e barreiras cósmicas, para que nos ajudem a viver da melhor forma possível este ato de luta por igualdade, justiça e dignidade.
(Abdias Nascimento)

“*Essa luta tá no meu sangue, como um casamento*”: Um estudo sobre as Mulheres da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa em Catolé do Rocha – PB. O título desta tese apresenta uma frase de uma das Lideranças quilombolas, que acompanhei e me despertou para a pesquisa acadêmica/científica sobre mulheres quilombolas, e que apresento inicialmente aos leitores deste trabalho: Francisca Maria da Silva (Bidia).

Bidia, como é conhecida, nasceu em Catolé do Rocha, na comunidade quilombola Lagoa Rasa, se destaca no cenário municipal e estadual desde os anos de 1980, quando iniciou o processo de auto organização de negros e negras no sertão catoleense.

Vejo, ouço⁴ e acompanho Bidia, desde criança, já ouvi⁵ inúmeras expressões que configuram sua entrega e dedicação a vida coletiva. Penso que este título culmina em objetivamente em como esta liderança negra se consolidou no cenário sertanejo.

Bidia, completou 55 anos, nascida no dia 15/01/1968⁶, conhecida do Padre Pedro Serrão a Rua da Palha⁷ e em toda a zona rural do município de Catolé do Rocha, pelas redes de

⁴ Digamos, assim, que a oralidade está conectada com essa perspectiva contracolonizadora que o trabalho assume, ou pelo menos tenta. E a fonte contracolonialista primordial está assentada na ancestralidade, cuja transmissão oral tem sentido espiritual, orgânico. Mas oralidade e escrita não são formas necessariamente excludentes, podem sim ser confluentes. (MAYER, 2020, p. 28)

⁵ *Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrivência.* - Conceição Evaristo, Insubmissas lágrimas de mulheres

⁶ O ano de 1968, "o ano que não acabou", ficou marcado na história mundial e na do Brasil como um momento de grande contestação da política e dos costumes. O movimento estudantil celebrizou-se como protesto dos jovens contra a política tradicional, mas principalmente como demanda por novas liberdades.

⁷ Bairros das extremidades de Catolé do Rocha;

solidariedade, compromisso político e a ocupação de vários palanques de reivindicação pela agenda quilombola, candidaturas a vereadora, articulação pela organização política da população negra e luta pelo acesso às políticas públicas.

Bidia, relaciona e sustenta sua luta ao seu sangue, uma junção, como um casamento, e de acordo com o dicionário da língua portuguesa, casamento significa: “ato ou efeito de casar(-se).2. união voluntária entre duas pessoas, nas condições sancionadas pelo direito, de modo que se estabeleça uma família legítima.”⁸

Por sua vez, leio nesta expressão, como Bidia, configura a indissociação da luta com a sua vida, com o seu percurso e existência, ou seja, ela está dentro dela, como o sangue correndo em suas veias, algo que não tem como tirar de si, um movimento pulsante que a mantenha viva e circulante das terras sertanejas. O casamento, como uma escolha, como uma relação que optou para a sua trajetória, para construção de um laço de compromisso, que mesmo que possa rompê-lo, prefere manter. Ou talvez, não há como sobreviver, sem luta.

Essa expressão de Bidia, me levou a intitular este trabalho, por reconhecer que por meio da sua luta, conheci todas as outras mulheres que compõem o percurso desta pesquisa, pelos mais de 10 anos que vivencio trocas com a comunidade Quilombola Lagoa Rasa, de Catolé do Rocha, e nunca vi essa mulher parar, silenciar, envergar ou paralisar. A luta sempre foi uma constante.

Nas próximas linhas, trechos das canções do cantor e compositor Chico César⁹, serão acionadas para embalar esta leitura e escrita, tendo como perspectiva como estes versos foram fundamentais para minha formação e elaboração crítica sobre o mundo durante a minha vivência em Catolé do Rocha -PB e até os dias atuais.

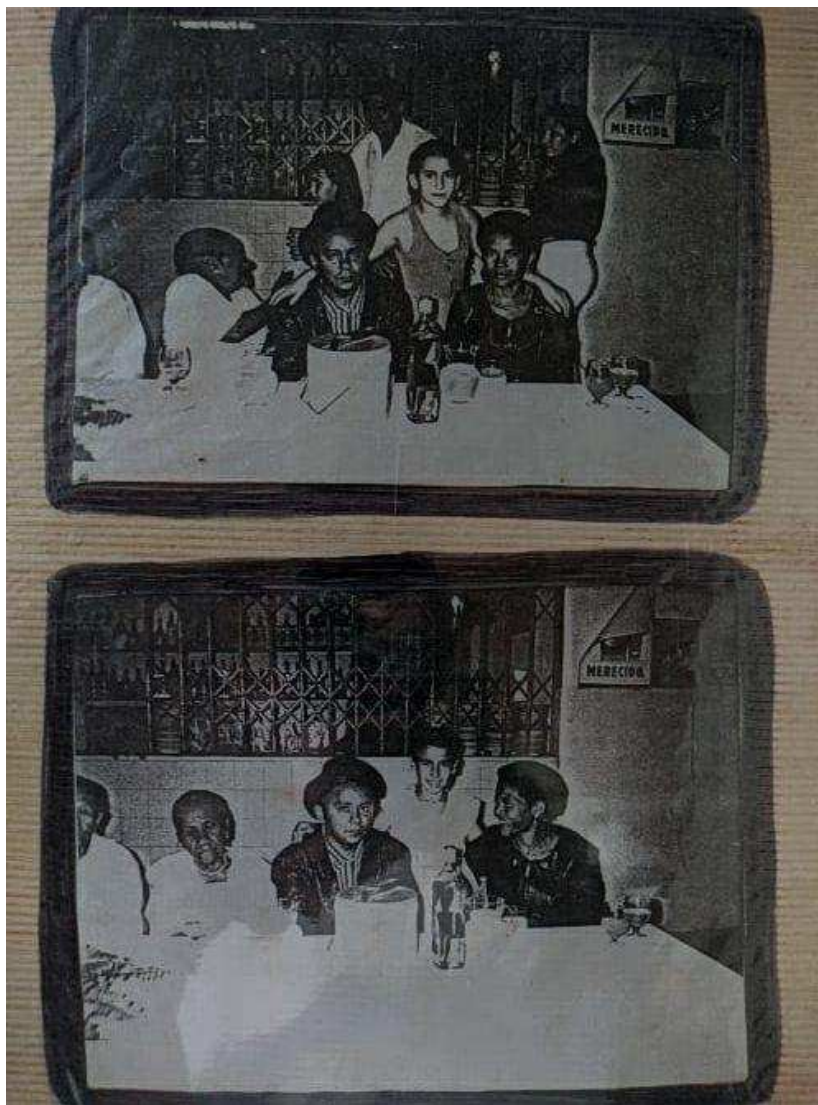
Além disso, entre Bidia e Chico Cesar se produz uma convergência catoleense, capaz de romper paradigmas, visões e barreiras estruturais que aprisionam o povo negro brasileiro, ousar dizer, estes dois grandes seres, são minhas inspirações na vida e no campo acadêmico, há muito a

⁸ Definição retirada do dicionário Oxford Languages <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

⁹ Nascido Francisco César Gonçalves em 26 de janeiro de 1964, no município de Catolé do Rocha, interior da Paraíba, aos dezesseis anos Chico César foi para a capital João Pessoa, onde se formou em jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba, ao mesmo tempo em que participava do grupo Jaguaribe Carne, que fazia poesia de vanguarda. Chico César venceu a 29ª edição do Prêmio da Música Brasileira 2018 na categoria melhor álbum de “Pop/Rock/ Reggae/ Hiphop/ Funk com o disco “Estado de Poesia – Ao Vivo. <https://chicocesar.com.br/bio/>

se conhecer, se aproximar e aprender com o povo negro sertanejo, existem vanguarda em seus caminhos que é incalculável em seus efeitos na produção de um *pensamento crítico*¹⁰.

Figura 1 Almoço familiar com Bidia, Chico César e sua mãe Etelvina



Fonte: Arquivo pessoal de Bidia

¹⁰ *Ensinando pensamento crítico* é uma continuação do aclamado *Ensinando a transgredir*, lançado no Brasil em 2017. Os livros fazem parte da Trilogia do Ensino escrita por bell hooks entre os anos 1990 e 2000. A coleção inclui ainda *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. A autora diz que encontrou inspiração para *Ensinando pensamento crítico* das lições que aprendeu dos professores com os quais estudou nas escolas segregadas do Kentucky, nos Estados Unidos, nos anos 1950. “Para eles, a ‘boa educação’ não consistia apenas em nos dar conhecimento e nos preparar para uma profissão: era também uma formação que incentivaria o compromisso contínuo com a justiça social, especialmente com a luta por igualdade racial.” “A existência humana é, porque se fez perguntando, a raiz da transformação do mundo. Há uma radicalidade na existência, que é a radicalidade do ato de perguntar.” É com esta citação do educador brasileiro Paulo Freire que a educadora negra estadunidense bell hooks inicia o livro.

Esta tese se configura no espaço de tecer caminhos, imagens, símbolos, localizações, expressões que elaboram a luta dessas mulheres quilombolas de Lagoa Rasa, cujas trajetórias incessantes de resistência são fundamentais para o fortalecimento, dinamismo e permanência da comunidade. Por fim, “cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente que flui da sua vida.” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 60).

INTRODUÇÃO

“Em meu peito catolaico / Tudo é descrença e fé”¹¹

Figura 2 - Comunidade Lagoa Rasa em ato contra o racismo



Fonte: Arquivo pessoal de Bidia

¹¹ <https://www.lettras.mus.br/chico-cesar/45189/>

1 INTRODUÇÃO

Venho às mulheres de cor, caribenhas, terceiro-mundistas, lésbicas e africanas, invocar a teoria no espírito, responder a Carta de Gloria Anzaldúa na fronteira do seu pensamento mestizo, “buscando impedir o sangue coagular na caneta”, repetindo o gesto da sua mão escura que segura a caneta sem o medo de escrever para outras irmãs espalhadas pelo mundo

Akotirene, (2019, p.15)

Somos eu, somos sujeitos, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade. (Grada Kilomba)

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou. (Kilomba, 2019, p. 28)

Imagine viver em mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas mulheres e homens auto realizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos ‘iguais na criação’. Aproximes e. (hooks, 2019c, contracapa).

O impulso para esta escrita é conduzido pelo desafio do debate a partir das visões sobre gênero, raça e classe existentes nas nuances dos quilombos, tendo em vista como as mulheres têm vivido e se posicionado ao longo dos tempos, sobretudo a partir dos impactos e mudanças sociais, políticas e culturais que incidem sob suas vivências em seus territórios.

É de suma importância não perder de vista, o fato que vivenciamos uma época em que é urgente perceber o que se tem produzido e reproduzido no que tange às relações de gênero e poder, e como essas questões refletem a necessidade de apreender o modo como pensamos sobre nós e a sociedade em que estamos inseridas, sempre percebendo as produções de mulheres negras

que tem cada vez mais produzido narrativas a partir da ocupação em vários lugares, sendo um deles a academia.

Nesse sentido, essa inquietação será refletida a partir da vivência e da trajetória na Luta por Direitos, protagonizada pelas mulheres negras, especificamente na Comunidade Quilombola Lagoa Rasa, localizada no município de Catolé do Rocha – PB, considerando o processo de organização política e os modos de vida da comunidade, assim como também o cotidiano destas mulheres - que é refletido nas lutas e reivindicações, tais cenários são percebidos nos contextos de vivência ao longo de 10 anos de contato e convivência com essas comunidades e por meio de suas manifestações a partir da ocupação recente na internet, produzindo conteúdos que revelam e fortalecem suas pautas e identidade.

O cenário da discussão desta pesquisa se configura no campo da internet, o contato com o campo das comunidades quilombolas inicia em 2009 de forma presencial, contudo é apenas em 2020 com o início da pandemia da Covid 19 com os desafios do desenvolvimento da pesquisa e com um novo dado de campo, como a ocupação das redes sociais pela comunidade quilombola de Catolé do Rocha, demonstrando um novo campo de análise e sobretudo de posicionamento e visibilidade.

Durante o percurso da trajetória acadêmica tenho o apreço em destacar que este texto se relaciona com o percurso que vem sendo desenvolvido na pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, na linha intitulada Cultura e Identidades. Essa trajetória tem início nas reflexões desenvolvidas, durante a pesquisa no mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH/UFPB e os trabalhos de campo¹² que vem sendo realizados desde 2015, na graduação em Licenciatura em Letras em 2009 pela UEPB e nas ações de extensão desenvolvidas na comunidade entre 2010 e 2012, todos esses contatos desenvolvidos em níveis e amadurecimentos diversos compõe um arcabouço de inquietações e anotações que foram desenhando narrativas e reflexões sobre o tema.

¹² Os trabalhos de campo foram desenvolvidos em 2015 e 2016, contudo, eu já possuía uma relação prévia com a comunidade que foi estabelecida por intermédio do trabalho de extensão desenvolvido pela ONG Visão Mundial/ Projeto Xiquexique – Ponto de Cultura SerTão Cultural entre os anos de 2010 – 2013, que me permitiu uma convivência direta com essas comunidades no desenvolvimento de oficinas educativas sobre gênero, direitos humanos, cidadania e políticas públicas. Essa relação possibilitou um caminho aberto para a realização do trabalho de campo e para a convivência com a comunidade, pois já haviam laços estabelecidos.

Considero uma discussão que manifesta constante movimento de reflexões e observações, tendo em vista a dinamicidade dos tempos e dos contextos sociais que afetam essas populações e suas dinâmicas, de modo que nada no contexto social é estático e a produção de movimentos condiciona a diversas ações e impactos, sejam eles de ordem social, política ou cultural, destacando que os diálogos com os teóricos sedimentam esse caminho ao longo dos tempos.

Algumas das reflexões que apresento aqui fazem parte deste contato com as comunidades negras paraibanas e, com maior ênfase, as sertanejas bem como o levantamento bibliográfico realizado no decorrer do processo formativo e vivencial durante as etapas acadêmicas, os registros das comunidades e as literaturas que tem narrado historicamente as influências históricas dos negros e negras no Brasil. Destaco também o modo como este tema me atravessa e configura inquietações na trajetória acadêmica e na atuação junto aos movimentos sociais, compondo um universo de diferentes aprendizagens e percepções que se constituíram nos espaços políticos e sociais, apresentando um texto muitas vezes carregado de referências de ativistas como Bell Hooks, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Angela Davis que constroem sua trajetória nos espaços acadêmicos e políticos.

Para tanto, é neste processo que enquanto pesquisadora, mulher, negra e sertaneja, permito-me transpor, por meio desta escrita, os enfrentamentos da elaboração diária do se constituir mulher pesquisadora na academia no atual contexto que estamos vivenciando. Este espaço que foi historicamente negado às mulheres oriundas da classe trabalhadora e rural no Brasil, considerando também a vigência de um governo genocida, anti-democrático e uma pandemia¹³ mundial¹⁴ que gera mortos todos os dias.

Eis o desafio e a tarefa constante e iminente em pesquisar mulheres negras sertanejas em um cenário conservador e de crescente aumento das violências, preconceitos, exclusões e de

¹³ Não são apenas os índios, mas também os brancos que estão ameaçados pela cobiça de ouro e pela epidemias introduzidas por estes últimos. Todos serão arrastados pela mesma catástrofe, a não ser que se compreenda que o respeito pelo outro é a condição de sobrevivência de cada um. (Claude LéviStrauss)

¹⁴ Viver em meio à maior pandemia dos últimos 100 anos, com todos os seus efeitos colaterais sociais e econômicos, não é diferente de passar por um grande trauma. Há o medo do contágio, a vida em isolamento, as perspectivas econômicas incertas e a mudança brusca na rotina, que resulta na total substituição da vida cotidiana que se tinha por outra, nem sempre melhor. Uma pesquisa publicada pela revista científica Lancet em março deste ano apontava que, entre os efeitos de uma quarentena prolongada, está, nos casos mais severos, o transtorno de estresse pós-traumático, cujos sintomas são a paranoia, os flashbacks e pesadelos que podem durar anos. <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/como-esta-cabeca-de-quem-vive-em-isolamento-ha-um-mes-24376564> acesso em junho de 2022

fascismo, sendo esta tarefa uma ação que não se esgota e nem se encerra nesta etapa, mas que desencadeia novas reflexões.

Pensar essa temática, indica refletir o enraizamento histórico do racismo¹⁵, machismo e desigualdades sociais que produzem impactos ao longo dos anos na formação do estado no Brasil, ou seja, no processo de formação do Estado brasileiro, destinou-se aos negros e seus descendentes um lugar marginal e às mulheres negras se fez então uma aposta ainda mais dura. Ademais, esta demanda também se configura enquanto uma responsabilidade e compromisso político, acadêmico e social com as populações negras brasileiras, trazendo para o cerne as diversas formas de resiliência e manifestações que ocorrem nos espaços de vivência.

Inspirada nas *escrevivências* de Conceição Evaristo¹⁶, me arrisco a escrever estas linhas sobre a vida e a experiência das mulheres negras em 1ª pessoa, nesses caminhos inspirados pelas pensadoras negras feministas e por Akotirene (2019, p. 15):

Proponho cantiga decolonial por razões psíquicas, intelectuais, espirituais, em nome d'águas atlânticas. Mulheres negras infiltradas na Academia, engajadas em desfazerem rotas hegemônicas da teoria feminista e maternarem a-feto, de si, em prol de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros.

Realizo a escolha de me deixar conduzir pelas palavras de bell hooks (2019), pesquisadora e ativista negra, quando esta afirma que a linguagem é um lugar de luta e, por conseguinte, constitui ações de resistência que por sua vez se configuram como um trabalho de

¹⁵ Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”. (Mbembe, 2018, p. 18).

¹⁶ Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946. De origem humilde, migrou para o Rio de Janeiro na década de 1970. Graduada em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 10 jul. 2020.

libertação e, na maioria das vezes: autorecuperação¹⁷. Não anulo as emoções na relação com a ciência, me inspiro em Akotirene (2019, p. 15) e conduzo esse caminho.

Antes de se preparar o pensamento feminista negro e a interseccionalidade como metodologias, a encruzilhada engolia oferendas analíticas contra nós, razão de depositar neste texto pontos de vistas produzidos pelas intelectuais negras, escrever pretoguês brasileiro, como Lélia Gonzalez, pensadora amefricana – já que neocolonizadores acadêmicos não podem abocanhar a interseccionalidade e nem sequer têm autoridade para dominar o ponto de vista feminista negro.

hooks (2019) compreende a escrita de mulheres como um ato de restauração. Tal relação tem sido fundamental para compreender a trajetória das mulheres quilombolas, sobretudo como elas têm se reinventado e reproduzido seus saberes, nas dinâmicas que impõe diversas reflexões sobre a organização social e política que compõem enquanto coletividade e como se constituem em suas individualidades.

Quando eu usei o termo é... escrevivência [...] se é um conceito, ele tem como imagem todo um processo histórico que as africanas e suas descendentes escravizadas no Brasil passaram. Na verdade, ele nasce do seguinte: quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, é... me vem muito na memória a função que as mulheres africanas dentro das casas-grandes escravizadas, a função que essas mulheres tinham de contar história para adormecer os da casa-grande, né... a prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então eram histórias para adormecer. E quando eu digo que os nossos textos, é..., ele tenta borrar essa imagem, nós não escrevemos pra adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa escrevivência, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo. (EVARISTO, 2017, apud REMENCHE; SIPPEL, 2019, p. 44)

Nesse caminho, aciono a interseccionalidade dando subsídios para a análise teórico metodológica à inseparabilidade existente entre racismo¹⁸, capitalismo e cisheteropatriarcado, marcas que impactam diretamente a vida das mulheres negras e que consequentemente geram

¹⁷ “A linguagem é também um lugar de luta. O oprimido luta na linguagem para recuperar a si mesmo – para reescrever, reconciliar, renovar.” (hooks, 2019, p. 73)

¹⁸ Entretanto, reconhecer o colonialismo e o imperialismo como fontes e causas do racismo não significa reduzi-lo a uma função do sistema econômico capitalista. Tal alegação tem sido utilizada para negar legitimidade à luta antirracista, sobretudo nas sociedades da chamada América Latina onde se nega a própria existência do racismo. (Nascimento, 2019, p. 371).

cenários de exclusão fruto dos aparatos colonizadores¹⁹, que de acordo com Patrícia Hill Collins, seria a interseccionalidade um “sistema de opressão” interligado”. Ressalto que é posto por Akotirene (2020, p. 22)

Enquanto as mulheres brancas tem medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto – que é um direito reprodutivo. Não havemos de escapar desta encruzilhada teórica. Nela, como é sabido muitos se confundiram, seguiram a esmo metodológico o caminho do socorro epistêmico às mulheres negras acidentadas, múltiplas vezes, em avenidas identitárias.[...] Contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividade articuladas em nível global.

Neste caminho acadêmico e de inúmeras reflexões sejam elas teóricas ou vivenciais, muitas vezes espinhosas, é importante deixar nítido que as afetações e atravessamentos sociais e políticos são indissociáveis à nossa construção e postura diante do mundo. Desse modo, o comprometimento feminista me estimulou a inquietação e reflexão sobre as mulheres quilombolas de Lagoa Rasa no cenário atual, considerando o processo histórico no qual estamos imersas coletivamente - e sendo afetadas de inúmeras formas diferentes, sobretudo com os impactos da pandemia da Covid-19²⁰. Como afirma, Anzaldúa (1981, p. 90):

O perigo ao escrever é não conectar nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade da sociedade que vivemos, com nossa intimidade, nossa história, nossa economia e perspectivas. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegar à escrita. Nenhum assunto é muito trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno à custa de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico.

¹⁹ Colonizar é subjugar, humilhar, destruir ou escravizar trajetórias de um povo que tem uma matriz cultural, uma matriz original diferente da sua. [...] E o que é contracolonizar? É reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes. E quem é capaz de fazer isso? Nós mesmos. (Santos, 2018, p. 51).

²⁰ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Outros sintomas menos comuns e que podem afetar alguns pacientes são: perda de paladar ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos ou juntas, diferentes tipos de erupção cutânea, náusea ou vômito, diarreia, calafrios ou tonturas. <https://www.paho.org/pt/covid19>

Aproveito estas linhas para recuperar parte da minha trajetória que se interliga diretamente a este trabalho de pesquisa e suas respectivas inquietações que não se esgotam nessas páginas. Nasci e realizei meu processo formativo educacional e político, no sertão da Paraíba, especificamente no município de Catolé do Rocha. Nesse sentido, o ato de desenvolver a pesquisa acadêmica na minha cidade natal configura-se na tarefa permanente de romper possíveis silêncios e sistematizar experiências percebidas nestes espaços durante este caminho. Tal percurso não começa hoje e nem se encerra amanhã, contudo, se faz a cada dia. Percebo os diversos matizes da temática sobre as populações quilombolas e como estes conceitos estão intrínsecos no nosso cotidiano, de modo multifacetado e dinâmico, dispondo nuances que se manifestam de modos singulares nas regiões da Paraíba.

Nesse ponto, quero trazer para o cerne do nosso debate o que Lélia Gonzalez, denomina como “tomada de consciência”. De acordo com a supramencionada autora (2020, p. 117):

Cabe aqui um dado importante de nossa realidade histórica: pra nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – bem como para as ameríndias -, a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pela questão racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os referentes básicos da luta comum a homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravidão negra, por exemplo, foi terrível e dolorosamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou idosos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de libertação.

São cenários de resistência e violência cotidianos os quais relato e exponho no decorrer deste trabalho, lançando o olhar nas mulheres negras, destacando os seus modos de Ser, Sentir e Agir não apenas as mulheres quilombolas de Lagoa Rasa mas as visões globais que incidem nos contextos micros. Com efeito, dou ênfase a como tais trajetórias retroalimentam caminhos importantes de reprodução, ocupação, formação de comunidades e luta pela terra, elucidando pontos que contextualizam esses cenários que forjam e coexistem junto a essas mulheres, sobretudo a ocupação de vários lugares coletivos e políticos, sejam eles físicos ou cibernéticos.

A tese sustenta o argumento que **as mulheres quilombolas lideranças de Lagoa Rasa são determinantes para a resistência dos quilombos sertanejos, tendo em vista sua organização, mobilização, dinâmica e reivindicação da agenda política desse grupo étnico.**

Nesta tese levantamos os seguintes questionamentos:

- Como as mulheres quilombolas se mantêm nessa terra e como sua presença vem sendo marcada por transformações na comunidade de Lagoa Rasa?
- De que forma as categorias de gênero, raça e classe são acionadas?
- Como estas lideranças são formadas e como desenvolvem sua liderança em seu território?

Para a resolução de tais questões foram traçados os seguintes objetivos, bem como realizadas entrevistas, observação nas redes sociais²¹/internet²², conversas informais e demais passos metodológicos que estão descritos no decorrer deste trabalho.

Objetivo geral: Analisar o processo de formação dos Quilombos do Sertão, considerando as trajetórias das lideranças mulheres da Comunidade Quilombola de Lagoa Rasa, localizada em Catolé do Rocha, Paraíba.

Objetivos específicos:

1. Investigar as práticas de resistência dos grupos no sertão paraibano a partir de suas dinâmicas culturais, relação com a terra/ território, atividades econômicas, relações de poder e organização política;
2. Analisar os movimentos de reivindicação pelo território de formação dos quilombos em suas diversas escalas e impactos na vida das famílias quilombolas de Lagoa Rasa;
3. Refletir sobre as trajetórias de mulheres quilombolas que ocupam espaços de lideranças locais e regionais;

²¹ Em diálogo com acampados em Barcelona, Manuel Castells sugere que a política é muito mais do que uma representação; por isso a internet livre é a chave da mudança. Durante esse encontro, o sociólogo apresenta a dinâmica de organização das redes para a superação do medo individual por meio do compartilhamento com o medo do outro nas redes sociais online. (CASTELLS, 2011)

²² A Internet é um sistema global de redes de computadores interligadas que utilizam um conjunto próprio de protocolos (Internet Protocol Suite ou TCP/IP) com o propósito de servir progressivamente usuários no mundo inteiro.

4. Discutir a interseccionalidade por intermédio das ações comunitárias em meio virtual efetivados pelas mulheres quilombolas de Lagoa Rasa.

Para esta discussão este texto se organiza em quatro capítulos que darão subsídios para a interpretação de onde estas mulheres estão situadas territorialmente, sobretudo entender como essas mulheres são responsáveis pela construção política das comunidades quilombolas.

O **Capítulo 1**, intitulado: Encruzilhadas da Escrita, se detém a elaborar o percurso desta tese, bem como, entender como a relação com as mulheres quilombolas foi sendo constituída, demonstrando as trajetória em que está situada esta pesquisa e que subsidiou a elaboração, desta tese. É importante considerar, que neste capítulo falo sobre os caminhos e descaminhos que o contexto histórico e político o qual vivenciamos repercutiu sobre este trajeto, sem esquecer dos teóricos que fundamentaram este capítulo. Para este escopo aciono as escritoras negras e o arcabouço que descreve o sertão e caracteriza este campo o qual as mulheres estão ocupando historicamente ao longo de suas vidas. Para esta elaboração acionei Anzaldúa (2000), Porto (2011), Almeida (2022), Gonzalez (1988), Bento (2002), Akotirene (2020) que deram contorno às reflexões e escritas desta pesquisa.

No **Capítulo 2**, apresento os desafios existentes e envoltos da Questão Quilombola no Brasil, considerando a ressemantização do conceito de quilombo como território reproduz diversos impactos e reflexões sociais e políticas na vida e existência das comunidades quilombolas no país. De modo que esse entendimento se encontra envolto no cotidiano destas mulheres organizadas politicamente, exigindo posicionamentos frente aos cenários de descaso para com esses grupos ditos subalternos. Este é um capítulo inspirado nos escritos de Beatriz Nascimento, mulher negra e pensadora que dedicou sua vida para refletir no campo das ciências humanas que a conceituação de quilombo traz marcas do colonialismo.

Sobre essas marcas apresentadas pela autora, trago para a reflexão, o que a Ministra da Igualdade Racial Anielle Franco²³, afirmou em seu discurso:

²³ "Educadora, jornalista, escritora, feminista preta, mãe de meninas, doutoranda, diretora do Instituto Marielle Franco e irmã de Marielle". É dessa forma que Anielle Franco se apresenta em seu perfil no Twitter. Ao já invejável currículo, ela acrescenta agora, aos 37 anos, o título de ministra da Igualdade Racial do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva."Cria da Maré", como gosta de dizer, se referindo ao conjunto de comunidades na zona norte do Rio onde nasceu, Anielle tornou-se uma voz importante na luta pelos direitos das mulheres negras e periféricas, sobretudo depois que assumiu a diretoria do Instituto Marielle Franco, criado logo após o assassinato da irmã vereadora, em 2018. Marielle foi brutalmente assassinada junto com o motorista Anderson Gomes, num crime político que segue sem resolução até hoje. Disponível em:

É preciso reconhecer que este país foi sedimentado sob hierarquias raciais, consequências do colonialismo escravocrata, das políticas eugenistas, e das narrativas pautadas na desigualdade racial. Aqui se desenvolveu o "racismo à brasileira", negando a nossa história e falseando uma memória em prol da farsa da democracia racial.²⁴

O endosso teórico deste capítulo é também fundamentado em Almeida (2022), O'Dwyer (2002), Ratt's (2006), Araujo (2017), Seyferth (1995), DaMatta (1998), Schwarcz (1993), dentre outros que consolidam a narrativa que tem por objetivo refletir e discutir sobre a questão quilombola no Brasil.

O **Capítulo 3** discute a Questão quilombola emergente em Catolé do Rocha, considerando as entidades, instituições e organizações que produziram e produzem influência cotidiana nas agendas de reivindicação, nas conquistas e nas organizações políticas dessas comunidades. Este capítulo é fundamentado nas visões de Barth (2000), Batista (2011), Maia e Cunha (2015), Miranda (2021, p.73), Mbembe (2017), (Silva e Souza 2020), Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), Diamantino (2016), assim como outras leituras potencializam o caminho que engendrou este capítulo.

Por último, o **Capítulo 4**, estabelece diálogos e concepções a respeito de gênero, raça e classe manifestadas no cotidiano dessas mulheres, dando relevo a seus processos organizativos, reinvenções e produção de dinâmicas de resistência e experiências que se configuram em seus territórios. Destaco que tais dinâmicas territoriais são entremeadas por relações de poder, traços existentes e perceptíveis na sociedade em Catolé do Rocha - PB. Para a fundamentação deste capítulo aciono em Akotirene, (2019), Almeida, (2022), Gonzalez (1983), Sousa (2017), Crenshaw (1991), Silva & Aquino (2014), Rosaldo (1974), Lorde (1984) foram essenciais para a condução das análises e discussões em torno das categorias gênero, raça e classe.

A proposta desta pesquisa é acrescentar e ampliar as discussões acerca das populações quilombolas, construindo registros acadêmicos que sirvam de base para que o Estado brasileiro possa garantir o acesso e cumprimento de direitos para essas populações, a partir da

<https://exame.com/brasil/quem-e-anielle-franco-ministra-da-igualdade-racial-do-novo-governo-lula/> Acesso em Janeiro de 2023

²⁴ Discurso de posse da Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/leia-integra-discurso-ministra-anielle-franco.htm> acesso em janeiro de 2023

compreensão da construção e apropriação de múltiplos significados identitários nas comunidades quilombolas.

ENCRUZILHADAS DA ESCRITA

“Quando não tinha nada, eu quis/ Quando tudo era ausência, esperei...”²⁵

Figura 3 - Crianças da Comunidade brincando



Fonte: Arquivo pessoal de Bidia

²⁵ Chico César. À primeira vista. <https://www.lettras.mus.br/chico-cesar/43885/>

2 ENCRUZILHADAS²⁶ DA ESCRITA²⁷

Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? [...] Não há necessidade de que as palavras infestem nossas mentes. Elas germinam na boca aberta de uma criança descalça no meio das massas inquietas. Elas murcham nas torres de marfim e nas salas de aula. Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. [...] Gloria Anzaldúa (1981, p.230).

Todas as manhãs junto ao nascente dia ouço a minha voz-banzo, âncora dos navios de nossa memória. E acredito, acredito sim que os nossos sonhos protegidos pelos lençóis da noite ao se abrirem um a um no varal de um novo tempo escorrem as nossas lágrimas fertilizando toda a terra onde negras sementes resistem reamanhecendo esperanças em nós. (EVARISTO, 2017, p. 13)

A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa grande' e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. Evaristo (2007, p. 21)

...falar é existir absolutamente para o outro. FANON, [1952] 2008, p.33

“Enquanto eu escrevo. Eu não sou o outro. Mas a própria voz. Não o objeto, mas o sujeito. Torno-me aquela que descreve. E não a que é descrita. Eu me torno autora, E a autoridade. Em minha própria história. Eu me torno oposição absoluta. Ao que o projeto colonial predeterminou. Eu retorno a mim mesma. Eu me torno.” (KILOMBA, 2015)

Eu disse: meu sonho é escrever! Responde o branco: ela é louca. O que os negros devem fazer...É ir pro tanque lavar roupa. (JESUS, 1996, p.43)

[...] não estou interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. (Nascimento apud Ratts, 2006, p. 19)

²⁶ As encruzilhadas são transescalares/ O mar é a encruzilhada transatlântica/ a Kalunga grande/ o horizonte afrotópico (MAYER, 2020, p. 56)

²⁷ Importante dizer que acredito na escrita não porque tentaram fazer dela algo mais requintado que a oralidade, mas por acreditar que podemos retomar para nós qualquer instrumento negado. A produção de conhecimento e a tradição da escrita são espaços onde muitas vozes negras foram deturpadas, omitidas e silenciadas. Se a cientificidade, portanto, atribui legitimidade à voz, faço aqui o uso dela. (RAMOS, 2019, p. 10).

Em 2018, Jair Bolsonaro tomou posse como presidente do Brasil, desde a sua eleição o país se fortaleceu sob a onda de avanço fascista, racista, misógino e excludente. Foi neste mesmo ano que iniciei o Doutorado em Ciências Sociais pela UFCG, na linha Cultura Identidades, um ano nada animador para se iniciar uma fase tão almejada, era hora de continuar a ver as esperanças e possibilidades ruírem frente aos olhos de quem veio da escola pública e pôde ser a primeira da família a acessar a pós graduação. As portas das oportunidades foram desmoronando e vimos surgir plenamente uma política de morte: de vida e de sonhos.

Para além dos desafios políticos, teóricos, sociais, econômicos e coletivos que se instauraram intensamente naquele ano, foi o começo de um desafiador percursos para todos os brasileiros, e aqui destaco os pesquisadores de pós graduação oriundos da classe trabalhadora que pesquisam os temas vinculados às classes subalternas. Foi necessária um tanto de resiliência para escrever linhas, olhar o mundo tomado pelas mortes da Covid-19, o retrocesso geral dos direitos e a ampliação dos discursos de ódio contra a diversidade brasileira.

Em um país fundado no escravismo e no colonialismo, o percurso para o debate étnico racial²⁸ nunca foi aveludado e tranquilo, mas ousou dizer que a época vivenciada de altos retrocessos nos impôs a ter maior força no campo de explicar o óbvio e lutar pelos direitos básicos. Desse modo, a elaboração desta escrita não foi um caminho asfaltado e sim esburacado, como as trilhas que nos levam aos quilombos sertanejos, esse caminho começou em 2009 e hoje em 2023 vejo o quanto existe de potência, resistência e transformação nas comunidades quilombolas sertanejas (GORENDER, 2010).

Quero falar sobre as encruzilhadas, estradas esburacadas, pontes e pausas que estiveram presentes neste processo. Gosto de sempre olhar atentamente para a foto a seguir, ela foi tirada no início da minha aproximação com as comunidades quilombolas em 2011, durante a gravação de um documentário sobre história e memória com a comunidade, quando pude participar ativamente e assim iniciar minha aproximação com essas populações. Pude ouvir as histórias, experiências, vivências e sobretudo acompanhar seus cotidianos de vida, reprodução e organização coletiva.

²⁸ No caso brasileiro, a questão racial como contradição primária da estrutura socioeconômica e psicocultural é um fato tão óbvio que deveria dispensar maiores argumentos. (Nascimento, 2019, p. 170).

Figura 4 - Gravação do documentário sobre Lagoa Rasa



Fonte: Arquivo pessoal do Projeto Xique Xique

Algumas destas pessoas da foto não estão mais nesse plano terrestre como o Seu Antônio Jatobá sentado no centro da imagem, um dos mais antigos da comunidade quilombola Lagoa Rasa, que faleceu no ano de 2017, assim também como Eliane Nunes (primeira da direita para a esquerda) que veio a falecer em 2020, foi coordenadora da ONG Visão Mundial, em Catolé do Rocha, que articulava as comunidades quilombolas no município, a organização local encerrou suas atividades em 2017.

Na época, eu tinha 19 anos e me deparava com um universo que me acompanharia o resto da vida nas mais diversas posições: trabalhadora, pesquisadora, amiga, ativista, conhecida, a amiga da amiga, a colega de curso de graduação, a menina da ONG e tantas outras que só apenas as comunidades quilombolas de Catolé do Rocha podem denominar.

Dora que também está na foto (segunda da esquerda para a direita), segue como uma das grandes lideranças e articuladoras da comunidade Lagoa Rasa, desde sempre vivenciando uma rotina de trabalho privado e público enquanto mulher quilombola, mãe de Joab, que segue

crescendo sempre debaixo dos olhos atentos da mãe, que o conduziu a educação pública com bastante proximidade e compromisso. Também sendo uma articuladora religiosa, que por meio da sua mobilização, construiu uma igreja na comunidade, com base em muitas campanhas e doações. Abaixo, uma foto que remete ao templo da Igreja Católica de Lagoa Rasa:

Figura 5 - Igreja Católica de Lagoa Rasa



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade Lagoa Rasa

Dora, mulher quilombola de Lagoa Rasa, possibilitou e intermediou a visita a comunidade, sempre disposta a contar sobre sua história, a vida do seu povo e os desafios de vivenciar as lutas da população quilombola. Um papel que sempre foi fundamental para ir rompendo com o imaginário folclorizado que ainda perdura na mentalidade das pessoas com relação às populações quilombolas, sobretudo no universo sertanejo, tomado pelas dimensões de coronelismo²⁹ e patriarcais que por sua vez estabelecem ondas de invisibilização e silenciamentos

²⁹ Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de

das diversidades sociais e políticas.

Figura 6 - Visita à Comunidade Lagoa Rasa



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade Lagoa Rasa

Na ilustração Dora, liderança quilombola de Lagoa Rasa recebendo jovens do município de Catolé do Rocha - PB. Uso esta passagem para demonstrar que foi assim que cheguei na comunidade Lagoa Rasa, sem entendimento sobre o que seria esse conceito, essas populações quilombolas e a vida destas pessoas.

Ouvir foi sempre um exercício essencial para que esta aproximação fosse construída e fortalecida ao longo dos anos, apesar dos tempos, todas estas mulheres sempre tinham muito a

sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável. Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o ãhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a ãgura do “coronel” ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis” (LEAL, 1975, p. 20).

dizer e a mostrar, sobretudo pelas transformações e desafios enfrentados em seus cotidianos. Porto (2011) nos remete a pensar como essas narrativas vão se desenhando na aproximação e no contato:

[...] as narrativas que provém da materialidade do discurso oral e memorialístico tornam-se um dos acessos à busca do homem pela significação da sua existência no mundo e com o mundo, a partir da constante relação social que mantém com os outros no seu cotidiano. Nós existimos com. E é assim que nos lançamos ao passado, tentando muitas vezes recompor nossa linhagem, no nosso próprio universo mítico. A narrativa memorialística do contar, do narrar sua história, do refletir-se na história do outro, reascende o fogo primitivo e mítico que sobrevive num sujeito contemporâneo muitas vezes atrelado à massificação das experiências e ao esvaziamento dos sentidos (p. 443).

Ao concordar com a autora, quando afirma que existimos com, afirmo que esta é uma das diversas situações que uso para aproximar o leitor sobre a relação estabelecida com esta comunidade. Especialmente, porque não há como falar de escrita e pesquisa sem tratar do contato, da inquietação e do atravessamento.

A potência dos encontros é um dos fatores motivadores para que as reflexões nunca parem. Antes de percorrer esses anos de pesquisa e leituras, foram necessárias várias tardes de interação com a comunidade Lagoa Rasa, mas também em espaços de discussões promovidos pelas lideranças e/ou organizações, reivindicações na zona urbana pela garantia de direitos e por último na internet. Os referidos momentos foram geradores de inquietações para que as reflexões dessem luz a esta tese.

Foi pelo contato com duas lideranças mulheres quilombolas que eu ouvi as primeiras histórias, experiências e momentos sobre a comunidade quilombola Lagoa Rasa. Elas se chamam Dora e Bidia (ilustração a seguir), estes são os nomes popularizados em Catolé do Rocha e região, duas irmãs que ao longo dos anos têm pautado diariamente a agenda quilombola no sertão e no estado da Paraíba. Elas desde os anos 1980 são ativistas e mobilizadoras, consideradas como mulheres de referência para que outras comunidades no sertão se organizassem politicamente para reivindicar seus direitos territoriais e de reconhecimento étnico.

Figura 7 - Bidia e Dora, líderes quilombolas



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade Lagoa Rasa

São essas mulheres que falam, reivindicam, lideram e contam diuturnamente sobre sua comunidade, em um contexto que, de acordo com Almeida (2022, p. 34)

O racismo governa as condutas por meio de tecnologias e de poder que permitem a agressão e justificam a destruição corporal ou simbólica daquelas populações, já que, quando se trata dos territórios quilombolas, estamos falando de uma série de práticas, saberes e valores que se perdem diante das dificuldades de continuar vivendo a partir de seus modos de vida tradicionais. Essa prática racista, conforme denunciado por Allan da Rosa (2013,p.14), “ assassina, abate, inviabiliza ou nega, desde o que há de institucional até o que pulsa de mais subjetivo.

Falar sobre si e sobre seu povo em um contexto brasileiro, é um ato de resiliência constante, tendo em vista que muitas vezes em pleno anos 2000 ainda é preciso falar o óbvio. Essas duas mulheres têm sido, desde que as conheci e sei que desde muito antes, incansáveis na constituição de lideranças quilombolas mulheres que rompem com o silenciamento.

São propulsoras de agendas mobilizadoras, porta-vozes junto ao estado, incentivadoras de outras lideranças na comunidade e principais responsáveis por manterem a dinâmica de articulação política e religiosa na comunidade.

A minha entrada no campo de pesquisa, me possibilitou inicialmente ouvir as mulheres e posteriormente, foram com elas que criei o maior vínculo, são mulheres de diversas gerações, podiam ser minhas avós, mães. Contudo, sempre é importante lembrar que:

Para a mulher negra o lugar que lhe é reservado é sempre o lugar menor, é o lugar da marginalização, é o lugar de menor salário, é o lugar do desrespeito com relação a sua capacidade profissional, sempre personagens secundários, quer dizer é paisagem, onde os brancos são protagonistas (Lélia Gonzalez, 1988, *Cultne Doc*) (SILVA, 2019, p. 37).

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir as carruagens e devem ser carregadas para atravessar as valas e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir carruagens ou a saltar sobre poças de lama e nunca me ofereceram melhor lugar algum! Eu não sou uma mulher? (Sojourner Truth, *Discurso Aint' I a woman?*, 1851) (SILVA, 2019, p. 37).

Assim como as duas lideranças mencionadas, destaco as mais jovens que seguem a trajetória das mulheres mais velhas e que buscam, nos dizeres de Gonzalez (1988) sair da condição de lugares de predestinação dos negros e negras. Uma delas foi minha colega de trabalho na ONG Visão Mundial e na graduação em ciências sociais na UFPB, situação essa que nos aproximou profundamente e onde pude perceber que as vivências nos levam a percorrer análises que rompem os campos teóricos postos.

Pude perceber que a maioria das narrativas enunciadas pelas mulheres acionam seus modos de vida como forma de demonstração do diacrítico e pela transformação da sociedade sob o apelo da justiça social.

Estes espaços muitas vezes de vínculos subjetivos, apresentam narrativas de luta e reivindicação, por vezes incessante e herdada por gerações. As trajetórias de dor são transmitidas

e servem para a própria sobrevivência da comunidade, com destaque para o que é de direito: a terra coletiva. De acordo com Mariléa Almeida:

(...) compreendido pela invenção de espaços de solidariedade e de transmissão das experiências orientados por uma ética do cuidado. Nessa perspectiva, territórios de afetos, não é um conceito definido pela identidade jurídica quilombola, nem pelo fato de se ter nascido num território. Mas, como criação situada no presente, é constituído pelos deslocamentos dos sentimentos relacionados tanto à materialidade da terra, seja o medo de perdê-la, seja o orgulho de preservá-la, quanto aos dispositivos dominantes de poder, que se baseiam nas exclusões de raça, de sexo e de classe. (ALMEIDA, 2016, p. 224)

Dentre as narrativas, destacamos a terra coletiva, na ilustração a seguir é possível observar a paisagem da entrada da Comunidade Lagoa Rasa, que representa esse campo contínuo que foi se abrindo em consonância com a estrada percorrida para que esta tese fosse possível.

Figura 8 - Entrada da Comunidade Lagoa Rasa



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Considero como marco dessa trajetória nos territórios de afetos, a memória dos meus primeiros contatos com a comunidade Lagoa Rasa, ocorridos por meio de oficinas que visavam a

formação política de lideranças mulheres.

As ações foram desenvolvidas por uma Ong local e cumpria propósitos de fornecer ferramentas e conhecimentos para a organização comunitária e criação de uma agenda de reivindicações. Estas práticas envolviam o agir e o pensar dentro do campo da sobrevivência nos territórios quilombolas, capaz de mobilizar sentimentos, histórias e modos de vida daquela população.

Foram várias as mulheres com as quais tive a oportunidade de conviver em espaços e tempos diferenciados, mas ousou dizer, que convivi com todas em algum momento nestes mais de 10 anos de contato. Foram os laços mais estreitos que estabeleci, construindo vínculos de confiança e trocas valiosas.

Porém, aqui intento dar maior enfoque a três:

- Dora, Liderança da Comunidade Quilombola;
- Bidia, por várias vezes candidata a vereadora e política na cidade
- Luciana França, Cientista Social e produtora de Cinema;

Essas três têm pontos em comum: têm relações de parentesco, sendo Dora e Bidia irmãs e Luciana sobrinha delas, são as porta-vozes da comunidade, atuam na organização política das comunidades quilombolas no município, e também no processo organizativo quilombola na Paraíba, destacadamente na Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas na Paraíba - CEQNEC.

A imagem a seguir é referente ao período de retorno das atividades presenciais em decorrência da Pandemia da Covid-19. A mesa que tratou sobre o tema: Consciência Negra³⁰, foi composta por Bidia, Dora, Fransuenia moradoras de Lagoa Rasa; Neto, liderança da Comunidade Quilombola São Pedro; José Maximino, liderança da comunidade Matão e Luciana França (utilizando o microfone em espaço de fala), liderando uma das ações na Comunidade Quilombola Lagoa Rasa.

Esta ação de mobilização e debate, realizada à frente da Associação Comunitária da

³⁰ A consciência negra está ancorada na cultura e na história das lutas travadas por nossos ancestrais contra a escravidão, o racismo e a opressão. A consciência negra se traduz na atitude efetiva em assumir os quilombos de hoje, verdadeiros espaços de resistência e de construção da dignidade de ser negro e de afirmação política da população negra. A consciência negra é a possibilidade de fazer coletivamente um futuro de dignidade e liberdade, que fundado na ancestralidade e na cultura, é um eixo de conhecimento, de referência identitária e de energia vital, traduzida em dinâmica de resistência, de desconstrução e reconstrução. (Cardoso, 2011, p. 219)

Comunidade Lagoa Rasa, reuniu estas três mulheres de gerações diferentes, que na atualidade, seguem na articulação e luta pela garantia de direitos da população quilombola.

Foi a forma que encontrei para demonstrar a liderança dessas três mulheres, realizando a mobilização comunitária e a resistência frente a qualquer desafio posto. Na mesa, a bandeira da CEQNEQ - Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba, simboliza a identificação com a pauta e auto organização identitária a nível estadual.

Figura 9 - Atividade na Comunidade



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade Lagoa Rasa

Esta mulheres, vivenciam e trazem a tona para o debate social, dando eco e amplitude ao transgredir lógicas que Almeida (2022, p. 35 e 36) denomina de governamentalidade racista:

Práticas de exclusão engendradas contra os corpos daqueles que vivem nos territórios quilombolas, materializadas em três direções. A primeira pelas tecnologias do poder expressas pela excessiva burocratização do processo jurídico, dificultando o acesso efetivo ao direito territorial; aqui, o corpo é afetado pelo cansaço da espera. A segunda, pelas constantes ameaças de perder a terra diante das investidas dos empreendimentos turísticos, do mercado imobiliário e dos proprietários de terra; nesse caso, o medo tem sido o afeto central entre as populações quilombolas. A terceira, pelos modelos normativos

de identidade construídos sob perspectivas culturais essencializantes; aqui, a valorização cultural tem sido a forma sofisticada de invisibilizar os efeitos do racismo nas comunidades quilombolas. Nesse caso, há certa tendência em exotizar os corpos, bem como de folclorizar as práticas culturais. Em suma, a governamentalidade racista mescla biopolítica e racionalidade liberal.

Tais transgressões da governamentalidade racista requer desses mulheres um corpo afetado não apenas pela espera e pelo cansaço, mas sobremaneira pela persistência; ao medo se promove coletividades como marca de um histórico de exclusão, mas também de resiliência para combater os poderes em disputa e dar visibilidade às demandas coletivas.

O ato de transgredir pode ser combatido com novos atos de transgressão, mas atos que não representam uma violação de direito ou uma ratificação de um comportamento de racismo institucional. Podemos dialogar com bell hooks, autora negra, feminista, que traz em sua obra a necessidade de transgredir para evoluir. hooks fala sobre entrar em sala de aula com o desejo de partilhar conhecimento e trabalhar pela liberdade como uma forma de transgressão e baseia parte do seu trabalho naquilo que é pregado por Paulo Freire, senão vejamos:

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade. (hooks, 2013, p. 273)

Assim, a autora busca trazer à tona uma luta pela transgressão como forma de se libertar dos atos de opressão e prega a educação como uma prática libertadora e emancipadora. Entretanto, enxergo as transgressões nas mulheres que protagonizam esses espaços que conversei, dialoguei e me inquietei. Parte destes arcabouços teóricos foram se unindo no caminho, de acordo com o movimento e dinâmica da vida, não cheguei a este campo enquanto pesquisadora, me constitui pesquisadora pela inquietude dos aprendizados, aprendi muito mais que complementei e o que trago nestas linhas são trajetórias que por muitos anos seguem sendo silenciadas, mas que resistem às estruturas patriarcais e racistas.

Como afirma Almeida (2022, p.37):

Fui notando que as histórias que mais me afetavam eram de mulheres que se valiam da transmissão de saberes como meio de transformarem a si e aos outros, mulheres que perceberam que era preciso criar espaços outros de subjetivação. Luta-se pela terra, mas é necessário fortalecer os vínculos para que se ocupe o território de forma potente e criadora.

Essas vozes foram ecoadas em várias épocas e em inúmeros momentos, dos anos 2010 - 2012 de forma mais cotidiana, por meio do contato em oficinas sobre fortalecimento e articulação política, várias vezes pude visitar a comunidade, ministrar oficinas e conversar sobre a realidade destas mulheres, nesta época os registros possuíam o caráter de relatório de atividades para a comprovação da realização das atividades junto a organização que eu atuava. Estes documentos possuíam quantidade de participantes, temáticas abordadas, como ocorreu a reunião, quais os pontos principais de discussão, informações que consolidavam a realização de atividades.

Contudo, por mais que tenha perdido registros que poderiam ser muito importantes para reflexões, as inquietações foram sendo germinadas e bastantes questões foram surgindo, dentre elas entender que todas eram mulheres, pretas e pobres em um contexto de subalternidade. Todos os preconceitos e exclusões eram cunhados fortemente por esses três marcadores sociais da diferença.

Esse fervilhar de inquietações me levaram a construir o caminho enquanto pesquisadora, para que eu pudesse entender e me aproximar sob outra perspectiva das comunidades quilombolas de Catolé do Rocha, foi assim que 2015 - 2017, elaborei a dissertação intitulada: MAMA ÁFRICA: OS QUILOMBOS DO SERTÃO E AS LUTAS DAS MULHERES DAS COMUNIDADES NEGRAS DE CATOLÉ DO ROCHA - PB. A seguir, a capa/imagem que foi mote deste trabalho apresentado em 2017.

Figura 10 - Capa da Dissertação “Mama África: os quilombos do sertão e as lutas das mulheres das comunidades negras de Catolé do Rocha – PB”



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

No decorrer deste caminho de pesquisa entre 2015 a 2017 executei a coleta de dados mediante a realização de entrevistas semiestruturadas. Contudo, construí com as interlocutoras o amplo caminho ao discorrer sobre o tema, suas vivências e suas realidades. E ainda que o roteiro de entrevista fosse previamente definido, busquei me aproximar das fontes, trazendo um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal, sempre fazendo uso do gravador,

concomitantemente ao uso de uma câmera que registrei as pessoas, as paisagens, os cenários e os contextos. Foi nessa época que adotei o diário de campo contendo as anotações sobre o que vivenciava em campo e os meus questionamentos.

É importante lembrar que o recorte de gênero apresentada na dissertação foi proposto após o retorno do primeiro trabalho de campo, com a percepção de que as mulheres são ocupantes ativas dos territórios quilombolas e que são agentes fundamentais na sistematização e reprodução dessa história e que neste momento se ampliaria enquanto tese. Ou seja, após a primeira ida a campo enquanto pesquisadora, realizei a escolha de me aproximar cada vez das mulheres e, posteriormente da interseccionalidade e feminismo negro.

Foi o trabalho de campo realizado até 2017, como um dos caminhos para essa elaboração, na visão de Rodrigues (2007), Oliveira (2000) e Brandão (2007), como um laboratório dotado de possibilidades, capaz de trazer para a sociedade novas informações e análises, assim também como uma vivência, o estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, também possibilitou estabelecer o contato enquanto pesquisadora com o cotidiano dos moradores das comunidades, fato que permitiu uma leitura não apenas das informações e das respostas, mas, sobretudo, do comportamento e das atitudes dos sujeitos e dos seus lugares.

Após minha inserção no mestrado, o retorno enquanto pesquisadora à comunidade, partiu de algumas famílias que já haviam migrado para a zona urbana. Desse modo, o restabelecimento do contato foi intermediado por Luciana França, que já havia se tornado minha colega na graduação em Ciências Sociais na UFPB, o que nos aproximou bastante. Fui bem recebida por todas as interlocutoras, porém sempre percebi que a característica de ser alguém que vai a comunidade realizar alguma oficina ou atividade, nunca foi esquecida ou perdida, tanto que até hoje recebo convite, embora eu tenha muito mais a ouvir destas mulheres.

Dora, na ilustração a seguir registrada em 2015, mostra um quadro com fotos de diversas épocas da comunidade, durante meu primeiro retorno ao campo enquanto pesquisadora. São fotografias de momentos importantes para o grupo e que foram descritos em detalhes pela interlocutora. Os dizeres: “negro sim, e daí? que intitula as fotografias mostradas revelam a valorização da história, bem como a trajetória de reconhecimento da comunidade no espaço-tempo.

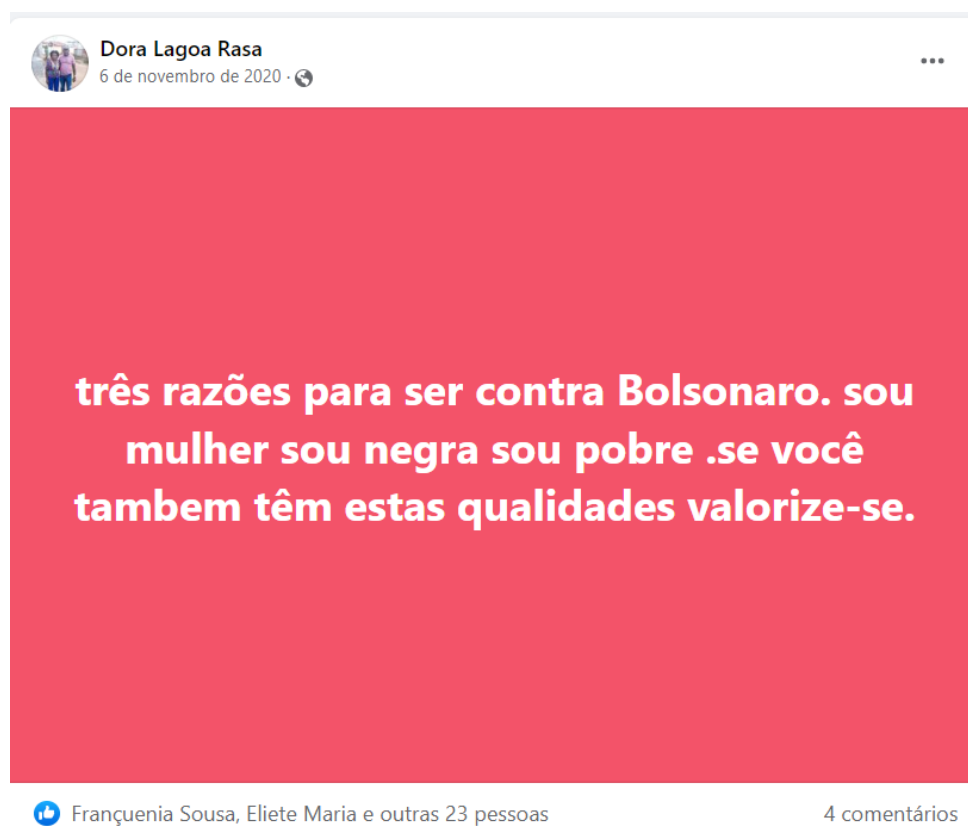
Figura 11 - Dora mostrando um quadro da Comunidade



Fonte: Arquivo pessoal da Pesquisadora

Entre a escuta e a observação do discurso posicionado dessa mulheres, destaco a seguir, a postagem no Facebook da liderança Dora que aponta as três categorias as quais acionamos no decorrer da elaboração desta pesquisa:

Figura 12 - Publicação do Instagram de Dora com posicionamento político



Fonte: Instagram

A postagem me remete à Bento (2002) quando afirma que a mulher negra tem sido uma das maiores vítimas da desigualdade racial na sociedade brasileira, sendo representada pelas baixíssimas condições socioeconômicas, como também, através das diversas formas de manifestações do racismo e das contradições de gênero e classe.

A narrativa que percorre nas comunidades quilombolas de Catolé do Rocha-PB, é contada majoritariamente por mulheres, o que põe em destaque sobretudo o papel da mulher quilombola nesses territórios de resistência, que possuem lugar, cor, gênero e várias especificidades que são constituídas por mulheres singulares e plurais.

O desenvolvimento das entrevistas e das observações em campo nos remeteu a informações importantes sobre como a comunidade e as mulheres quilombolas se constituíram. Segundo Cardoso de Oliveira (2000, p. 22) “Tais explicações nativas só poderiam ser obtidas por

meio da entrevista, portanto, de um ouvir todo especial. Contudo, para isso, há de se saber ouvir”. A prática de ouvir, foi sempre essencial, sobretudo na constituição do ofício de pesquisadora, e ainda destaca Cardoso de Oliveira (2000, p.22) quando diz que “a obtenção de explicações fornecidas pelos próprios membros da comunidade investigada permitiria obter aquilo que os antropólogos chamam de “modelo nativo”, matéria prima para o entendimento antropológico.

A busca pelo “modelo nativo” descrito pelo autor, esteve presente em todas as narrativas que ouvi atentamente, assim como não poderei deixar de mencionar a relevância dos relatos sobre o tensionamento vivenciado pelo contexto brasileiro no trato da questão quilombola. Considero que no contexto em que iniciamos a pesquisa, os avanços na conquista de direitos para as comunidades quilombolas eram insuficientes.

Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a situação ficou bastante conturbada, considerando que nos últimos 13 anos houve importantes implementações no que tange a políticas de igualdade racial. Na época o Brasil se deparava com a aprovação da PEC 5510 que proibia a população pobre, sobretudo a população negra, de acessar políticas públicas, além dos desmontes dos ministérios, era apenas o início de uma série de sucateamentos da política de igualdade racial.

Este retrocesso sempre possuiu o caráter racista e eliminou o que já havia sido conquistado e a possibilidade de avançar na conquista de direitos. Por sua vez, 2016 teve início a marca do retrocesso no Brasil, a situação do campo regrediu mais de uma década, com o número de 60 mortes, 20% a mais que nos anos anteriores, motivados pela represália contra a luta em favor da reforma agrária e pela reivindicação dos territórios tradicionais, segundo contabilizava o Conselho Indigenista Missionário - CIMI³¹.

Segundo Sousa (2017, p. 31) apontava-se que até 2015 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA realizou 30 titulações de territórios quilombolas, o que corresponde a 1,96% do total de processos de regularização fundiária abertos. Dos 1.533 processos abertos no INCRA, apenas 415 (27,07%) estão em andamento, ou seja, quase 73% dos processos quilombolas foram apenas recebidos pelo INCRA e não foi dado o devido encaminhamento. Desses 415, quase a metade (201) estão ainda na fase do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), fase inicial do processo de titulação.

³¹ <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/>

Esta foi uma época de muito esforço para que eu pudesse apreender teoricamente sobre o que já havia sido dito sobre quilombos, e ao mesmo tempo, perceber que pouco se fala sobre os quilombos do sertão e menos ainda sobre as mulheres quilombolas de Catolé do Rocha. Reafirmo destacar os períodos históricos que esta pesquisa foi sendo desenvolvida, por considerar que os momentos políticos nacionais possuem forte influência sobre a vida dos brasileiros em todas as suas dimensões, comprometendo e conduzindo o fluxo do cotidiano e de suas existências.

Foi por meio da aproximação com Bidia, que pude viver um dos momentos mais emocionantes enquanto pesquisadora, em 2016 acompanhei sua campanha eleitoral em Catolé do Rocha, foram vários dias percorrendo a zona urbana e rural de moto táxi, a fim de perceber como esta mulher preta e pobre elaborava este cenário entremeado por relações de poder. A foto a seguir, foi de um dos dias em que visitamos uma comunidade rural, com o intuito de apresentar sua candidatura e suas propostas.

Minha aproximação desta parte da trajetória de Bidia, cumpre não apenas o papel de pesquisadora, mas sobretudo o engajamento feminista negro que impulsiona que a política deve ser ocupado por mulheres negras, que a representatividade é uma agenda urgente dentro da nossa estrutura estatal. Desta forma, ao mesmo tempo que anotava, observava, fotografava, também nutria-se em mim uma profunda admiração por esta mulher que rompeu inúmeros padrões e ocupou um ambiente extremamente preconceituoso.

Figura 13 - Durante a campanha de Bidia para vereadora



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Destaco um dos discursos de Bidia durante a sua candidatura:

Eu sou sangue quente, meu jeito de ser é esse, pois eu não sou do tipo de política que engana o povo...Catolé ainda sofre com a herança do Coronelismo. Aqui tem seca, tem mas que tenha poço, tenha cisterna, que chegue nas comunidades quilombolas, temos que avançar nas políticas públicas, a gente pede que chegue às políticas públicas Eu apresentei o meu nome por acreditar na política diferente, eu venho dos movimentos sociais, das lutas sociais, dos quilombolas, sou filha de Catolé e conheço toda a realidade do município de Catolé e é por isso que apresentei meu nome como candidata a vereadora e apresentando propostas porque acredito numa transformação na Câmara de Vereadores, acabando com essa política de assistencialismo e avançando nas políticas públicas que possa atender os jovens, investindo no esporte masculino e feminino, minha proposta de vereadora é ocupar uma das 13 cadeiras para fazer projeto de lei junto com a juventude, fortalecendo os grupos de juventude e junto com os jovens cobrar o Estatuto da Juventude e a política para os jovens de Catolé do Rocha transformando a secretaria de cultura\ voltada para os jovens, investindo nos artistas de Catolé, para que tenha atividades para os jovens.(Bidia, Discurso no Debate dos Vereadores)

Nestes dois anos muito intensos, de várias idas a campo, de conversas, de telefonemas, de vivência na campanha eleitoral, foram construídos laços que foram cultivados. Além disso, pude

ir me desenvolvendo e aprendendo enquanto pesquisadora, o que me resultou nos diários de campo, nos arquivos de foto, nas inúmeras memórias que às vezes fica difícil transpor para o papel pela tamanha dimensão de subjetividade.

Por muitas vezes, me sinto com dificuldades de organizar diversas informações que foram sendo assimiladas ao longo do tempo, por isso acredito que nenhum trabalho acadêmico, se esgota em si, ele desagua e se dinamiza à medida que se movimenta.

Escrever enquanto feminista negra é um desafio, sobretudo quando nós mulheres não somos ensinadas a escrever e nem sermos vistas com autoridade para a escrita em um lugar tão recente para as classes populares, a ciência. Segundo Flávia Peret (2018, p.36) no ato de escrever:

Não apenas resistimos a alguma coisa, mas re-existimos (inventamos/criamos) com alguma coisa, conjuntamente. A escrita como resistência é uma forma de fabricar e fabular outros modos de escrever que são também outras existências, diferentes daquelas que, culturalmente e historicamente, aprisionaram mulheres e homens em concepções binárias de sexo ou em papéis sociais de classe raça e etnia fixos e perversos.

É necessário gestar e recriar observando o campo da emoção e não se deixar imobilizar pelas duras e violentas exclusões sociais. Escrever requer pausa, mas também exige movimento. Para que o oxigênio da escrita fosse mantido, sempre acionei mulheres como Glória Alzandúá e Carla Akotirene. Por isso que a escrita, por mais que se estabeleça solitária, ela se desenvolve coletivamente, é acionada subjetivamente para o mundo que nos envolve. De acordo com Akotirene (2020, p.22, 23 e 24)

Contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde a sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça. O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo [..] A concepção de mundo que interessa ao feminismo negro se utiliza de todos os sentidos [...].

Em 2017, o Brasil tinha Michel Temer, pós golpe, enquanto presidente do Brasil, nesse momento quase nada restava de políticas públicas para as populações quilombolas e o discurso de ódio se alastrava pelo território nacional, foi nesse cenário, que eu finalizava a pesquisa do mestrado e pude entregar em mãos para as mulheres quilombolas de Catolé do Rocha, o primeiro

trabalho sobre a luta e resistência delas.

Figura 14 - Entregando a Dissertação “Mama África” a Bidia



Fonte: Arquivo pessoal da Pesquisadora

Trazer estas mulheres para o cerne das discussões se tornou uma ordem pessoal acadêmica, ao qual comecei a lançar luz sobre a trajetória de Bidia, que por várias eleições rompeu com a barreira imposta da exclusão para a não ocupação dos espaços políticos partidários.

Este era um exercício de falar sobre mulheres quilombolas catoleenses, de onde eu nasci, embora já há algum tempo havia ido embora de lá. Por vezes sentia uma sensação de proximidade e outras vezes de raiva por ver aquele lugar que tinha afeto, repleto de situações sociais que me davam raiva, Alzanduí (2020, p. 152 e 154) traduz um pouco sobre esse sentimento:

Você fica mais perto de casa quando está mais longe. Como escritora, posso

escrever sobre os lugares depois de ter partido, mais do que quando ainda estava lá. Isso é ainda mais verdade quando escrevo sobre meu lar. Esses sentimentos de ser uma forasteira, alienígena, geraram em mim o ímpeto de explicar coisas a mim mesma e as outras pessoas. Comunicar sentimentos frequentemente me faz sentir como uma chaleira deixando o vapor escapar. Ao mesmo tempo em que escrever e falar funcionam como válvula de escape, também são ações políticas que brotam do impulso de subverter, resistir, educar e promover mudanças.[...] Durante todo o tempo de minha educação escolar quem produziu conhecimentos eram as pessoas brancas de classe média e alta - aquelas que tinham poder nas universidades, nos estabelecimentos científicos, no mundo editorial e artístico. Eles produzem as teorias e os livros que líamos. Eles produzem os valores inconscientes, visões e assunções sobre a realidade, sobre a cultura, sobretudo. Nós internalizamos, nós assimilamos essas teorias.

Assim como Alzandúá, sustenta em suas narrativas, acredito que é sempre importante lembrar sobre a perspectiva de que “ ler e escrever é descobrir, literalmente, onde está com os pés fincados, que posicionamento está tomando”. De um mestrado com o eco do “Não vai ter golpe” para um Doutorado com o clamor: “Fora Bolsonaro”. Pesquisar e escrever é, sobretudo, assumir uma posição política frente ao mundo, elaborar o percurso tendo em vista o que sustenta Paulo Freire “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”.

Portanto, este percurso acadêmico e pessoal se assenta sob a base da construção de uma sociedade antirracista, pois de acordo com Angela Davis “Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Desse modo, esta tese também assume um papel político de construção de uma sociedade livre do racismo.

A partir de 2018 foram anos nefastos, vivenciei o que não esperava em todos os âmbitos, os planos com relação ao campo de pesquisa tiveram que ser refeitos e redesenhados. O que havia sido planejado para momentos presenciais se tornaram em virtuais, assim também como os inúmeros momentos de travamento na escrita e falta de horizontes em meio a uma pandemia mundial.

Esse foi um período que, diferentemente do mestrado, acompanhei a comunidade quilombola Lagoa Rasa e as suas lideranças, de forma virtual. Dessa forma passei a acompanhar diariamente os posts e produções de conteúdo feitos pela comunidade. De modo que, notoriamente, o espaço das redes sociais ganhou uma ocupação que nunca havia sido vista antes. De acordo com Dornelles (2004, p. 13)

A vivência do indivíduo no ciberespaço é tão dramática, emotiva e complexa quanto a interação face a face. Além disso, a própria interação face a face é desejada pelos internautas. Em todo o momento ficou clara uma propensão que eles têm de interagirem, a partir do encontro virtual em chat, face a face em um segundo momento. E essa não é uma questão que deva ser naturalizada e deixada de lado. Se existe na representação simbólica dos internautas uma aproximação entre modos on e off-line de vivência, e uma busca, via Internet, do encontro pessoal (compartilhando territórios da cidade), então alguma coisa ocorre diferentemente do até então pregado por alguns pesquisadores do tema. (DORNELLES, 2004)

Em 2020, durante a Pandemia da Covid-19, Bidia e candidata a vereadora novamente, dessa vez, não pude acompanhar presencialmente dada a situação de isolamento social, mas foi o período que observei atentamente suas manifestações nas redes sociais, esta ocupação na internet foi pela primeira vez muito forte, em sua trajetória.

Impossível não lembrar de trabalhos memoráveis que nos permitiram e permitem ouvir a voz de mulheres camponesas, indígenas, quilombolas e trabalhadoras urbanas, em teses, dissertações, livros e artigos que estão inseridos em portais acadêmicos como o Portal da Capes, Redalyc, Scielo e nos portais dos Programas de Pós-Graduação do Brasil. Trabalhos que têm enriquecido o acervo de estudos sobre as mulheres latino-americanas, tendo como recurso metodológico a História do Tempo Presente. Nessa direção é que se inscreve o trabalho em pauta, embora nele, em razão da sua especificidade e espaço de escrita, tenhamos escolhido abordar apenas o aspecto metodológico, contexto e aprendizados das entrevistas online. Devido ao distanciamento social necessário à segurança durante uma crise sanitária global, a pesquisa de campo encontra alguns percalços que diferem do modo presencial. A possibilidade via online esbarra, por vezes, em restrições vinculadas às questões técnicas como: demanda por acesso à internet e a necessidade de aparelhos em condições viáveis, se estão com boa saúde e com instrumentos materiais para a sua preservação, e se possuem disponibilidade mental, no campo das subjetividades, para adentrarem em memórias que podem ser delicadas [...] A impossibilidade de “ir lá” ao encontro das mulheres e de fazer leituras e interpretações alimentadas pelo contato imediato nos conduziu à pesquisa via plataformas digitais. E essas nos puseram diante de questionamentos inevitáveis, tais como: não colocaria esse formato uma distância muito maior entre o pesquisador e o entrevistado de forma a acentuar o desconforto para uma conversa que chegasse ao objetivo proposto? O intento inicial era criar uma relação interpessoal, característica da observação participante. (ELÍBIO JUNIOR et al, 2022, p. 82)

Assim pude acompanhar a sua campanha eleitoral, feita ostensivamente nas redes sociais, dado o contexto pandêmico, quanto a comunidade quilombola Lagoa Rasa que passou a produzir

conteúdos para instagram³², plataformas de podcast³³, facebook³⁴ e youtube³⁵.

Ainda é um cenário novo para mim, esse acompanhamento nas redes sociais, mas este foi fundamental para o prosseguimento da pesquisa e sobretudo a observação de novas manifestações destas populações. De acordo com Ferraz (2019, p. 49)

Em nossa análise etnográfica em redes digitais percebemos que extensão deste método para as práticas analíticas em rede não corrompe a Antropologia, ela reatualiza os fundamentos da etnografia pela possibilidade do encontro com uma série de dados, os quais isolados podem parecer insignificantes, mas que juntos, conforme Mauss inspira a pensar, seguem a “representação da concentração de uma série de princípios e valores”. Este aspecto, demonstra a entrada ao campo como maneira preliminar para selecionar os dados, o que requer tanto para as sociedades antigas e tribais como para as contemporâneas e representadas em redes digitais, o princípio da observação da sociedade. Ou seja, pelo acesso à conexão on-line é possível a observação e o contato garantidos como base preliminar, na busca on-line como primeira fonte para a maioria dos objetos de estudos. Desse modo, pela viabilidade da tecnologia, facilita-se os registros e recortes que podem ser salvos em pastas digitais para posteriores análises sobre as articulações, proporções e relações dos fatos sociais diagnosticados. Para este antropólogo, é na mudança das formas da ciência entender os fatos, e acrescenta-se aqui, nas convergências que os fatos podem fazer com as teorias aplicadas, onde se emerge o “valor de descobrimento” na etnografia. A atenção sobre as “dificuldades subjetivas nos estudos das culturas” em redes digitais, pode ainda, seguir certas advertências da Antropologia de Mauss, principalmente quando se atende “ao perigo da observação superficial”.

Em um certo dia, recebi um pedido de solicitação para seguir, do perfil da comunidade Lagoa Rasa, a partir daí, senti que este era um caminho a ser ressignificado enquanto

³² O Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como Facebook, Twitter, Tumblr e Flickr

³³ De maneira muito simples, podcast é um programa de áudio que fica disponível em dispositivos com acesso à internet. A palavra é uma junção de iPod (dispositivo de áudio da Apple) e broadcast (que é a distribuição de conteúdo de rádio ou TV). O termo surgiu no começo do anos 2000, mas o primeiro episódio no Brasil ficou disponível em 2004. Podemos dar os créditos pela criação deste formato de transmissão de áudio ao ex-VJ da MTV Adam Curry, que é considerado um dos seus principais responsáveis. A popularização dos podcasts aconteceu pela facilidade de acesso ao conteúdo. Os programas ficam disponíveis sob demanda, ou seja, você pode ouvir o que quiser, na hora que quiser e onde qu... - Veja mais em <https://www.uol.com.br/tilt/faq/o-que-e-podcast.htm?cmpid=copiaecola>

³⁴ Facebook é uma mídia social e rede social virtual lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Meta, Inc..[3] Em 4 de outubro de 2012, o Facebook atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos, sendo por isso a maior rede social virtual em todo o mundo.[4] Em 27 de junho de 2016, o Facebook atingiu a marca de 2 bilhões de usuários ativos.[5] O nome do serviço decorre o nome coloquial para o livro dado aos alunos no início do ano letivo por algumas administrações universitárias nos Estados Unidos para ajudar os alunos a conhecerem uns aos outros. O Facebook permite que qualquer usuário que declare ter pelo menos 13 anos possa se tornar usuário registrado do site

³⁵ YouTube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos com sede em San Bruno, Califórnia. O serviço foi criado por três ex-funcionários do PayPal - Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim - em fevereiro de 2005.

pesquisadora neste contato e um ambiente a ser observado. Estive me propondo a acompanhar de maneira sistemática diariamente e realizando prints das postagens, tomando como ponto de observação primordial as postagens dos integrantes das comunidades quilombolas em redes sociais (em especial, no Instagram, no Youtube e no Facebook).

Além da observação das redes sociais, pude conversar de forma online e por telefone com estas mulheres, Foram trocas de mensagens e áudios pelo whatsapp que para além dos elementos das suas vidas foram necessários para manutenção desses vínculos de confiança e afeto. É considerável lembrar que “envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico” (BRANDÃO, 2007, p. 12).

As perguntas acabam muitas vezes por terem o condão de revelar aspectos das vida dos entrevistados que podem ser desconfortáveis, motivos pelos quais os vínculos de confiança são necessários de serem estabelecidos e garantir uma conversa apropriada e objetiva entre entrevistador e entrevistado.

Sobre o exposto, Canetti afirma o seguinte:

As perguntas buscam respostas [e] não apenas retêm o inquirido externamente. Com cada resposta ele mostra uma parte mais de si. Podem ser coisas sem importância, superficiais, mas lhe foram extraídas por um desconhecido. Estão relacionadas com outras que jazem mais ocultas e que ele considera mais importantes. O desgosto que experimenta não tarda em tornar-se desconfiança (CANETTI, 1995, p. 281)

A citação acima corrobora com a necessidade de estabelecer vínculos de confiança com os entrevistados, algo que a pesquisadora almeja e alcançou através da estruturação de vários contatos com as pessoas entrevistadas, tendo um histórico de acompanhar a comunidade de Lagoa Rasa e conhecer vários de seus integrantes.

Acerca da importância dos vínculos de confiança, temos o seguinte:

Goldenberg (1997) assinala que para se realizar uma entrevista bem sucedida é necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança, não discordar das opiniões do entrevistado, tentar ser o mais neutro possível. Acima de tudo, a confiança passada ao entrevistado é fundamental para o êxito no trabalho de campo. Além disso, existe um código de ética do sociólogo que deve ser respeitado. (GOLDBERG, 1997, apud BONI, QUARESMA, 2005)

A condução desta pesquisa pela via da internet se deu principalmente pela razão sanitária

da Covid-19 fundamentados no DECRETO Nº 40.122 DE 13 DE MARÇO DE 2020³⁶ que ocasionou o isolamento social como medida de segurança e proteção à vida.

A primeira conta no instagram na época denominada @comunidade_lagoa_rasa surgiu em 2020, possuía uma frequência de postagem de cerca de três postagens por semana, em torno da história e memória da comunidade, entendi que tinha um objetivo de sistematizar todas as informações possíveis da Lagoa Rasa em um espaço que também fosse visível para todos. Para além do acompanhamento do que era postado nas redes sociais fui mantendo contato via whatsapp com as mulheres, elas iam contando da rotina e do que vinha acontecendo.

Foi possível perceber, com o acompanhamento das redes sociais que até 2022, as postagens acerca das comunidades quilombolas, “furaram a bolha” e passaram a ser também assunto nas pautas das redes sociais da Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha, como podemos ver no último post realizado pela equipe de comunicação da prefeitura, sobre o II Simpósio Todos Somos Um - em alusão ao Dia da Consciência Negra.

A Articulação de Comunidades Quilombolas do Alto Sertão realiza - em parceria com a Prefeitura de Catolé do Rocha - o II Simpósio de Consciência Negra "Todos Somos Um". Na programação do II Simpósio "Todos Somos Um", destaque para 03 (três) palestras: 'O enfrentamento do racismo estrutural e institucional', 'Saúde da população negra com ênfase na anemia falciforme' e 'A superação do racismo e o mecanismo da garantia das leis'.

Segue abaixo o print divulgando a realização da atividade presencialmente promovida pelo poder público municipal em Novembro de 2022:

³⁶ Declara situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde.

Figura 15 - Celebração da Consciência Negra com o II Simpósio Todos Somos Um



Fonte: Instagram

Ou seja, de 2020, onde começou a ocupação nas redes sociais por parte das comunidades quilombolas de Catolé do Rocha, até 2022 foi possível ver o engajamento de Redes Sociais

oficiais do poder público com relação à temática. escolhi uma postagem mais recente para ilustrar que essa ocupação nas redes sociais segue até recentemente e o quão necessária ela se faz para chegar a outros públicos que não necessariamente esteja no rol de engajamento dos perfis das comunidades quilombolas de Catolé do Rocha.

A seguir, é possível ver mais uma vez a promoção de campanhas em torno do debate étnico racial, sendo promovido pelo perfil oficial no facebook da Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha.

Figura 16 - Publicação do perfil da Prefeitura de Catolé do Rocha sobre o dia da Consciência Negra



Fonte: Instagram

Ao realizar o tratamento das informações veiculadas pelas redes sociais, maioria das postagens tratavam de temas como:

- A história da comunidade;
- Relatos de saudades dos momentos presenciais;
- Campanhas de Combate ao Racismo e Luta por Direitos;
- Campanhas para que as pessoas ficassem em casa durante a pandemia da Covid-19;
- Campanha eleitoral de Bidia, a vereadora durante a eleição de 2020.
- Campanha de Vacinação contra a Covid-19;

A seguir temos um print de uma postagem de um dos primos de Bidia, chamado Valdeci Sousa, irmão de Luciana França, realizando campanha para Bidia durante as eleições a vereadora municipal, em 2020.

Figura 17 - Publicação de Valdeci sobre a candidatura de Bidia



Fonte: Instagram

Essa é apenas uma das imagens expostas na internet, das quais falarei mais à frente no

decorrer desta tese. Tendo em vista, que a envergadura deste trabalho se situa na elaboração de como estas mulheres vão se constituindo e são fundamentais enquanto lideranças quilombolas no contexto catoleense a partir do agenciamento de categorias como: Gênero, Raça e Classe.

Porém, de acordo com Silva & Aquino (2014, p.207) “A disseminação da informação por meio do uso da Internet pode contribuir para uma sociedade mais informada, mas não garante isso. Além do acesso às tecnologias intelectuais, a população necessita de acesso à educação.”, aprofundando mais um pouco sobre a discussão em torno da ocupação das redes sociais pelas comunidades quilombolas, Silva & Aquino (2014, p.207) explicam:

As pesquisas sobre as relações étnico-raciais e sua relação com a disseminação de fontes de informação na Web implicam em construir e juntar os fragmentos da memória coletiva da história da população negra. Elas possibilitam uma concepção de um conhecimento que sirva para reduzir as discriminações, os racismos e os preconceitos que submetem negros a humilhações, excluindo-os dos diversos âmbitos da sociedade. É possível constatar que, desde o processamento, passando pelo tratamento da informação étnico-racial e chegando à sua disseminação e memória, o profissional da informação deve abandonar o preconceito em relação a qualquer suporte informacional, sejam eles físicos, digitais e virtuais, e fazer com que as fontes de informação étnico-racial da Web possam inovar as práticas de mediação na disseminação dessa informação para os diferentes usuários-aprendentes da grande rede. Os profissionais da informação, conjuntamente com pesquisadores, professores e alunos, devem construir uma rede social sobre as fontes de informação da Web, aliada às práticas culturais desenvolvidas pelos movimentos sociais que sirvam para desvelar a realidade e as contradições. A partir do ponto de vista de um profissional da informação, que se preocupa com o uso e a apropriação da informação disponibilizada na Web pelos grupos socialmente invisibilizados, entendeu-se que caberia ao Estado e aos Conselhos de Educação elaborar políticas de reparações por meio de programas de ações afirmativas e políticas de informação que orientem a sociedade, seus representantes e a comunidade científica para corrigir as desvantagens e a exclusão nessa sociedade excludente e discriminatória, que invisibiliza seus atores sociais, por meio de preconceitos e diferentes formas de negação de sua cultura de origem, impondo uma cultura dominante, que impera, dita normas e valores, exclui e fecha as portas aos menos favorecidos socialmente. A disseminação da informação étnico-racial, por meio da Web, faz com que os sujeitos tenham condições de modificar suas ações e, conseqüentemente, passem a ter maior controle e integração com as instituições sociais de forma mais democrática.

Nesse sentido, nos apoiamos na condição de que as ferramentas da web têm contribuído diretamente para ampliar o debate dos grupos sociais que possuem uma agenda de reivindicações e luta por direitos, sobretudo se apoiam nos espaços de educação para possibilitarem a visibilidade de suas trajetórias.

Contudo, é necessário ressaltar que a internet não garante a participação e inclusão de

todas as pessoas, o que na maioria das vezes incide no aprofundamento das desigualdades. Nesse ponto, é de suma importância considerar a interseccionalidade como categoria de análise.

Figura 18 - Publicação da Comunidade Lagoa Rasa sobre influenciadores negros



Fonte: Instagram

A postagem acima feita pela rede social Instagram da comunidade quilombola Lagoa Rasa, emite o posicionamento do uso das redes para se falar mais alto, tal postagem delibera sobre as ações realizadas pela comunidade para a ocupação das redes em torno da sua identidade, história e agenda política. Após acompanhar os perfis, desde 2020, considero que são páginas ativas com até mais de uma postagem por semana, sempre pautando temas relacionados à presença quilombola em Catolé do Rocha, Gênero e Igualdade.

Figura 19 - Publicação de Bidia sobre III Oficina de Artesanato na Comunidade Quilombola de Lagoa Rasa



Fonte: Instagram

Na imagem acima, é divulgado no Instagram da liderança quilombola Bidia, a Oficina de Artesanato na Comunidade Lagoa Rasa, a utilização dos espaços da web demonstram a possibilidade de ocupar com transmissão de saberes tradicionais e visibilidade das mulheres negras.

Figura 20 - Publicação de Bidia sobre raça



Fonte: Instagram

Esse outro post é caracterizado pela reivindicação da luta contra o racismo, igualdade social nos espaços de trabalho, contando que é importante ressaltar que na grande parte dos casos, as mulheres quilombolas estão submetidas a subempregos que não garantem nenhum tipo de direito garantido.

Figura 21 - Publicação do Instagram da Comunidade Lagoa Rasa sobre o Podcast Voz Quilombola



Fonte: Instagram

Por fim, vemos a utilização de mais uma ferramenta de comunicação, que é o podcast utilizado para possibilitar o registro e difusão das memórias da comunidade quilombola. Considero um amplo espaço ocupando a internet, utilizando diversas ferramentas de modo resiliente e com bastante resistência.

Para além dos caminhos percorridos acima, inicialmente, foi realizado um levantamento de autores que discutem a questão quilombola na Paraíba. Busquei essas informações nas bibliotecas particulares e públicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Nos sítios da internet, realizei uma pesquisa de artigos publicados em periódicos localizados no portal da Capes e Scielo.

Realizei pesquisa bibliográfica no Arquivo Público do Estado da Paraíba; no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR); no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); no Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba (NEABI/UFPB), na Biblioteca Central, nas Setoriais de

Geografia, História, Sociologia e Antropologia e na biblioteca Enzo Melegari do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, localizadas na UFCG, UFPB e UEPB

Além destes, o desenvolvimento pesquisa junto aos portais de ONGs a exemplo da Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes (AACADE/PB), da Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas (CECNEQ/PB) e do Observatório Quilombola da Koinonia em busca de dados referentes às comunidades quilombolas no Brasil, e mais especificamente, no sertão da Paraíba

Do ponto de vista quantitativo, busquei nos censos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Cultural Palmares – FCP e Organizações não governamentais – ONG's, informações sobre as comunidades negras do estado.

Nos cenários nacional e internacional, surgem novos horizontes que passam a incluir os grupos sociais marginalizados na história do Brasil, sobretudo, os negros. Assim, duas pesquisas nos ajudam a pensar a questão da identidade: Stuart Hall (2009; 2011), que parte da ideia de que há uma crise de identidade nacional, na sociedade moderna. O autor estuda profundamente a diáspora afro-caribenha, e Kabengele Munanga (2008, p. 15), traz um debate sobre a identidade nacional, particularmente no Brasil, com foco no debate da mestiçagem. Essa identidade, para o autor, “recorreu aos métodos eugenistas, visando ao embranquecimento da sociedade”

Utilizamos registros de áudio, documentação fotográfica e instrumentos de coleta semiestruturados como técnicas de pesquisa. Segundo Queiroz (1991, p.6) “a entrevista como técnica por excelência é a forma mais antiga e difundida de coleta de dados orais nas ciências sociais”. Na visão da autora, o objetivo é a captação da dinâmica social a qual o indivíduo faz parte, percebendo o contexto social do grupo a partir da fala do sujeito.

A pesquisa foi desenvolvida por meio dos métodos qualitativos e quantitativos, na perspectiva de ampliar e possibilitar maiores informações no que se refere ao objeto deste projeto. O método qualitativo foi utilizado para contribuir em fundamentações e percepções críticas e dialéticas, por entender que o contexto político, social, cultural e econômico dos quilombos no Sertão da Paraíba vem adquirindo novas figuras, conceitos, nuances e territorialidades.

Para aprender técnicas qualitativas é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas, o que foi possível com as anotações do diário de campo. Segundo Queiroz (1991, p.23)

As técnicas qualitativas procuram captar a maneira do ser do objeto pesquisado, isto é, tudo o que o diferencia dos demais; a sociologia já tem sido por isso chamada de “ciência das diferenças”. Por meio da separação das diversas partes que compõem um todo (quer este seja um grupo ou uma sociedade, quer esteja constituído por uma coletividade definida pelo pesquisador) é ele decomposto, para ser recomposto de acordo com as divisões do projeto previamente traçado.

Segundo Minayo(2009), o método qualitativo é apropriado quando o fenômeno em estudo é complexo e amplo e a quantificação não é suficiente para compreender o fenômeno, por isso o método qualitativo é usado quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.

Considerando as pesquisas documentais e bibliográficas, os trabalhos de campo e os conceitos que serão empregados nesta tese, parti do pressuposto de que ele se apresentou como uma contribuição para o desvelamento da trajetória social, política e histórica dos negros na Paraíba.

A arte³⁷ sempre esteve presente no decorrer desta trajetória acadêmica, foi por meio da literatura e dos documentários que o fôlego foi retomado nos momentos mais difíceis, sobretudo durante a pandemia da covid-19 e o isolamento social, nesse campo destaco, a obra Torto Arado, de Itamar Vieira Junior,³⁸ que tais construções literárias foram um forte impulsionador de reflexão e condução da minha análise e desenvolvimento desta pesquisa. A escrita de Torto Arado muito se assemelhava com a vida de várias comunidades quilombolas paraibanas, abaixo destaco alguns trechos que até hoje me mobilizam e trazem a tona inquietações do ponto de vista da vida, cultura, organização, redes de solidariedade e resistência das populações quilombolas.

“Que usura! Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana!”. Outro respondia, com misto de deboche e indignação: “Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo.

³⁷ [...] a “arte” pode ser um modo particular de visar e de desenvolver as práticas humanas e que o link entre práticas humanas e arte é fornecido pela improvisação.(Bertinetto, 2017, p. 77 apud MAYER, 2019, p. 26)

³⁸ Itamar Vieira Junior nasceu em Salvador, em 1979. É geógrafo e doutor em estudos étnicos e africanos pela UFBA, e autor de DIAS e A ORAÇÃO DO CARRASCO. Recebeu, em 2020, o Prêmio Jabuti de melhor Romance Literário e o Prêmio Oceanos de Literatura com TORTO ARADO. Nas profundezas do sertão baiano, as irmãs Bibiana e Belonísia encontram uma velha e misteriosa faca na mala guardada sob a cama da avó. Ocorre então um acidente. E para sempre suas vidas estarão ligadas — a ponto de uma precisar ser a voz da outra. Numa trama conduzida com maestria e com uma prosa melodiosa, o romance conta uma história de vida e morte, de combate e redenção. <https://todavialivros.com.br/livros/torto-arado>

Tinha consciência de nossa história. Sabia o que o nosso povo tinha sofrido desde antes de Água Negra. Desde muito tempo... Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada... A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade.

Os vizinhos e vinham nos visitar, fazer votos de melhoras. Minha mãe se revezava com as vizinhas, que olhavam os filhos menores enquanto ela cozinhava papas, mingau de cachorro para ajudar na cicatrização, purés de inhame, batata-doce ou aipim.

Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Buscando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa.

A família Peixoto queria apenas os frutos de Água Negra, não viviam a terra, vinham da capital apenas para se apresentar como donos, para que não esquecemos.

No hospital demoramos a ser atendidas... Foi o primeiro lugar que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar.

Por que não éramos também donos daquela terra, se lá havíamos nascido e trabalhado desde sempre. Por que a família Peixoto, que não morava na fazenda, era dita dona. Por que não fazíamos daquela terra nossa, já que dela vivíamos, plantávamos as sementes, colhíamos o pão. Se dali retirávamos nosso sustento.

Acudi uma mulher que incendiou o próprio corpo por não querer ser mais cativa de seu senhor. Mulheres que retiravam seus filhos no ventre para que não nascessem escravos. Que davam a liberdade aos que seriam cativos, e muitas delas morreram também por isso. Mulheres que enlouqueceram porque as separaram dos filhos, que seriam vendidos. Vi um senhor cruel deitar com mulheres negras e abandonar seus corpos castigados à morte, como se quisesse expurgar o mal que o fazia cair.

Cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente que flui da sua vida.

Belonísia era a fúria que havia cruzado o tempo. Era filha da gente forte que atravessou um oceano, que foi separada de sua terra, que deixou para trás sonhos e forjou no desterro uma vida nova e iluminada. Gente que atravessou tudo, suportando a crueldade que lhes foi imposta.

Tinha dias em que o sol parecia uma fogueira acesa de cabeça para baixo. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 45, 53-54, 206-207, 260-261)

A utilização de fotografias foi crucial para retratar um pouco da realidade da Comunidade

Quilombola de Lagoa Rasa. Esse método de usar fotografias serve para trazer mais realidade, aproximação, materialização do contexto observado. Olhar as mulheres das comunidades nos olhos e escutar suas histórias gera um sentimento de admiração tremendo, observar as pessoas que lá vivem, observar o local em si, tudo faz com a gente sinta. Esse sentir pode ser algo que talvez ficasse mais difícil de reproduzir sem a utilização das fotografias. Sobre o uso desse método, temos o seguinte:

A pesquisa realizada incorporou a imagem como texto visual, que pode trazer informações e reflexões para o conhecimento. Mas a leitura complementar e parasitária do texto verbal exige uma consciência alerta do que o pesquisador está procurando. [...] A compreensão da imagem, com suas especificidades e polissemias, foi sendo esclarecida tanto pela Crítica de Arte quanto pela Teoria Literária. E não em menor proporção, a Antropologia veio revelar novos horizontes, em suas preocupações com o território de onde se fala, com as transposições significativas de pormenores corriqueiros, com a focalização dos rituais sociais, dos símbolos e dos significados. (LEITE, 1994, pp.133-134)

Ainda sobre o tema, podemos observar o que segue:

Nessa perspectiva, é compreensível que as fotografias devam ser objeto de uma leitura sociológica; e que nunca sejam consideradas em si mesmas e por si mesmas em termos das suas qualidades técnicas e estéticas. Parte-se do princípio de que o fotógrafo sabe fazer o seu trabalho e não se tem qualquer base para fazer comparações. A fotografia deve apenas possibilitar uma representação suficientemente crível e precisa para permitir o reconhecimento. É metodicamente inspecionada e observada, à distância, de acordo com a lógica que governa o conhecimento dos outros no cotidiano. (BOURDIEU, 2006)

Com isso, resta justificada a utilização das fotografias como meio de elucidar mais a realidade da Comunidade de Lagoa Rasa, retratando um pouco da sua história, ainda que uma pequena fatia. Este trabalho não tem a pretensão de esgotar todas as análises e debates em torno das discussões, inquietações e análises apresentada nestas páginas, mas trazer para o cerne da discussão acadêmica a existência destas mulheres e como elas tem se reinventado e sobretudo se tornado lideranças e referências estaduais na luta pela agenda quilombola, em diversos períodos históricos.

Volto a dizer que este foi um percurso difícil com relação ao desenvolvimento da pesquisa e da escrita, a situação brasileira foi uma das mais complexas vividas até o momento, ocasionando inúmeros momentos de pausa e ausência de horizontes de perspectiva de mudanças. Não há como dissociar o contexto político, social e econômico do processo de desenvolvimento de um doutorado em ciências sociais, pelo contrário, todas as situações causam atravessamento

de algum modo.

A encruzilhada não é um nó onde no mínimo quatro linhas convergem, se enredam, se enlaçam, se amarram e marcam um ponto fixo, o qual exige esforço para desenlaçar as linhas, para deixá-las livres ao correr dos fluxos. Uma encruzilhada é um encontro de diferentes linhas que se encontram para recarregar suas forças e reinventar novas direções para seus fluxos. Isso é uma encruzilhada. Iago, Exu Capa Preta (MAYER, 2020, p. 7)

A encruzilhada nos ensina que não há somente um caminho; a encruzilhada é campo de possibilidades. (Rufino e Simas, 2018, p. 117- 118, apud MAYER, 2020, p. 90)

Estar na encruzilhada é se permitir o incerto de uma situação, e é viver o pluralismo de movimentos. (SILVA, 2018, p. 16).

O mundo é um círculo e o centro do mundo é uma encruzilhada de onde temos que tomar decisões e, ao mesmo tempo, obedecer ao destino (odu). O mundo é vasto; a encruzilhada é tensa. (Peçanha, 2019, p. 26)

Entre idas e vindas, distâncias e proximidades e uma eterna sensação de construção permanente é como esta tese constitui, é um fluxo contínuo e constante. É livre para correr, se transformar e se reinventar. Tomo este percurso alicerçada nas palavras de bell hooks “ Enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres”.

Nos tópicos a seguir, proponho a apresentação do território /campo/ cenário/ espaço/ lugar, desta pesquisa, Catolé do Rocha, se configura no âmbito dos meus sentimentos mais ambivalentes. É a terra onde nasci e me criei, no qual nutro afeto e orgulho, mas também um ambiente marcado pelo coronelismo e relações de opressão, assim a elaboração desta pesquisa jamais se assenta na neutralidade, é atravessada em todos os âmbitos por inúmeros sentimentos.

Nestas linhas existem várias de mim³⁹ e em muitos momentos, sobretudo a disposição de que este trabalho deveria ser concluído, com o principal compromisso com as Mulheres de Lagoa Rasa.

³⁹ Durante o doutorado, recebi o diagnóstico que sou portadora de endometriose, situação essa que explicou minhas inúmeras dores ao longo da vida, a fadiga extrema e crônica, assim também como tive que me submeter a uma cirurgia de tratamento desta doença, em 2022, esta é uma doença sem cura e ainda com poucos tratamentos efetivos que tragam uma melhor qualidade de vida, dada as limitações de uma medicina machista, na qual não detalharei aqui.

2.1 A OCUPAÇÃO DO SERTÃO⁴⁰.

Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados.

Sertão é quando menos se espera.

Sertão: é dentro da gente.

O sertão é sem lugar.

Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar.

Viver é muito perigoso...

(ROSA, 1994, p. 435)

Inicialmente, cumpre observar o que diz Galliza (1979) sobre a ocupação do sertão:

O gado foi introduzido nos engenhos de açúcar para ser usado como fonte energética (nos trapiches), meio de transporte e também como provisão alimentar. De início expandiu-se como reflexo do ciclo de açúcar, mas fortaleceu-se, paulatinamente, de forma autônoma. A separação da atividade criatória da açucareira acarretou a interiorização das fronteiras econômicas da Paraíba, pois devemos à pecuária o povoamento do sertão, onde ela teve ampla expansão. (GALLIZA, 1979: 24).

Com base no exposto, podemos afirmar que a ocupação do território paraibano ocorreu do litoral para o sertão através da expansão da pecuária. Santos (2011) afirma que essa ocupação foi uma consequência do crescimento da empresa açucareira, com os seus respectivos proprietários buscando ampliar seus territórios, o que teve como resultado a ocupação do sertão paraibano. Concomitantemente, a criação de gado acaba por representar um obstáculo ao crescimento da empresa açucareira, o que acaba por causar uma fissura entre essas duas atividades, que antes atuavam de forma mais homogênea.

A cultura da cana-de-açúcar foi originalmente responsável pela ocupação e desenvolvimento das terras brasileiras, especialmente da área hoje localizada no Estado da Paraíba. Quanto à pecuária, inicialmente servia de abastecimento aos engenhos de acordo com suas necessidades, então eles olhavam para dentro dos capitães da Paraíba e funcionavam como uma espécie de atividade acessória do domínio territorial da indústria açucareira, tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento das empresas açucareiras. Com isso, duas atividades que antes operavam de forma homogênea devem agora realizar suas atividades principais separadamente. (OLIVEIRA, 2004)

⁴⁰ “O sertanejo é, antes de tudo, um forte.” (Os Sertões - Euclides da Cunha)

A separação dessas duas atividades levou à interiorização dos limites econômicos da Paraíba e à autonomia da pecuária, que se tornou uma atividade muito rentável graças à exportação de carne e couro para vários pontos da colônia.

No final do século XVII, intensifica-se o processo de captação e exploração do interior da Paraíba. No entanto, a ocupação da área não foi pacífica. Por causa do conflito e da forte resistência dos indígenas que ali vivem. Na narrativa que se fez, fomos informadas que os índios atacaram fazendas, roubaram gado e mataram colonos. Tais disputas só terminaram após a “guerra contra os bárbaros”, um conflito erroneamente denominado de justo pelos colonos, que diziam que os povos indígenas deram início aos atritos. Essa justificativa exauriu os indígenas responsáveis pela resistência à ocupação dos territórios. (OLIVEIRA, 2004).

Sobre o exposto temos o seguinte:

Partindo dos sertões do Piauí, tomou a Casa da Torre rumo oposto às suas primeiras expedições [...] daí se comunicando com o Rio do Peixe. Foi esta certamente uma das rotas de penetração da Casa da Torre por onde durante anos parte do território paraibano começou a receber as primeiras sementes de gado com que fundaram as primeiras fazendas e currais. (OLIVEIRA, 2004, p. 25).

Diante de obstáculos que impediam a exploração dos territórios ocupados, pequenos cercamentos começaram a ser implantados e os núcleos de assentamentos proliferaram à medida que famílias de colonos migraram pelos principais rios da região. Galizza também contribui para o debate sobre a ocupação do Nordeste:

[...] favorecidos pelos cursos dos rios Piranhas, Pajeú, Piancó, do Peixe e outros, estabeleceram currais e fazendas criatórias no sertão, começou o povoamento da região e a expansão da pecuária. De início, as propriedades criatórias foram assentadas às margens dos principais rios. [...] A criação tendo rápido incremento, espalhou-se pelas ribeiras secundárias, isto é, confluente das principais e estendeu-se depois para os terrenos mais afastados dos cursos d'água. (1979, p. 77).

Os chamados desbravadores exploraram o território da Capitania da Paraíba, alguns deles ligados diretamente à chamada Casa da Torre, o maior feudo do Nordeste, cujo principal objetivo era a criação de gado através de fazendas com grande extensão de terra (OLIVEIRA, 2004).

A fixação inicial da população não se confinava às margens dos grandes rios. Devido às diferentes necessidades dos pastores, as fazendas foram organizadas para garantir os interesses

dos proprietários (ter o mínimo possível de dispêndio). Sobre o exposto, Irene Rodrigues e Laura Helena trazem o seguinte:

O espaço do criatório organizara-se em função dos interesses dos grandes proprietários, em boa parte absenteístas, sendo o gado criado solto, pastando em comum com o de outras fazendas, e exigindo uma mão-de-obra em pequena escala, que produzia a sua própria subsistência e que desenvolvia uma economia amonetária. (FERNANDES; AMORIM, 1999, p. 31).

Cabe ressaltar que algumas das atividades desenvolvidas na área sertaneja também eram destinadas ao autoconsumo das fazendas de subsistência dos suecos. Portanto, o sistema minifundiário servia para complementar a renda econômica das fazendas de gado.

Uma das principais atividades agora desenvolvidas na área correspondente ao antigo "Arraial do Piranhas⁴¹" era a pecuária. O gado era livre para percorrer os pastos do sertão e, quando o número de animais aumentava ou era vendido, os vaqueiros procuravam confiná-los em currais.

Na região sertaneja, inicialmente não prevaleceu o desenvolvimento econômico voltado para o mercado externo. Os produtos do sertão, carnes e couros, ajudavam a suprir as necessidades da região e abastecer o mercado interno da colônia: o litoral e a mineração. A principal atividade no sertão visava a ocupação de vários territórios da colônia, não havendo necessidade de empregar grande número de trabalhadores, como acontecia com o capitão da economia açucareira da Paraíba.

Ao contrário da cana-de-açúcar, a mão-de-obra utilizada para a criação de gado era praticamente gratuita e composta por brancos pobres, mamelucos e índios. No entanto, como alguns pesquisadores observaram, isso não significa que o trabalho escravo não existisse na região. A partir daqui vamos analisar algumas das atividades realizadas pelos negros na zona sertaneja paraibana. Portanto, o eixo central deste estudo é facilitar uma discussão entre os detalhes da atividade escravista nas áreas açucareiras e pecuárias da Paraíba.

Este trabalho, entretanto, teve um foco na região da cidade de Catolé do Rocha, com um pouco da história do município sendo abordada no tópico seguinte.

⁴¹ Atual cidade de Pombal

2.1.1 CATOLÉ DO ROCHA⁴² E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO⁴³

No conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de Sertão [...] permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial: entre os nordestinos, é tão crucial, tão preta de significados, que, sem ele, a própria noção de Nordeste, se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais. (AMADO, 1995, p. 145)

O racismo é um sistema de dominação, exploração e exclusão que exige a resistência sistemática dos grupos por ele oprimidos, e a organização política é essencial para esse enfrentamento. Sueli Carneiro⁴⁴

Catolé do Rocha é um dos 223 municípios paraibanos, localizado no interior do estado, Nordeste brasileiro, onde se localizam as comunidades quilombolas sobre as quais estamos tratando nesta pesquisa. A origem do nome da cidade se deu em homenagem ao Tenente-coronel Francisco da Rocha Oliveira, que tem como seu ascendente Rocha Pita. O território da cidade foi inicialmente explorado por esse Tenente em 1774, apesar de já haver algumas fazendas de gato ali perto. Em termos de edificação, estas só começaram através da chegada de Rocha. Com a colonização⁴⁵ tendo tido início, houve o crescimento de fazendas, plantações e chegada de mais

⁴²Reisado (2015) - Catolé do Rocha/PB Filme realizado em 2015 em Catolé do Rocha/PB, durante a "Oficina de Sensibilização ao cinema" no Instituto Cultural Casa do Béradêro / Projeto Gente que Encanta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UdAioo9mxjQ&ab_channel=Semente-EscoladeEduca%C3%A7%C3%A3oAudiovisual acesso em janeiro de 2023

⁴³ A dominação dos humanos é indissociável do desejo de dominação das coisas. Não querer dominar as coisas, descobrir a humanidade das “coisas”, é o passo fundamental para nos livrar da dominação dos humanos. Por isso, emancipados eram os índios Bororos, que diziam: “Eu sou uma arara”. Nunca foi tão evidente a incompatibilidade radical entre o capitalismo e a vida. (Centelha, 2019, p. 79)

⁴⁴ Disponível em: <https://www.jota.info/jotinhas/racismo-no-brasil-o-que-e-o-racismo-estrutural-injuria-racial-e-democracia-racial-17052022> Acesso em 12 jan 2023

⁴⁵ Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. Assim sendo, vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores. Para essas comunidades contra colonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou os longos períodos de festividades. No período colonial, tais comunidades foram denominadas pelos colonizadores como Mucambos, Quilombos, Retiros, etc., e consideradas pela legislação vigente como organizações criminosas (SANTOS, 2015, p. 47).

gado, o que foi favorecido pelo fato do território se encontrar às margens do riacho Agon, que trazia águas fartas ao longo de todo o ano, mesmo aqueles em que havia estiagem. (IBGE, 2007).

Pressupõe-se que em meados de 1774-1780 foi edificada uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, o que teve como consequência um crescimento expressivo da região. Através desse desenvolvimento houve a construção de diversos prédios que são considerados históricos na cidade, como o prédio da Intendência (Antiga Prefeitura Municipal), os sobrados do Coronel Valdevino Lobo, a coletoria estadual cuja fachada é feita com azulejos de Portugal. (IBGE, 2007).

No ano de 1873 houve a construção da igreja matriz, bem maior que a antiga Capela do Rosário, em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade. Por volta de 1936-1937 a capela foi demolida para dar lugar às novas avenidas da cidade. Catolé, nessa época, era apenas um pequeno grupo de casas, mas começou a crescer e se desenvolver. Houve a criação de uma feira dia de sábado, algo que se perpetuou no tempo e ainda é praticada nos dias de hoje (2023). Nesta feira, pessoas locais e até de regiões vizinhas trazem seus produtos para deixá-los à venda. Inicialmente essa feira era feita na sombra das castanholas e dos juazeiros. (IBGE, 2007).

Apenas em 1928 foi construído um mercado na frente da Igreja Matriz, que veio a ser substituído em 1940 por um maior, com este último sendo substituído em 1975, com um mercado mais moderno. Outro ponto que merece atenção é a igreja construída nas imediações da cidade, em cima de um monte, cuja construção foi iniciada por Belizário Dantas, o então vigário da Paróquia de Catolé do Rocha, sendo esse monte chamado de Tabor. (IBGE, 2007).

Aqueles que nascem em Catolé do Rocha apresentam o gentílico de Catoleenses. O então território de Catolé tornou-se Vila de Catolé do Rocha em 1835 pela Lei Provincial nº 5. Em 1933 essa denominação foi simplificada para Catolé do Rocha e tornou-se distrito. Em 1936-1937, ficou constituído o território como cidade e havia a divisão em três distritos: Catolé do Rocha, Coronel Maia e Jericó. Em 1943, Jericó passa a ser denominada de Itacambá e é criado o distrito de Riacho dos Cavalos, que é anexado ao Município de Catolé do Rocha. Em 1959, através da Lei Estadual nº 2.097, Jericó passa a ser considerada como município. Em 1961, através da Lei Estadual nº 2.675, Riacho dos Cavalos é elevado ao patamar de Município. Ainda em 1961, é criado o distrito de Brejo dos Santos, que passa a integrar Catolé. Em 1965, Brejo dos Santos passa a ser município. Em 1977, foi criado o distrito de Picos e anexado a Catolé do

Rocha. Até a presente data, Picos, Coronel Maia e Catolé do Rocha constituem os distritos que compõem o município de Catolé do Rocha (IBGE, 2007).

Quero ressaltar neste momento Catolé do Rocha – Praça de Guerra⁴⁶, terra de lutas e resistências, um território de disputas políticas, sociais e culturais que continuamente se opõe às exclusões sociais, vanguarda dos movimentos de organização estudantil na Paraíba, frente à ditadura-civil militar na década de 1960⁴⁷, um território inquieto de batalhas, disputas, narrativas que se elaboram em sua trajetória ao longo dos processos - e, muitas vezes, são traduzidos nas letras e poesias, um lugar que foi e é cenário de muita potência de “Mama África⁴⁸”.

Figura 22 - Entrada de Catolé do Rocha



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

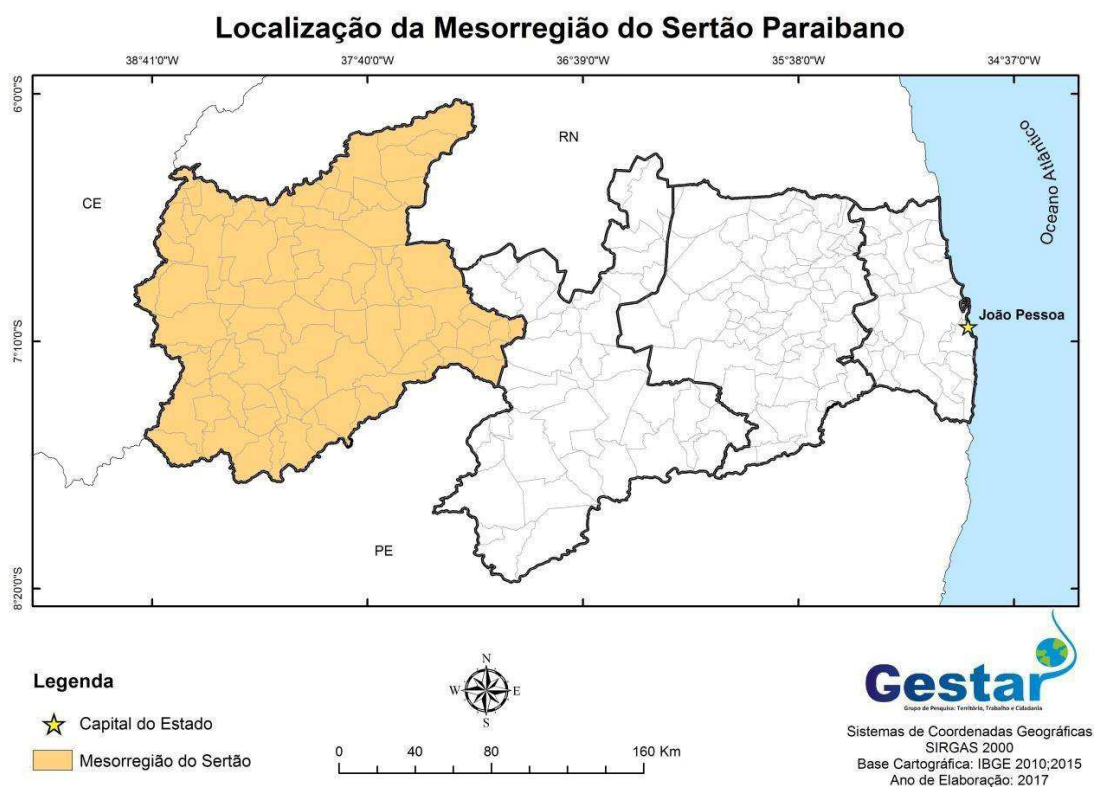
⁴⁶ Referência a música Béradêro do cantor e compositor Catoleense Chico Cesar.

⁴⁷ O documentário sobre a organização política estudantil contra a ditadura na década de 1960, *Praça de Guerra*, de Edmilson Junior, aborda um caso de levante armado contra a ditadura em Catolé do Rocha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d7wc8Pz9ehA>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁴⁸ “Mulher, negra, mãe solteira, pobre, essa é a Mama África de Chico César, uma pessoa forte. Ela é como milhares de mulheres brasileiras, a mulher descendente de africanos, que trabalha em uma loja popular (Casas Bahia) e também faz o serviço de casa e que, apesar da dupla jornada, tem a generosidade materna da Mama África”. Disponível em: <https://www.secabc.org.br/secabc/musica-e-trabalho-chico-cesar-canta-mama-africa-uma-cancao-sobre-a-dubla-jornada-de-uma-comerciarista/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Catolé do Rocha se situa geograficamente, no alto sertão paraibano, a aproximadamente 417 km de distância da capital paraibana, João Pessoa, numa região de clima semiárido, com basicamente duas estações climáticas definidas, inverno e verão, e de acordo com o IBGE, 30.684⁴⁹ habitantes, sendo a população estimada em 2020. A seguir, indico o mapa que localiza a região sertaneja, no espaço paraibano:

Figura 23 - Mesorregião do Sertão Paraibano



Fonte: Gestar

A dimensão do contexto territorial em que a pesquisa se desenvolve e ocupa, de acordo com Sousa (2018), diz respeito à criação da Freguesia Nossa Senhora dos Remédios de Catolé do Rocha. Esta foi criada pela Lei n. 5 de 26 de maio de 1835, a mesma que criou o município. Sua descrição compreende os povoados de Belém, Brejo do Cruz e Caipora. Belém está situado no

⁴⁹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/catole-do-rocha>. Acesso em: 20 jun. 2020.

sertão, a quatro léguas ao norte da Vila e sua economia consistia em criação e lavouras; Brejo do Cruz, situada a seis léguas, também ao norte da Vila.

A contextualização e a caracterização do campo da pesquisa que apresento brevemente neste *corpus* corrobora com a premissa de entendermos o contexto social, político e cultural em que as mulheres negras sertanejas se localizam do ponto de vista territorial. Nessa perspectiva, compreender suas manifestações e diferenças, as formas como se organizaram, se colocam social e culturalmente e como influenciaram a elaboração desta trajetória no sertão da Paraíba. Esses são elementos fundamentais para que possamos compreender e analisar como esse território foi formado e reproduzido.

Catolé do Rocha, com efeito, se insere no espaço sertanejo paraibano. Durante sua história e composição social, cultural e econômica, vivenciou a influência de diferentes sujeitos históricos, de acordo com Sousa (2018, p. 36): “indígenas, colonizadores, escravizados que povoaram essa região e que constituíram como um espaço de vivências e conflitos”.

Esses elementos remontam a reflexão sobre as influências étnicas que se constituem na formação desse território do ponto de vista social, cultural e político. Tais elementos emergem na trajetória da formação desse lugar produzindo práticas, modos de vida e trajetórias que se desenham no percurso e se reproduzem nas experiências das famílias, de modo que segue à reverberação contínua dos traços e manifestações culturais na sua população.

Por conseguinte, há um reflexo dessas reverberações nas habitações, nas vestimentas, nas reuniões de família e no modo como esse contingente enxerga o mundo. Vale destacar que a influência do povo negro no sertão foi historicamente negada e desconsiderada nos registros das histórias oficiais, traços de uma sociedade fundada no colonialismo.

Contudo, diante do cenário que visualizamos, é inevitável não tratar dos danos causados pelo colonialismo na nossa história e no contexto organizativo durante o processo de formação do Estado brasileiro, que se refletem nas relações micro sociais, tendo em vista as influências

colonizadoras⁵⁰ diretas nas vivências. Nesse contexto, me aproximo ao conceito de Césaire⁵¹ (2020, p. 10-11) sobre a colonização, que nos impõem os traços de dominação que estão postos até os dias atuais:

É concordar que não é evangelização, nem empreendimento filantrópico, nem vontade de empurrar para trás as fronteiras da ignorância, da doença e da tirania, nem expansão de Deus, nem extensão do Direito; é admitir de uma vez por todas, se recuar antes as consequências, que o gesto decisivo aqui é do aventureiro e do pirata, dos merceeiros em geral, do armador, do garimpeiro e do comerciante; do apetite e da força, com a sombra maléfica, por trás, de uma forma de civilização que, em um momento de sua história, se vê obrigada internamente a estender à escala mundial a concorrência de suas economias antagônicas. [...] Da colonização a civilização, a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais despachadas, não sobraria um único valor humano.

A colonização gerou danos, para além dos outros fatores sociais, que precisam ser mencionados quando tratamos da população negra, uma vez que este processo não ocorreu de forma casual, minando o desenvolvimento das economias naturais, harmoniosas e viáveis.

Esse processo para Césaire (2020, p. 10) significa “ser enganado em sua boa-fé pela hipocrisia coletiva, perita em situar mal os problemas para melhor legitimar as odiosas soluções oferecidas.”

De acordo com Maia (2013), Catolé do Rocha é um município que está inserido em um contexto relacionado ao poder dos coronéis e à manutenção do patrimônio fundiário, projetando uma fama nacional em torno das oligarquias. Sua tese vai descrevê-la a partir do agronegócio no semiárido nordestino, indicando que a cidade tem sido reproduzida nos termos da tradição, do atraso, do abandono e do latifúndio, causando, em contrapartida, uma invisibilidade deste espaço que é também constituído social e politicamente.

⁵⁰ Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será. (Fanon, 2008, p. 34).

⁵¹ “A Europa é indefensável” (Aimé Césaire)

Para Leonardi (1996, p. 309) “a vida social no grande sertão brasileiro se constituiu, a partir de um emaranhado de instituições, processos econômicos, comunicações verbais, formas de comportamento”. Este é um espaço que historicamente é composto por colonizadores, homens e mulheres pobres livres, libertos e escravizados.

Esses são elementos que incorporo neste trabalho e que me envolvo no decorrer do processo formativo e de pesquisa, do ponto de vista teórico e das experiências viabilizadas pelo contato com o campo e seus desdobramentos a níveis locais e estaduais.

Por sua vez, ressalto a importância e a potência relacionada a vida das mulheres negras sertanejas, que ocupam e elaboram suas histórias neste território composto por negações e estruturas de poder racistas, patriarcais e classistas. São vários os desafios que persistem nestas terras, como, por exemplo, a ausência da posse da terra e a garantia de direitos direcionados às populações negras, assim como uma trajetória de subalternidade.

A maioria das interlocutoras no processo de desenvolvimento desta pesquisa, são mulheres quilombolas, podendo, deste modo acompanhar como as suas trajetórias se entrelaçam no conceito de dominação apresentado neste tópico.

Quero trazer à tona que parte destas mulheres, associam suas vidas privadas a suas vidas públicas, submetendo-se a trabalhos precários, mal pagos de domésticas e diaristas e plantando nas terras pelo sistema de meia/terça.

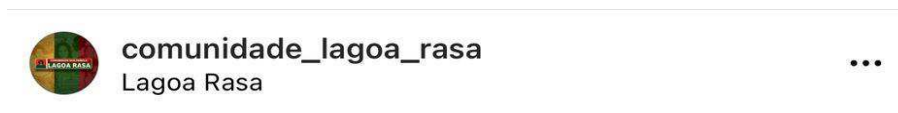
2.1.2 A RELAÇÃO COM A TERRA NO CONTEXTO SERTANEJO

Quilombo é um organismo de defesa, com pilares de sustentabilidade baseada em compromisso de compartilhamento ancestral, firmamento existencial. Quilombo é poder, quilombo é a força da insubmissão das ordens opressoras. Somos aqueles que não pedimos e nem pediremos libertação, nós construímos e construiremos liberdades existenciais. (SILVA, 2019, p. 49)

Nesta fotografia postada no dia 26 de fevereiro no perfil da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa no Instagram, podemos perceber os elementos da paisagem rural com as quais os moradores e moradoras tecem suas relações de identidade e pertença. No texto escrito pelo jovem

quilombola Yan Kauê, podemos observar também a relação de identidade com a territorialidade sertaneja, o trabalho rural e as relações familiares.

Figura 24 - Publicação do Instagram da Comunidade Lagoa Rasa sobre a casa de Nego Chico



COMUNIDADE DE LAGOA RASA

A simplicidade é uma arte que poucos artistas vêm, e lindo de se admirar a moradia de um sertanejo

Trabalhador e honesto , que Trabalha todos os dias para o sustento de seus filhos, que cultiva o campo E planta seu alimento, isso sim é uma pessoa de minha admiração e respeito.

O morador dessa casa é nego Chico cabra velho arretado .



Fonte Da Imagem: Yan Kauê

Fonte: Instagram

A categorização dos elementos da paisagem do ponto de vista material e simbólico que circundam diariamente as experiências das mulheres negras sertanejas constroem esse percurso com elementos que compõem o cotidiano das comunidades quilombolas. Nesse processo vêm à

tona alguns pontos, como as violências irreparáveis causadas pelo colonialismo, e que ganharam novas dimensões nesta trajetória. Para tanto, destaco as palavras de Collins (2020, p. 139):

Uma vez que os homens brancos da elite controlaram as estruturas de validação do conhecimento ocidental, seus interesses permeiam temas, paradigmas e epistemologias do trabalho acadêmico tradicional. Conseqüentemente, as experiências de mulheres negras norte americanas, bem como as experiências de mulheres afrodescendentes na esfera transnacional, têm sido distorcidas ou excluídas daquilo que é definido como conhecimento.

Nessa perspectiva, destaco os vários conhecimentos que foram subjugados e subalternizados no que tange ao lugar das mulheres negras sertanejas: a supressão das suas ideias, o controle dos homens brancos sob seus corpos e a violência dos territórios materiais e simbólicos. Contudo, destaco que há tempo esses grupos têm desenvolvido seus valores e formas de (re)existência de modo independente, na maioria das vezes invalidado pela sociedade e marginalizado pelos racismos e a força do patriarcado – que combinados exercem múltiplas formas de dominação social.

Na imagem a seguir, podemos perceber a presença de uma das lideranças mulheres da comunidade Quilombola Lagoa Rasa em um momento histórico e político da comunidade. A construção da sede da comunidade pode ser considerada um marco para organização da comunidade, cujo principal interesse foi a defesa pelo direito à terra e demais demandas que afetam a coletividade.

A criação de associações em comunidades quilombolas, buscam atender às prerrogativas do decreto 4.887/2003 que regulamenta os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. A partir desse dispositivo legal, as comunidades são representadas, ao tempo em que o título de propriedade passa a ser coletiva.

Sobre o procedimento para o reconhecimento e o atendimento dos requisitos do decreto, podemos citar Batista:

O processo poderá ser aberto de ofício pelo INCRA, ou pela solicitação de qualquer interessado, de entidades ou associações representativas, conforme afirma o artigo sétimo da referida Instrução Normativa. Exige-se, para o início do processo, que as comunidades estejam cadastradas no Cadastro Geral de

Remanescentes de Comunidades Quilombolas da Fundação Cultural Palmares (FCP), na qual devem obter uma certidão. Alguns procedimentos são necessários para a emissão da Certidão da Fundação Palmares, quais sejam: apresentação da ata de assembleia na qual a comunidade aprova sua qualidade de quilombola e um relato da história da comunidade, podendo ainda ser exigida uma visita à comunidade com o escopo de obter mais informações e esclarecer eventuais questionamentos. (BATISTA, 2016, p. 438)

O processo é bastante longo, burocrático e, mesmo quando há a devida certificação das comunidades, a emissão do título de terra é algo ainda mais demorado e ocorre com bem menos frequência do que o necessário, podendo isso ser considerado como uma verdadeira violação contra os

Na definição da ABA, a territorialidade desses grupos pode ser entendida como:

A ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (DOCUMENTO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE COMUNIDADES NEGRAS, 1994, p. 81-82).

Na fotografia a seguir postada na rede social da comunidade⁵², nos apresenta Francisca Maria da Silva (Bidia), fundadora da Associação Comunitária da Comunidade Quilombola, participando do momento de construção da sede, um fato marcante para a comunidade, tendo em vista que até os dias atuais a Sede da Associação se mantém ativa com sua rotina de reuniões e eleições, contribuindo para que a dinâmica política e social da comunidade se mantenha em tempos adversos de escasso acesso às políticas públicas e restritos espaços de participação da sociedade civil junto ao poder público.

⁵² Perfil da Comunidade no Instagram, onde são postadas as ações sobre a comunidade.

Figura 25 - Construção da associação de moradores da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa



Fonte: Instagram

Por fim, a apresentação do contexto sertanejo de subjetividades e de relações de poder, bem como todos os elementos citados, possuem o intuito e o esforço intencional de relacionar e despertar a compreensão de como esse cenário produz elementos que compõem os modos como mulheres conduzem, ocupam e manifestam seus modos de vida na comunidade Lagoa Rasa, em Catolé do Rocha (PB).

Figura 26 - Pessoas visitando a Comunidade Lagoa Rasa



Fonte: Arquivo pessoal da comunidade

É premente destacar que essas trajetórias presentes neste cenário produzem modos específicos de perceber como as mulheres negras sertanejas se organizam e se posicionam frente aos desafios produzidos nesses contextos: elas sempre estiveram à frente da organização política da comunidade. Outro ponto a ser considerado é a influência da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's⁵³ no processo de mobilização e formação política das comunidades negras.

Desde a década de 1980 a comunidade tem se organizado politicamente como movimento negro, com a influência de Frei Dimas. “Mesmo antes da gente se chamar Quilombola, nós já

⁵³ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar [...]. Os bispos do Brasil já haviam feito a opção pelas “comunidades de base” desde 1966, para tornar a Igreja mais viva, mais corresponsável e mais integrada. As CEBs foram consideradas atividade “urgente” pelos bispos, para renovar as paróquias. [...] Devido ao contexto específico da sociedade brasileira, que vivia sob o regime de exceção, com cerceamento dos direitos civis, as CEBs se tornaram uma plataforma válida e eficiente para as mudanças sociais, apresentando ainda as bases de uma nova sociedade. Disponível em: <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclésiologia/a-identidade-dascebs/>. Acesso em: 10 fev. 2021

erámos do movimento negro”, afirma Dona Terezinha em entrevista concedida, moradora da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa.

Figura 27 - Publicação da Comunidade Lagoa Rasa sobre Consciência Negra e luta



Curtido por sariemarosada_ e outras pessoas

comunidade_lagoa_rasa Não foi de hoje que nossa luta começou nossa luta vem de séculos vem de gerações, até mostrarmos para o mundo a importância do ser humano e que ele não é definido pela cor ou pela forma de se vestir, ele é definido pela sua consciência pela sua voz, os negros nunca foram e nem são escravos eles foram escravizados, foram tirados de sua dignidade tiraram de sua vida. Consciência negra é todo dia, a cor preta parda e branca possuem o mesmo sangue possuem a mesma alma possuem os mesmos órgãos só não possuem as mesmas mentes.

Fonte: Instagram

A imagem anterior retirada da rede social da comunidade, trata-se de um registro durante o período de mobilização das CEB's sobre as articulações do povo negro. Na legenda, também podemos perceber como a comunidade se comunica e expõe suas posições em relação ao respeito e a igualdade.

Considero as dinâmicas culturais e de emergências identitárias presentes na comunidade quilombola Lagoa Rasa como elementos fundamentais de debate e levantamento de evidências e dados. Estes últimos se referem às interações sociais, as rotinas da associação comunitária, as relações familiares e de parentesco e as manifestações culturais, de modo que os estudos das

trajetórias das mulheres e os espaços de disputa e de reprodução de laços familiares, demonstram como esse território se mobiliza e quais agenciamentos são produzidos nesses espaços de poder.

Figura 28 - Comunidade Lagoa Rasa com o cantor Catoleense Chico César na gravação do Clipe de Mama África⁵⁴



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade Lagoa Rasa

Nesse percurso, aciono memórias individuais e, por sua vez, nessas vozes individuais aparecem as memórias coletivas, para compreender o modo como essas dinâmicas retroalimentam o sentido de comunidade, e promovem a razão da indissociabilidade das categorias: terra, trabalho e família.

Utilizamos o mapeamento por meio da memória coletiva das comunidades que construíram a genealogia desses grupos, identificando a história de permanência das famílias no território. Por meio das memórias individual e coletiva capturamos elementos que constituem os

⁵⁴ https://www.youtube.com/watch?v=oBdmw_4IjAw&ab_channel=MZAMusic

territórios quilombolas. Segundo Halbwachs (2003, p. 86) “ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova”.

A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL

“Respeitem meus cabelos, brancos
Chegou a hora de falar
Vamos ser francos”⁵⁵

Figura 29 - Bidia



Fonte: Instagram

⁵⁵ <https://www.letas.mus.br/chico-cesar/134011/>

3 A QUESTÃO QUILOMBOLA⁵⁶ NO BRASIL

Do que todas essas comunidades são acusadas? De serem povos atrasados, improdutivos e sem cultura, portanto, um empecilho ao avanço e ao desenvolvimento da integridade moral, social e econômica e cultural dos colonizadores. O que podemos perceber é que essas comunidades continuam sendo atacadas pelos colonizadores que se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado, numa correlação de forças perversamente desigual. Só que hoje, os colonizadores, ao invés de se denominarem Império Ultramarino, denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam, implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência das nossas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significações dos nossos modos de vida. [...] O termo quilombo que antes era imposto como uma denominação de uma organização criminosa reaparece agora como uma organização de direito, reivindicada pelos próprios sujeitos quilombolas. O mesmo ocorre com o termo povos indígenas, que também foi ressignificado por esses povos como uma categoria de reivindicação dos seus direitos. Ao acatarmos essas denominações, por reivindicação nossa, mesmo sabendo que no passado elas nos foram impostas, nós só o fizemos porque somos capazes de ressignificá-las. Tanto é que elas se transformaram do crime para o direito, do pejorativo para o afirmativo. Isso demonstra um refluxo filosófico que é um resultado direto da nossa capacidade de pensar e de elaborar conceitos circularmente. O mesmo não se pode dizer dos povos colonizadores, pois não encontramos na Constituição Federal qualquer retomada das suas antigas denominações. Isso porque os povos colonizadores continuam no fluxo linear da sua lógica cosmovisiva, em função mesmo da sua forma vertical e monista de elaboração do pensamento, que não os permite e/ou os capacita a fazerem refluxos. (SANTOS, 2015, p. 76, 95)

3.1 RE-SEMANTIZAÇÃO DO CONCEITO

Enfim, os quilombos foram sociedades alternativas constituídas por homens e mulheres livres que abrigavam no seu interior os mais diferentes povos do mundo, especialmente, os oprimidos de toda sorte. Eram uma contraposição

⁵⁶ Os Quilombos eram acusados de não ter religião e as comunidades ditas fanáticas messiânicas, como bem se vê, de serem excessivamente religiosas. O que podemos perceber é que, independentemente da religião que essas comunidades professavam (no caso de Palmares uma religiosidade de matriz africana e no caso de Canudos, Caldeirões e Pau de Colher uma religiosidade pejorativamente chamada de "messiânica"), os colonizadores sentiam-se, tanto num caso quanto no outro, ameaçados pela força e sabedoria da cosmovisão politeísta na elaboração dos saberes que organizam as diversas formas de vida e de resistência dessas comunidades, expressas na sua relação com os elementos da natureza que fortalece essas populações no embate contra a colonização. Hoje ainda encontramos muitas comunidades praticando relações de vida estruturalmente semelhantes às praticadas por Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher e sendo igualmente atacadas nos mais diversos lugares das Américas. (SANTOS, 2015, p. 64)

real ao poder colonial. Em parte, isso explica, para além das razões de ordem econômica, o grande investimento das autoridades coloniais nas guerras de repressão constante, até a mais completa destruição dos quilombos. No caso de Minas Gerais, cerca de 160 foram completamente destruídos nos séculos XVIII e XIX. (Cardoso, 2011, p. 76).

Nos quilombos, as terras e o fruto do trabalho eram coletivizados. Ao desenvolver uma agricultura diversificada, oposta à monocultura implantada pelos colonizadores, os quilombos produziam um excedente que era vendido ou trocado por outras mercadorias com os colonos vizinhos das comunidades quilombolas, estabelecendo uma rede de cooperação. (Cardoso, 2011, p. 63)

Essa divergência sobre a sua “autodefinição”, observada entre os afro politicamente mobilizados através dos movimentos negros, de um lado, e as bases negras constituindo a maioria não mobilizada, de outro, configura o nó do problema na formação da identidade coletiva do negro. Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude nas assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento? Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria de negros e mestiços? Apesar das dificuldades e obstáculos, os movimentos negros têm a consciência de que, sem forjar essa definição e sem a solidariedade de negros e mestiços, não há nenhum caminho no horizonte capaz de desencadear o processo de mobilização política. (Munanga, 2019, p. 147).

O contexto em que vivemos impõe inúmeros desafios ao profissional das ciências sociais, tendo em vista os cenários políticos atuais e dimensões reproduzidas com o avanço notório do conservadorismo, conceber como se re-semantiza o conceito de quilombo, é perceber as diversas influências existentes no contexto que traz marcas de um país colonizado, fundado no racismo estrutural ao longo dos anos. Para tanto, é importante termos dimensão de como esse termo vai se configurando nas esferas sociais, acadêmicas e legais.

A problemática relativa ao reconhecimento como “remanescentes de quilombos”, de aglomerados populacionais que na sua maioria eram denominadas como “comunidades negras rurais” – e utilizavam outras inúmeras formas nativas de autodenominação – aparece no debate político brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988. Neste momento, foi o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o responsável por marcar o início da abertura de um leque de discussões que se multiplicam até os dias atuais. [...] Nesta direção, não restam dúvidas de que o Estado foi o agente inicial que conferiu significado e existência legal aos “quilombolas”. Como

ressalta Bourdieu (2003), o Estado tende a ser alvo de grupos e indivíduos que buscam o poder de se apropriar de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade socialmente legitimada, afirmada e reconhecida. Mas, no caso da identidade “quilombola”, esse caminho foi percorrido de forma inversa, quando a comparamos com outros casos de vocalização de demandas e pressão sobre a agenda pública. (JORGE, 2016, p. 350)

Gostaria de destacar a teórica e historiadora Beatriz Nascimento que foi pioneira nas pesquisas e elaborações referentes aos quilombos, teceu críticas as pesquisas acadêmicas que consideravam apenas o período da escravidão como situação de elucidação e destaque como se os quilombos tivessem deixado de existir após 1888. Conforme Ratts:

Beatriz Nascimento é uma das pesquisadoras negras que mais se dedicou ao tema e por mais tempo, abrindo vários aspectos (toponímia, memória, relação África-Brasil, territorialidade e espaço) e exercitando a confecção de diversos produtos de seu trabalho (entrevistas, artigos, poemas, filme). Por quase vinte anos, entre 1976 e 1994, ela esteve às voltas com essa temática. (...) Estava ela preocupada com topônimos referentes ao termo quilombo, às favelas, aos 'bailes blacks' e às comunidades negras rurais. (RATTS, 2006, p. 53)

A autora se dedica a refletir sobre a necessidade de se re-pensar os quilombos sob o argumento de que a historiografia tradicional não tratou esses lugares tomando como base suas especificidades e lógicas estabelecidas para permanência dos quilombos.

Para Beatriz Nascimento (1985) e Adelmir Fiabani (2012), os quilombos marcaram desde o período colonial, perpassaram diferentes ciclos econômicos, políticos e culturais, redefinindo-se através dos tempos. Este avanço nas discussões, acerca da disputa territorial, percorreu um longo caminho e hoje nos permite enveredar por recortes mais específicos, como as espacialidades femininas e expressões culturais quilombolas. Fato que Nascimento (1978) denomina de “paz quilombola” ao se referir às relações sociais intrínsecas ao cultivo, à organização social interna e às articulações das comunidades, para além do campo de batalhas travadas por suas/seus integrantes [...] Na descrição de Flávio dos Santos Gomes em “Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil”, as mulheres são, desde o período formativo dos quilombos, responsáveis pela guarda das sementes e pela dimensão sagrada do grupo. Segundo seus estudos, elas escondiam os grãos entre seus penteados durante a busca por lugares estratégicos para se posicionarem o que garantia a (re)construção e produção econômica dos quilombos (GOMES, 2015). As mulheres também eram as responsáveis pelas orações que protegiam os agrupamentos daqueles que desejavam sua destruição e pela feitura de utensílios artesanais, além de estarem presentes nos enfrentamentos diretos às tropas escravistas (GOMES, 2015). Na atualidade, para Givânia Maria da Silva (2020), as mulheres negras quilombolas são invisibilizadas ou postas como minorias, mesmo quando estão em posição de tomada de decisão nos engajamentos políticos de suas comunidades. Reconhecemos que histórico-culturalmente se atribui às mulheres negras um “lugar” inferiorizado nas relações sociais. Tomemos por exemplo as representações contidas no início do próprio

feminismo que, entre outras demandas, expunha as mulheres como donas-de-casa excluídas do direito ao trabalho externo. Tal condição negava às mulheres negras o direito de serem vistas como mulheres, haja vista que estas integravam a classe trabalhadora no serviço doméstico, lavadeiras e quituteiras, desde a diáspora africana para o Brasil (JORGE, 2022, p. 3).

A crítica feita por ela é sobre o primeiro conceito utilizado do país para caracterizar os antigos quilombos coloniais produzida pelo Conselho Ultramarino que destaca esses espaços como: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se encham pilões neles.”

Para a autora, o conceito do Conselho Ultramarino, ao mencionar que essas localidades foram criadas por negros fugidos, reduz o traço de diversidade do quilombo brasileiro. Embora houvesse a presença representativa de população negra nessas localidades, o quilombo se configurou como espaço de grupos subalternizados como indígenas e demais grupos familiares excluídos que viviam nas proximidades desses lugares. Fato que leva a autora caracterizar os quilombos como “sistemas sociais alternativos”.

Para Beatriz Nascimento, a história dos quilombos se perpetua a partir da oralidade, sendo necessário reconstituir a história desses lugares a partir da imersão nesses territórios. Daí a importância de se ressemantizar o conceito para atender as especificidades desses grupos locais.

Dessa forma, como aponta Barth (2000), as características e limites entre os grupos étnicos que devem ser levadas em consideração não correspondem às características objetivas palpáveis ou identificáveis a “olho nu”. As semelhanças e diferenças (culturais ou não), portanto, seriam aquelas que os atores consideram e apontam como significativas: como sinais e signos que podem ser buscados e exibidos para mostrar a pertença a uma identidade. Os grupos étnicos seriam, portanto, formas de organização construídas por relações intersubjetivas e não objetivas. O fundamental nesta perspectiva seriam as “fronteiras” e não as “diferenças culturais” externamente identificadas. Ao ressaltar estes elementos teóricos, a antropologia contribuiu para que a categoria “quilombola” fosse desencaixada de uma chave histórica (como resquícios do passado colonial), ou biologicamente definida (através de elementos fenotípicos), para transitar pela sociedade brasileira como um agrupamento social que se articula e passa a ser reconhecido a partir de um processo de mobilização étnica. Contra uma visão estática e substancialista da categoria “quilombo” – que remete ao passado de escravos fugidos vivendo isoladamente – as reflexões em torno destes sujeitos a partir desta nova enunciação propõem uma classificação dinâmica baseada na etnicidade. Assim, “comunidades quilombolas” poderiam estar sendo criadas mesmo na contemporaneidade, em processo contínuo. (JORGE, 2016, p. 358).

Almeida (2022, p.30 e 31), corrobora com a reflexão, chamando atenção para o tempo presente, assim como demonstrando como o termo foi sendo inserido a partir dos seus impactos

sociais e sua difusão na sociedade, notadamente a partir da promulgação da constituição federal de 1988, momento em que esses grupos passam a ter seus direitos territoriais e práticas culturais garantidas na forma da lei:

Historicamente, até o início da década de 1990, a palavra “quilombo”, atávica à experiência de Palmares, era identificada como um ato de resistência pensado nos termos da cultura masculina (guerra, violência, virilidade). Falar de quilombo significava tratar dos heróicos atos de homens como Zumbi dos Palmares, Ganga Zumba, Manoel Congo, entre outros. Em 1988, quando se estabeleceu na Constituição Federal o direito territorial dos chamados “Remanescentes das comunidades de quilombos”, a resistência quilombola era pensada , com raras exceções, por meio de uma perspectiva masculina e bélica. De todo modo, a promulgação do direito, na forma do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi comemorada como uma vitória da luta anti racista, já que, de maneira inédita, a legislação concedia o direito a setores da população negra. Entretanto, durante quase uma década após a criação do dispositivo jurídico, a aplicabilidade da lei ainda esbarrava na definição tradicional de quilombo, entendido como um lugar isolado onde os negros se refugiavam. Acreditava-se, então, que existia poucos grupos que poderiam reivindicar esse direito.

O termo/conceito convencionou uma barreira no entendimento notadamente a partir do que Almeida (2022) chama de frigidificação dos quilombos, por meio de uma definição que se remete a um termo colonizado. Os quilombos são uma grande prova de campos de conflitos e relações de poder, a partir do seu processo de formação no início da colonização.

(...) O termo “remanescente de quilombo” é utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela Antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (ABA, 1994, p. 1-2).

Fato que me leva a refletir que quando observo o campo em vários tempos e de diversas formas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, previamente concluo que o campo se transmuta. Os quilombos se traduzem em mudanças a partir dos tempos, sobremaneira quando relacionados aos aspectos de conflito e negociações. Esses territórios no contexto histórico convivem na longa duração com momentos de paz e guerra. Sobre esse aspecto, chamo atenção para a perspectiva de Beatriz Nascimento:

Pensamos que pela duração no tempo e pela expansão no espaço geográfico brasileiro, o quilombo é o momento histórico brasileiro de longa duração e isto graças a este espaço de tempo que chamamos de “paz”, embora muitas vezes nela não surja na literatura existente. Creio que se o escravo negro brasileiro tivesse podido deixar um relato escrito com certeza, teríamos mais fontes de “paz” quilombola do que de guerra. Esta paz está justamente nos interstícios da organização quilombola e sobre ela requer-se um esforço de interpretação maior, pela qual se ultrapassa a visão do quilombo como história dos ataques e repressão oficial contra uma outra organização, que talvez na “paz” ameaçasse muito mais o regime escravocrata do que na guerra. O antes e o depois da guerra dos quilombos é que necessita ser conhecido. O reduto de homens livres ou não da sociedade brasileira, é que merece o esforço de interpretação que gostaríamos de empreender. (NASCIMENTO, 2018, p. 76)

O termo quilombo, adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)⁵⁷ para conferir os direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo estado. De acordo com O’Dwyer (2002, p. 13.):

Até recentemente, o termo quilombo era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação disponível ou inédita, procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação. Assim, quilombo ou remanescente de quilombo, termos usados para conferir direitos territoriais permite, “através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social” (Revel 1989,7). Como não se trata de uma expressão verbal que denomine indivíduos, grupos ou populações no contexto atual, o emprego do termo na Constituição Federal levanta a seguinte questão: quem são os

⁵⁷ Os antropólogos, por meio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), fundada em 1955, tiveram um papel decisivo no questionamento de noções baseadas em julgamentos arbitrários, como a de remanescente de quilombo, ao indicar a necessidade de os fatos serem percebidos a partir de uma outra dimensão que venha a incorporar o ponto de vista dos grupos sociais que pretendem, em suas ações, a vigência do direito atribuído pela Constituição Federal. A perspectiva dos antropólogos reunidos no Grupo de Trabalho da ABA sobre Terra de Quilombo, em 1994, é expressa em documento que estabelece alguns parâmetros de nossa atuação nesse campo. De acordo com este documento, “o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo “ressemantizado” para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil.(...) (O’DWYER, p.48)

chamados remanescentes de quilombos que têm seus direitos atribuídos pelo dispositivo legal? Acontece, porém, que o texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica” que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada (como reza o artigo 68º do ADCT). Assim, qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência, que pode realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado.

Os Quilombolas estão amparados na Constituição de 1988 segundo os seguintes incisos:

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1.º – Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombo será atestada mediante auto-definição da própria comunidade.

§ 2.º – São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3.º – Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental. (BRASIL, 1988).

Contudo, o ato de inserção da ADCT 68, colocou as comunidades no movimento de organização em busca da certificação, o reconhecimento identitário enquanto comunidade quilombola marca uma época e institui uma presença marcante do conceito sobre ser quilombola, atualizando e rompendo com visões equivocadas e racistas em torno dos povos quilombolas, possibilitando a visibilidade nos espaços sociais e criando contextos que oportunizam minimizar o silenciamento desses povos. Ratt’s (2006) ao transcrever narrativa de Beatriz Nascimento:

Quilombo é uma história. Essa palavra tem história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mais o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direito ao território, à terra. Várias e várias partes da minha história contam que eu tenho direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco.

A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.⁵⁸ (RATTS, 2006, p. 59)

A resistência é o principal mote que funda a formação dos quilombos, a ocupação dos territórios desde o processo de fuga dos negros escravizados por meio da busca por uma sobrevivência longe do sistema escravocrata opressor e violentador, desse modo retomo a crítica ao conceito criado pelo Conselho Ultramarino de 1740, ao conceituar quilombo ou mocambo.

Essa definição, por sua vez, gera até os dias atuais uma visão equivocada sobre a população negra brasileira, visão essa que gera inúmeras violências e o racismo estrutural que renega direitos e garantia da cidadania. Esse conceito promulgado pelo Conselho Ultramarino de 1740, influencia até hoje as concepções sobre as populações quilombolas, remetendo sempre a uma categoria folclórica ou de ataque à ordem social.

Definição essa que se tornou muito presente até os dias de hoje na mente das pessoas, restringindo a identificação e a identidade desses povos. Como aponta Almeida (2011, p.60):

Daí a importância de relativizá-los, realizando uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se revelou inclinada a interpretar quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta autossuficiência e negando a disciplina do trabalho.

Contudo destaco, a importância da evolução nos estudos sobre os caminhos de formação dos territórios quilombolas, que de acordo com a literatura contemporânea, nas palavras de Araujo (2017, p. 13):

Nos estudos sobre os quilombos contemporâneos já é possível apontar que esses grupos tiveram origens variadas, e se formaram antes e depois da Abolição. Os estudiosos dessa temática (Gomes 1996, Almeida 2002, O'Dwyer 2002, Leite 2002, Arruti 2006, para citar alguns) demonstram que os quilombos não surgiram unicamente e genuinamente através da resistência travada por meio da fuga dos escravos de seus cativos no período da escravidão, e consideram as diversas possibilidades para explicar a formação dos quilombos, destacam-se as seguintes: por meio da prestação de serviços guerreiros, em períodos de guerras ou de rebeliões; por prestação de serviços religiosos; na ocupação de fazendas desagregadas devido ao enfraquecimento econômico; através da compra, doação ou herança, entre outros.

⁵⁸ Essa fala citada por RATTS (2006) foi retirada do documentário Ori (1989) que acompanha a trajetória de Beatriz Nascimento, utiliza seus textos e ideias como base e é narrado por ela mesma, com a direção de Raquel Berger.

É inegável a ação de alguns atores nas avenidas de organização política e social da população negra, em específico as comunidades quilombolas, que nesse espaço de transformações, a partir da década de 1970, com a influência da Igreja Católica Progressista e os movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária, é estabelecido no Brasil a conquista da terra como direito humano, sendo um marco da luta por território no âmbito nacional.

Na perspectiva de Beatriz Nascimento:

(...) qualquer agrupamento que a gente faça, qualquer relação que a gente tenha entre si, cada vez a gente está repetindo a forma de resistência cultural e racial e a possibilidade de criarmos, realmente, uma sociedade paralela, mas atuante também dentro dessa sociedade global que tanto nos oprimiu (NASCIMENTO, 2018, p. 131)

Um avanço de uma enorme potência por reconhecer a terra, como um elemento fundamental para a reprodução, sobrevivência e garantia do território para a preservação das suas características culturais. Essa concepção estabeleceu legalmente, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988)

Foi de suma importância para o desenvolvimento de direitos e de criação de políticas públicas brasileiras voltadas para a população negra, e quilombola, a nossa Carta Magna ou Constituição Federal elaborada em 1988, contudo destaco que apesar dos avanços frutos da organização e reivindicação política, alguns pontos ainda permaneceram sem definições bem estabelecidas, nos dizeres de Araujo (2017, p. 14 e 15):

Porém, o artigo 68 não faz referência aos órgãos responsáveis nem aos procedimentos administrativos que devem ser adotados no reconhecimento, identificação, delimitação e regularização do território quilombola. Ou seja, o texto do artigo 68 não define nem esclarece quais são os remanescentes das comunidades quilombolas, quais as terras que deveriam ser outorgadas e qual seria a natureza dessa propriedade, se individual, coletiva ou livre. E mais, o texto não explica qual o significado da expressão “ocupando suas terras”, gerando algumas indagações sobre que tipo de exercício no território seria considerado ocupação, visto que as comunidades de quilombo possuem práticas distintas de uso da terra, a exemplo de sua utilização para obtenção de recursos naturais e para práticas religiosas. A partir dessas indefinições, fez-se necessário a edição de ferramentas jurídicas que normatizassem os efeitos práticos ao

direito previsto no artigo 68/ADCT/CF/88. Desde 1995 uma série de instrumentos normativos – leis, decretos, portarias, medidas provisórias – foram sendo publicadas afim de regular os títulos de propriedade das terras das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil. Um exemplo é a Lei 7.668, editada em 22 de agosto de 1988, que autorizou o Poder Executivo a criar a Fundação Cultural Palmares, uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura. A finalidade da FCP, nos termos do art. 1º, é “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. No texto original da lei não havia referência especificamente as comunidades quilombolas, nem aos procedimentos para a regularização das terras de quilombo. Em 2001 por meio da medida provisória nº 2.216-37 é incluído ao texto da lei, no art. 2º, que confere a FCP a competência “legítima para promover o registro dos títulos de propriedade nos respectivos cartórios imobiliários”. A partir da medida provisória, uma das ações da FCP passa a ser a identificação e emissão de Certidões de Autodefinição das Comunidades Remanescentes de Quilombo. Para tanto, a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007, instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares.

Nesse intuito, destaco os caminhos tortuosos e desmobilizadores para o acesso legal ao direito ao território que foi garantido pela Constituição Federal de 1988. É importante apontar a conceituação antropológica em torno da compreensão quilombo que estabelece a conferência de direitos territoriais, para tanto, de acordo com O’Dwyer (2016, p.260),

Com os direitos culturais constitucionalmente protegidos, as chamadas “necessidades territoriais” de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais compreendem os espaços necessários à preservação e à reprodução de práticas culturais, modos de vida e territorialidades específicas.

Esse caminho é uma possibilidade de justificativa que leva a considerar que dos anos 1988 aos anos 2000, pouco se avançou sobre a garantia de direitos dos quilombolas, tendo em vista a morosidade na política de reconhecimento das terras de quilombo, para este fato, basta perceber que de 1994 a 2019 apenas 182 títulos foram expedidos em todo o Brasil⁵⁹. Assim sendo, na perspectiva de Almeida (2022, p. 31):

Ao longo da década de 1990, essas premissas começam a ser rasuradas, seja em relação aos significados do termo “quilombo” e à quantidade de comunidades que poderiam solicitar esse direito, seja sobre a visão de que o dispositivo jurídico representava uma mudança de mentalidade na forma como as

⁵⁹ SOUSA, Matheus. Menos de 7% dos territórios quilombolas reconhecidos têm títulos de propriedade. Jornal USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/menos-de-7-territorios-quilombolas-reconhecidos-tem-titulo-de-propriedade/>. Acesso em 20 jan 2023

instituições brasileiras reconheciam o peso do racismo na perpetuação das injustiças sociais.

A resistência é um ato diretamente ligado à vida das populações negras em resposta a escravidão. A organização política em sua busca pela liberdade culminou na criação dos quilombos. Para Munanga, (1995 p. 03-08),

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (...) Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil.

Nesse amplo campo de análise que se localizam os quilombos e povo negro afrobrasileiro, queremos nos deter a observar como se desdobram os territórios quilombolas, segundo Souza (2008, p.23) “podem ser definidos como grupos com trajetória histórica própria”. Na visão de Nascimento (2021, p. 109):

A importância dos “quilombos” para os negros na atualidade pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo.

O impulsionador ideológico como manifestação da afirmação racial comprova as várias formas de resistência e organização política frente a estrutura colonialista e racista. Nas vivências de campo isso pode ser percebido nitidamente no árduo processo de certificação e luta por direitos das comunidades quilombolas que historicamente se localizam à margem do acesso aos direitos básicos.

Mais especificamente, a fala cientificamente autorizada dos antropólogos reconstruiu o conceito de “quilombo” presente no Artigo 68 do ADCT e assim ofertou a matéria-prima discursiva que formatou um novo grupo de sujeitos. Estes encontravam-se antes desarticulados em sua heterogeneidade, ou articulados em causas que não levavam a bandeira dos “remanescentes de

quilombos”. A partir de 1994, passaram a ser homoganeamente classificados como grupos “étnicos”, com todas as implicações que esta categoria – na chave interpretativa barthiana proposta – trazia. O que é necessário enfatizar é que o discurso antropológico construiu e deu significado à produção de diferenças. Os argumentos destes “especialistas” encontraram, nas categorias apresentadas até aqui, um referencial. Este permeou diversos outros discursos e elevou os “remanescentes de quilombos”, estranhos até então ao significado do Artigo 68 do ADCT, à esfera de acesso e regulamentação de direitos. A importância desta categoria para a narrativa construída no pós-1994 pela antropologia nacional é evidente: por serem “grupos étnicos”, os “quilombolas” se autodefinem por critérios próprios construídos intersubjetivamente. Ou seja, a enorme diversidade de situações que conformam as comunidades passa a não ter significado prático para sua identificação. Tais grupos seriam homoganeamente étnicos, porque definiram, em algum momento, a existência de uma fronteira simbólica a lhes separar dos “outros”. Ficava assim não somente fundada uma unidade entre os “quilombolas”, mas também justificada teoricamente a auto identificação do grupo como critério único para atestar a sua existência “real”. Por fim, se o que importa são as diferenças consideradas significativas para os membros dos grupos étnicos, seriam estas que os antropólogos deveriam focar quando da produção dos laudos que compõem os processos de titulação territorial. (JORGE, 2016, p. 361)

Frente a esta discussão que resgata o histórico do povo negro no Brasil, as violências cometidas até hoje e como mesmo ocupando as redes sociais, alguns silenciamentos e apagamentos ainda persistem. Vem a tona as inúmeras visões preconceituosas que se reproduzem historicamente sobre a concepção de quilombos, originada a partir do silenciamento do povo negro na história do Brasil, vestígios de uma colonização que deixa impactos até hoje, esse silenciamento produziu visões equivocadas sobre os quilombos e o povo negro. De modo que Nascimento (2021, p. 110), complementa:

Ao lado de poucas informações descritivas sobre a repressão das autoridades, se encontra uma interpretação estereotipada de como se constituíram os quilombos. Nessas descrições reforçam-se as noções dos negros como seres primitivos, malfeitores e irresponsáveis, e dos quilombos, como bandos destituídos de caráter político. Por outro lado, essa literatura identifica os quilombos como refúgios ou “valhacoutos” de negros, num sentido, deveras depreciativo.

A seguir, trago para visualização, a demarcação da placa que caracteriza o território Quilombola Lagoa Rasa em Catolé do Rocha, produzindo elementos identitários e de sinalização da ocupação territorial destas populações, que até então não possuía tal visibilidade.

Por sua vez, essa visibilidade coloca no cerne da sociedade questões que até então eram vistas com óticas equivocadas e excludentes, sobretudo sustentando narrativas que reforçavam ou a inexistência dessas populações ou um cenário folclórico. É oportuno colocar que nessa figura existe uma dupla visibilidade, no contexto físico e virtual, ou seja, a ocupação ocorre em dois espaços, possibilitando a minimização do silenciamento histórico

Figura 30 - Instalação da Placa de Sinalização da Comunidade Lagoa Rasa



Fonte: Instagram

A presença de uma placa que tem em seu texto - Comunidade Quilombola Lagoa Rasa - simboliza as avenidas do autorreconhecimento identitário e a potência política de se posicionar enquanto organização em seus territórios.

É importante conceber o impacto político e cultural presente no auto reconhecimento nas comunidades localizadas no sertão da Paraíba, entremeadas pelas relações de poder e conflitos territoriais. É nesse sentido, que é importante destacar que a ADCT 68 cumpre um papel muito importante no estabelecimento organizacional e autorreconhecimento destas comunidades.

Apesar da organização e reivindicação das comunidades para tal realidade, é importante considerar o desinteresse do estado em titular terras que estejam sob domínio do agronegócio ou vinculadas a grande proprietários e latifundiários, desse modo, perpetuando o sistema colonizador e desigual que existe historicamente no processo de formação do estado brasileiro. Nesse campo Almeida (2022, p. 31 e 32) afirma que:

Se, por um lado, os novos sentidos do termo permitiram o reconhecimento de inúmeros grupos como quilombolas, por outro, a identidade construída sob uma ideia estática de tradição cultural não significou o acesso imediato ao direito territorial, tampouco trouxe transformações significativas das condições de vida das comunidades que passaram a se autodefinir como quilombolas. Durante toda a existência do direito quilombola, a instabilidade tem regido o tom das políticas públicas. [...] A ineficácia e a descontinuidade das políticas públicas materializam-se, inclusive, pela discrepância sobre a quantidade de comunidades existentes no país.[...] A consolidação dos dados da pesquisa do IBGE, servirá de base para a realização do primeiro censo demográfico sobre os territórios quilombolas, informação incontornável para o desenho eficaz de políticas públicas. Levando em consideração que a criação do direito territorial ocorreu em 1988, demorou três décadas para que houvesse um levantamento mais preciso de quantos são e de onde vivem as pessoas quilombolas. De todo modo, a expressividade numérica dos territórios quilombolas é diametralmente oposta à quantidade de titulações obtidas.

Ao refletirmos sobre a afirmativa do autor, embora com direitos garantidos, essas comunidades necessitam construir permanentes estratégias de resistência envolta de aprendizados coletivos e embates cotidianos contra poderes instituídos. Como narra o cantor e compositor Chico César, na música “Reis do Agronegócio”⁶⁰: *“Vocês que pilham, assediam e cobiçam; A terra indígena, o quilombo e a reserva; vocês que podam e que fodem e que ferram; Quem represente pela frente uma barreira; Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra; “*. Na visão de O’Dwyer (2016, p.261)

Em contraposição aos dois mais importantes poderes que organizam o espaço hoje, o estado brasileiro e os empreendimentos capitalistas, inclusive o

⁶⁰ Chico César, cantor e compositor Catoleense, reconhecido nacionalmente e internacionalmente, <https://www.letras.mus.br/chico-cesar/reis-do-agronegocio/> acesso em outubro de 2021

agronegócio, as comunidades de quilombo, segundo disposições constitucionais, constroem o projeto político de titulação coletiva dos seus territórios como meio de luta pela autonomia dos modos próprios de fazer, criar e viver. Deste modo, dois projetos políticos concorrenciais no âmbito do Estado – Nação no Brasil presidem o processo de territorialização de grupos e/ou comunidades tradicionais “remanescentes de quilombos”. Da perspectiva desenvolvimentista modernizadora, o objetivo da política de regularização fundiária dos quilombos é reconhecer territorialmente áreas de ocupação tradicional que, no atual contexto têm sido submetidas à necessidades de definição do alcance constitucional da expressão “estejam ocupando suas terras”

Esses elementos fundamentam a concepção de que embora esses grupos tenham um passado histórico longo, vemos que a categoria social quilombola foi incorporada no seio da sociedade recentemente. Cabe discutir as demandas por demarcações de terras Quilombolas como um processo que inclui desde a luta por território, como a organização política das populações, constituindo-se intrínsecos todos os processos que influenciam diretamente na conquista da terra e na garantia deste direito humano, inclusive às políticas públicas.

Considerando a reflexão sobre o texto da Constituição feita por O’Dwyer (2002), podemos perceber que:

Acontece, porém, que o texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica” que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada (como reza o artigo 68º do ADCT). Assim, qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência, que pode realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado. (O’DWYER, 2002, p.2).

Essa questão é razão de inúmeras discussões nos espaços políticos e na academia, tendo em vista a história recente que envolve o conceito sobre as populações quilombolas. Arruti ao tratar dessas regulamentações ratificadas pelo Estado, apresenta a seguinte definição de Quilombo:

Categoria social relativamente recente representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar o meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde as antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros em torno dos terreiros de candomblé. (ARRUTI, 2005, p. 26).

Com essa definição, Arruti (2005) afirmar que, embora esses grupos tenham um passado histórico longo, à categoria social quilombola incorporada recentemente cabe discutir as demandas das demarcações de terras Quilombolas como um processo que inclui desde a luta por território, como a organização política das populações, até suas demarcações.

Constitui-se, desse modo, intrínsecos todos os processos que influenciam diretamente na conquista da terra e na garantia deste direito humano, inclusive às políticas públicas. Definir quilombola é algo que limita essa categoria social. Arruti (2008) aponta o seguinte:

Não é possível falar deles sem adjetivá-los. Seja por meio da fórmula legal que lança mão de “remanescentes”, ou das tentativas de ajuste desta, por meio de “contemporâneos”. Seja ainda por que são necessárias distinções entre estes, quando se usa “urbanos” ou “rurais”. Ou, quando se quer tipificá-los, por meio de “agrícola”, “extrativista”, “nômade” etc. Ou, finalmente, quando se fala em “históricos”, de forma complementar ou concorrente àquelas formas anteriores, já que falar em “quilombos históricos” tem servido tanto para especificar quanto para deslegitimar os “quilombos contemporâneos”. (ARRUTI, 2008, p. 1)

Arruti elucida acerca da dificuldade de definir os quilombolas, além de apontar a problematização em rotulá-los, algo que pode gerar conflitos, como bem exposto pelo autor. Os quilombos formam, atualmente, um movimento de busca e luta pela terra, e direitos correlatos, inclusive esta luta permanece, muitas vezes, dentro do próprio território reconstruído ou de resistência, sobretudo pelo precário acesso às políticas públicas e pelos conflitos de terras com os latifundiários.

Afirmo que a população quilombola é um grupo marcado por lutas e disputas, sendo estas travadas, em especial, com o governo. Esses conflitos geralmente giram em torno da sua legitimação, certificação e da titularidade das terras que ocupam. Sobre o exposto, Arruti traz o seguinte:

Não deveria ser necessário, mas, justamente devido a este caráter problemático, vale ressaltar que ao apreendermos o quilombo como um objeto em disputa, em processo, aberto, não estamos afirmando-o como um signo sem significante. Pelo contrário, estamos reconhecendo que, entre a enorme variedade de formações sociais coletivas contemporâneas, que derivaram direta ou indiretamente das contradições internas ou mesmo da dissolução da ordem escravista e o termo “quilombo” há uma construção conceitual: o “significado contemporâneo de Quilombo” (ARRUTI, 2008, p. 2)

De acordo com o exposto, vê-se a natureza conflituosa do próprio uso do termo quilombola, quilombo ou remanescente de quilombo, e o quilombola sempre se associou à cor preta. O próprio uso de expressões como branco, preto, pardo, negro, também possui várias conotações distintas, conforme afirma Nego Bispo⁶¹:

Comparando a cor da minha pele com a cor da pele da moça que está digitando este texto, ela tem uma cor mais próxima do branco e a minha cor está mais próxima do pretos. Se compararmos as duas cores com o papel que vamos usar na impressão deste livro, então a cor dela vai está mais próxima do amarelo e a minha se aproxima ainda mais do preto. Se ela um dia visitar a Ásia, encontrará muitas pessoas cuja cor se aproxima muito da dela, enquanto aqui ela é branca, lá essas pessoas são amarelas. Quanto a mim, se um dia eu visitar as arábias, também encontrarei muitas pessoas com cores próximas a minha, enquanto aqui eu sou preto, lá essas pessoas são árabes, muçulmanas, etc. Se aqui sairmos pelas ruas abraçados, ela será chamada sempre de branca e eu, de acordo com as pessoas que irão me olhar, serei preto, moreno, pardo, mulato, negro, etc. Enquanto isso, há um grupo de pessoas que em qualquer continente, mesmo tendo a cor da pele bem próxima ao branco, são chamadas de albinas. Por isso, entendo que no caso da moça a quem me referi no início, amarelo é cor, branco é raça. No meu caso, preto é cor, negro é raça, humano é espécie e povo é nação. (SANTOS, 2015, pp. 25-26).

Nego Bispo, no entanto, também traz definições acerca da questão quilombola. Em sua obra, o autor destaca a influência que a Constituição Federal teve na desconstrução do termo quilombola como algo associado a criminosos.

Nos tempos de Zumbi, os quilombolas representavam os escravos fugidos, que se escondiam nas matas, sendo considerados criminosos. A Constituição Cidadã, entretanto, ressignifica esse termo para associá-lo a um grupo de sujeitos de direito, com suas próprias lutas, deveres, reivindicações, cobranças, histórias e contos. Debate o autor que isso advém da própria

⁶¹ Antonio Bispo dos Santos nasceu em 1959, no Vale do Rio Berlingas, Piauí. Formou-se pelos ensinamentos de mestras e mestres de ofício do quilombo Saco-Curtume, município de São João do Piauí; completou o ensino fundamental, tornando-se o primeiro de sua família a ter acesso à alfabetização. Nego Bispo, como também é conhecido, é autor de artigos, poemas e dos livros *Quilombos, modos e significados* (2007) e *Colonização, Quilombos: modos e significados* (2015). Como liderança quilombola, atuou na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Destaca-se por sua atuação política e militância, que estão fortemente relacionadas à sua formação quilombola, evidenciada por uma cosmovisão a partir da qual os povos constroem, em defesa de seus territórios tradicionais, símbolos, significações e modos de vida. O pensamento de Bispo constrói-se a partir da experiência e concepções das comunidades quilombolas e dos movimentos sociais de luta pela terra. Dessa perspectiva, desenvolveu algumas proposições epistemológicas a partir dos saberes tradicionais dos povos “afro-pindorâmicos”, segundo a sua expressão para referir-se aos descendentes africanos e indígenas/pindorâmicos em substituição às designações empregadas pelo colonizador. Disponível em <https://ea.fflch.usp.br/autor/antonio-bispo-dos-santos> acesso em novembro de 2022

capacidade do povo quilombola de conseguir aceitar essa ressignificação, lutar por ela e se orgulhar dela, pois nunca se tratou de um grupo de criminosos, se tratava de um grupo de seres humanos perseguidos, torturados e mortos.

O uso do termo quilombola deixa, então, de ser associado a crime, deixa de ser um insulto e passa a ser uma classificação, uma rotulação, de certa forma, mas dessa vez não forma pejorativa, mas sim para se referir a um grupo que merece os seus direitos, que é dono das suas lutas e que entende suas capacidades, seus desejos e sonhos (SANTOS, 2015).

Entretanto, não há na Constituição nenhuma citação sobre os povos colonizadores ou seus descendentes destes de nenhuma forma. Para ser mais precisa, a única aparição de alguma palavra que lembre “colônia”/“colono”/“colonizador” está no art. 8º e diz respeito às colônias de pescadores, nada sendo falado sobre quem colonizou o Brasil e sobre como os descendentes desses povos colonizadores continuaram com um pensamento e ação de exploração das outras classes e raças (SANTOS, 2015).

Essa ressignificação também é citada por Clóvis Moura, em sua obra “Quilombos: Resistência ao Escravismo”. Nas palavras do autor:

No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espalhava nacionalmente, a sua negação também surgiu como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade. Está havendo uma revisão na história social do Brasil, particularmente no que diz respeito à importância dos quilombos na dinâmica da sociedade brasileira. Por isso, eles manifestam-se nacionalmente como afirmação de luta contra o escravismo e as condições em que os escravos viviam pessoalmente. Saber até que ponto esse protesto, essa posição de resistência individual ou grupal correspondia à possibilidade de um projeto de nova ordenação social é outra discussão. O fato é que, no Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo. (MOURA, 2021, p. 25).

Essa ressignificação se faz necessária e deve continuar sendo evidenciada para garantir sua visibilização e compreensão por parte da sociedade. Sobre a questão da identidade dos

quilombolas como sendo um lugar de resistência, podemos citar Salomé Maracajá que nos traz os seguintes saberes:

Os quilombos foram muito mais do que um lugar para negros fugidos. Eles eram uma estratégia de resistência, por meio da qual reproduziam seus rituais, cânticos, rezas, costumes e sua cultura. Com a saída das fazendas, devido à violência contra eles perpetrada e à formação dos muitos lugares de vivência, iam os negros territorializando-se nos interiores do Brasil [...] (MARACAJÁ, 2013, p. 29)

O próprio sentimento de pertencimento deve ser algo debatido com os povos quilombolas. Como vivemos em uma sociedade de predominante racismo estrutural e institucional em um país que foi colonizado e explorado, levando os povos originários e tradicionais a se dispersarem e fugirem, isso pode causar certo sentimento de não pertencimento. As comunidades quilombolas, dessa forma, reafirmam seu direito à terra e ao território. Segundo Marques (2019), acerca do sentimento de pertencimento do povo quilombola:

Sou, nasci, vivi e não saio daqui! A terra mesmo da gente é essa! Essas frases são de indígenas e quilombolas, que em lugares distintos do recorte territorial da Paraíba, mencionam a mesma apreensão pelo território de origem. (MARQUES, 2019, p. 104)

Trazemos também um pouco sobre o que aponta DaMatta acerca da mulher quilombola:

Nega com veemência uma vida social compartimentalizada e indiferente, e reintroduz no universo dos homens um estilo de relacionamento que o mundo burguês vê como despudorado e irracional. Depois, porque ela incita a um abandono do individualismo, quando pede proteção mágica contra um mundo quem, ao contrário do que assegura o credo burguês, não é linear nem racional... Finalmente, porque as festas negam o poder do mercado, do dinheiro e da racionalidade capitalista que constrói os preços e o mundo. (DAMATTA, 1998, p. 76)

Ainda sobre o sentimento de pertença e a questão da identidade quilombola, temos os dizeres de Mércia Batista, como podemos observar a seguir:

O processo de autorreconhecimento não é automático nem linear, embora implique a divulgação dos benefícios que o autorreconhecimento da condição quilombola trará. Contudo, o preconceito vivenciado pelas comunidades (agora vistas e classificadas enquanto remanescentes de quilombos) não é vencido ou superado através da implementação de programas de governo, já que a situação social na qual se constituem gera desconfortos, com um exercício de negação da própria condição de existência mais autônoma. E também, o

autor-reconhecimento não garante o fim da discriminação, muito ao contrário, podemos dizer que o preconceito é, até mesmo, ampliado e passa a ser agregado aos outros existentes. É o caso, por exemplo, de se associar o direito territorial a uma identidade negativa: ‘não queremos tomar terra como os sem terra’, frase ouvida de um morador do Grilo, quando indagado sobre a terra que deveria ser apontada enquanto a terra da comunidade. (BATISTA, 2011, p. 43)

Podemos perceber que o processo de autoconhecimento, de pertencimento e de identidade quilombola é algo que vem se fortalecendo, mas em pequenos passos, ao longo dos últimos anos. Isso não diminui a luta desses sujeitos de direito, mas ainda há muito a ser caminhado no sentido de garantir uma visibilidade e garantia das prerrogativas desse povo.

3.2 COMO EMERGE A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL

Os negros e negras descendentes de africanos desenvolveram variadas formas de lutas e estratégias coletivas de sobrevivência, de resistência, de combate ao racismo à discriminação racial, ao preconceito, às desigualdades sociais e de enfrentamento cotidiano à violência física e simbólica, contra o seu corpo e sua cultura. (Cardoso, 2011, p. 60)

No caminho sobre a abordagem, que diz respeito como emerge a questão quilombola no Brasil é fundamental observar a trajetória sobre raça⁶² e racismo no Brasil pensando pelo recorte apresentado por Schwarcz (1993) que para muitos o discurso se estabelece sob égide de uma diferença hereditária de natureza biológica, psíquica, intelectual e moral entre os grupos da espécie humana, que se distinguem, estabelecendo uma hierarquia histórica de desigualdades sociais entre os povos colonizados e colonizadores, entre os senhores e os escravos que não foram inseridos na sociedade pós “libertação”.⁶³

De acordo com Seyferth (1995, p.175):

⁶² De acordo com Seyferth, o vocabulário supostamente científico destes últimos não inclui o termo raça, talvez nem mesmo a palavra desigualdade, mas sugere que os comportamentos sociais e a cultura são geneticamente determinados, abrindo espaço para um discurso de tipo racista que também afirma o primado dos fatos biológicos sobre os fatos culturais, (1993, p.178)

⁶³ Sobre o racismo, enquanto doutrina científica, é importante destacar a contribuição Nina Rodrigues, conforme nos mostra Schwarcz (1993)

A cor da pele foi a característica classificatória que se impôs, tanto nas taxonomias científicas como nas concepções mais populares sobre as raças humanas. A cor e a forma dos cabelos e dos olhos, a estatura, diversos índices cranianos e faciais, o peso e o volume do cérebro, entre outros traços fenotípicos, também serviram às distinções raciais realizadas desde o século XIX; o desenvolvimento das técnicas de medição e do conhecimento anatômico mudaram, progressivamente, os critérios classificatórios requêência dos grupos sanguíneos ABO. O privilegiamento de uma ou outra característica foi responsável pela variação encontrada nas inúmeras tipologias raciais.

Estas teorias corroboraram para a ideia de raça como um elemento de atraso para a nação. No Brasil, autores como Nina Rodrigues e Silvio Romero destacaram-se por fundamentarem, em seus respectivos campos dos saber, o sentido de atraso da nação a partir da ideia de que os povos negros e indígenas eram inferiores.

No século XIX as referidas teorias raciais foram utilizadas pelo discurso científico, cuja matriz eurocêntrica fundamentou a necessidade da mestiçagem, assim como a ideia da democracia racial nos moldes apresentados por Gilberto Freyre⁶⁴.

No curso do tempo, posso afirmar que a emersão da categoria quilombola no território brasileiro, é ladeada por questões sociais, política e culturais como já afirmado nos parágrafos anteriores, o racismo no Brasil, expresso por sua vez, pela denominada democracia racial é legitimadora da dificuldade de mobilidade vertical e horizontal dos negros e negras historicamente.

Na medida em que homogeneizou ou tentou homogeneizar racial, étnica e culturalmente as classes sociais gerou preconceito contra o negro, e mesmo assim o mito floresceu legitimado pela ideologia racista do branqueamento que gerou e gera um caráter etnocêntrico pautado na valorização da cor da pele e da aparência. Nesse sentido, Seyferth (1995, p.178) afirma que:

Conceitos de raça e racismo são, pois, coisas distintas, embora este último tenha sido inventado no século XIX no âmbito de uma "ciência das raças" produzida por antropólogos, psicólogos, sociólogos, ensaístas, filósofos etc., cujo dogma afirmava a desigualdade das raças humanas e a superioridade absoluta da raça branca sobre todas as outras. Racismo é palavra surgida na década de 1930, segundo Banton (1977), para identificar um tipo de doutrina que, em essência,

⁶⁴ O livro *Casa Grande & Senzala* (1933) é a obra mais conhecida de Gilberto Freyre, nela, o sociólogo e escritor, focou a questão da miscigenação racial durante o período colonial brasileiro e ousou em explicar a formação social brasileira através da vida nos engenhos, cultivando uma visão romantizada sobre as relações entre os colonizadores e os colonizados. https://www.ebiografia.com/gilberto_freyre/

afirma que a raça determina a cultura. As crenças que levaram à afirmação da superioridade dos brancos e da determinação biológica da capacidade civilizadora, estão profundamente arraigadas no pensamento ocidental, por mais que a ciência do século XX tenha procurado destruí-las. Seu peso nas ideologias nacionalistas dos mais diversos matizes, e mesmo em muitas ideologias de classe, é incontestável e, por isso mesmo, as características raciais continuam produzindo significados sociais.

Estes conceitos estiveram na mesma pauta que fundaram o mito da democracia racial que por sua vez, tenta caracterizar a sociedade brasileira, colocando-os na perspectiva de uma falsa consciência nutrido pelas elites e pelo Estado, assim também pela força colonizadora que sustenta as violências sob os colonizados, ou seja, difundido no imaginário social que qualquer desvantagem que houvesse socialmente estava diretamente ligada às suas próprias deficiências.

Esta estrutura corrobora com o racismo estrutural que condiciona a população negra a disputas desleais com seus contextos, que não leva em consideração um passado histórico repleto de violências. Para Almeida (2018, p. 50), o “racismo como ideologia molda o inconsciente.” Segundo o autor, na sociedade de classes são intercambiadas três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural. Nas palavras do autor podemos observar o seguinte:

Nos debates sobre a questão racial podemos encontrar as mais variadas definições de racismo. A fim de apresentar os contornos fundamentais do debate de modo didático, classificamos em três as concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. (ALMEIDA, 2018, p. 25)

Quanto às definições de racismo individual, institucional e estrutural, temos que o racismo individual pode ser definido como:

O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. (ALMEIDA, 2018, p. 26)

Já no que diz respeito ao racismo institucional e as instituições:

A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se

resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Antes de entrarmos na expressão institucional do racismo, vamos entender um pouco mais o que são instituições. [...] As instituições são [...] modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais (ALMEIDA, 2018, pp. 28-29)

Por fim, no que diz respeito ao racismo estrutural o autor completa:

O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. Entretanto, algumas questões ainda persistem. Vimos que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. (ALMEIDA, 2018, p 31).

No tocante ao ideário da democracia racial, ela teve um papel de fundar uma falsa ordem social entre os brasileiros. “o recorte social da realidade empiricamente dada, foi inteiramente diversos, com negros e índios sendo situados nos polos inferiores de uma espécie de linha social perpendicular, a qual tem sempre situado os brancos acima” (DAMATTA, 1998, p. 63).

O fato de que alguns negros conquistaram certo espaço de destaque social no período colonial foi usado como regra de exceção, forjando uma falsa realidade das relações raciais altamente violentas no Brasil. Contudo, muitas organizações da sociedade civil⁶⁵ estiveram em oposição as concepções da democracia racial, buscando diuturnamente se opor a essa falsa ideia de igualdade propagada por uma democracia racial, imposta pelas elites, de modo que sempre foi uma pauta expor o número de negros e negras inseridos/as no campo da marginalização e vulnerabilidade social, como é o caso do Movimento Negro Unificado⁶⁶.

⁶⁵ Com esse intuito surge da FNB em 1930, Frente Negra Brasileira, entidade objetivava integrar os negros a nação a partir da mobilidade social, extinta em 1937, após a instauração do “Estado Novo”.

⁶⁶ Ver D’Adesk, 2005.

A crítica a esse ideário forjado socialmente foi denominado pelos movimentos sociais como mito da democracia racial. Para Chauí (2000, p. 57) os mitos fundadores são “invenções históricas e construções culturais”. Nesse aspecto, posso afirmar com base na autora, que a democracia racial, refletida pelos movimentos como mito, foi construída para justificar a discriminação e classificação de grupos subalternizados.

Acerca da questão do racismo, podemos citar o seguinte trecho de Lélia González:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (González, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZÁLEZ, 1980, p. 226)

Na contracorrente desse ideário discriminatório, afirmo que o processo de luta pela terra de grupos étnicos, como é o caso dos quilombolas, é manifestado por intermédio da resistência diária desses sujeitos que acessam minimamente algumas políticas públicas (cestas básicas, construção de banheiros, projeto arca das letras, construção de cisternas), permanece através das ocupações em seus territórios e suas manifestações culturais, embora muitas vezes sem uma produção autônoma e vivenciando várias situações de racismo e de ameaças culturais. Resistir, conforme observação da publicação a seguir, significa para a Comunidade Quilombola transpor para os que acessam, características percebidas em suas populações: Representatividade, Tradição e História, Povo Acolhedor.

Figura 31 - Publicação da Comunidade Convidando as pessoas a conhecer Lagoa Rasa



Fonte: Instagram

No início da Pandemia da Covid 19, a resistência diária tem incluído desde a ocupação das redes sociais, de modo que essas populações passam a ocupar mais um espaço expondo suas trajetórias e pautas. Quero me deter ao fato, do fortalecimento da condição de povo com tradição e história, este é um fator que se mobiliza cotidianamente e com potência em busca do reconhecimento individual e coletivo destas populações.

Demarca também o movimento de busca por direitos e justificativa de sua auto-organização, bem como, as reivindicações em torno dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Nesse processo de investigação sobre os Territórios Quilombolas e suas populações, é importante perceber a trajetória de lutas e conquistas dos movimentos sociais, o posicionamento político, o público que mobiliza a sociedade a partir da visibilidade.

Para Maracajá e Rodrigues (2008, p. 5): “é levando em consideração essas questões que poderemos compreender os conflitos no campo brasileiro vivenciado pelos homens pobres livres, pelos indígenas, pelos negros e pelos escravos.”. O papel dos movimentos sociais tem sido

fundamental para as conquistas sociais ao dar visibilidade e potência as trajetórias vividas pelas populações quilombolas, que segundo Gohn (1997):

Movimentos Sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (GOHN 1997, p. 251).

A história nos permite perceber que alguns dados são de suma importância para entender esse cenário da discussão em torno do conceito quilombola e como ele se instala no Brasil e sobretudo nas comunidades negras. Destaco que com a redemocratização do Estado brasileiro, houve a ratificação de diversos tratados internacionais de Direitos Humanos que serviram de subsídio na elaboração da nova Constituição Federal. Considero importante elucidar a reflexão sobre o texto da Constituição feita por O'Dwyer (2002):

Acontece, porém, que o texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica” que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada (como reza o artigo 68º do ADCT). Assim, qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência, que pode realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado. (O'DWYER, 2002, p. 2).

Nesse contexto, a garantia dos Direitos Humanos, assegura também às comunidades quilombolas tanto a não discriminação e a identidade cultural quanto os direitos territoriais, sendo uma das conquistas o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal de 1988, que resultou em um período histórico de conquistas e lutas para a população negra, viabilizando o fortalecimento de outras pautas presentes no movimento negro.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares⁶⁷, estima-se que o Brasil tenha mais de cinco mil comunidades quilombolas, 3.271 comunidades quilombolas identificadas. As comunidades quilombolas são um dos povos mais vulneráveis, pois só 258 conquistaram o título de suas terras.

São 3.502 comunidades quilombolas e a região Nordeste, sendo 2.859 comunidades certificadas, com 1744 sendo na Região do Nordeste e destas 43 no Estado da Paraíba. Em Catolé do Rocha temos 4 comunidades, sendo três certificadas e uma em processo de certificação. Os dados da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes - AACADE⁶⁸ apontam que o sertão da Paraíba possui o maior número de comunidades Quilombolas do estado. Tal fato pode ser constatado no mapa abaixo⁶⁹:

Atualmente o estado da Paraíba possui 43 comunidades quilombolas certificadas, de acordo com a Fundação Cultural Palmares.⁷⁰ A Paraíba possui apenas dois quilombos com título de posse de terra, o Quilombo do Bonfim localizado no distrito de Cepilho, no município de Areia (PB), e do Grilo, situado em Riachão do Bacamarte.

Segundo Banal (2013, p.38), em 2009, Bonfim se tornou a primeira comunidade a conseguir o título após ter percorrido o difícil caminho do processo de identificação, auto definição, reconhecimento, delimitação, demarcação do território, desapropriação e desintrusão, faltando somente a titulação coletiva devido a problemas com antigos proprietários.

⁶⁷ O 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, reserva à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Para isso, três documentos são exigidos, de acordo com a **Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007**: Ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou Ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve Relato Histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, etc.; e um Requerimento de certificação endereçado à presidência desta FCP. Outros documentos podem ser agregados, a critério da comunidade solicitantes, como fotos, registros de nascimento e óbito, títulos de propriedade ou posse, pesquisas e reportagens. http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 acesso em 28 de Set de 2021.

⁶⁸ AACADE – Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro- Descendentes. Disponível em: <http://quilombosdapaiba.blogspot.com.br/p/aacade.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁶⁹ Disponível em: <http://quilombosdapaiba.blogspot.com/p/mapas.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

⁷⁰ http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 Acesso em 28 de Set de 2021

As demais comunidades quilombolas ainda caminham no processo de reconhecimento e de luta pela terra e os passos seguintes após o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, entendendo que existe uma morosidade nesse processo e que as equipes do INCRA muitas vezes não chegam às comunidades distantes da capital por possuir uma equipe técnica reduzida, que não atende o universo das comunidades reconhecidas no estado.

Muitas destas famílias permanecem subjugadas e com sérias dificuldades de permanência nas terras, migrando na maioria das vezes para as grandes cidades e suas periferias em busca de trabalho, com precárias condições de vida. Tais informações são frutos de entrevista com a equipe do INCRA, assim como as pesquisas de campo na cidade de Catolé do Rocha-PB.

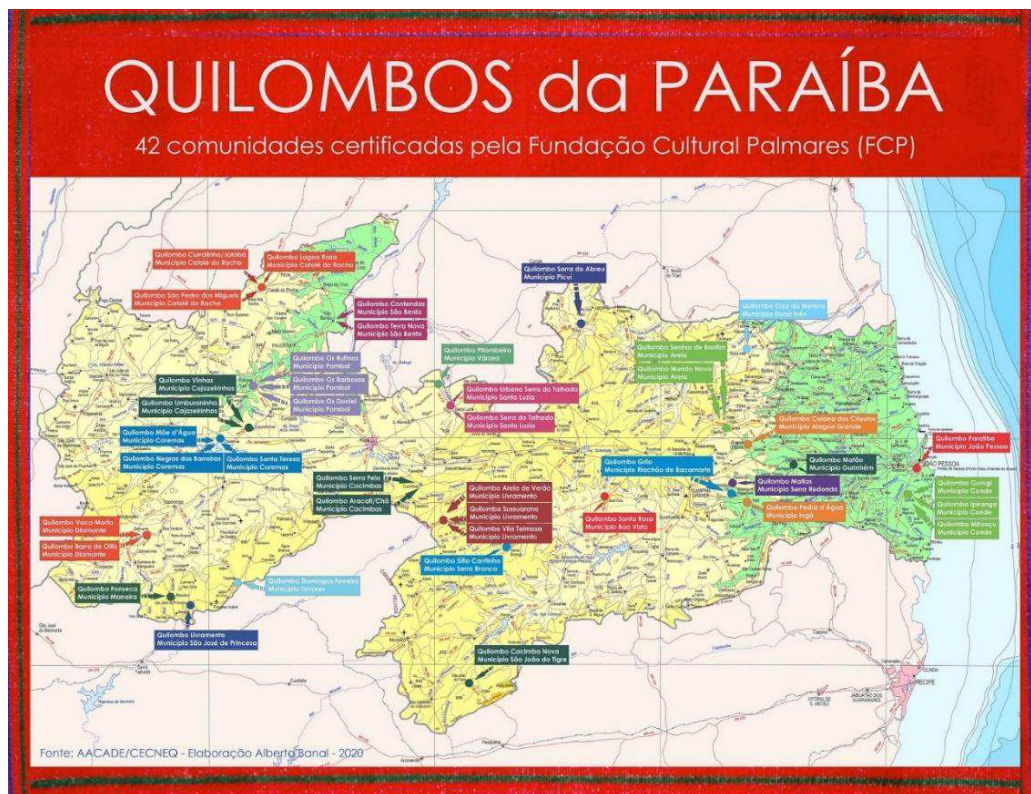
No mapa e quadro seguintes, estão dispostas as comunidades quilombolas na Paraíba, desde os primeiros passos de reconhecimento até os dias atuais, considerando o importante papel da AACADE nos processos organizativos e de mobilização política dessas comunidades.

Figura 32 - Tabela contendo Comunidades Quilombolas da Paraíba

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	ETAPA ATUAL PROCESSO FCP	Nº DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA NO DOU	Nº PROCESSO INICIA	ETAPA DO PROCESSO DE TITULAÇÃO	
1	NORDESTE	PB	SANTA LUZIA	SERRA DO TALHADO	01420.000156/2004-41	CERTIFICADA	19/2004	04/06/2004	54320.000417/2005-00	PORTARIA NO DOU
1	NORDESTE	PB	GUARANHÉM I MOESTINO	MATÃO	01420.000556/2004-86	CERTIFICADA	23/2005	25/05/2005	54320.000413/2005-13	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	AREIA	ENGENHO DO BONFIM	01420.000042/2005-85	CERTIFICADA	23/2005	23/03/2005	54320.001528/2004-44	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	INGÁ I SERRA REDONDA	FERRA D'ÁGUA	01420.000739/2005-78	CERTIFICADA	23/2005	23/05/2005	54320.000415/2005-11	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	VÁRZEA	PRIMEIRA	01420.000864/2005-66	CERTIFICADA	26/2005	08/06/2005	54320.000960/2005-53	RTD
1	NORDESTE	PB	ALAGOA GRANDE	OLIMPA DOS CRIOULOS	01420.000267/1998-23	CERTIFICADA	26/2005	08/06/2005	54320.000416/2005-57	RTD
1	NORDESTE	PB	SANTA LUZIA	SERRA DO TALHADO - URBANA	01420.001306/2005-18	CERTIFICADA	28/2005	12/07/2005	54320.001205/2007-01	PORTARIA NO DOU
1	NORDESTE	PB	CONDÉ	MILITÁCI	01420.001191/2005-14	CERTIFICADA	32/2005	19/08/2005	54320.000053/2007-11	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	CAJAZEIRINHAS	VINHAS	01420.001381/2005-64	CERTIFICADA	02/2006	20/01/2006	54320.001207/2007-32	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	RIOCHÃO DO SACAMANTE	GRILÃO	01420.000267/2006-12	CERTIFICADA	08/2006	12/05/2006	54320.000389/2007-58	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	CAJAZEIRINHAS	UNIBRANINHA	01420.001011/2006-77	CERTIFICADA	11/2006	07/06/2006	54320.001204/2007-59	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	SÃO BENITO	CONTENDAS	01420.000385/2006-85	CERTIFICADA	11/2006	07/06/2006	54320.001203/2007-12	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	COENHAS	SANTA TEREZA	01420.001196/2006-75	CERTIFICADA	11/2006	07/06/2006	54320.001206/2007-48	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	COENHAS	MAE D'ÁGUA	01420.001195/2006-21	CERTIFICADA	11/2006	07/06/2006	54320.001209/2007-81	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	COENHAS	COMUNIDADE NEGRA DE BARREIRAS	01420.001191/2006-10	CERTIFICADA	11/2006	07/06/2006	54320.001208/2007-37	DECRETO NO DOU
1	NORDESTE	PB	CATOLE DO RIOCHA	LADOGA BASA	01420.000384/2006-31	CERTIFICADA	15/2006	28/07/2006	54320.001417/2011-67	RTD
1	NORDESTE	PB	SERRA REDONDA	SITIO MATIAS	01420.001618/2006-11	CERTIFICADA	15/2006	28/07/2006	54320.000386/2007-11	RTD
1	NORDESTE	PB	DOLO PESSOA	PARAIBÉ	01420.001401/2006-47	CERTIFICADA	15/2006	28/07/2006	54320.001383/2007-24	RTD
1	NORDESTE	PB	CONDÉ	GRANJE	01420.001588/2006-34	CERTIFICADA	15/2006	28/07/2006	54320.000387/2007-73	RTD
1	NORDESTE	PB	CATOLE DO RIOCHA	PIRANCA	01420.000384/2006-20	CERTIFICADA	29/2006	13/12/2006	54320.000145/2007-00	RTD
1	NORDESTE	PB	CATOLE DO RIOCHA	CARBALINHO/ATORA	01420.000385/2006-24	CERTIFICADA	29/2006	13/12/2006	54320.000384/2009-32	RTD
1	NORDESTE	PB	CATOLE DO RIOCHA	SÃO PEDRO DOS MIGUEIS	01420.002899/2006-79	CERTIFICADA	29/2006	13/12/2006	54320.000417/2014-79	RTD
1	NORDESTE	PB	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	SITIO LIVRAMENTO	01420.000156/2007-40	CERTIFICADA	23/2007	02/03/2007	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	DOMA VIEIS	CRUZ DA VEREINA	01420.000381/2008-51	CERTIFICADA	26/2008	10/04/2008	54320.001416/2011-12	RTD
1	NORDESTE	PB	FUJAVIEIS	DOMINGOS FERREIRA	01420.001098/12007-39	CERTIFICADA	60/2008	04/08/2008	54320.001414/2011-23	RTD
1	NORDESTE	PB	LIVRAMENTO	ÁREA DE VEREDO, VILA TENDÇA & SUSTENTABANA	01420.001566/2008-05	CERTIFICADA	94/2008	09/12/2008	54800.065052/2018-46	RTD
1	NORDESTE	PB	CAJAMBAS	SERRA FEIA	01420.001448/2007-47	CERTIFICADA	43/2009	05/05/2009	54320.000444/2011-12	RTD
1	NORDESTE	PB	DOMAMITE	BARBA DE OITE	01420.001317/2009-44	CERTIFICADA	183/2009	19/11/2009	54320.001175/2009-97	RTD
1	NORDESTE	PB	AREIA	ENGENHO MUNDO NOVO	01420.000234/2009-50	CERTIFICADA	183/2009	19/11/2009	54320.001147/2009-70	RTD
1	NORDESTE	PB	MANAÍBA	FONSECA	01420.001448/2007-91	CERTIFICADA	183/2009	19/11/2009	54320.001415/2011-78	RTD
1	NORDESTE	PB	DOMAMITE	SITIO VACA MORTA	01420.000425/2009-11	CERTIFICADA	51/2010	24/03/2010	54320.001514/2009-71	RTD
1	NORDESTE	PB	NOVA PALMEIRA	SERRA DO ABEURU	01420.002995/2010-45	CERTIFICADA	133/2010	04/11/2010	54801.868971/2019-01	RTD
1	NORDESTE	PB	POWAL	DAMEL	01420.000888/2011-32	CERTIFICADA	91/2011	17/06/2011	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	POWAL	RUIINOS DO SITIO SÃO JOÃO	01420.000888/2011-40	CERTIFICADA	91/2011	17/06/2011	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	CAJAMBAS	JARACIT, CUA I E II	01420.001451/2007-61	CERTIFICADA	176/2013	25/10/2013	54801.291531/2019-02	RTD
1	NORDESTE	PB	SÃO BENITO	TEBAR NOVA	01420.000988/2011-75	CERTIFICADA	104/2016	20/05/2016	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	SÃO JOÃO DO TIGRE	CAJAMA NOVA	01420.001038/2011-23	CERTIFICADA	229/2017	29/10/2020	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	POWAL	OS BARBOSAS	01420.011011/2015-85	CERTIFICADA	316/2018	23/11/2018	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	BOA VISTA	SANTA ROSA	01420.101660/2018-83	CERTIFICADA	365/2018	19/12/2018	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	SERRA BRANCA	SITIO JANTINO	01420.101040/2019-58	CERTIFICADA	322/19	31/12/2019	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	TRILINDO	40 MEADOS	01420.000457/2017-29	CERTIFICADA	371	29/10/2020	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	CANAÍBA	ROÇA VELHA/BUVA PRETA	01420.100551/2020-46	CERTIFICADA	84/2021	01/04/2021	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	SERRA BRANCA	LIGERO DE BAIXO	01420.100559/2020-00	CERTIFICADA	86/2021	01/04/2021	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	
1	NORDESTE	PB	SERRA BRANCA	SITIO LADONIVA	01420.100666/2021-07	CERTIFICADA	124/2021	15/06/2021	NÃO TEM PROCESSO NO INCGA	

Outro ponto que é importante considerar, são as comunidades quilombolas territorializadas no Sertão do estado da Paraíba, que sobrepõem as comunidades localizadas no litoral do estado.

Figura 33 - Comunidades Quilombolas da Paraíba



Fonte: AACADE

O movimento de luta pela terra, configurado na Constituição Federal de 1988, que garante o direito à terra, e no conceito da sua função social, se potencializa no próprio território, apesar do precário acesso às políticas públicas e a ausência de execução e garantia dos Direitos Humanos. É perceptível o quão longo e burocrático se faz esse processo para garantia da terra às populações quilombolas, considerando também as dificuldades como analfabetismo e o acesso à informação e uma linguagem acessível a essas populações. Esse dado é um dos fatores que reforça o imaginário social difundido local e nacionalmente, que coloca a condição social da população negra no sertão

numa situação de invisibilidade e silenciamento do ponto de vista acadêmico. hooks (2019, p. 39) pontua que:

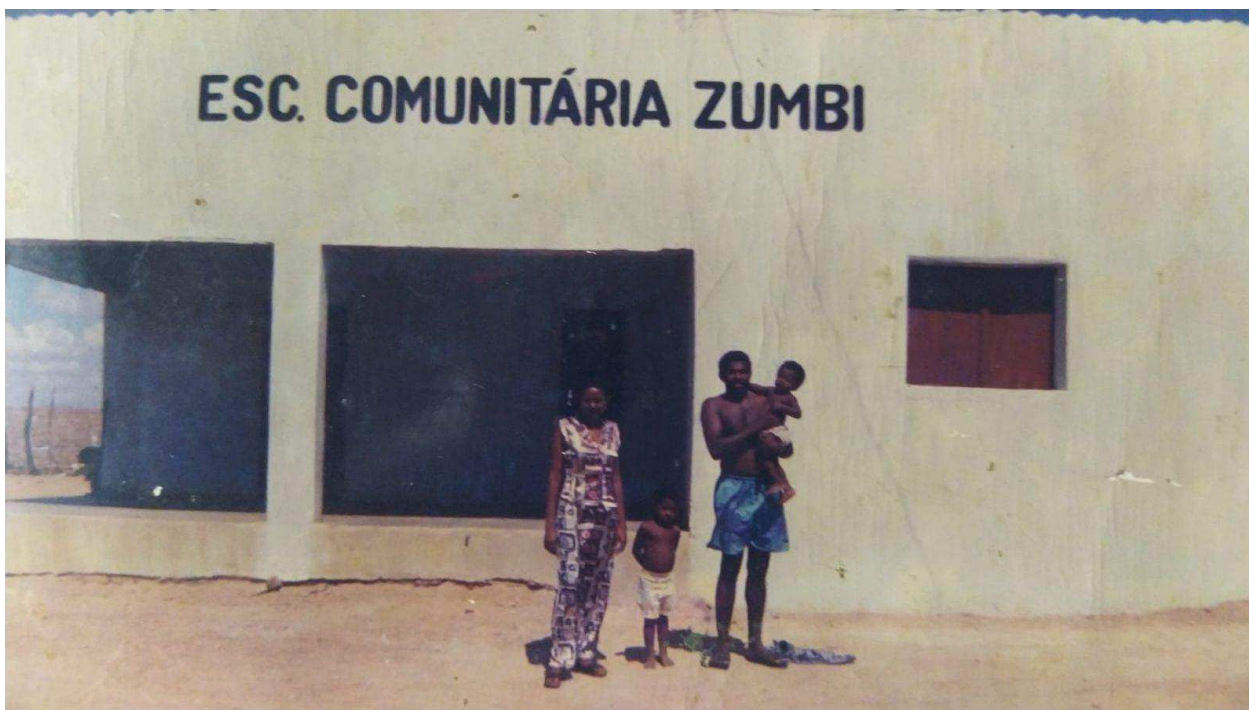
Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta.

Este trabalho busca somar-se às demais pesquisas que se debruçam sobre a trajetória da luta por direito das comunidades quilombolas de Catolé do Rocha com intuito de dar visibilidade às trajetórias de resistências que as configuram: a luta pela terra e pelos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.

COMO A QUESTÃO QUILOMBOLA EMERGE EM CATOLÉ DO ROCHA - PB

“Mama África, tem/ Tanto o que fazer/ Além de cuidar neném/ Além de fazer denguem/ Filhinho tem que entender/ Mama África vai e vem/ Mas não se afasta de você”

Figura 34 - Escola Comunitária Zumbi



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade Lagoa Rasa

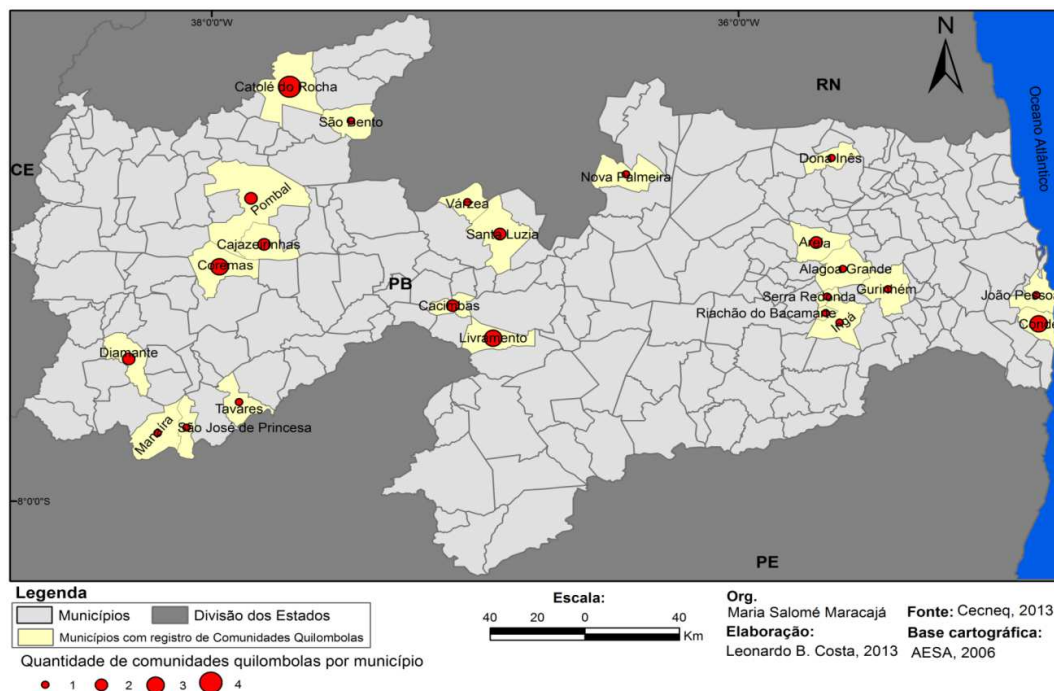
4 COMO A QUESTÃO QUILOMBOLA EMERGE EM CATOLÉ DO ROCHA - PB

*Os olhos tristes da fita
Rodando no gravador
Uma moça cosendo roupa
Com a linha do Equador
E a voz da Santa dizendo
O que é que eu tô fazendo
Cá em cima desse andor
Cadeiras elétricas da baiana
Sentença que o turista cheire
E os sem amor, os sem teto
Os sem paixão sem alqueire
No peito dos sem peito uma seta
E a cigana analfabeta
Lendo a mão de Paulo Freire
A contenteza do triste
Tristezura do contente
Vozes de faca cortando
Como o riso da serpente
São sons de sins, não contudo
Pé quebrado verso mudo
Grito no hospital da gente
Catolé do Rocha
Praça de guerra
Catolé do Rocha
Onde o homem bode berra.
Chico César⁷²*

Os quilombos foram muito mais do que um lugar para negros fugidos. Eles eram uma estratégia de resistência e de autonomia, por meio do qual reproduziam seus rituais, cânticos, rezas, costumes e sua cultura. Com a saída das fazendas, devido à violência contra eles perpetrada e à formação dos muitos lugares de vivência, iam os negros territorializando-se nos interiores do Brasil, inclusive no território paraibano, como demonstrado no mapa a seguir:

⁷² <https://www.letas.mus.br/chico-cesar/128518/>

Figura 35 - Municípios com registro de comunidades quilombolas na Paraíba



Fonte: Leonardo B. Costa, 2013 (MARACAJÁ, 2013)

Para além da degradação histórica do negro na sociedade brasileira, os núcleos de resistência, os movimentos de luta por direitos antes e depois da abolição, a não inserção do negro na sociedade brasileira, queremos destacar o quilombo como forma de resistência, reprodução, manutenção física, social, cultural e identitária frente ao sistema escravista reprodutor de relações de poder estabelecidas nos territórios de ocupação histórica.

O quilombo surge da necessidade da Terra, do fato histórico que a fuga se constitui historicamente, é o primeiro ato que o homem comete ao não se reconhecer que é propriedade de outro, nesse sentido surgem as migrações na busca por território.

Por sua vez, o fortalecimento da identidade étnica é concebido por Almeida (2002) a partir das relações de parentesco, de grupo, de vizinhança, do cotidiano, das histórias de vida compartilhadas nos territórios quilombolas, corroborando com Barth (2000) que concebe uma concepção de grupo étnico dinâmico a partir da organização social percebendo como se definem e interagem entre si.

Esse processo desencadeia a formação de novos sujeitos políticos nos contextos rurais frente à complexidade dos processos de transformação social no Brasil contemporâneo em um

cenário de disputas concretas e simbólicas em torno da noção de identidade e do território ocupado tradicionalmente. Batista (2011) considera que a identidade coletiva construída vem diretamente relacionada à reivindicação do reconhecimento de direitos sobre uma terra de vida e trabalho.

Nesse processo de investigação e análise sobre a cultura, identidade e os territórios quilombolas é importante entender as nuances nesses espaços políticos e culturais, como também é fundamental perceber a trajetória de lutas e resistências. Segundo Barth (1998), “um grupo étnico é um grupo de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas como tal por terceiros, com base em semelhanças culturais ou biológicas, ou ambas, reais ou presumidas”.

Dessa forma, a organização social da região pesquisada engloba uma identidade étnica, por ser categorizada por si mesmo e pelos outros; quando uma moradora diz: “ Me criei aqui em São Pedro e vou morrer aqui” deixa explícito a identidade ou categoria étnica determinada pela relação com o território, origem comum, destinos compartilhados e modos de resistência que foram desenvolvidos em grupo.

Hall (2001) toma a categoria de identidade como central estabelecendo a relação com o passado histórico, denominando de identidades contraditórias que estão sendo continuamente deslocadas e com a globalização as identidades estão diretamente associadas a uma politização. Associada a essas identidades está a Cultura definida por Gomes (2002,p.264) “um dos aspectos mais representativos da globalização como fluxo de mudanças e descontinuidades” esse processo transversaliza os grupos sociais.

Para Barth (1998), cada grupo compartilharia “uma cultura comum e diferenças interligadas que distinguiriam cada uma dessas culturas tomadas separadamente de todas as outras”. Nesse sentido, a etnicidade está presente nos processos sociais de exclusão e na identidade de um grupo, tanto coletivamente quanto individualmente. De modo que, as comunidades passam a se organizar em busca de uma unidade grupal.

Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, de contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença e no decorrer de histórias de vidas individuais. Em segundo lugar, descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são frequentemente baseadas precisamente

nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. (BARTH, 1969, In: Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 188)

Para entender a dinâmica dessas comunidades é fundamental a discussão sobre o território, considerando que esse conceito vem sendo discutido pela ciência por meio de Raffestin quando diz que o território é constituído por relações de poder.

Raffestin (1993) parte, inicialmente, da confrontação dos conceitos de espaço e território. Para ele, espaço e território diferem conceitualmente, sendo, ainda, o espaço anterior ao território; o território é formado pela ação do homem, é definido a partir das relações de poder (econômicas, políticas e culturais) e é a principal categoria de análise da realidade social. Gusmão (1999) estabelece a discussão que a terra / território é entendida como um aglutinado do próprio sentido da vida capaz de carregar histórias individuais e coletivas, sendo uma condição essencial para se pensar o grupo.

Corroborando com a discussão de Raffestin (1993), Rodrigues (2011) destaca que as narrativas sobre a questão da terra nos quilombos, remetem a própria história territorial dos municípios em que estas comunidades estão inseridas. As mesmas são impregnadas de memórias construídas no território, como também nas vivências, experiências e conflitos rememorados pelos ancestrais.

Nesse mesmo sentido Marques (2009), afirma que etnia e territorialidade se complementam como conceitos, conectados através da cultura e das vivências, sendo que a etnia é percebida por meio dos valores, crenças, costumes e as heranças coletivas e o território é a “expressão desses grupos étnicos territorialmente.”

“Nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p. 23). A partir dessa concepção é importante destacar que a terra de trabalho das famílias pesquisadas estão inseridas historicamente em terrenos de exploração, coronelismo, mandonismo e na contemporaneidade esses grupos permanecem produzindo através do sistema de meia/terça⁷³,

⁷³ A parceria é uma denominação comumente atribuída à relação econômica que ocorre na agricultura ou pecuária, na qual o proprietário de terra e o trabalhador dividem a produção com base no montante investido pelo proprietário e nos serviços prestados pelo trabalhador, mediante um contrato pré- estabelecido, podendo ser à meia, em que o trabalhador geralmente é chamado de meeiro, à terça, à quarta etc. Na realidade, o trabalhador é um parceiro, indivíduo que paga o aluguel da terra com parte da colheita, de acordo com os serviços realizados. A meação é em si

condicionando as famílias a realização de parcerias para o plantio por não possuírem terras de trabalho, apenas moradia e pequenos quintais.

De acordo com Maia e Cunha (2015) em 1880, apenas cinco cidades Paraibanas produziram algodão para a exportação, sendo uma delas Catolé do Rocha, época essa que o Nordeste se configurava a partir de uma relação que envolvia latifúndio/ pecuária/ algodão/ moradia atingindo as classes mais baixas através do agravamento das desigualdades sociais e econômicas, constituindo-se um período de exploração e estabelecimento do sistema de meação que perdura até hoje, cuja problemática parte da ausência de terra para produção, tendo que se reproduzir através de arrendamento, sistemas de meia / terça junto aos proprietários das terras onde estão localizados os quilombos.

Para Batista (2011) a condição política de reivindicação dos grupos quilombolas gera desconforto, por sua vez o autoreconhecimento não garante o fim da discriminação, a reivindicação dos direitos passa gerar e aumentar o número de conflitos e violências, sobretudo o incentivo ao silenciamento dessas populações. Esse é o contexto que podemos perceber nitidamente no Sertão, tomando como exemplo a comunidade Curralinho/Jatobá localizada em Catolé do Rocha que após ter reivindicado a terra com o apoio político da CPT – Comissão Pastoral da Terra -, 10 anos depois, no Trabalho de Campo, a encontramos desmobilizada e esvaziada, ou seja, ao invés de ter avançado, ocorreu um retrocesso, ao passo que Pau de Leite segue buscando sua certificação após o auto reconhecimento desde 2006.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E INFLUÊNCIAS

Chegou o tempo de tanto sangue ser semente, de tanta semente germinar. Está sendo longa a espera, meus irmãos. Da morte de Zumbi até nós são decorridos já quase três séculos. Mas a terra conservou o sangue dos nossos mártires. Este sangue fala, clama, e seu clamor, e seu clamor começa a ser ouvido. Primeiro por nós Negros, que estamos recuperando nossa identidade e começando a nos orgulhar do que somos e do que foram nossos antepassados. A sociedade também escuta esse clamor. Muitos do seio dela nos apoiam e se colocam ao nosso lado para caminharmos juntos. A viagem é longa e penosa. Quase tudo está por fazer.

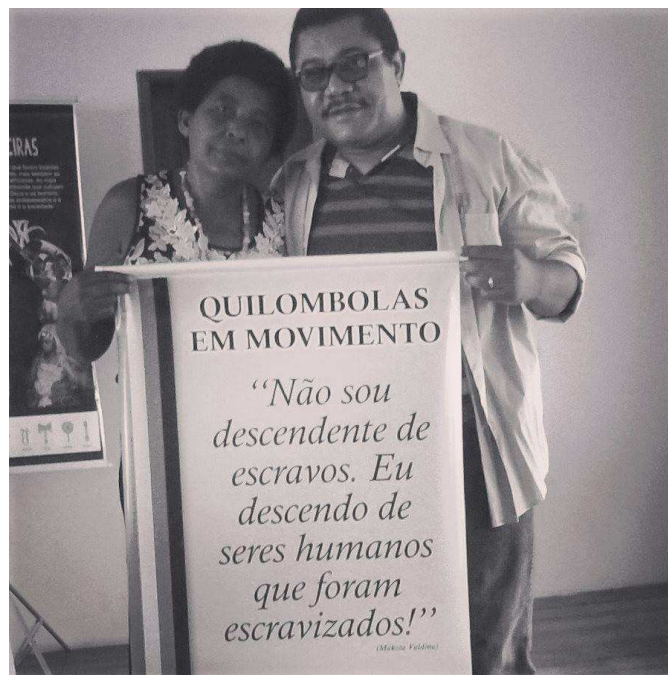
mesma uma forma de parceria, assim como a terça e a quarta. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpica/publicacoes/tec4-0208.pdf>. Acesso em Maio de 2017

(Dom José Maria Pires)⁷⁴

A questão quilombola em Catolé do Rocha, tendo em vista os aspectos da emergência étnica e como esses valores e temas se localizam nessa sociedade diante dos contextos sociais e históricos, possuem diversos nuances importantes que merecem destaque, diante suas especificidades enquanto comunidade quilombola sertaneja.

Abaixo podemos observar uma fotografia de duas lideranças quilombolas que fazem parte do projeto “Quilombolas em Movimento” levantando um banner com a frase de Makota Valdina para reforçar a construção da identidade quilombola.

Figura 36 - Dora com a foto do Grupo Quilombolas em movimento



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade

Na citação abaixo, que foi ouvida durante um dos trabalhos de campo e proferida por Francisca Maria, conhecida por Bidia, liderança quilombola de Lagoa Rasa, explicita o caminho percorrido nas avenidas identitárias no que tange a emergência étnica em Catolé do Rocha,

⁷⁴ Homilia para a Missa dos Quilombos in Do movimento negro à cultura de consciência negra (Pereira, 2018, p. 33).

caminho esse que podemos perceber que as categorias de identidade são acionadas de forma diferente ao longo do tempo:

“Meu pai e minha mãe são negros, hoje eu sou quilombola e luto pelos direitos da nossa comunidade.⁷⁵”

O conceito de quilombo, enquanto categoria histórica, possui um significado de impacto social e político, situado nas temporalidades e é sujeito de uma reinterpretação jurídica, quando situado para legitimar reivindicações pelo território que aciona os ancestrais por parte dos denominados populações quilombolas. O termo que sofre atualização na década de 1980, como culminância de uma sequência de mobilizações de grupos rurais, do movimento negro e de entidades que simpatizam com a causa das lutas pelo reconhecimento jurídico das terras de antiga ocupação. (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 24).

De acordo com Miranda (2021, p.73):

Ao buscar os fragmentos dessa história comum e conjugar com memórias de lideranças e “historiadores populares e comunitários”, recupera-se processos que levam ao reconhecimento de sua ancestralidade de ocupação, uso coletivo da terra, identidade e etnicidade. Tais narrativas, buscadas na história do lugar, do território, não apenas de um tempo passado, mas do tempo presente, vivido pelos descendentes no território, que vão imiscuindo-se com os sítios e reminiscências históricas da comunidade.

Nesse momento as comunidades assumem o caminho de valorização das suas trajetórias, por meio do autorreconhecimento e da afirmação da identidade quilombola, como podemos ver na imagem abaixo postada na rede social instagram da comunidade Quilombola Lagoa Rasa:

⁷⁵ Trecho da fala de Francisca Maria, mais conhecida como Bidia, Liderança Negra

Figura 37 - Publicação da Comunidade Lagoa Rasa sobre o I Simpósio Todos Somos Um



Fonte: Instagram

O registro é de uma atividade que ocorreu em 2021, retrata o percurso que a comunidade vem desenvolvendo desde o primeiro momento da emergência étnica, dando visibilidade cultural e histórica a sua identidade, assim também como reproduzindo os conhecimentos tradicionais para as gerações recentes.

Quando as informações sobre os primeiros passos de organização política e social das comunidades é acionada, é possível perceber que as Comunidades Eclesiais de Base foram uma das principais responsáveis, para que esse território iniciasse o processo de organização com os momentos formativos, discussões e ocupação dos lugares enquanto categoria identitária. Nesse momento, o cenário possuía ações de moradores/as se apropriavam dos seus direitos, liderando pautas de reivindicação e se reconhecendo como comunidade negra rural. Esse foi um passo importante para as comunidades em seus municípios.

A Comissão Pastoral da Terra, entidade também ligada à igreja católica, também teve bastante influência na organização dessas comunidades, contribuindo para endossar a luta pela terra e a valorização dos territórios identitários. A seguir podemos ver as imagens que registram as reuniões realizadas pela CPT nas comunidades quilombolas de Catolé do Rocha:

Figura 38 - Reunião da CPT



Fonte: Arquivo da CPT. Disponibilizada por: Antônio Cleide – Líder da CPT no Sertão.

Fonte: Arquivo pessoal da CPT

Os encontros eram realizados nas casas dos/as moradores, e como era uma entidade ligada à Igreja Católica, possuía um trânsito livre e de fácil acesso à comunidade. Destaco que mesmo com toda a influência do catolicismo, religião predominante das comunidades quilombolas de Catolé do Rocha, apenas na segunda década dos anos 2000 a comunidade conseguiu construir uma igreja no terreno cedido pelo proprietário da terra, sendo que a sede da associação comunitária foi construída anteriormente, também por meio de doação de terreno.

Quero aproveitar, para mostrar a potência e impacto da educação popular, pois nesse contexto ela se fez fundamental. Para isso, considero as experiências vivenciadas e o contato com as instituições locais visto que o município relega ao esquecimento a temática étnico-racial, tendo em vista o currículo real adotado pelas escolas de educação formal na zona urbana e rural, apesar da Lei 10.639 de Janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), que dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir

a temática de “História e Cultura Afro-Brasileira” desconsideram e silenciam a existência de quatro comunidades quilombolas no município de Catolé do Rocha. Sobre o exposto na lei, podemos observar o seguinte:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003)

Isso ocorre também com a existência das 43 comunidades quilombolas no estado da Paraíba, apesar da contabilização de 20 anos de existência da Lei 10639/03 (BRASIL, 2003), sendo esse fato constatado na pesquisa que realizei a nível de mestrado, havendo fortes traços de invisibilização desses conteúdos nas salas de aula do Estado da Paraíba e na cidade de Catolé do Rocha.

Figura 39 - Membros da Comunidade Lagoa Rasa



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade Lagoa Rasa

Acima podemos observar uma fotografia contendo vários membros da comunidade quilombola Lagoa Rasa, dentre elas o sr. Antônio Jatobá no canto inferior direito, um dos membros mais antigos da comunidade, antes de seu falecimento.

A comunidade Lagoa Rasa atualmente não tem uma escola funcionando, fato que condiciona as crianças e adolescentes a se deslocarem diariamente para ter acesso à educação na zona urbana. O município não possui nenhum planejamento direcionado à rede pública para a formação dos/as professores/as em torno da garantia e execução da Lei 10.639/2003, o que nos remete a perceber o cenário de desafios que essas comunidades estão imersas. Para Gonzalez (2020, p. 3)

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né?

É nítido o fato das organizações da sociedade civil, historicamente protagonizam processos formativos de cunho político social, no município de Catolé do Rocha. Um dos exemplos é o movimento de reconhecimento étnico protagonizado pela comunidade quilombola Lagoa Rasa, iniciado na década de 1980.

Tal mobilização contou com os momentos de formação política, desenvolvidas por meio da educação popular, tendo como via de politização e formação social as organizações da sociedade civil e associação comunitária, que no decorrer dos anos continuou contribuindo com estas comunidades.

Por meio das informações acionadas nos trabalhos de campo e o contato com a comunidade, o caminho para a emergência étnica na comunidade quilombola ocorre antes dos anos 2000, com a influência dos movimentos vinculados a igreja católica e do movimento negro na Paraíba. Essas organizações foram de suma importância para que a comunidade Lagoa Rasa fosse pioneira no município no processo de autorreconhecimento e em seguida pudesse contribuir com as demais comunidades do sertão.

4.2 PROTAGONISTAS E INSTITUIÇÕES

Trata se não só de um instrumento de luta antirracista [o quilombismo], mas sobretudo de uma proposta afrobrasileira de organização político-social de nosso país, construída com base em nossa própria experiência histórica, cuja riqueza elimina a necessidade de procurarmos orientações ideológicas alheias de qualquer gênero. Como maioria da população, cabe democraticamente ao negro assumir a liderança do Brasil e o quilombismo representa uma tentativa de pensar a nossa forma de abordar os respectivos desafios e responsabilidades, construindo as políticas públicas necessárias a fim de tornar realidade para todos o exercício da cidadania plena num Brasil multirracial, multiétnico e pluricultural. (Nascimento, 2019, p. 58).

Na construção desta pesquisa, destaco a presença da Comissão Pastoral da Terra – CPT⁷⁶ e da AACADE⁷⁷, entidades presentes nas comunidades quilombolas de Catolé do Rocha, desempenhando papéis fundamentais para o fortalecimento da agenda de lutas e reivindicações dessas comunidades, que potencializaram as ações iniciadas na década de 1980 e difundiram novas informações relacionadas a direitos e políticas públicas.

Figura 40 - Presença da AACADE na Comunidade Quilombola Lagoa Rasa



Fonte: Acervo da Comunidade. – Dezembro/2015.

Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade

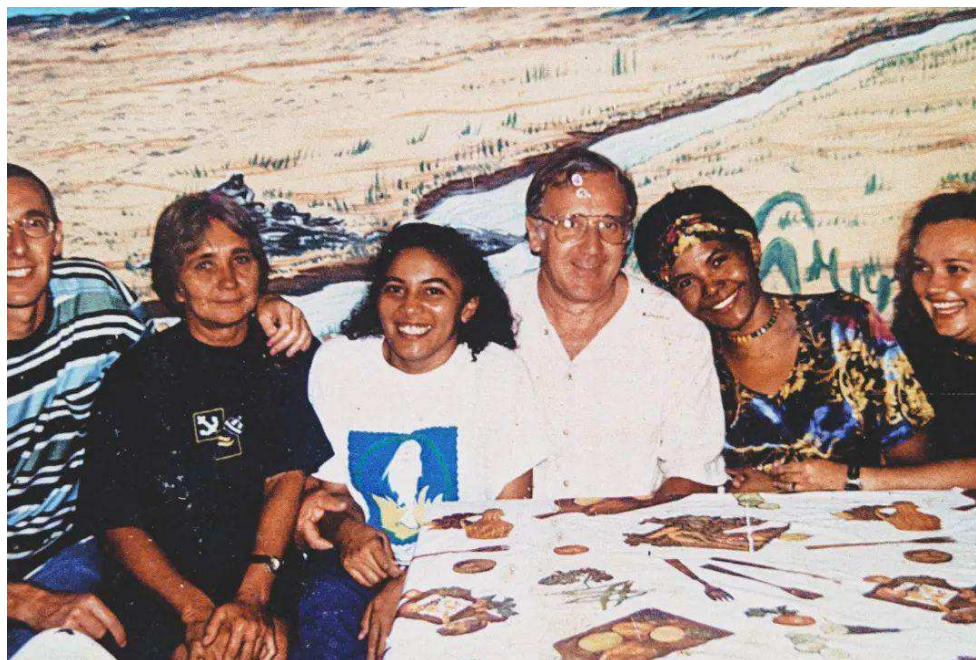
Na Fotografia anterior, é possível visualizar a presença de Francimar Fernandes, coordenadora de projetos na Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Negras

⁷⁶ Comissão Pastoral da Terra - A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 10 Jul. 2020.

⁷⁷ Associação de apoio as comunidades afrodescendentes (AACADE) Disponível em: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/p/aacade.html>. Acesso em: 10 Jul. 2020.

Afrodescendentes AACADE conduzindo a reunião com a comunidade Quilombola Lagoa Rasa. Essa foto demonstra a importância e influência da AACADE na comunidade.

Figura 41 - Padre Luiz e sua equipe em visita à Comunidade



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade

Esse período conduzido pela AACADE, foi de grande valor para o aprofundamento da pauta quilombola e finalmente a ampliação do debate sobre os direitos constitucionais e racismos presentes na sociedade frente ao município de Catolé do Rocha.

Nesse momento, a comunidade Lagoa Rasa tomou grande fôlego, ganhou visibilidade municipal e estadual, conquistou a possibilidade de ampliar o diálogo com a sociedade e, para além da organização política, recebeu sua certificação⁷⁸.

⁷⁸ Para que uma comunidade tenha acesso à política de regularização de territórios quilombolas é necessário que ela se autorreconheça como um quilombo. É preciso também que haja uma relação histórica com o território reivindicado. Estes fatores devem constar do pedido de autodefinição enviado à Palmares, que é a instituição responsável pela análise das informações e pela emissão da Certidão de Autorreconhecimento. Após emitir o certificado, a Palmares dá o suporte para que a comunidade adquira o documento definitivo de posse da terra, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – ou seja, a titulação, que garante a propriedade do território e a autonomia da comunidade. O INCRA é responsável pelo levantamento territorial e estudos antropológicos e históricos, para a correta demarcação da área a ser titulada. Mesmo após essa etapa, a Fundação garante assistência jurídica em diferentes níveis, visando à defesa do território contra invasões ou qualquer

As lideranças formadas nesse princípio organizativo, colaboraram com os processos organizativos de outras comunidades localizadas no sertão da Paraíba. Esse trânsito possibilitou que outras comunidades negras sertanejas se reconhecessem, buscassem a certificação, resultando no dado que atualmente o Sertão da Paraíba possui a maior quantidade de comunidades quilombolas reconhecidas no estado.

Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), é o sentimento de pertencimento a um grupo e a uma terra que torna uma comunidade capaz de se autodefinir e se autoafirmar, como forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam.

O reconhecimento desses grupos étnicos no sertão da Paraíba ocorre a partir de 2005, lembrando que no restante do Brasil também se faz com demora e através de lutas pelas classificações - 17 anos depois do Direito garantido na Constituição Federal de 1988.

Esse caminho começou no território paraibano há quinze anos, sendo que os avanços e o acesso às políticas ainda não são suficientes para essa população. Destacamos que nenhuma dessas comunidades localizadas em Catolé do Rocha possui um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação⁷⁹ e, conseqüentemente, não se avançou no processo de titulação das suas referidas terras.

A comunidade quilombola Lagoa Rasa iniciou o processo de reconhecimento e busca pela certificação do território durante os anos 2000 e, especificamente, em 28/07/2006 recebeu seu título de certificação, sendo que a partir desse momento contribuiu diretamente para o reconhecimento das outras três comunidades quilombolas de Catolé do Rocha.

Houve, com efeito, influência na organização, formação política e reivindicação pela certificação via Fundação Cultural Palmares. Para esta mobilização se contou com o apoio da AACADE, da CPT e da Secretaria Estadual da Diversidade Humana, sendo que estes órgãos da

outro tipo de violência. Seu papel, portanto, é formalizar a existência das comunidades quilombolas, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania, conforme estabelecido no decreto nº 4.887 – não por acaso, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=538. Acesso em: 02 mai. 2020.

⁷⁹ Relatório elaborado como etapa do reconhecimento oficial de uma comunidade quilombola

sociedade civil e do espaço estatal contribuíram na mobilização, na articulação da comunidade e na organização dos documentos. É importante considerar que esta foi a última etapa cumprida dos processos de reivindicação pelo título de posse da terra, e a comunidade não possui Relatório Técnico de Identificação e Delimitação realizado.

Na fotografia seguinte podemos perceber a presença do líder paraibano do movimento negro, João Balula, que foi integrante do MNJP que em 1980 era composto por 10 integrantes.

Ao longo dos anos, o movimento foi ganhando mais ativistas e maior dimensão de atividades, contudo, sempre tiveram em comum o ato de difundir a discussão étnico racial em outras cidades da Paraíba, nesse caso, chegando a Catolé do Rocha, a 411km da capital do estado, como mostra na fotografia, arquivo da comunidade quilombola Lagoa Rasa.

Em 2008, João Balula faleceu, causando grande impacto nas mobilizações do povo negro paraibano e nos movimentos sociais que lutavam por direitos.

Figura 42 - Visita de Balula na Comunidade Quilombola Lagoa Rasa



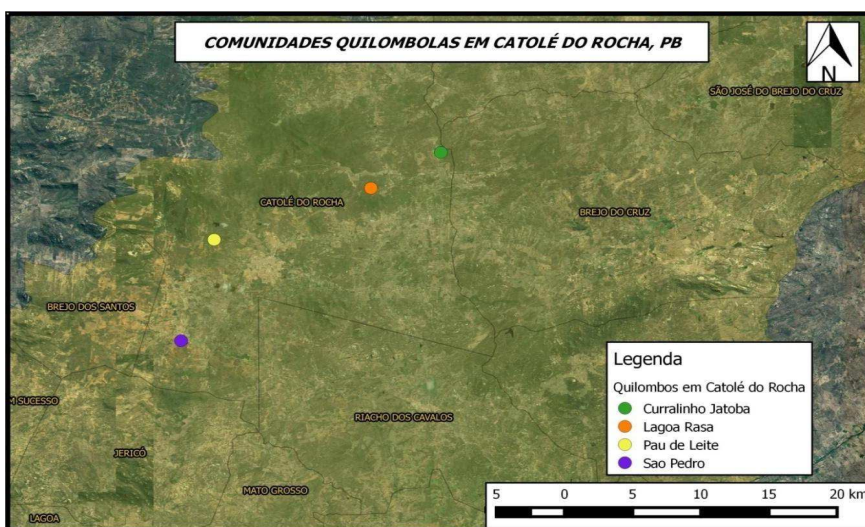
Foto: Vivianne Sousa – Dezembro/2015.

Fonte: Arquivo pessoal da Pesquisadora

Atualmente, Catolé do Rocha é o município que conta com o maior número de comunidades quilombolas reconhecidas na Paraíba. No mapa abaixo, podemos ver a disposição

dessas, que totalizam quatro comunidades quilombolas, sendo três possuidoras do título de auto reconhecimento e uma com o processo tramitando na FCP. São elas: Comunidade Quilombola Lagoa Rasa, Comunidade Quilombola Curralinho/Jatobá, Comunidade Quilombola São Pedro dos Miguéis e Comunidade Quilombola Pau de Leite, sendo todas estas, localizadas no perímetro rural do município.

Figura 43 - Comunidades Quilombolas localizadas em Catolé do Rocha



Fonte: Google Maps

Essas distâncias apontam os processos de formação, ocupação territorial e o próprio trânsito existente no que se relaciona com as expressões das manifestações culturais e políticas contidas na história do município.

4.3 CONTEXTO E DESAFIOS ATUAIS

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição. (NASCIMENTO, 2018, p. 7)

A efetivação da política pública quilombola sempre foi um desafio desde o início da sua implantação, tendo em vista, o racismo estrutural que acomete o Brasil desde o processo da sua formação, desde a abolição, quando não houve uma política de reintegração do negro na sociedade em nenhum momento de modo efetivo.

Após 34 anos da Constituição Federal de 1988, as Comunidades Quilombolas do Sertão paraibano ainda não possuem seus títulos de posse e não têm acesso pleno à garantia de direitos. Faz-se necessário que esses grupos estejam sempre em constante reivindicação e embates políticos para que esses direitos possam chegar até as suas terras, contudo, mesmo com a organização ainda não é suficiente, o acesso às políticas públicas ainda é um processo que possui muita morosidade.

Podemos avaliar rapidamente que os 12 anos de governos populares foram de crescente ascensão nas políticas públicas, e na atualidade vivenciamos a perda constante e a fragilidade dessas ações afirmativas direcionadas para as populações negras que retornam mais uma vez a desmobilização e a negação causadas pelo racismo, elitismo e machismo que constituíram o golpe a democracia. De acordo com Diamantino (2016):

Numa canetada, o recuo de 15 anos na política de terras quilombolas. Retorna-se ao superado patamar da política quilombola de FHC, que impunha ao Ministério da Cultura atribuições que lhe eram totalmente estranhas, tais como a realização de intervenções de natureza fundiária.

Ao longo desse período é inegável a sequência de violações cometidas pelo estado que acometeram diferenças abissais no que tange às realidades sociais e econômicas. Todos esses elementos que podemos elencar com: colonização, não reintegração do negro na sociedade pós abolição. De acordo com Silva (2020, p. 162)

O ano de 2017 trouxe ainda um dado sombrio para os quilombolas. O agravamento da violência contra esses territórios. A pesquisa Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil identificou que o número de assassinatos de quilombolas no Brasil saltou de 4 para 18 de 2016 a 2017. (Conaq e Terras de Direitos, 2018). Entre os anos de 2008 e 2017, a pesquisa identificou 13 situações em que houve narrativas concorrentes sobre as mortes de quilombolas. Nos últimos dez anos, o ano de 2017 foi o mais violento para as comunidades quilombolas de todo o Brasil. De acordo com os dados levantados, o número de

assassinatos de 2016 para 2017 cresceu em aproximadamente 350%. Os quilombos que se encontravam em fase inicial de regularização fundiária (33,8%) foram os territórios que indicaram maior ocorrência de violações de direitos. Em seguida, destacam-se as comunidades que possuem o RTID (23,8%). Os dados evidenciam que os territórios quilombolas que se encontravam no começo do processo de regularização fundiária concentravam quase 60% dos casos mapeados de violência. Essa informação é indicativa da importância político-institucional da formalização do processo de titulação das terras, uma vez que a insegurança jurídica-fundiária das comunidades é fator que agrava a vulnerabilidade dos quilombos.

Destaco que para além dos desafios da garantia dos direitos básicos, às populações quilombolas seguem sendo expostas frente a violências cotidianas para além da negação do território, os conflitos de terra, o risco de morte é algo inerente em suas vidas. Por sua vez, as políticas de regularização fundiária atualmente passam por um alto processo de precarização desde Michel Temer por meio do corte de orçamentos. Houve corte de bolsa de mais de 18 mil estudantes indígenas e quilombolas (GONÇALVES, 2018).

Ainda sobre os cortes no orçamento para populações quilombolas, temos o seguinte:

Material produzido pelo Inesc para subsidiar as oficinas de formação em orçamento e direitos quilombolas mostra que, no atual governo, a situação tende a se agravar. Por exemplo, os recursos alocados no Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial (2034) em 2019 foram quase 60% menores se comparados a 2016 (caiu de R \$46 milhões para R\$15 milhões). Este Programa abriga fomento a ações afirmativas, desenvolvimento sustentável de comunidades quilombolas, reconhecimento e indenização para regularização fundiária destes territórios e atendimento a pessoas vítimas de racismo.

Para a assistência técnica e extensão rural (ATER) destinada à agricultura familiar quilombola, entre 2016 e 2017 foram autorizados no total somente R\$ 2 milhões: deste recurso, nada foi pago. No entanto, foram executados restos a pagar de anos anteriores cerca de R\$ 4 milhões. Em 2018 e 2019, nenhum recurso novo foi autorizado para esta ação. (INESC, 2019)

Nessa linha histórica, um dos marcos importantes a serem considerados que estamos vivenciando desde Março de 2020, é a pandemia da Covid-19 que revela que os grupos populacionais que historicamente foram negligenciados, ou seja, as comunidades quilombolas, estão entre os mais atingidos, especialmente ao maior risco de óbito.

É inegável que a pandemia e o governo Bolsonaro têm aprofundado as crises e desigualdades sociais e econômicas já existentes no Brasil, notadamente para aqueles com baixa

proteção ao emprego, educação, renda, terra, alimentação e as populações sem acesso adequado a cuidados de saúde acessíveis. No dizer de Foucault (2003, p.256):

Quando eu digo matança, obviamente que eu não estou falando apenas do assassinato direto de alguém, mas também do fato de expor alguém à morte, aumentar o risco de morte para algumas pessoas, ou, simplesmente morte política, expulsão, rejeição, etc.

Na perspectiva de Mbembe (2017), o lugar de erradicar e eliminar, acontece justamente pelo racismo, plantado e sustentado pelo colonialismo, esta ferida que segundo Grada Kilomba nunca sarou, sempre fortalecida na servilidade e nos momentos de subjugamento, nos aspectos de conflito e perseguição que rompem os laços de solidariedade e alteridade com base em diferenças étnicas e raciais.

Para o autor (p. 20), quando tratamos da necropolítica no campo de produção da morte, esta morte⁸⁰ não é apenas física “a racionalidade da vida passa pela morte do outro; ou que a soberania consiste na capacidade de matar a fim de viver” . De acordo com Silva (2020, p. 211)

Quando falamos de domínio de produção de morte nos territórios quilombolas, falamos de uma tripla morte provocada pelo racismo estrutural, pela forma de funcionamento das instituições e pela forma que as relações se constroem. Em primeiro lugar falamos de uma morte física tanto dos territórios quilombolas quanto dos corpos que nele habitam: que se caracteriza pela falta de infraestrutura, negligência do acesso à saúde e à justiça, dos altos índices de mortalidade materna por causas evitáveis, da violência contra a mulher, pelo crescimento dos índices de homicídio na comunidade. A segunda morte é a simbólica que, embora tenha sido reduzida tanto pelo reconhecimento constitucional quanto pela vitória da ação no Supremo Tribunal Federal, continua a se manifestar quando da não instauração do procedimento de consulta prévia a essas comunidades pela falta de titulação de territórios. Há ainda uma terceira dimensão dessa morte, espiritual, que tem sido a constante tentativa de apagamento da história quilombola da história oficial do Brasil, seja na tentativa de macular a trajetória dos defensores dos direitos humanos mortos na luta pela terra, seja pela não investigação desses homicídios. A inviabilidade de uso do território tradicional seja por projetos de desenvolvimento, por indústria extrativistas, por “acidentes” ambientais, o controle de recursos essenciais para a

⁸⁰ (...) propus a noção de necropolítica e de necro poder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. Sublinhei igualmente algumas das topografias recalçadas de crueldade (plantation e colônia, em particular) e sugeri que o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade. (Mbembe, 2018, p. 71).

reprodução da vida e das tradições é também espaço de produção de morte que opera nessas três dimensões. Essas são todas mortes matadas onde o estado mata ou deixa morrer.

A produção de morte não ocorre historicamente em escala linear e é sempre rodeado pelo mito da democracia racial que ainda perdura em nossa sociedade, eis a complexidade na qual nos deparamos, apesar da ADCT 68 e o período de celebração e organização/ reivindicação de direitos/políticas das comunidades quilombolas a negação da regulação fundiária e as demais políticas acometem uma sequência de violências irreparável a curto prazo.

Recorremos ao fato que há um pleno reconhecimento jurídico há 34 anos dessas comunidades simultaneamente existe um estado que há políticas públicas consolidadas para estas populações e existe a mercê da concepção do presidente que estiver em vigor, no que tange a atualidade vivenciamos as próprias instituições têm trabalhado contra a efetivação dos direitos. Para (Silva e Souza 2020, p.88):

A crítica situação das políticas públicas para as comunidades quilombolas e para a população negra tem outros pontos que demandam atenção. Em estudo realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), há um detalhamento de como nos últimos anos têm se agravado a situação das políticas de igualdade racial (Zigoni, 2020). De 2014 a 2019 houve um corte de 80% dos recursos destinados às políticas de igualdade racial. Em 2020, a situação se complexificou com a extinção do Programa 2034, intitulado Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo, existente no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, mas não incorporado ao PPA 2020-2023.

No que tange a Pandemia da Covid-19, este cenário se agrava mais ainda, e nesse sentido, (Silva e Souza 2020, p.89), afirmam:

As políticas públicas existentes para as comunidades quilombolas, que já traziam um histórico de não atenderem muitas das demandas fundamentais das comunidades, estão hoje reduzidas a quase nada. As políticas públicas universais, como as de saúde, também têm sofrido duros golpes nos últimos anos. No contexto grave da pandemia, cabe fazer referência ao subfinanciamento das políticas públicas de saúde federais em R \$20 bilhões. Isso ocorreu em decorrência da medida de Teto dos Gastos Públicos, que resultou no congelamento dos recursos da saúde e educação por vinte anos (Zigoni, 2020).

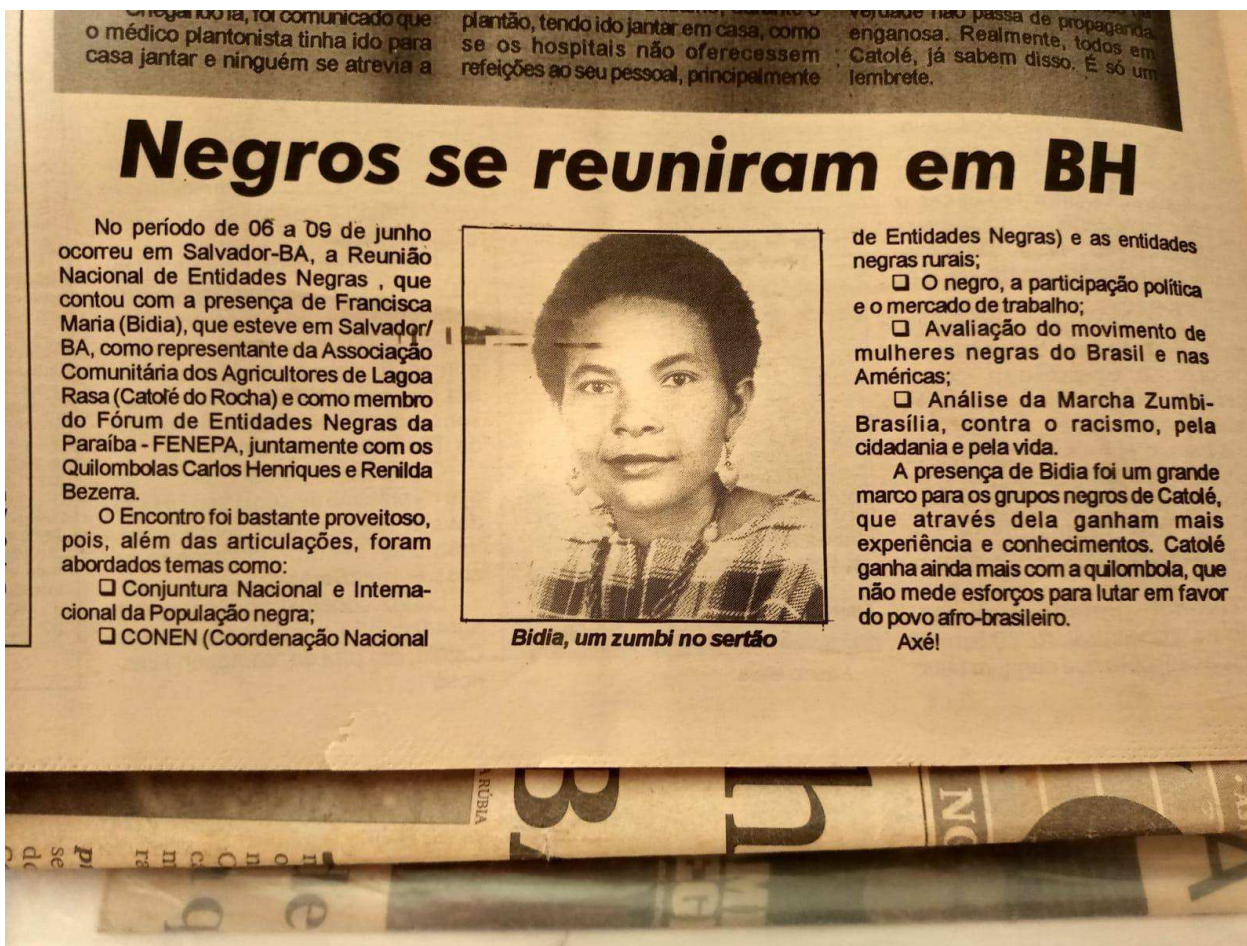
Por sua vez, os cenários de vulnerabilidades e violências vivenciadas secularmente pelos quilombos têm ampliado cada dia mais dimensão na atual conjuntura, a questão de saúde pública é uma demanda urgente, assim também como as questões econômicas e territoriais que estão permanentemente em omissão nesse atual governo.

Contudo, é inevitável destacar o modelo colonial de organização imposto pelo estado brasileiro para que as comunidades quilombolas alcancem a certificação afim da conquista da terra coletiva, tendo vista que fundação de associações comunitárias a partir do conceito do associativismo rompe diretamente com o modelo prévio que já era vivenciado pelas comunidades quilombolas, ou seja, o estado não considera as comunidades organizadas a partir das suas experiências e vivências anteriores, seguem-se uma sequência de enquadramentos cartesianos e colonialistas que descaracteriza o processo histórico e cultural das comunidades.

AS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA RASA

*“Vocês que enxotam o que luta por justiça; Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam A terra indígena, o quilombo e a reserva; Vocês que
podam e que fodem e que ferram; Quem represente pela frente uma barreira; Seja o posseiro, o
seringueiro ou o sem-terra; O extrativista, o ambientalista ou a freira”⁸¹*

Figura 44 - Matéria sobre Bidia



Fonte: Acervo pessoal da Comunidade

⁸¹ <https://www.lettras.mus.br/chico-cesar/reis-do-agronegocio/>

5 AS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA RASA

A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura. (Adichie, 2015, p. 48).

Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. (Freire, 2016, p. 114).

Figura 45 - Bidia, liderança Quilombola



Fonte: Arquivo pessoal de Bidia

5.1 LIDERANÇAS QUILOMBOLAS

Aqui, ao consultar quem me é devido, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que responde como a voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito. Akotirene, (2019, p. 15)

Ao longo dos anos desenvolvendo esta pesquisa, é notório perceber que a multiplicidade e diversidade dos movimentos feministas impulsionou um aumento nas discussões sobre as mulheres negras e o seu protagonismo, sobretudo analisando e trazendo para o debate os efeitos da colonialidade do poder e da vida, estamos no caminho de uma elaboração de reflexões sobre estas mulheres em trajetórias de constituição e reelaboração dos seus modos de vida. Acerca do exposto, podemos citar Quijano quando afirma que nas estruturas da colonialidade do poder⁸²:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. [...] Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118)

⁸² Aníbal Quijano foi um sociólogo peruano cujas maiores contribuições científicas se deram sobre a questão da colonialidade do poder, sendo esse importante conceito de sua autoria.

Ao refletir sobre a afirmativa do autor, destaco que a colonialidade do poder sobre as dimensões do gênero, raça e classe social é geradora de relações desiguais, cuja hierarquia e a força foram preponderantes para construção de ideias e sentidos subalternizantes. As dinâmicas de dominação de corpos, ao tempo em que universaliza aquilo que é singular, padroniza o que é diverso. Nesse aspecto, mulheres além de serem universais em sua “inferioridade natural” aos olhos opressores, são também silenciadas em suas diferenças e demandas materiais, cor e subjetividades.

Figura 46 - Bidia em visita ao Quilombo do Talhado



Fonte: Acervo pessoal de Bidia

A trajetória dessas mulheres, falam não só sobre elas, mas dizem muito sobre vínculos, coletividades, formas de viver e resistir. São cenas subjetivas que elaboram as vidas e os modos de se relacionar, muitas vezes com a única alternativa de se manterem vivas. Embora em busca de visibilidade, é uma luta que é principalmente pelo próprio direito de viver. De acordo com publicação da CONAQ e Terra de direitos, de 2008 a 2017, 68% do assassinatos de mulheres quilombolas no país são praticados por arma branca ou casos de estupro⁸³. O nível de crueldade

83

https://terradereitos.org.br/uploads/arquivos/%28final%29-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf

destinado a esses corpos revelam trincheiras da intolerância racial e a violência doméstica como componentes opressores.

Eis uma narrativa que vai de encontro às estruturas patriarcais brancas e heterossexuais que ditam como os corpos devem viver e que lugares devem ocupar. Falo sobre as mulheres quilombolas que durante muitas décadas foram excluídas das discussões e do seu lugar na história dos territórios. Uma voz abafada que seguiu a ecoar, para contar como influenciou e tem ocupado os lugares das avenidas do sertão da paraíba.

As realidades das mulheres negras são negadas por todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno a um grupo: a branquitude como condição para integrar o pensamento feminista, a masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro, e a combinação de ambas para fazer parte do setor dominante da academia. Impedidas de ocupar uma posição plenamente interna em qualquer uma dessas áreas de pesquisa, as mulheres negras permaneceram em uma situação de outsiders internas, como indivíduos cuja marginalidade proporcionou um ângulo de visão específico sobre essas entidades intelectuais e políticas. (COLLINS, 2019, p. 14).

Pensar sobre as marcas da opressão, exige enxergar não apenas os efeitos dessas relações opressoras sobre os corpos de mulheres negras, no decorrer deste capítulo, busco aproximar o leitor para os fios que tecem as práticas cotidianas dessas mulheres quilombolas de Lagoa Rasa, o que demonstra o protagonismo das mulheres e o seu reconhecimento sobre a posição que ocupam no território quilombola e entre os pares de cor que chancelam essa autoridade.

Almeida (2022) chama atenção para essa mudança de chave das mulheres quilombolas, notadamente ao estabelecerem a cena pública como espaço de visibilidade:

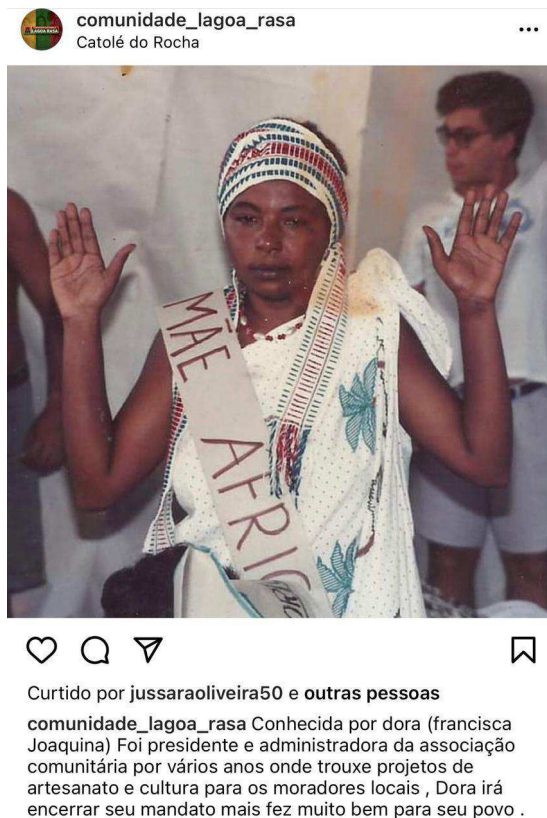
A recente visibilidade e o reconhecimento do protagonismo das mulheres quilombolas na luta pela terra exprimem que o conteúdo dessas mudanças incorpora a dimensão de gênero. Esse acontecimento histórico materializa-se em inúmeros trabalhos acadêmicos, documentários e reportagens jornalísticas. [...] Nas últimas três décadas, as mulheres quilombolas deslocaram-se da invisibilidade e ocuparam a cena pública como autora de suas histórias. (p.28 e 29)

Nesse contexto, as mulheres negras, apresentam-se em constante dinamismo de reinvenção e buscas de modos de viver, ressignificando, interagindo e se recriando a cada novo momento. Se moldam e se constituem pelas suas próprias trajetórias e urgências. Segundo Gonzalez (1983, p. 104) ao refletir sobre a luta pela vida como resistência:

No que diz respeito à luta pela vida, compreendida na resistência cotidiana que acolhe é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência [...] é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder.

Essas mulheres, que muitas vezes recebem apenas a autorização social de ocupar apenas o espaço privado, contudo, são as que no tempo presente se lançam no mundo e coabitam diversos lugares de violência e resistência, se demonstram em constante trânsito entre as fronteiras e têm ocupado os espaços sociais, religiosos e políticos. Quero aqui demonstrar os diversos espaços ocupados pelas mulheres quilombolas da Comunidade Lagoa Rasa a partir dos registros fotográficos coletados nas suas redes sociais:

Figura 47 - Tributo à Francisca Joaquina, liderança histórica da comunidade



Fonte: Instagram

O registro anterior revela uma menção de agradecimento a Francisca Joaquina como presidente da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa. Na imagem, um momento de representação de uma peça teatral que nos remete à discussão identitária acerca das diásporas africanas modernas, ocorridas em meados nos anos 1990.

Apesar de tratarmos pouco da produção artesanal da comunidade, quero citar a produção de bonecas de pano, realizada pela artesã Eliza, sendo este também um espaço ocupado pelas mulheres quilombolas de Lagoa Rasa.

O trabalho realizado pela artesã denota espaço de transmissão da cultura local, valorizando trabalhos manuais a partir dos recursos criativos, sendo uma prática realizada por gerações. Nesse aspecto, a feitura das bonecas de pano denota solidariedades entre as mulheres de Lagoa Rasa. A seguir, podemos observar mais um registro cuja fonte é a rede social da comunidade:

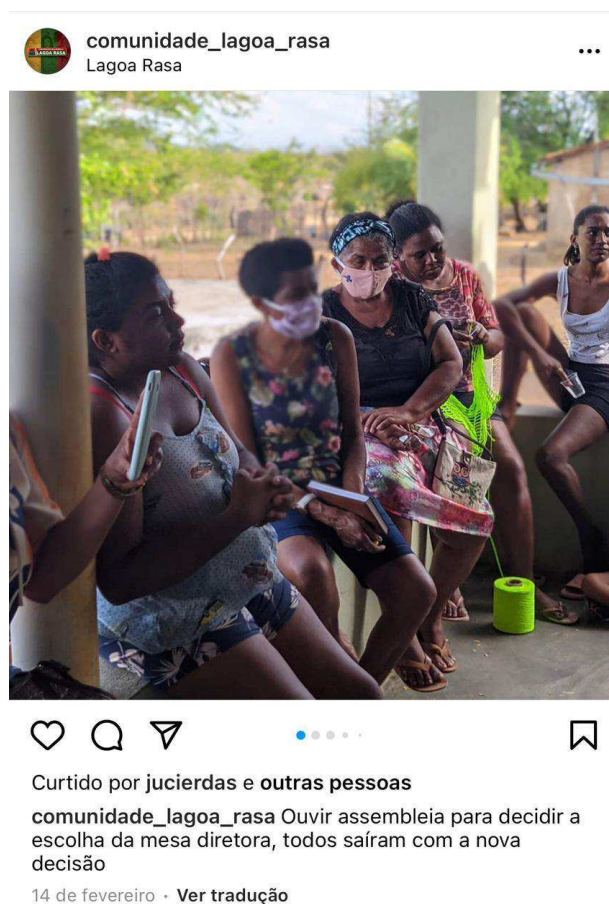
Figura 48 - Eliza, artesã da Comunidade



Fonte: Instagram

Em fevereiro de 2021 a Associação Comunitária da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa se reuniu para eleição de mais um mandato presidencial e, como podemos ver na imagem a seguir, as mulheres estavam presentes nesse momento. Essa é uma evidência de que apesar das ameaças e perdas de direitos, a associação tem tentado se manter organizada e seguindo sua agenda de reivindicações sociais e políticas.

Figura 49 - Assembleia para eleger a diretoria da associação de moradores da Lagoa Rasa



Outro ponto importante a ser destacado é o lugar ocupado por Francisca Maria nas disputas eleitorais municipais. Em 2020, apesar da Pandemia da Covid-19 ela esteve nas disputas das eleições. No pleito municipal de 2016 tive a oportunidade de acompanhar o cotidiano da sua campanha eleitoral. Assim, de acordo com Sousa (2017):

Nos palanques da campanha majoritária e proporcional, o discurso seguia a mesma linha de afirmação enquanto mulher negra, pobre e que estava lá para defender as classes populares e para buscar projetos e alternativas de geração e

trabalho e renda. Foi ressaltado inúmeras vezes a ausência de uma mulher negra na câmara de vereadores que pudesse representar as mulheres de Catolé do Rocha, pois até então a única vereadora mulher é a filha do prefeito, branca e de classe alta, que não representa a totalidade das mulheres de Catolé.

Francisca Maria da Silva foi a primeira candidata mulher quilombola de Catolé do Rocha, enfrentando todo o contexto de oligarquias, machismo, coronelismo, racismo, sexismo e preconceitos de classe. De acordo com seu discurso:

Luto por uma política do bem comum, que acabe com o assistencialismo que pra votar o povo não troque seu voto por um milheiro de tijolo, penso numa política para a qualidade de vida, quero ser uma vereadora diferente e autêntica, que elabore projetos e que realize audiências com as comunidades. Eu jamais quero ser uma vereadora de voto comprado, mas sim uma vereadora funcionária do povo. (Discurso em um Comício da Campanha de Vereadora de Bidia – setembro de 2016)

Figura 50 - Cartaz eleitoral de Bidia



Fonte: Acervo pessoal de Bidia

Em 2016 ela se lançou candidata novamente pelo Partido Verde – PV em uma coligação do PRB, PT, PTdoB, PSD, PSB, PR, PSL, PTN. Foi a única candidata negra da coligação. E em 2020, esteve na Coligação do DEM Unidos para Avançar – DEM, PSDB, PP, PTB.

Figura 51 - Imagem de divulgação da campanha de Bidia à Câmara de Vereadores de Catolé do Rocha nas eleições 2020



Fonte: Instagram

As imagens anteriores, elucidam momentos de eleições distintas em que Francisca Maria – Bidia se lançou candidata a vereadora em Catolé do Rocha – PB, em ambos os pleitos não alcançou a vitória.

Contudo, é importante destacar que em 2020 também teve a candidatura de uma liderança feminina quilombola, do quilombo São Pedro, Luzinete Alves da Costa – Lulu pelo Partido dos Trabalhadores, que também não conseguiu se eleger.

Figura 52 - Registro da candidatura de Luzinete Alves da Costa à Câmara de Vereadores de Catolé do Rocha nas eleições 2020



Fonte: TRE/PB

Catolé do Rocha- PB em 2020 teve duas candidaturas de mulheres quilombolas em suas eleições, possibilitando a visibilidade da pauta de reivindicações e direitos, assim como a luta dessas mulheres para ocupar espaços historicamente negados, fazendo o enfrentamento direto ao racismo, machismo e ao classicismo.

Entretanto, mais uma vez, a Câmara de Vereadores por mais quatro anos, terá apenas uma mulher eleita, oriunda da classe alta, branca e sem aproximação com as pautas das mulheres negras, nos dizeres de Lorde (1984, p. 243) “em um sistema de poder patriarcal onde o privilégio de ter pele branca é uma escora importante.”

Para esta reflexão aciono o conceito de interseccionalidade, considerado oriundo do feminismo negro, e que atualmente, ganha lugar na agenda de debate sobre a mulher negra. Tal noção possui inspiração nas mulheres negras norte-americanas e, nesse caso, Patricia Hill Collins segundo Conceição Nogueira (2017), é consagrada como a autora que instaura a discussão sobre interseccionalidade, autora que criou o conceito de “matriz de dominação” (COLLINS, 1998, p. 200). Essa ferramenta teórico-metodológica de análise foi sistematizada por Crenshaw, que nos diz que:

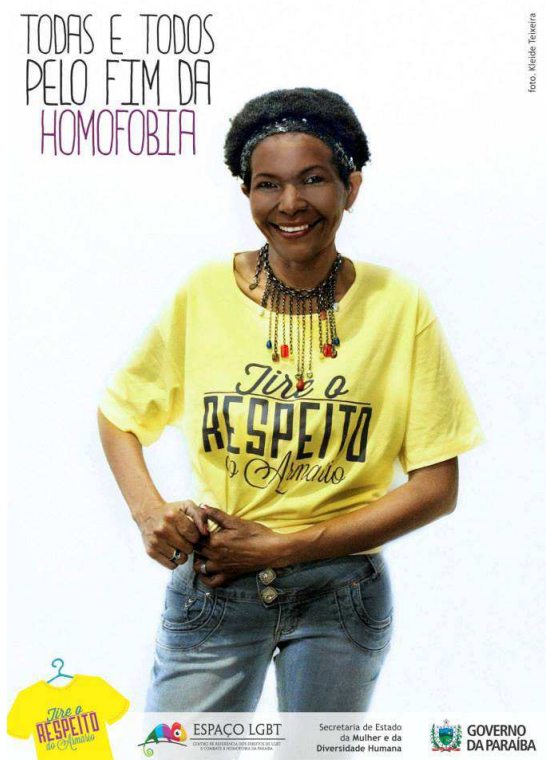
Desde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais as condições estruturais, o racismo, o sexismo e violências correlatas se

sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (CRENSHAW, 1991, p. 54).

Nesse aspecto, a busca por ocupação de espaços políticos é também um caminho para perceber que os fatores da colonialidade do poder, que definem os marcadores interseccionais como elementos definidores da inferioridade dessas mulheres, são contrastados pela persistência em pleitear esses espaços políticos.

Perceber as narrativas das mulheres quilombolas sertanejas, sedimenta o caminho de análise para entender como essas mulheres têm influenciado cultural, política e socialmente o sertão da Paraíba. Nos últimos anos, desde o processo de auto reconhecimento das comunidades quilombolas⁸⁴, o município de Catolé do Rocha – PB vivencia a efervescência e a presença constante das mulheres negras ocupando os espaços públicos de reivindicação de direitos e luta pelo acesso às políticas públicas.

Figura 53 - Bidia participando da Campanha do Governo acerca da Homofobia



Fonte: Governo da Paraíba

⁸⁴ Lagoa Rasa, certificação em 28/07/2006; Currallinho/Jatobá certificação em 13/12/2006; São Pedro dos Miguéis certificação em 13/12/2006; Pau de Leite em Processo.

É notório como essas mulheres negras têm buscado ampliar a pauta de debate, apesar das violências sofridas contidamente, impressas por meio do racismo e do machismo. A maioria da população da comunidade quilombola Lagoa Rasa é formada por mulheres negras, pobres e sertanejas e que, para entendimento deste cenário, me aproximo da conceituação Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A emergência deste debate está associada aos modos de resistência manifestados por essas mulheres negras sertanejas durante longos períodos históricos e o contexto de efervescência dos debates sobre mulheres negras e feminismo negro. Destaco a tradução de obras de bell hooks⁸⁵ e Angela Davis⁸⁶, a organização política de movimentos sociais, as páginas nas redes sociais que difundem o combate ao racismo, a morte de Marielle Franco⁸⁷, a

⁸⁵ bell hooks nasceu em 1952 em Hopkinsville, uma cidade rural do estado de Kentucky, no sul dos Estados Unidos. Batizada como Gloria Jean Watkins, adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks. Formou-se em literatura inglesa na Universidade de Stanford, fez mestrado na Universidade de Wisconsin e doutorado na Universidade da Califórnia. Seus principais estudos estão dirigidos à discussão sobre raça, gênero e classe e às relações sociais opressivas, com ênfase em temas como arte, história, feminismo, educação e mídia de massas. É autora de mais de trinta livros de vários gêneros, como crítica cultural, teoria, memórias, poesia e infantil. Disponível em: <https://www.editoraelefante.com.br/quem-e-bell-hooks/>. Acesso em: 13 jul. de 2020

⁸⁶ O nome verdadeiro é Ângela Yvonne Davis, nascida no dia 26 de janeiro de 1944, em Birmingham, estado do Alabama. O fato que a tornou famosa, já aconteceu há quase 36 anos, em Marin County, estado da Califórnia, dia 7 de agosto de 1970. Ela foi acusada de fornecer as armas usadas pelos militantes dos Panteras Negras, nos protestos que estes que fizeram da Assembleia Legislativa daquele estado. Atualmente, Ângela é professora do Departamento de História da Universidade da Califórnia, a mesma que já lhe negara a chance no passado. Continua sua militância política de combate ao racismo e na defesa dos direitos das mulheres. Já esteve no Brasil por diversas vezes, convidada por organizações-não-governamentais de mulheres negras. Além disso, a filósofa Davis é escritora dos livros: *Women, Race and Class (Mulheres, Classe e Raça)* – sobre o movimento feminista; *If They Come in The Morning: Voice Of Resistance (Quando Vier o Amanhecer: Vozes da Resistência)* – que traz uma análise marxista da opressão racial dos Estados Unidos e o último é *Blues Legacies And Black Feminism (O legado do Blues e o Feminismo Negro)* – que retrata a contribuição das mulheres negras do início do século 20 para o feminismo, principalmente através de cantoras como Billie Holiday e Bessie Smith. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/angela-davis-2/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

⁸⁷ Marielle Franco é mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros

popularização do livro intitulado *Pequeno Manual Antirracista*, da autora Djamila Ribeiro⁸⁸ e a literatura com o recente ressurgimento de Carolina Maria de Jesus⁸⁹.

Tais ações se desdobram e se configuram como fatores permanentes de debates e reflexões em nossa sociedade. Apesar dos avanços conservadores, podemos elucidar como o movimento feminista negro no Brasil tem construído sua narrativa e ocupado a mídia, a política, as artes e a sociedade. É imprescindível afirmar que, de acordo com Carneiro (2003, p. 273):

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vem exigindo a reelaboração do discurso e das práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.

Com base no exposto, vê-se que Carneiro puxa o debate para ressaltar a problemática da construção identitária da mulher negra na sociedade brasileira, que muitas vezes são vítimas não só do machismo, mas como do racismo, encontrando-se em uma posição de dupla vulnerabilidade. Ainda sobre o exposto, podemos observar as palavras de Davis (1944, p. 109):

De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido

atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>. Acesso em: 13 Jul. de 2020.

⁸⁸ Djamila Taís Ribeiro dos Santos, nasceu em 01 de agosto de 1980, em Santos, São Paulo. Ela iniciou o contato com a militância ainda na infância. Uma das grandes influências foi o pai, estivador, militante e comunista, um homem que mesmo com pouco estudo formal, era culto. “Desde muito cedo, eu e meus dois irmãos vivemos nesse meio. Com seis anos, já íamos para atos. A gente debatia esses temas em casa, e meu pai nos fazia estudar a história do nosso povo”, relembra. O movimento feminista entrou na vida da filósofa aos 19 anos, quando conheceu a ONG Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos, onde trabalhou por cerca de quatro anos. Lá teve contato com obras de feministas e de mulheres negras e passou a estudar temas relacionados a gênero e raça.[2] Graduiu-se em Filosofia pela Unifesp, em 2012, e tornou-se mestre em Filosofia Política na mesma instituição, em 2015, com ênfase em teoria feminista. Em 2005, interrompeu uma graduação em Jornalismo. Suas principais atuações são nos seguintes temas: relações raciais e de gênero e feminismo. Disponível em: <https://mulheresnaciencia.com.br/mulheres-em-todas-as-cores-djamila-ribeiro/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

⁸⁹ Carolina Maria de Jesus é uma das primeiras autoras negras publicadas no Brasil e teve sua vida atravessada pela miséria e pela fome. Favelada e catadora de papel, narrou em seus escritos a vida dura que teve desde a infância. Além de instrumento de denúncia social produzido por alguém que efetivamente vivia nessas condições de vida devastadoras, suas mais de cinco mil páginas manuscritas, entre romances, contos, crônicas, poemas, peças de teatro, canções e textos de gênero híbrido, dotadas de estilo próprio, confrontam os ditames da tradição literária e da norma padrão culta da língua. Carolina foi publicada em mais de 40 países e traduzida para 14 línguas. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/carolina-maria-de-jesus.htm>. Acesso em: 13 jul. 2020.

propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade.

As mulheres negras têm se colocado a partir das suas vivências e suas especificidades ao longo do tempo, como podemos perceber nas candidaturas de Francisca Maria – Bidia. Essas trajetórias, por sua vez, nos levam a pensar em como estas narrativas influenciam no nosso cotidiano.

Figura 54 - Bidia



Fonte: Arquivo pessoal de Bidia

Podemos, então, nos remeter a fatos diários, assim também como às pautas dos movimentos sociais em torno do fortalecimento do debate que se elabora socialmente em torno de gênero, raça e classe. Na imagem a seguir, trago o evento em alusão ao dia da Consciência Negra, dia 20 de Novembro⁹⁰, em que Dora, liderança de Lagoa Rasa, juntamente com outras

⁹⁰ "O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de Zumbi, o então líder do Quilombo dos Palmares – situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil. Zumbi foi morto em 1695, na referida data, por bandeirantes liderados por Domingos Jorge Velho. Atualmente existe uma série de estudos que procuram reconstituir a biografia desse importante personagem da resistência à escravidão no Brasil."

representações políticas da comunidade, realizam exposições sobre suas vivências e trajetórias, assim também como a agenda de reivindicações da comunidade.

São espaços como esses, que possibilitam o rompimento do silenciamento frente ao município de Catolé do Rocha, romper com a invisibilização é construir o conhecimento que rompe com visões folclorizadas, racistas, sexistas e discriminatórias.

Figura 55 - Dora Palestrando sobre Consciência Negra



Fonte: Arquivo pessoal da Comunidade

Há muito a romper, contudo é de suma importância, a ocupação desses espaços que seguem com muita potência, a oralidade que conta histórias das populações quilombolas, nos lugares que por muitos anos foram impossíveis de serem ocupados, representa resistência o fortalecimento da ancestralidade.

*Fogo!...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...*

Veja mais sobre "20 de novembro – Dia da Consciência Negra" em:
<https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-nacional-da-consciencia-negra.htm>

E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando. Porque mesmo que queimem a escrita, Não queimarão a oralidade. Mesmo que queimem os símbolos, Não queimarão os significados. Mesmo queimando o nosso povo, Não queimarão a ancestralidade.
Nego Bispo

Quando analiso as mulheres quilombolas de Lagoa Rasa, identifico em suas vivências questões sociais como: grande parte das mulheres possuem apenas o ensino fundamental incompleto, condições precárias de trabalho, ausência do título de posse de terra, relações de compadrio e paternalismo para o acesso a água e ao direito ao plantio.

Por esses aspectos, é urgente associar gênero, raça e classe ao analisarmos a sociedade e os reflexos desses conceitos nas organizações políticas e seus impactos no estado. Para tratar deste contexto, acionamos a noção de interseccionalidade definida por Akotirene (2019, p. 14):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Para hooks (2019, p. 19) “enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres”, esses cotidianos precisam ser lembrados diariamente e as configuram em uma luta pela memória contra os esquecimentos. Nesse sentido, vemos como essas mulheres têm se organizado ao longo dos anos e se colocado enquanto lideranças de suas comunidades.

Na imagem abaixo, vemos duas gerações de mulheres quilombolas em um momento de entrevista na Rádio de Catolé do Rocha, Luciana França⁹¹ e Francisca Maria – Bidia.

Figura 56 - Duas gerações de mulheres quilombolas em Catolé do Rocha

⁹¹ Luciana França atualmente é mestranda em Sociologia no PPGS – UFPB e cursou Ciências Sociais na UFPB, sendo beneficiária da bolsa permanência.



Curtido por sariemarosada_ e outras pessoas

bidia_ms Entrevista de consciência negra na rádio independência com Luciana França, falamos sobre cargos empresariais e políticos ocupados por negros e as dificuldades desde o estudo fundamental a formação, muitos não tiveram a oportunidade de estar na escola e seguindo para o mal caminho pelo fato dos pais trabalharem demais e não terem tempo para seus filhos, preconceitos vividos no dia a dia pela cor e a forma de se vestir.

Fonte: Instagram

É patente as percepções diante da exclusão, interiorização e subordinação feminina em detrimento do domínio masculino, que de acordo com Rosaldo (1974) pode ser considerado um fato universal na vida social e que é possível perceber através da manifestação histórica do patriarcado na sociedade. Trago ao texto as palavras de Crenshaw (2004, p. 1):

Meu objetivo é apresentar uma estrutura provisória que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. O segundo objetivo é enfatizar a necessidade de emprendermos esforços abrangentes para eliminar essas barreiras.

Em uma linha histórica, é mais imediato relacionar a imagem da mulher ao âmbito da feminilidade, sexualidade, fertilidade e reprodução do que a associação direta a cargos de governança que estariam em oposição à dominação e à ordem patriarcal. Nesse caso, podemos associar o fato do quanto é difícil as candidaturas de mulheres quilombolas no sertão da Paraíba

serem vitoriosas haja visto os contextos entremeados pelas relações que subjagam gênero, raça e classe.

Ao longo desse tempo acompanhando as comunidades quilombolas de Catolé do Rocha, percebo que a ocupação das mulheres quilombolas nos espaços públicos produz a introdução e mobilização das questões relacionadas aos sentidos de igualdade e justiça social como pré-requisitos fundamentais de garantia dos direitos constitucionais. Ou seja, a cada entrevista, discurso, folheto, postagem nas redes sociais se amplia a ocupação das mulheres negras em espaços pautando suas reivindicações coletivas e plurais.

Atualmente, a pauta comum dessas comunidades tem sido o direito à terra. Contudo, percebemos o quanto o declínio ao acesso às políticas públicas desde 2016⁹² tem afetado consideravelmente a vida dessas populações em todos os aspectos, tendo em vista que as políticas públicas acessadas ainda não eram suficientes para as realidades dessas populações. Hoje elas se encontram com o acesso absolutamente precário.

As famílias quilombolas, em sua maioria, são chefiadas por mulheres organizadas em associações comunitárias, sendo uma das agências que elas se utilizam para reivindicação dos seus direitos. Os discursos são apropriados das categorias de trabalho que podem ser percebidas pela prática da agricultura, plantio nos quintais e criação de pequenos animais, assim também como o cultivo de plantas medicinais, acionando a pauta da permanência e direito à terra.

Tais dinâmicas amalgamam os territórios em meio a contextos de subordinação e imposições reproduzidas historicamente por grandes proprietários de terras, que permanecem mobilizando violências em detrimento da ocupação histórica das famílias negras nessas terras. São territórios entremeados por relações de poder, visíveis e veladas, que se reproduzem continuamente nas estruturas sociais e estatais, levando à negação de direitos e do acesso às políticas públicas.

⁹² Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff perdeu o cargo de Presidente da República após três meses de tramitação do processo iniciado no Senado, que culminou com uma votação em plenário resultando em 61 votos a favor e 20 contra o impedimento.

Os processos de certificação são extremamente lentos e onerosos e atualmente vivenciamos um contexto global da Pandemia da Covid-19 e um presidente racista, que levou o reconhecimento de comunidades quilombolas ao menor patamar da história do Brasil⁹³.

Além desse dado, o ex chefe do Estado brasileiro proferiu publicamente em palestra para a comunidade judaica em que disparou a frase: “Quilombola não serve nem para procriar.”⁹⁴ Esses fatos demonstram os desafios constantes de sobrevivência e organização das comunidades quilombolas no país e, especificamente, em Catolé do Rocha.

Na falta de expectativas de novas possibilidades e horizontes de mudança a curto prazo, hooks (2019, p. 32) traduz meu sentimento quando eu lembro dos primeiros contatos com essas mulheres, em 2010: “Foi nesse mundo de conversas de mulher (os homens estavam ora silenciosos, ora ausentes) que nasceu em mim um anseio de falar, de ter uma voz.”

Lanço aqui nestas linhas essa vivência, fruto do contato com estas mulheres negras sertanejas que se reinventam e fazem do seu corpo territórios de luta e enfrentamento aos grandes proprietários de terra e, muitas vezes, ao Estado, que se nega a considerar essas comunidades dignas de certificação, reproduzindo inúmeras formas patriarcais da opressão.

Os processos sociais que constato durante a pesquisa demonstram que as mulheres negras envolvidas assumindo posturas de lideranças são usualmente percebidas com pouco reconhecimento, nessa perspectiva. Também destaco que, por outro lado, Rosaldo (1974, p. 28) “considera a mulher como estrategista e agente social elástica enfrentando em sua vida diária os problemas de pobreza, desemprego e opressão.”

Quando as mulheres negras sertanejas se colocam nos espaços públicos de reivindicação, muitas vezes são levadas ao descrédito ocasionado pelo racismo e machismo - e as vozes que insistem em romper o silêncio são na maioria das vezes silenciadas por sua história, trajetória e

⁹³ Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/sob-bolsonaro-reconhecimento-de-quilombolas-cai-ao-menor-patamar-da-historia/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

⁹⁴ Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

lugar no mundo. São mulheres que assumem uma sobrecarga de trabalho diariamente, assim como as cobranças internas e externas, percebidas e muitas vezes presentes nas suas subjetividades.

A maioria das mulheres negras de Lagoa Rasa não completaram o ensino médio. Dentre tantas, são muitas as que não concluíram o ensino fundamental; percebo, nesse contexto, como o direito universal que é a educação é negado a essas mulheres, que seguem em um âmbito de marginalização ao direito à terra, acesso a empregos formais, tendo de se submeter a empregos de empregadas domésticas que, em sua maioria, não se encontram dentro dos padrões de cumprimento legal das leis e direitos trabalhistas.

Com isso são gerados novos espaços de opressão e racismo, onde essas mulheres passam por um novo momento de negação de direitos e subjugação. Na ausência real de outras oportunidades, as mulheres se submetem a essas condições nas quais são violentadas no âmbito do racismo, machismo e classismo, cotidianamente.

Quando as mulheres se organizam politicamente em suas comunidades é uma oportunidade de ecoarem a sua voz entre pares para o mundo, tendo em vista as redes de solidariedade e os potenciais possíveis a partir da auto-organização. Para hooks (2019, p. 32) “o silêncio é geralmente visto como o ‘discurso correto de feminilidade’ machista – o sinal da submissão da mulher à autoridade patriarcal”. Contudo, defendo e endosso que em comunidades negras as mulheres ecoam suas pautas, ou seja, suas vozes podem ser ouvidas entre os pares - e o que elas buscam é um eco para além deste território.

As mulheres quilombolas sempre estiveram ocupando o espaço do trabalho, das decisões políticas no contexto da organização comunitária, constituem e na construção da comunidade, desde parir até bater os tijolos para o povo morar, resistindo e participando diretamente no papel da reprodução da comunidade. (Luciana França, Jovem Quilombola de Lagoa Rasa. Entrevista concedida em abril de 2017)

O diário de campo, com tantas linhas escritas com muito afínco nos anos de 2015 – 2017 capturaram cenas de tantos cotidianos da comunidade Lagoa Rasa, desde as conversas com as crianças, quanto os dias ao lado das lideranças comunitárias. Me inspiro em hooks (2019, p. 33)

na forma com que ela traduz meu sentimento ao dizer que “escrever foi uma maneira de capturar, agarrar a fala e mantê-la por perto.”

Várias vezes, ao chegar em casa, da comunidade, rapidamente transcrevia pedacinhos de conversas que hoje trago para essa análise de como essas mulheres vivem e constroem suas histórias individuais e coletivas.

Entre tantos nuances percebidos nos cenários de protagonismos sociais, políticos e negação de direitos, no campo de análise das Mulheres Quilombolas Paraibanas ou Mulheres Negras Sertanejas, analisamos que com o processo de emergência étnica, esse momento foi de suma importância para que essas mulheres assumam o papel político e de organização das comunidades em proporções crescentes. Afirmo que essa conjuntura propiciou a ocupação das mulheres negras no espaço público e político, resultando em maiores visibilidades e alcances da temática quilombola na sociedade.

Com os trabalhos de campo e a oportunidade de conhecer outras comunidades quilombolas na Paraíba por meio das ações de extensão do Gestar⁹⁵, assim como com os levantamentos bibliográficos, constato que a condição estritamente subalterna das mulheres negras vem sofrendo transformações, rompendo com o padrão histórico de invisibilidade e silenciamento.

Estamos frente a um momento de apresentação de novas formas de superação e formulação de espaços ocupados por essas mulheres, mesmo possuindo a consciência de que alguns espaços, ainda reproduzem com engessamento os tradicionais papéis de gênero sustentados pelo patriarcado. Durante a pesquisa, pude constatar que as mulheres quilombolas aumentaram a participação nas redes sociais, criaram perfis e mantêm um ritmo diário de publicações e interações relacionadas às temáticas quilombolas.

⁹⁵ O “Gestar: Laboratório de Estudos do Território da Cultura e Etnicidade” é um grupo de pesquisa que tem como meta a formação de jovens pesquisadores, além do fortalecimento do PPGDH/UFPB. Seis linhas de pesquisa articulam-se na pesquisa, ensino e extensão no âmbito do grupo: Agroecologia, economia solidária e relações campo-cidade; Geografia Agrária e Movimentos Sociais no Campo; Sertão: territorialidades e representações; Território, Cultura e Poder Local; Educação Geográfica: teorias e práticas em educação popular; Segurança alimentar e políticas públicas. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/gestar>. Acesso em 13 jul. 2020.

De acordo com Monteiro (2013) as lideranças das mulheres quilombolas na Paraíba também começam a ocupar as Associações Comunitárias durante o processo de emergência étnica nas comunidades, que ultrapassam os limites meramente administrativos e alcançam a expansão de pautas como a luta por terra, educação, saúde e melhores condições de vida. Essa politização bem como a formação dessas mulheres levam a concepção de que não é o bastante o Estado reconhecer a sua dívida histórica com o povo negro que vive no campo: é de suma importância a garantia das condições de permanência na terra.

Essa compreensão é refletida sobre as visões relacionadas à fundação do Estado brasileiro e como a interseccionalidade atravessa cotidianamente a realidade social, econômica e política. Na Paraíba, em 2013, as mulheres quilombolas estavam presentes na presidência de 71% das associações organizadas nas comunidades rurais negras. De acordo com Monteiro (2013, p. 116):

Cabe enfatizar que ser liderança comunitária independe do cargo ocupado, podem exercer essa função de forma histórica dentro das comunidades em que vivem. Essas mulheres estão à frente das associações das comunidades quilombolas de Gurugi, Mituaçu, Ipiranga, Paratibe, localizadas na Zona da Mata Paraibana; Caiana dos Crioulos, Pedra d'água, Grilo, Cruz da Menina e Sítio Matias situadas na região do Agreste Paraibano; Talhado Urbano, Serra do Talhado, Pitombeira, localizadas na região da Borborema. Mesmo quando não estão presentes no quadro administrativo das associações, as mulheres quilombolas participam de forma expressiva nas reuniões e nas tomadas de decisões das comunidades em que vivem, algo que pudemos presenciar nas nossas inúmeras idas a campo e nas entrevistas realizadas com as lideranças comunitárias.

As mulheres lideranças carregam consigo uma história constante de lutas cotidianas, que permeiam e atravessam as suas vidas, trajetórias de enfrentamento aos preconceitos sofridos, assumindo o papel de lideranças comunitárias e legitimadas por suas comunidades.

As lutas baseiam-se na busca de condições de permanência nas terras tradicionalmente ocupadas, contra a exploração do trabalho. Ressalto que essas mulheres além de manterem o cuidado com a terra e as relações produtivas, articulam e mobilizam as ações de parceria com entidades sociais e religiosas que dinamizam o cotidiano dessas famílias.

Durante este caminho da pesquisa, mantive a atenção intencional direcionada às trajetórias que compreendem a vida das mulheres negras que, por sua vez, possuem grande influência em suas comunidades, são fortes e determinadas, conduzem os eventos públicos e religiosos que possibilitam a participação de atores externos à comunidade. Desse modo, desenvolvem um contexto de aproximação com suas vivências e experiências, saem do espectro da visão folclorizada e se apresentam como sujeitas ativas e reprodutoras de suas vidas.

A trajetória feminista me fez perceber que o exercício cotidiano de enfiamento e o ato de se manter viva frente as violências, carrega inúmeros traços de resistência feminista, mesmo essas mulheres em sua maioria não possuindo conhecimento sólido com o conceito teórico do feminismo, estas trazem suas vidas marcas de empoderamento e busca constante por autonomia dos seus corpos e vidas.

As mulheres negras sertanejas que constroem e mantêm a comunidade Lagoa Rasa se constituem em seus contextos como referências no que tange a articulação política e ao acesso a bens. Elas comunicam e contam de modo muito comprometido suas histórias de vida e reconhecem a exclusão constante relacionada à raça, gênero e classe que as condicionam ao desafio da sobrevivência em meio a subalternidade.

As narrativas apresentadas a partir das comunidades quilombolas de Catolé do Rocha-PB é a história contada majoritariamente por mulheres, o que põe em destaque sobretudo o papel da mulher quilombola nesses territórios de resistência, que possuem lugar, cor, gênero e várias especificidades que são constituídas por mulheres singulares e plurais. De acordo com Alberti (2015, p. 164):

A História oral é um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos do mundo globalizado.

Quando tratamos com as memórias, sendo a memória individual e a coletiva, apresentadas por Halbwachs (2003, p.72) podemos pontuar que

[...] A memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confundem com elas – evolui segundo suas leis e, se as vezes determinadas lembranças

individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal. Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.

A evocação das memórias individuais e coletivas dessas mulheres, transmitidas nos contatos diários, nas salas das casas, no salão da associação comunitária, nos trajetos das estradas de barro, debaixo de um sol escaldante no sertão paraibano, pisando uma terra quente e árida. Por vezes reduzidas a infertilidade e ao esquecimento por parte dos setores da sociedade, promovem o ato da percepção de que essas mulheres conduzem as linhas da história da formação da comunidade de Lagoa Rasa, seus processos de trânsito para Zona Urbana quando as violências no campo rural atingiram os limites e os modos de vida caracterizados pelos laços de solidariedade, reconhecimento étnico e apropriação histórica das ocupações rurais.

Por fim, de acordo com Rosaldo (1974, p. 37) a “autoridade masculina podia ser mitigada e talvez reduzida quase à insignificância pelo fato das mulheres poderem possuir uma importante influência não formalizada e poder.” Não por acaso, reafirmo que todas as vivências durante os trabalhos de campo, visitas à comunidade, acompanhamento das atividades realizadas pelas organizações governamentais foram por meio da companhia das mulheres negras de Lagoa Rasa.

A seguir irei compartilhar trechos e reflexões proferidas pelas lideranças Quilombolas: Luciana, Dora e Bidia. Ao trazer alguns pontos das suas trajetórias, tenho o principal objetivo de compor a aproximação de suas vidas com quem se debruça na leitura desta tese e como sustentáculo, envergadura e tessitura da tese desta pesquisa. Considero, que são pontos breves comparados ao agigantamento e dimensão de suas vidas.

5.2 LUCIANA FRANÇA

Fala tudo que eles precisam ouvir, mulher

*Diz tudo que lhe corrói
Não deixa eles fecharem sua luz
Bota fogo no parquinho
Vira essa mesa dos contentes sem de quê
O capital, o açoite, a cordialidade que sorri pra ventas de quem não lhe cheira
Não alivia não, hein
Seja desmedida
Bota o dedo na cara, coragem
Depois saia por aí, nem tchum pro mundo
Como quem agora que nasceu
Está feito
Acabou- se⁹⁶*

Luciana França, 2021

Luciana, como falado anteriormente, ao longo deste trabalho, é sobrinha de Bidia e Dora, diferente das suas irmãs e seguindo os passos das tias, tem construído uma trajetória de organização política e representação da comunidade em espaços políticos, pautando a reivindicação da agenda Quilombolas junto aos movimentos sociais e na universidade.

⁹⁶ Produção literária de Luciana França.

Figura 57 - Luciana participando de um evento sobre cinema



Fonte: Arquivo pessoal de Luciana França

Atualmente, Luciana França é mestranda em Sociologia, pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e também atua na organização de Mulheres Negras na Paraíba.

Figura 58 - Luciana na Marcha das Mulheres Negras



Fonte: Acervo pessoal de Luciana

Luciana também tem produzido cinema na Paraíba, fez parte de produção de vários curtas e médias metragens.⁹⁷

⁹⁷ Atuação na Produção do Curta Metragem Praça de Guerra -Nos anos 1960, no sertão da Paraíba, um grupo de meninos realiza um ato de resistência e começa a praticar atividades consideradas subversivas pela ditadura e pelo coronelismo local. Diretor: Edmilson Gomes. Indicações: Grande Prêmio do Cinema Brasileiro - Melhor Curta-Metragem Documentário Inspirados pelas idéias de Che Guevara e Régis Debray, um grupo de jovens resolve criar, nos anos 1960, um foco de guerrilha na Serra do Capim-Açu, zona rural de Catolé do Rocha (PB). Pensando em enfrentar o coronelismo local e a ditadura militar, dedicam-se a atividades como a montagem de armas artesanais. Descobertos, são presos. Na penitenciária, entram em contato com a maconha e todo um outro modo de vida alternativo. Ao deixarem a cadeia, passam a viver a política do corpo, banhando-se nus no açude local. Mais uma vez, são presos. Agora, fazem um balanço de suas experiências. Disponível em: <https://vimeo.com/132264867>

Figura 59 - X Fest Aruanda - 2015 - "Praça de Guerra"



Fonte: Acervo pessoal de Luciana

Sua aproximação com o cinema tem possibilitado desenvolver ações cinematográficas na comunidade Lagoa Rasa, como expôs no comentário abaixo:

Luciana: Realizei amostras de filmes no final de 2021, tivemos a participação na Audir Blanc e submetemos uma proposta de filmes sobre questões de direitos humanos, étnico-raciais e meio ambiente. O resultado foi através de sorteio e eu fui sorteada e ganhei o prêmio de cerca de 1000 reais. Posso até te mandar pra você ver. Não publiquei sobre isso porque era algo só para a comunidade, que teve a participação maior das crianças e mulheres. Fizemos uma parceria com o IFPB com o setor de cultura, com a participação da professora Luciana da Escola do IFPB. Ela me convidou para uma palestra e dessa parceria fizemos esse passeio. Passamos três filmes sobre temas raciais, e o pessoal gostou bastante e pediram para que houvesse mais eventos dessa natureza. Na Semana da Consciência Negra fizemos mais uma amostra, dessa vez com o IFPB. Exibimos três curtas no São Pedro em uma noite só. Foi na casa de dona Maricota, acho que você conhece. Nisso, eu quero ressaltar que o IFPB foi um parceiro muito importante e eles forneceram datashow, lanches, telas. E a exibição que foi feita no São Pedro também foi muito boa. A comunidade está sempre tentando realizar atividades, estamos nos esforçando para manter a associação e a comunidade ativa. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Luciana recebeu prêmios, tem imprimido suas concepções e visões de mundo nestas produções, além disso tem ocupado espaço enquanto mulher quilombola no cenário de produção do cinema paraibano, sendo premiada pela Lei Aldir Blanc⁹⁸. Tal cenário, como podemos ver abaixo, é majoritariamente masculino.

Figura 60 - Publicação de Luciana sobre participação em um filme de Ed Junior, cineasta Catoleense



Fonte: Instagram

A entrevista foi realizada via meet, com pré agendamento, em todo o momento Luciana se demonstrou disponível a conversar e trazer sobre sua história de vida, trajetória e o que vem

⁹⁸ DECRETO Nº 10.464, DE 17 DE AGOSTO DE 2020 Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. A lei foi aprovada em junho pelo Congresso Nacional, mas aguardava regulamentação. Ela ficou conhecida como Lei Aldir Blanc, em homenagem ao compositor e escritor que morreu em maio. “A Lei Aldir Blanc é um momento histórico que a gente deve celebrar”, afirmou o secretário. “É uma ajuda significativa em um momento de emergência”. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2020/08/lei-aldir-blanc-de-apoio-a-cultura-e-regulamentada-pelo-governo-federal> acesso em dezembro de 2022

construindo. Para mim, este também foi um encontro de afetos, já que convivemos com proximidade há alguns anos.

Figura 61 - Print da Entrevista com Luciana França



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Luciana, é uma das lideranças mulheres mais jovens da comunidade Lagoa Rasa, recentemente retornou para Catolé do Rocha e tem se dedicado em fortalecer relações de parceria para o desenvolvimento da comunidade. Durante a entrevista, ao ser perguntada sobre as lideranças Bidia e Dora, Luciana expôs:

Luciana: Eu não pensava nelas como mulheres. A sociedade masculiniza muito as mulheres que estão em posição de poder. Eu acho que inconscientemente vendo aquelas mulheres atuando e decidindo na direção da associação me inspirou a também me ver querendo ser uma líder, ver que eu posso fazer algo. Hoje eu vejo o quanto essas mulheres lutaram. Tenho bem mais consciência da vida dela. Tenho lembrança de mim na associação quando eu era muito pequena. Eu nasci em 91 e a associação em 96, então eu sempre tive muito interesse pois desde pequena e como adolescente eu estava lá na associação. Eu tinha um irmão que era bem engajado no movimento negro. Eu tinha interesse pela questão negra. Eu queria sempre participar. Hoje eu vejo o quanto Bidia e o quanto Dora são importantes e o quanto elas estiveram trabalhando todo esse tempo para que a comunidade acessasse direitos, para lutar pela questão negra. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Nesta passagem da entrevista, aciono os percursos teóricos de bell hooks que apresentam o quanto a reflexão por ela levantada é fundamental para entendermos o processo de construção identitária da liderança mulher quilombola, quando ela reflete sobre uma “impossibilidade” de que as mulheres negras possam participar da luta pelo direito das mulheres. Isso ocorre por conta de uma separação, uma falta de “mulheralidade”, sendo esse um requisito importante da identidade feminina. Assim, através de uma cultura machista, sexista e racista, houve um condicionamento cujo objetivo era uma desvalorização não só da mulher, mas da condição de ser mulher e o intuito de rotular as pessoas através da raça.

hooks continua para debater que era exigido das mulheres negras que deixassem de lado a sua identificação como tal porque o sexismo era algo mais gravoso. A autora disse que levou um tempo para reconhecer que o sexismo poderia ser tão grave, tão opressor e agressivo quanto o racismo (hooks, 2020).

Para Gonzalez (2020, p. 199)

A situação da mulher negra, hoje, não é muito diferente de seu passado de escravidão. Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama e da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto da violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima do alcoolismo. Mas seu espírito de quilombola não a deixa soçobrar.

Na visão de Davis (2018, p.92)

O modo como as representações das mulheres negras e do envolvimento delas nas lutas revolucionárias combatem concepções ideológicas dominantes sobre as mulheres. Na verdade, no fim do século XX houve inúmeros debates sobre como definir a categoria “mulher”. Houve diversas lutas a respeito de quem estava incluída e quem estava excluída dessa categoria. E essas lutas, creio, são centrais para compreender por que houve certa resistência por parte das mulheres de minorias étnicas e também por parte das mulheres brancas pobres e de classe trabalhadora para se identificar com o movimento feminista emergente. Muitas de nós consideramos que o movimento daquela época era excessivamente branco e, em especial, excessivamente burguês, de classe média.

Nesta perspectiva, Lugones, 2014, p. 948) afirma:

[...] a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar

seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial.

Estas autoras acionam reflexões com as quais baseio minha percepção sobre a visão que a mulher negra traça em sua constituição, tanto na subjetividade, quanto na ocupação dos espaços públicos sedimentados pelas influências colonizadoras.

O que condiciona que para a ocupação de poder, a mulher precisaria assumir uma postura masculina ou com traços de reprodução machista para o alcance do respeito, isso demonstra o quanto essas mulheres agiram na direção da quebra de paradigmas se fazendo presente em espaços que historicamente foram negados a sua presença.

Quando pergunto a Luciana, sobre o seguinte questionamento: Como foi se tornar uma liderança mulher quilombola? Ela me apresenta a seguinte reflexão:

Luciana: Quando tem encontros com as lideranças eu sou convidada. Estou participando da diretoria da associação. Eu me sinto mais uma pessoa atuante do que uma liderança propriamente dita. Eu me sinto como alguém que está colaborando e comprando a luta quilombola, o direito das pessoas negras, a organização da comunidade de forma política e como comunidade mesmo. Mas eu não me vejo como liderança, porque eu não moro na comunidade em si. Eu incentivo que os membros efetivos busquem essa liderança, mas eu participo. Eu acho que é algo muito complexo, porque um cargo sozinho não é uma liderança. Acho que a liderança é um processo que surge com o tempo e que é uma liderança propositiva, que dá direcionamento para o grupo, que é comunicativa, resolutiva, que gera coesão dentro do grupo. É uma pessoa que fomenta diálogo, que é estrategista, uma pessoa que sabe despertar e mobilizar os outros, engajando. As pessoas pensam em uma liderança como alguém que dá ordens, mas pra mim é um espírito que pode ser qualquer pessoa. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Considero o quanto é importante perceber como as mulheres que vieram antes de Luciana, possibilitam o despertar da ocupação dos espaços de liderança quilombola, este ponto fica nítido em sua fala.

Luciana: Bida eu considero uma liderança, mas ela atua mais no movimento quilombola regional e municipal, e não focado só na comunidade Lagoa Rasa. Ela atua muito no diálogo com o poder público. Mas dentro da comunidade, como alguém que mora lá, eu identifico, com base nesse contexto novo, que estão se formando mais lideranças. Acho que eu posso me posicionar mais como liderança para me apropriar mais desse status. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Estes aspectos corroboram para a sustentação da tese desta pesquisa, tendo em vista que fortalece o argumento que as mulheres quilombolas lideranças de Lagoa Rasa são determinantes para a resistência dos quilombos sertanejos, tendo em vista sua organização, mobilização, dinâmica e reivindicação da agenda política desse grupo étnico. Que por sua vez, é calibrado em mais uma fala sua:

Luciana: Eu vejo que as pessoas estão tomando mais consciência de se enxergar como negro e não apenas como se identificando através de “pobre” ou “agricultor”. Eu vejo que é preciso cada vez mais necessário instigar esse espírito de liderança para que todos possam despertar como protagonistas. Elas têm que participar mais das decisões. Eu acho assim, que tem muita gente com potencial para liderança. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

A ação das Mulheres quilombolas de Lagoa Rasa, corroboram para a dimensão de chamamento para a organização e construção de uma agenda de reivindicação quilombola. De acordo com Luciana:

Luciana:Eu acho que vejo cada vez mais a necessidade de se posicionar de forma política, sabe? Porque... eu tento ir pelo diálogo, mas acho que não devemos ser sempre cordeiros, devemos deixar clara a nossa posição, porque as coisas são levadas muito para o lado pessoal, então...eu tento, sabendo que o povo leva para o pessoal, eu tenho me posicionar de uma forma que as pessoas entendam que o que eu estou cobrando é direito delas e não que eu estou atacando outra pessoa, eu quero só viver minha vida em paz e ter os meus direitos. Eu acho que isso é difícil porque as pessoas às vezes não querem construir, querem apenas cultivar uma cultura do favor, lidando com paliativos, apenas receber ao invés de construir. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Ao ser perguntada sobre sua trajetória enquanto liderança quilombola, Luciana França, destaca:

Luciana: Permanecer na luta quilombola, porque eu acho que chega um ponto que o desgaste é tão grande de não ser respeitada como quilombola e de não ter suas demandas atendidas que acaba praticando um êxodo, indo para uma cidade maior em que eu possa ter melhores resultados. Por enquanto eu estou gostando muito de morar aqui em Catolé, mas uma coisa que eu acredito é que apesar de ser difícil estar aqui, eu quero contribuir enquanto estiver. Contribuir com as mulheres, com a comunidade quilombola. Eu quero trabalhar conscientizando as pessoas de que elas podem ser líderes, que devem ser protagonistas das suas vidas. Que elas recorram às lideranças como algo que possa acrescentar, e não como uma pessoa em perigo. Eu acho que o desafio é ser uma pessoa livre, ser vista como pessoa digna, ter suas escolhas respeitadas. É difícil ser uma mulher

dona de si num contexto de Catolé do Rocha. É muito difícil. Você tem que participar, mas participar calada, sem aparecer muito, só dando as caras. As pessoas devem perceber que você está ali porque tem direito de decisão, sua voz tem força, é ser respeitada na vida política e ser respeitada na individualidade e nas escolhas pessoais. Estou mais otimista com Lula na presidência. Espero que as políticas possam criar um ambiente favorável. Que haja mais garantia de direitos, que essas pessoas possam ser consideradas como cidadãos. A luta quilombola é até sobre ter a credibilidade de reivindicar um direito. Nós queremos construir algo e não só falar aos quatros ventos como alguns políticos. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Finalizo este tópico com uma imagem que considero muito simbólica, ao lado de Luciana França, a foto da placa de conclusão do curso de graduação em licenciatura em Ciências Sociais pela UFPB, em 2019.

Figura 62 - Foto da Placa do Curso de Ciências Sociais UFPB



Fonte: Acervo pessoal de Luciana

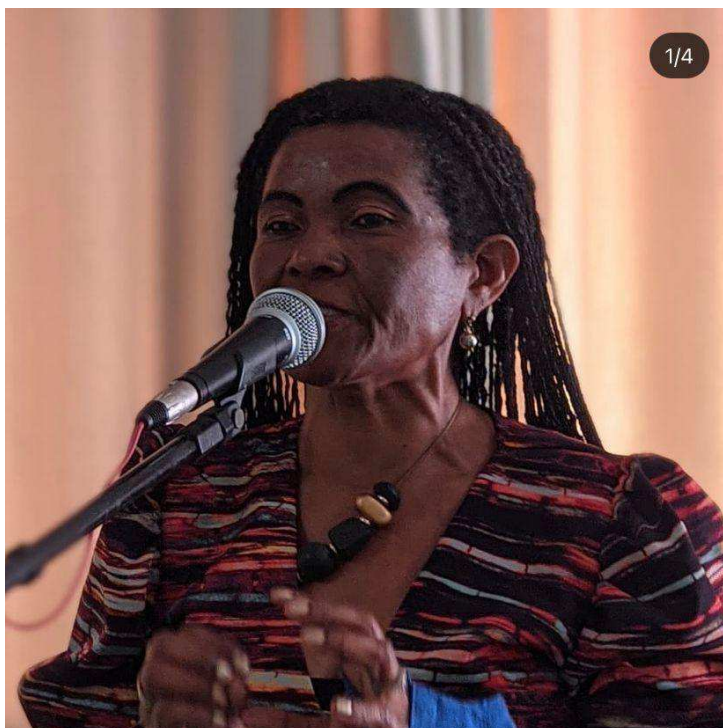
5.3 BIDIA

Eu me inspiro em Nelson Mandela, foi um negro que fez eu ter essa luta no meu sangue, como um casamento. Eu me inspiro nele.

Bidia, em Janeiro de 2023

Este é um tópico que considero difícil de escrever, por ter vivenciado inúmeros momentos com Bidia, ao longo desses mais de 10 anos, por vezes me sinto com uma dificuldade metodológica de organizar tantas informações sobre sua trajetória, neste tópico dedicado a ela.

Figura 63 - Bidia em uma de suas falas



Fonte: Instagram

O que escrevo aqui, não se encerra nestas páginas. Não é estático, existe um antes e existirão muitos depois. Sob o cuidado de não ser injusta com tantas linhas que se desdobram a vida de Bidia, asseguro que este tópico é apenas um recorte de uma de nossas tantas conversas, que se localiza no espaço e tempo de Janeiro de 2023, quando atravessamos uma pandemia e elegemos Lula presidente pela terceira vez.

A entrevista foi realizada via meet, com pré agendamento, em todo o momento Bidia se demonstrou disponível a conversar e trazer sobre sua história de vida, trajetória e o que vem construindo.

Figura 64 - Bidia e seu filho Yan durante a entrevista



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Nesta entrevista via meet, contei com a presença de Yan Kawe⁹⁹, filho de Bidia, que sempre auxilia a sua mãe nas demandas relacionadas à internet, e gentilmente nos cedeu várias considerações importantes sobre sua trajetória. No início, Bidia fez questão de fortalecer a presença do filho e retomar seus motes de luta:

Bidia: Eu e Yan. Ele tem a mesma sabedoria que Deus me deu, porque ele me deu um dom de avançar. E eu acho que a população negra tem que avançar na política. A negrada tem que se candidatar. Eu vou ficar como liderança de partido e levar negros, homossexuais e todo tipo de pessoa para tomar o espaço de vereador em Catolé do Rocha. Eu penso em outras mulheres ou outras pessoas. Eu acho que a gente tem que mudar essa política só de branco aqui em Catolé, uma política machista que predomina na cidade. Temos que mostrar que temos uma política diferente. A gente tem que votar para ter todo tipo de representante na Câmara [de Vereadores] de Catolé do Rocha para que a cidade cresça e acabe com essa política mesquinha que tem na cidade. O racismo é crime, a injúria racial é crime e nós temos que preparar Catolé do Rocha para atuarem para processar os crimes e as cadeias para receber essas pessoas. É um crime inafiançável e tem que pagar. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

⁹⁹ Atualmente estudante do ensino médio e técnico no IFPB em Catolé do Rocha

Considerarei importante demonstrar o quanto ele foi protagonista no processo de divulgação das ações da comunidade nas redes sociais. Perguntado sobre esse processo como um todo, ele responde:

Yan: A gente, de início, se reuniu com a diretoria da comunidade e o pessoal viu que faltava muita divulgação, porque tínhamos muitos eventos até históricos, mas ninguém sabia. Aí surgiu a ideia de publicar tanto os eventos como fatos da história da comunidade. Algumas publicações nossas sumiram recentemente e iremos fazer um novo perfil com a nova diretoria para retratar a vivência da comunidade. Espero que logo mais volte com mais conteúdo. Tudo feito só com um celular. Gravamos um vídeo com o pessoal do IFPB que será exibido nos próximos meses. Eu acredito que esse novo documentário será melhor porque já tivemos um documentário feito pela Mambembe. Mas acredito que agora estamos mais no caminho certo, com novas vivências e nesse governo nós estamos mais preparados para receber as políticas públicas. Hoje água e energia são vitais e são problemas enfrentados pelas comunidades tradicionais. Realizamos ano retrasado pela primeira vez um Simpósio da Igualdade Social das Comunidades Quilombolas. Ano passado tivemos o segundo e espero que esse ano tenhamos o terceiro. Espero que tenhamos ótimos profissionais e novas palestras. É algo que precisamos muito e nesses eventos as comunidades levaram os materiais produzidos para vender no simpósio. O povo da própria cidade de Catolé não sabia da existência das comunidades e do conceito de ser quilombola. E acabaram conhecendo através do evento e acharam maravilhosos os trabalhos. Muita coisa feita com matéria prima natural. As comunidades se desenvolveram bastante, não por conta de auxílio do governo, mas através da sua própria capacidade. Eles ganharam também um Box na praça pública de Catolé do Rocha para poder oferecer os seus produtos para poder vender sem sofrer constrangimento da polícia. Para evitar esses conflitos, a Prefeitura criou um espaço para eles. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023).

Na perspectiva de acesso à Políticas Públicas, Bidia afirma:

Bidia: Rever as Políticas Públicas. Assistencialismo é bom, mas não é uma solução final. Precisamos de água potável, de saúde, de sermos atendidos mais próximos da comunidade com postos de saúde próximos da gente. Eu acredito que terei acesso para trabalhar em Brasília para ajudar nessa transição. Minha luta é trabalhar pelo avanço da minha comunidade para que todos cresçam. O que o povo tem que entender é que o que a gente recebe a título de política pública não é esmola, é um dever do Estado. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Esta é um breve tópico de um de tantos momentos com a Liderança Bidia, a qual já possuímos um vínculo há alguns anos, desse modo, já tivemos conversas presencialmente e via whatsapp, o que me remete a valorizar e fortalecer, que esta mulher assume um importante papel

de liderança e formadora de lideranças na comunidade, ocupando espaços para além da comunidade Lagoa Rasa.

Figura 65 - Bidia na Campanha de Lula



Fonte: Acervo pessoal de Bidia

A seguir trarei alguns pontos sobre a Liderança Dora.

5.4 DORA

Eu, como pessoa de luta, que já tenho mais de trinta anos de caminhada. Eu espero muito progresso. Porque eu já vivi e sobrevivi muitas tempestades e muitas abundâncias. Depende dos vários governos”

Dora, Janeiro de 2023

Dora é uma mulher que é símbolo da articulação e manutenção do dinamismo na comunidade Lagoa Rasa, sempre presente nas ações e como protagonista articuladora em busca de parcerias e na formação de novas lideranças. Acompanho Dora, desde 2009/2010 que era ponte de contato focal para a realização das ações da ONG Visão Mundial/ Projeto Xiquexique na comunidade.

Figura 66 - Dora, liderança quilombola



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Nasceu em 20 de Setembro de 1963, este ano completará 60 anos. Neste percurso ela afirma que “*Eu, como pessoa de luta, que já tenho mais de trinta anos de caminhada*”, ou seja, mais da metade da sua vida foi forjada nos espaços dos movimentos sociais, no ativismo e nas

agendas de reivindicação do povo negro. Também foi presidente da Associação Comunitária da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa, por 18 anos.

Figura 67 - Dora, presidente durante 18 anos da Associação Comunitária Quilombola Lagoa Rasa



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Possui uma conta ativa e postagens no Facebook, onde utiliza do canal para expor suas opiniões e visões de mundo.

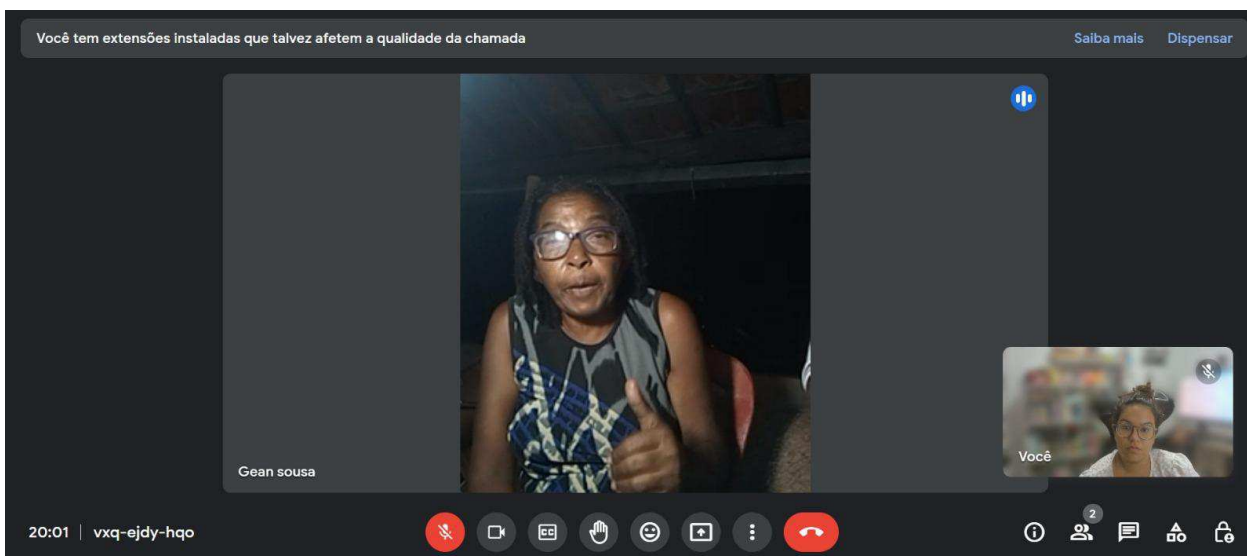
Figura 68 - Facebook de Dora sobre racismo



Fonte: Facebook

A entrevista foi realizada via meet, com pré agendamento, em todo o momento Dora se demonstrou disponível a conversar e trazer sobre sua história de vida, trajetória e o que vem construindo. Assim também, como temos um diálogo ativo via whatsapp a partir da troca de áudios.

Figura 69 - Entrevista com Dora



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Apresento neste tópico, importantes passagens da entrevista com Dora, que fortalecem o que estamos discutindo nesta tese e que comprova esse movimento de dinamismo, articulação e ocupação dos espaços políticos.

Dora, trás em sua fala uma importante consideração que é a folclorização do conceito quilombola, apresentando que é necessário romper com essa visão colonizadora e racista:

Dora: Para muita gente quilombola é bicho do mato e só pode morar no seu território titulado e acabou. Mas a gente estuda, temos acesso a cotas, temos quatro jovens da comunidade quilombola formados.(Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

É perceptível que este ponto ultrapassado ainda não foi rompido e ainda remete a uma exclusão dessas populações por serem consideradas “bicho do mato”. Atualmente, Dora é a responsável e articuladora do grupo de artesanato “Quilombolas em Movimento”, sobre este ponto, ela nos trás as seguintes mensagens:

Dora: Em termos dos artesanatos, a gente sempre trabalhou individualmente com crochê. Aí a gente decidiu formar esse grupo que a gente deu o nome de quilombolas em movimento a partir da Lei Audir Blanc. E a gente fez artesanato, quando a gente recebeu o valor, dividiu em partes iguais para os

artesãos e cada um trabalhou na área que sabia. Então a gente pensou em como vender. Em agosto nós fizemos a primeira feira pública na praça com os artesanatos, já com parceria de outras parcerias de outras comunidades como a de Pombal e de outras cidades. Estamos pensando em nos articular para fazer outra feira. Aqui a gente vende pela internet, postando nos grupos ou de casa em casa. A passos lentos estamos caminhando, a falta de recurso é o maior obstáculo. A gente não está mais com as varandeiras.¹⁰⁰ Hoje temos cerca de 10 pessoas produzindo artesanato de madeira, bolsas, sapatos de criança e peças de crochê. Aí a gente tá trabalhando mais com pintura, crochê, artesanato de madeira e tentando conseguir arrecadar recursos para fazer com que o grupo cresça. Porque principalmente agora eu estou com a ideia de conseguir o apoio da prefeitura para dar um curso de crochê, porque tem muita gente que quer trabalhar com isso, mas só sabe fazer a varanda. A nossa ideia é que o grupo cresça e que a gente consiga um público para poder produzir ainda mais. Essa pessoa que trabalha com madeira mesmo, faz tudo manual, porque não tem instrumentos elétricos. O grupo é novo, estamos trabalhando ainda. O objetivo realmente do grupo é como eu falei é arrecadar recursos para repassar para quem quer trabalhar. E a gente dá condições que eles produzem e possam ter a certeza de venda. Para que a gente possa ter um fundo reservado para comprar material e poder sair vendendo em cidades e feiras diferentes. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

O grupo Quilombolas em Movimento é uma das manifestações das redes de solidariedade e da produção de arte e cultura pelas mãos da comunidade. Como podemos ver nas imagens abaixo:

¹⁰⁰ partes da rede que chamamos de varanda

Figura 70 - Artesãs na feira de artesanato da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Figura 71 - Feira de Artesanato da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Figura 72 - Artesã da Comunidade Lagoa Rasa exibindo seus produtos



Fonte: Acervo de Dora

Figura 73 - Produtos dos artesãos da Comunidade Lagoa Rasa



Fonte: Acervo pessoal de Dora

As fotos acima foram enviadas por Dora pelo WhatsApp, que demonstrou muito orgulho em compartilhar estes momentos de feira e exposição dos artesanatos produzidos. Dora, traz importantes reflexões sobre este espaço de produção coletiva.

Dora: Quero que a gente cresça. Tem uma frase que diz que não é pra dar o peixe, e sim p'ra ensinar a pescar. Eu discordo. A gente não tem que ensinar a pescar, do jeito que a sociedade faz. Toda a sociedade ensina a pescar, mas eles

cercam o açude e impedem que o pescador chegue até o peixe. Então não adianta apenas ensinar a pescar. Tem que ensinar ele a chegar ao peixe. Principalmente a classe política. Eles nos ensinam a pescar, dão até o anzol, mas não deixam você chegar no peixe. No momento que você conseguir o peixe, você vira independente. Mas o poder público não gosta disso, porque quer a gente submisso: - “eu voto em sicrano porque ele dá isso” o povo diz isso. E eles continuam sempre na mesma posição, em especial esses políticos. O quilombola em movimento não quer o peixe nem ensinar a pescar, que ensinar a chegar no peixe. Eu já falei até demais hahahaha. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Esta passagem consolida e fortalece a importância de políticas públicas que de fato possibilitem o acesso a formas de se desenvolver e oportunidades de inserção na sociedade. Hoje, Dora tem se dedicado a seguir com sua agenda de articulação e mobilização, muito mais focada na produção de artesanato na comunidade. Assim, também como na formação de novas lideranças na comunidade Lagoa Rasa, como afirma a seguir.

Dora: Eu acho que as coisas tem que funcionar de acordo com pensar sempre no outro e como ele chegar lá. Eu sou contra o assistencialismo. Acho que deve ser algo momentâneo.. As comunidades, principalmente o povo que tem a comunidade com 20 anos com o mesmo presidentes, ou pessoas com 60 anos tendo uma visão antiga, isso pode prejudicar. Eu vou ficar gagá ensinando às crianças o que eu aprendi. Eu disse a Gean que ele é jovem e que agora ele também ensine. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Dora, foi muito solícita em mais um contato e agradeceu pelo momento:

Dora: Obrigado por usar nossa comunidade e lembrar da gente. Quem não é visto não é lembrado. A gente tem que usar todo espaço que tiver, se tiver um espaço para um dedo, a gente bota a mão hahahaha. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Este é um breve recorte de um de tantos momentos com a Liderança Dora, a qual já possuímos um vínculo há alguns anos, desse modo, já tivemos conversas presencialmente e via whatsapp, o que me remete a valorizar e fortalecer, que esta mulher assume um importante papel de liderança e formadora de lideranças na comunidade. A seguir trarei alguns pontos sobre a comunidade Lagoa Rasa.

5.5 LAGOA RASA

A comunidade Lagoa Rasa atualmente tem vivido um momento de fortalecimento e articulação política, caminhando coletivamente junto ao grupo de comunidades quilombolas do Sertão¹⁰¹, que possibilita trocas e potencialização da agenda da luta por direitos.

Figura 74 - Encontro de Comunidades Quilombolas do Sertão



Foto (Chagas)-2º. Encontro de Comunidades Remanescentes Quilombolas do Sertão

Fonte: Acervo pessoal de Dora

Atualmente tem a associação presidida por Gean, sobrinho de Dora e Bidia¹⁰², que também gentilmente concedeu algumas informações sobre seu mandato durante a entrevista com Dora.

Gean: Interessante que eu nem fazia parte da associação formalmente. Tivemos até um grupo da família em que eu falei que ia, brincando, mas acabou que eu assumi quando tivemos uma reunião. O povo que estava mais afastado retornou. Fizemos uma reunião de votação. Colocamos a papelada em dia com o contador, Receita Federal. Ano que vem faz dois anos que estou à frente. Não é fácil,

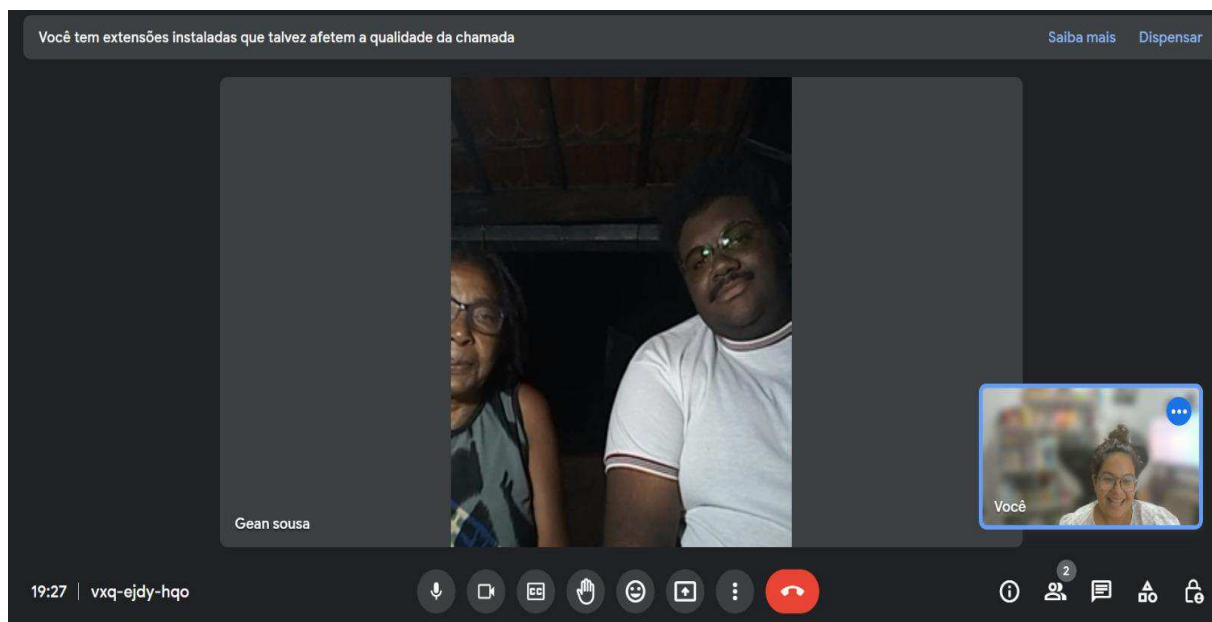
¹⁰¹ ver anexos

¹⁰² Pode-se perceber a manutenção da liderança dentro campo das relações familiares e com a influência direta destas mulheres que validam seu mandato, que nossas conversas indicaram que Gean é também uma fonte de informações sobre a comunidade.

porque lidar com pessoas é difícil, todo mundo é diferente. Tem dia que temos vontade de desistir, mas a gente vai tendo paciência. Eu quando entrei não sabia fazer uma ata ou ministrar uma reunião. Fui perguntando aos mais experientes como Tia Dora, Bidia, Chagas, que são pessoas com mais conhecimento. Eu fui buscando conhecer mais sobre as origens da comunidade, do movimento negro e sua origem em Catolé. Não sei de tudo, mas o que eu sei já dá pra seguir em frente. Ano passado em maio as Comunidades Quilombolas da Paraíba estiveram em Brasília num encontro chamado Quilombola. Fizemos um movimento político contra os desmontes que o ex-presidente fez contra a comunidade quilombola. O Inkra ficou sucateado e não tinha dinheiro para titulação de terra nem de quilombola e nem de indígena. Houve várias normativas como se as comunidades quilombolas nem existissem. E a história é essa e estou aqui até hoje e pretendo me reeleger novamente pra ficar 4 anos. Não sei como vai ficar porque planejo fazer uma faculdade e não sei como vai ficar. (Entrevista concedida em Janeiro de 2023)

Como é possível perceber, Gean possui Bidia e Dora como referência de lideranças e sempre as busca para aprender sobre os trâmites de gerir uma associação comunitária.

Figura 75 - Entrevista com Gean e Dora



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Além destes pontos, a Associação Comunitária tem disponibilizado e construído ações para a comunidade, contribuindo para o dinamismo e engajamento cotidiano. A seguir, segue

algumas imagens sobre as ações em curso atualmente na Comunidade Quilombola Lagoa Rasa, que gentilmente foram enviadas por Gean, via whatsapp.

Figura 76 - Início das atividades de 2023 da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Figura 77 - Atividade na Associação Comunitária



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Figura 78 - Grupo de Dança da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Figura 79 - Grupo de Capoeira da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Figura 80 - Aula de Capoeira do Grupo da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Figura 81 -CONAQ e Associação Comunitária



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Figura 82 - Grupo de Dança da Comunidade em apresentação

Grupo de dança afro da comunidade quilombolas Lagoa Rasa-São Pedro dos Migueis e curralinho/jatobá
Abertura do orçamento democrático em Catolé do Rocha



Fonte: Acervo pessoal de Dora

Figura 83 - Dora em exposição sobre a Comunidade Quilombola



Fonte: Acervo pessoal de Dora

O processo de auto-organização de Lagoa Rasa, surge nos anos 80 com influência das CEBS, a associação comunitária surge nos anos 90, estamos em 2023 e essas ações seguem em desenvolvimento e movimento na comunidade, atravessadas pelos desafios, mudanças e transformações, o quilombo, assim como a vida não é estática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.*

Conceição Evaristo

“*Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje*”, ou seja, a resistência que narramos nesta tese começou há muito tempo, muitos anos e décadas atrás; A luta travada não é de agora que se luta. Aprendo neste percurso que a pedra que Exu lançou hoje já atingiu esse pássaro, mas deve ser lançada todos os dias. Uma luta que se assenta em um país marcado por mais de 300 anos de escravidão e com as marcas da colonização não irá existir um dia sem que sejamos a pedra de Exu, lançada sempre em nome da equidade.

Ressalto neste caminho, que pesquisar e escrever sobre a experiência de vida das mulheres quilombolas de Lagoa Rasa, em Catolé do Rocha - PB, é uma escolha política, cujo objetivo é romper com as barreiras do silenciamento, apagamento histórico e invisibilização desta população. Assim também, como lutar contra os dispositivos racistas e machistas presentes na sociedade brasileira.

Reforço o desafio de pesquisar as comunidades quilombolas do Sertão, pois historicamente as populações negras são silenciadas, invisibilizadas e negadas à importância que tem em seus contextos, é necessária um constante exercício de resiliência em pesquisar cenários de violência, exclusão e subalternidade em meio a uma pandemia e o desgoverno que esteve no Brasil de 2018 - 2022.

Os passos que constituíram o percurso para a elaboração desta pesquisa foram primordiais para endossar a trajetória de lutas dos territórios das comunidades quilombolas de

Catolé do Rocha, sobretudo os trabalhos de campo, pesquisas bibliográficas, na internet e documentos que subsidiaram esse caminho. Cabe destacar também os momentos de aprendizado e de trocas de saberes durante as disciplinas ofertadas pelo PPGCS e os momentos de orientação.

A estrutura desta tese se propõe a demonstrar as amplitudes das mulheres que ocupam os Territórios Quilombolas no Sertão Paraibano, principalmente quando pensamos o processo de ocupação histórica no território brasileiro, notadamente no espaço dinâmico do Sertão e a resistência expressa na vida da população negra no processo de exclusão e subalternidade imposta pelos séculos de exploração colonial no Brasil.

Os vínculos construídos ao longo desses mais de 10 anos com o Quilombo Lagoa Rasa, possibilitou a oportunidade de seguir dialogando e contando com a disponibilidade destas mulheres em espaços virtuais, que viabilizaram a elaboração desta tese.

Teço o fio do desenvolvimento da escrita, sobretudo em tempos pandêmicos e violentas mortes de vida e de sonhos, considero trazer ao cerne do campo científico acadêmico, que o percurso do desdobramento da pesquisa e da escrita, não se objetiva de forma linear, mas é uma constante de atravessamentos e afetações que emergem desde a escolha do tema, até a elaboração destas páginas, que demandaram um pleno exercício constante do aprender, entender e refletir. Para hooks, (2020, p. 31)

Pensar é uma ação. Para todas as pessoas que pretendem ser intelectuais, pensamentos são laboratórios onde se vai para formular perguntas e encontrar respostas, o lugar onde se unem visões de teoria e prática. O cerne do pensamento crítico é o anseio por saber, por compreender o funcionamento da vida.

Assim como entender como se configuram as encruzilhadas da escrita, é importante falar de onde se fala, de quem se fala e como essas localizações podem apontar como os elementos sertanejos se correlaciona ao exercício da resistência das mulheres quilombolas de Lagoa Rasa, em Catolé do Rocha.

Quando discuto no primeiro capítulo as relações de poder presentes no território em que se localiza o Quilombo de Lagoa Rasa e como estas mulheres estabelecem suas dinâmicas com os mecanismos locais, sustento que o atraso e abandono estatal com o processo demarcatório desses territórios.

O caminho da pesquisa expõe que apesar das violências sofridas por essas mulheres e suas famílias, elas não construíram suas trajetórias de forma apática, mesmo com os direitos negados, diariamente demonstram formas de resistência às opressões sofridas pela cor da pele, pelo gênero, pela classe social e pelo lugar onde moram. Este cenário traz à tona que a reprodução das relações de poder, coronelismo e de compadrio é reproduzida diariamente atingindo diretamente a luta pelo território e a negligência por parte das gestões municipais, um exemplo disso são as barreiras para o acesso à água potável que ainda não foi democratizado.

Urge a reconstrução do Brasil, por meio do atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, através do Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Direitos Humanos e demais Ministérios que deverão possuir ações de combate ao racismo e equidade racial, tendo em vista que é preciso recuperar estes territórios, que necessitam de um maior investimento de políticas públicas para que as famílias tenham condições de permanência e desenvolvimento nestes espaços.

A percepção sobre a resistência das mulheres é materializada no espaço quilombola ao ocuparem papéis de liderança política na sua comunidade, município, estado e país, com esta postura quebram com construções históricas que as colocam em uma posição de subalternidade. Nesse sentido, busquei expor por meio dos trechos das entrevistas, como estas mulheres têm se posicionado no mundo, formando novas lideranças, como no caso da formação de Luciana e Gean, por meio de Bidia e Dora.

Esta pesquisa antecede o doutorado, sendo que esta tese aprofunda uma relação de pesquisa científica iniciada no mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - UFPB; sendo que as mulheres quilombolas sempre estiveram no cerne das reflexões deste percurso acadêmico, deste modo, as mulheres sempre estiveram presentes nesse percurso assim também como seguem resistindo em seus territórios, denunciando os preconceitos de cor e gênero vivenciados diariamente, as dificuldades de acesso às políticas e de organizar as comunidades.

É fundamental expor a luta dos movimentos sociais na conquista por direitos para as populações negras. Destaco a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68 do ADCT que garante a permanência dos povos tradicionais em suas terras de ocupação histórica. As emergências étnicas que se manifestam em todo país, advém dos decretos, instruções normativas e programas governamentais oriundos da efetivação deste artigo.

Já são quase 35 anos da Constituição Federal de 1988, e as Comunidades Quilombolas do Sertão paraibano ainda não possuem seus títulos de posse e não possuem acesso aos seus direitos garantidos. O que impõe a esses grupos a constante necessidade de reivindicação e embates políticos para que esses direitos possam se consolidar até as suas terras, contudo, mesmo com a organização ainda não é suficiente para o alcance dos direitos, mesmo estando em 2023.

A trajetória de resistência das mulheres negras é o pilar fundamental deste trabalho de pesquisa e escrita, que mesmo com a histórica invisibilidade dentro do movimento feminista e as violências e vulnerabilidades sofridas por essas mulheres negras, elas seguem constituindo um erguer a voz constante, assim como construindo este país. As lutas das Mulheres que se potencializa no Movimento Negro Unificado e culmina no Feminismo Negro caracterizam as conquistas da visibilidade e a elaboração de políticas públicas que começam a considerar tais especificidades.

As lutas das Mulheres do Sertão confere o argumento que as mulheres quilombolas lideranças de Lagoa Rasa são determinantes para a resistência dos quilombos sertanejos, tendo em vista sua organização, mobilização, dinâmica e reivindicação da agenda política desse grupo étnico.

As mulheres negras brasileiras representam os piores indicadores¹⁰³ hoje, as mulheres pretas ainda são as mais vulnerabilizadas pela desigualdade social. Contudo, são essas mulheres que têm se exposto aos desafios de se constituírem lideranças em contextos adversos, cujas ações mantêm o dinamismo dos territórios e a articulação em busca do acesso aos direitos.

Retorno e remeto por meio deste trabalho final de doutorado/ tese, toda a energia exposta no movimento de sua construção, no entendimento e reflexão entre os saberes generosamente oferecidos e disponibilizados nos depoimentos das mulheres quilombolas de Lagoa Rasa. Amplificando essas vozes, fazendo circular suas histórias, de modo a fortalecê-las em suas lutas. Para além de cumprir uma etapa de exigência acadêmica, o que se objetivou com esse trabalho é a manutenção da luta, da vida e da alegria. E, mais que a pedra de Exu, sejamos também sempre a flecha de Oxóssi para podermos afastar a miséria e trazer tempos de plena alegria para os nossos.

¹⁰³ <https://contrafcut.com.br/noticias/mulheres-negras-acumulam-piores-indicadores-sociais-no-brasil-3240/> acesso em janeiro de 2023

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Antropologia. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**. Rio de Janeiro: 1994, p. 81-82.

ABREU, J.C. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Os Caminhos Antigos e o povoamento do Brasil. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno e. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

_____. Os quilombos e as novas etnias. **In: O'Dwyer, Eliane Cantarino (org). Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Mariléa de. **Território de afetos: o cuidado nas práticas femininas quilombolas contemporâneas do Rio de Janeiro**. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, n. 08, dez. 2016. Disponível em:
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/download/26543/19193> Acesso em 12 jan 2023

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação. Ponto de Vista. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/1990/1129.%3E/0> Acesso em 12 jan 2023

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880> Acesso em 20 abr 2022

ARRUTI. **Políticas públicas para quilombos - Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. Contexto Quilombola**. v. 3, nº 11, 2008. Disponível em:
http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigo
o. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

_____. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **Políticas públicas para quilombos** - Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. Contexto Quilombola. nº 11, 2008. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigo. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. **Mocambo de Porto da Folha:** Parecer Histórico- Antropológico para o Projeto Quilombos Terras de Preto (CETT/Ministério da Cultura convênio n. E132/96-SE). 73ff. 1997.

_____. **Quilombos.** Raça: Perspectivas Antropológicas. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA. 2006. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/ARRUTI-%20Jose.%20Quilombos.pdf> Acesso em 10 jan 2023.

BARRETO, A. K. B. de S. **No Eco da Voz:** memória e identidade nas histórias de vida do quilombo do pau de leite. Dissertação, (Mestrado em Letras), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2012.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. **In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.

_____. Grupos Étnicos e suas Fronteiras: In: Potignat, Philippe e STREIFF – Fenart, Jocelyn. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997. p. 185-227.

_____. “Introduction”. **In: Ethnic Groups and Boudaries.** London: George Allen e Unwin, 1969

BATISTA, M.R.R. **E tinha uma índia pura no começo da Família: Exercício Etnográfico em torno de categorias identitárias em algumas comunidades Quilombolas na Paraíba.** Raízes, Campina Grande, v. 31, n.2, Jul-Dez/, 2011.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel; NASCIMENTO, Germana Aguiar Ribeiro; NASCIMENTO, Marília Aguiar Ribeiro. **Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 432-447, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/GsLCPTC4wYwMW7qtGcBzvLn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 11 jan 2023

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. **Festa do Rosário de Pombal.** João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONNEMAISON, J. **Viagem em torno do território.** In: CORRÊA, R. L.; ROZENDHAL, Z. (org.) Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027> Acesso em 20 jan 2022

BOSI, A. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Marie-Claire; BOURDIEU, Pierre. **O camponês e a fotografia.** Revista **Sociologia Política.** Curitiba. nº 26, p. 31-39, jun 2006.

BRASIL. **Constituição Federal.** Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASÍLIA. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. Brasília: Presidência da República, [2003].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

CLAVO, B.D. **La Construcción De Una Identidad Quilombola La Comunidad Rural De Pau De Leite**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universitat de Barcelona, Barcelona, 2016.

Disponível em:

<http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/106146/1/TFM%20Duran%20Clavo%20Beatriz.pdf>.

Acesso em: 8 mar. 2021

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. Disponível em:

<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucf>.

Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, v. 10, n.1, p. 171-188, 2002.

_____. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aaparte-1-4/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>.

Acesso em: 20 mar. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. inserir nas referências

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Transformando o círculo interno: o desafio de Dorothy Smith à teoria sociológica**. Tradução Raquel Suely Cardoso da Conceição. Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, p. 196-209, abr. 2020

DAMATTA, R. **A mensagem das festas: reflexões em torno do sistema ritual e de identidade brasileira**. In: Revista Sexta-feira, ano 2, n. 2, São Paulo: Pletora, abr. 1998

DORNELLES, Jonatas. **Antropologia e Internet: quando o "campo" é a cidade e o computador é a "rede"**. Horizontes Antropológicos, Volume: 10, Número: 21, Publicado: 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Xk47dxQf3PMrN8HZXqktZjw/?lang=pt#> Acesso em 15 jan 2023

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel; CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; **Direitos Humanos e tempo presente: diálogos interdisciplinares**. Vol. 1. Direitos Humanos e Democracia: Diálogos no tempo presente. UFPB. 2022

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** Salvador: EdUfba, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: UFPb, 1999. (História temática da Paraíba. v.2).

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

_____. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

GONÇALVES, Juliana. **Temer corta bolsas de estudo de indígenas e quilombolas**. Brasil de Fato. 07 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/07/temer-corta-bolsas-de-estudo-de-indigenas-e-quilombolas> Acesso em 15 jan 2023

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. 1980

GOMES, R. A. **Representações Sociais e Culturais da Qualidade de Vida entre famílias de agricultores**. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 261-272, Jul-dez, 2002.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GUSMÃO, N.M.M. de. Herança Quilombola – Negros, Terras e Direitos. In: BACELOS & CARDOSO (org). **Brasil: Um País de negros?** Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. **A identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: D&PM, 2001. Disponível em: www.cefetsp.br/edu/geo/identidade_cultural_posmodernidade.doc. Acesso em: 15 jul. 2015.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade**. Martins Fontes. São Paulo, 2013 [1994]

_____. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro. 4 ed. 2020. Tradução Bhuvi Libanio.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/catole-do-rocha/historico> acesso em 12 set de 2021

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Orçamento Público e Direitos Quilombolas**. Disponível em:
<https://www.inesc.org.br/orcamento-publico-e-direitos-quilombolas/?cn-reloaded=1> Acesso em 16 jan 2023

JESUS, Carolina Maria de (2019). **Clíris: poemas recolhidos**. Organização de Raffaella Fernandez e Ary Pimentel. Rio de Janeiro: Desalinho; Ganesha Cartonera.

JORGE, Amanda Lacerda; BRANDÃO, André. **A produção social da "questão quilombola no Brasil**. Revista "O Social em Questão". Ano XIX, nº 35, 2016, pp. 349-374.

KILOMBA, Grada. **While I write**. 2015. Disponível em: <https://youtu.be/UKUaOwfmA9w>
Acesso em 25 out. 2020

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Companhia das Letras. 7 ed. 2012. (Obra original de 1975).

LEITE, I.B. **O Projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistas E Impasses Atuais**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2008.

LEITE, Minam Lifchitz Moreira. **Retratos de Família- Leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EDUSPFAPESP, 1993.

MAIA, K de F; CUNHA, L. H. “Narrativas” sobre a grande propriedade do Sertão Nordeste: Território da pecuária, do latifúndio e das Oligarquias. *Raízes*, Campina Grande v. 35, n. 2, p. 83-100, jul-dez, 2015.

MARACAJÁ, M. S. L. RODRIGUES, M. de F. F. **Resistência negra na Paraíba: um debate sobre o cientificismo racial no Brasil a partir do século XIX**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., São Paulo. *Anais [...]. São Paulo*, Universidade de São Paulo, 2008.

MARACAJÁ, Salomé Lopes. **Território e memória: a construção da territorialidade étnica da Comunidade quilombola Grilho, Paraíba**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5847/1/arquivototal.pdf> acesso em 10 jan 2023

MARQUES, A. C. N. **A marcha dos Potiguara de Três Rios: Significados e Práticas sociais de um grupo étnico**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., São Paulo. *Anais [...]. São Paulo*, Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da aldeia Três Rios**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MARQUES, A. C. N. **Dialogando sobre cartografia social e identidade em territórios tradicionais indígenas e quilombolas**. *Identidade! | São Leopoldo*. v. 24 n. 2 | p. 101-119.

jul.-dez. 2019 | ISSN 2178-437X. Disponível em:
<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/3694> Acesso em 10 jan 2023

MAYER, Joviano Gabriel Maia. **De pé na encruzilhada. Por uma Cartografia contra-colonialista**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. 2020.
Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35771/6/De%20p%C3%A9%20na%20encruzilhada.%20Por%20uma%20cartografia%20contra-colonialista.%20%282%29.pdf> Acesso em 10 jan 2023

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Antígona Editores Refractários. Tradução Marta Lança. 2014

MINAYO, M. C. de S. DESLANDES, S. F. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 28. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, A. C. R. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MOREIRA, Emília. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, insurreições e guerrilhas**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. EdUESPI. 5. ed. Teresina. 2021.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB - RJ, 05/11/03. Disponível em
<http://www.scribd.com/doc/3474693/UMA-ABORDAGEM-CONCEITUAL-DAS-NOCOES-D-E-RACA-RACISMO>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, M. B. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição.** São Paulo: Diáspora Africana, 2018

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** Org: Alex Ratts – 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2021

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 13-42.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste, Planejamentos e Conflito de Classe. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, R.C. **O trabalho do Antropólogo.** Brasília: Editora Unesp, 2006.

PEÇANHA, Cinézio Feliciano (Mestre Cobra Mansa). **Gingando na linha da Kalunga: Capoeira Angola, Engolo e a construção da Ancestralidade.** Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. **Narrativas Memorialísticas: Memória e Literatura.** Revista Contemporânea de Educação N° 12 – agosto/dezembro de 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/1648/1496> Acesso em 12 jan 2023

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf Acesso em 10 jan 2023

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ed. Atica, 1993.

RATTS, A. J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos – Territórios etnicamente diferenciados In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J.P (Orgs). **Geografia: Leituras Culturais.** Goiânia: Alternativa, 2003.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

REIS, R. R. **O direito à terra como um direito humano: aluta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil**. Lua Nova, São Paulo, n. 86, p. 89-122, 2012.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452012000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jul. 2015.

REMENCHE, M. de L. R.; SIPPEL, J. **A escrevivência de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 20, n. 2, p. 36-51, jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v20i2.23381>. Disponível em: . Acesso em: 26 ago. 2020.

RODRIGUES, M. de F. F. Tem Truká na Aldeia: Narrativa de um Trabalho de Campo na Ilha de Assunção, Cabrobó-Pe. **Revista OKARA: Geografia em Debate**. v.1, n.1, p. 101–117, 2007.

_____. **Paisagens, geossímbolos e dimensões da cultura em comunidades quilombolas**. Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 103-121, mai-ago, 2011.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Editora Nova Aguilar. 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6029042/mod_resource/content/1/Grande%20Sertão.pdf Acesso em 12 jan 2023

ROSALDO, M , LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura e a sociedade**. São Paulo: Paz&Terra, 1979.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, B. de S. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **In: Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. **Território e Sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987

SANTOS, N.C. da C. **Identidade dos remanescentes de Quilombolas da Comunidade Contendas:** Desafio e Perspectivas – 2016, 24p. UEPB. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11321/1/PDF%20-%20Noelma%20Cristina%20da%20Costa%20Santos.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: Modos e Significações.** 2 ed. Brasília: Ayô, 2015.

SANTOS, Zenaira da Silva. **A mulher é tudo, é guerreira: Mulheres, quilombo e cultura no território de São José da Serra/RJ.** Sissertação de Mestrado. UFGO. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-Graduação em GEografia. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/12258/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Zenaira%20da%20Silva%20Santos%20-%202022.pdf> Acesso em 07 jan 2023

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Anicleide de. **Nas veredas do sertão: histórias de vida familiar de escravos no sertão paraibano (vila federal de Catolé do Rocha, 1830-1860).** Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3272/2759>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos.** Anuário Antropológico. 1993. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

SILVA, Lânia Mara. Lá no caminho eu deixei meu sentinela: territorialidade e movimento de um terreiro de umbanda. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte. 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34035/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20L%C3%A2nia%20Mara%20Silva.pdf> Acesso em 11 jan 2023

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SOUSA, Vivianne de. **Mama África: os quilombos do sertão e as lutas das mulheres das comunidades negras de Catolé do Rocha – PB**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUSA, Vivianne. **Comunidades Quilombolas em Catolé do Rocha (PB)**: Relatório da Pesquisa de Campo. 67 f.

SPIVAK, Gayatri Chakravorti. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG. 1ª Ed. Minas Gerais. 2018

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1991.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.

ANEXOS

Encontro das comunidades Remanescentes Quilombolas do SERTÃO

Local: Sala de Formação Paulo Freire – Instituição CEMAR

Data 12/02/2021

Cidades Presentes: Pombal, Triunfo, Cajazerinhas e Catolé do Rocha, ausência presencial de Coremas justificativa em vídeo Conferencia.

A oito horas do dia 12 de fevereiro de 2021, ocorreu na sala Paulo Freire o I encontro do sertão com as comunidades quilombolas, oportunidade que o Sr. José Ribeiro da Silva um dos dirigentes da instituição CEMAR, saudou os participantes, do município citado, sendo que o mesmo falou dos objetivos do encontro e as dificuldades do poder público chegar nas comunidades. Temos que reivindicar essas políticas públicas junto a gestão pública no âmbito municipal, estadual e federal.

É o momento hoje é vermos quais as dificuldades e quais as perspectivas em meio a essa pandemia. Foi solicitado pela instituição CEMAR, cestas básicas, cursos de qualificação profissional.

Ai passamos para apresentação dos participantes que estavam presentes:

A Luta se consolida nesses momentos de discussão, com o objetivo de fortalecer as comunidades quilombolas, juntar as mãos e lutar em busca de melhoras, e o CEMAR está a disposição para juntos encontramos soluções.

Já o município de Triunfo desafios 2020 desafios comunidade quilombola " os Quarentas"

- Superar a pandemia, alcançar projetos futuros, luta pelo reconhecimento da comunidade junto a fundação palmares, visto que foi necessário acionar o ministério público para sanar a situação.
- A não realização do tradicional são julho por cause da pandemia, uma das formas de arrecadação de fundos para a manutenção da comunidade

Conquistas ano 2020 - Os quarentas Triunfo-

- CERTIFICAÇÃO FUNDAÇÃO PALMARES
- Auxilio emergencial
- Lei Aldir Blanc, com isso fizemos pequenas restaurações na sede da associação.
- Recebimento de cestas básicas

Já o município de Catolé do Rocha 2020 - tiveram beneficios com cestas básicas, abastecimento de agua sendo uma vez por semana, conquista de sementes para plantios e programa do leite duas vezes na semana.

Novas perspectivas, retorna as atividades e buscar parceiros junto a prefeitura e ao governo do estado, precisa ter sempre essas tentativas para a qualidade de vida.

Pombal os Rufinos os desafios:

Devido a pandemia, não tivemos uma parceria com a gestão pública, não houve reunião, e muito poucas articulações devido as pessoas da comunidade testarem a COVID 19. Por outro lado, tivemos as cestas básicas doadas pelo através do governo do estado.

Conquista - importante neste momento difícil que passa as pessoas que tem necessidades alimentar. As cestas do estado chegaram no bom momento.

As conquistas e dificuldades do Município de Cajazerinhas ano de 2020;

Conquistas – comunidades Vinha e Umburaninhas

- Construção de 7 unidades habitacionais
- Doação de cestas básicas do governo municipal, estadual e federal
- Construção de 7 cisternas
- Encaminhamento do projeto de abastecimento de água (FUNASA/PREFEITURA MUNICIPAL
- Construção de 14 módulos sanitários na comunidade quilombola de Umburaninhas
- Aquisição de abastecimento de água completo do programa mais água
- Construção de 4 unidades habitacionais na comunidade habitacional de Umburaninha através da Funasa e 3 unidades PNHR/CEAMP

DIFICULDADES E DESAFIOS – CAJAZERINHAS

- Manter as famílias na comunidade
- Gerar renda para as famílias
- Déficit habitacional para a novas famílias que necessitam
- Parcerias e unir as comunidades.

Perspectivas 2021 -

Cajazerinhas – fazer agenda com os secretários da assistência, agendar reunião com o secretário do governo para apresentar a potencialidade e também reivindicar melhorias na comunidade, como cursos profissionalizantes.

O Jovem Nazareno educador social da instituição CEMAR, falou um pouco dos arranjos produtivos em que mesmo com essa pandemia conseguimos realizar diversas ações.

As perspectivas de 2021 Município Triunfo –

Cuidados com a saúde, vacinação nas comunidades, realizar mais encontros e buscar parcerias com órgãos do estado e ver os editais que apresentarem.

Já os quarentas do município de Triunfo perspectivas 2021 –

- Prioridade vacinação na comunidade, realizar um planejamento, após reuniões, pensar um buscar novas conquistas.

Pombal Daniel – Desafios 2020

- Abertura da conta da associação
- Grupo de dança afro – pontões mirins
- Precisamos de incentivos para oficinas de artesanato para fortalecer a economia da comunidade

Conquistas dos Daniel ações e atividades Desenvolvido ano 2020

- Promoção do programa de suplementação Alimentar (Sopão), em parceria com a instituição CEMAR, concedeu fogão e ajuda com alimentos
- Realização de rifa para compra de uma geladeira
- Entrega de cestas básicas do governo do estado/ secretaria da mulher e Diversidade Humana.
- Aquisição de um ventilador bolsista, para a sede da associação.
- Doação de uma placa para associação, oferta da prefeitura municipal de Pombal que também arca com aluguel do prédio da associação

Pombal – " Os Daniel – perspectivas 2021.

Sugestão: Intercambio com as crianças, adolescentes e jovens para incentiva-los no que eles já sabem fazer aptidões artisticas e culturais fazer o incentivo e valorizar o que tem de melhor na comunidade.

O encontro encerrou as 12:00horas com Almoço.

Veja imagens abaixo.





PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO DA AGENDA QUILOMBOLA:
“POLÍTICAS PÚBLICAS E FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES
REMANESCENTES QUILOMBOLAS DO SERTÃO”



Foto (Chagas)-2º. Encontro de Comunidades Remanescentes Quilombolas do Sertão

CATOLÉ DO ROCHA, DEZEMBRO DE 2021.

A elaboração do plano teve como base legal a seguinte Legislação:

- ❖ Constituição Federal de 1988: artigos 215 e 216, direito de preservação de sua cultura. E artigo 68 do ADC – direito à propriedade das terras de comunidades Remanescentes de quilombos
- ❖ Convenção OIT: decreto 5051/2004 – direito a autodeterminação de Povos e comunidades Tradicionais
- ❖ Lei nº. 12.288/2010: estatuto da Igualdade Racial
- ❖ Decreto 6040/2007: institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos povos e Comunidades Tradicionais
- ❖ Portaria nº. 98/2007: Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação cultural palmares, também autodeterminadas Terras de Preto, comunidades Negras, mocambos, quilombos.
- ❖ Instrução Normativa INCRA nº. 57/2009: regulamenta sobre o processo de identificação reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.
- ❖ Diretrizes Nacionais da Educação Quilombola (Resolução nº.). 8/2021: institui as Diretrizes para a educação Quilombola
- ❖ Lei Estadual nº. 10.320 que dispõe sobre a expedição de títulos de propriedade de terras aos remanescentes de comunidades quilombolas do estado da Paraíba
- ❖ Lei Estadual. Nº. 7.502: institui o Programa de Resgate Histórico e valorização das comunidades quilombolas na Paraíba, tendo como base o art. 68 do ADC da Constituição Federal
- ❖ Emenda Constitucional nº. 19do Estado da Paraíba: acrescenta o capítulo VIII ao Título VIII da Constituição estadual, que trata da proteção aos índios, ciganos e quilombolas.
- ❖ Lei Estadual nº. 12.131/2021: aprova o Plano Estadual de Promoção a Igualdade Racial
- ❖ Lei Estadual nº. 8.993/: autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Estadual de promoção da igualdade Racial

➤ PRINCÍPIOS:

- ✓ Não deixa pessoas para trás
- ✓ Envolver todas e todos com vistas ao empoderamento comunitário
- ✓ Novas iniciativas para o alcance das políticas públicas e dos direitos quilombolas já conquistados

➤ VALORES:

- ✓ Equidade
- ✓ Participação social
- ✓ Direitos humanos
- ✓ Transformação social e políticas de boa governança em favor dos direitos quilombolas
- ✓ Fortalecer a política de igualdade racial nos municípios
- ✓ Fortalecer e preservar a identidade e as tradicionais Socioambiental e cultural das comunidades quilombolas

1.0-ESTRATÉGIA DO PLANO DE TRABALHO EM DEFESA DOS DIREITOS QUILOMBOLAS

1.0.1-LINHA DE AÇÃO 1: titulação e delimitação dos território quilombolas

- ❖ Pleitear a agilidade o reconhecimento, delimitação e titulação dos territórios das comunidades quilombolas Junto ao INCRA, pois a morosidade na definição e titularidade tem dificultado a implantação de projeto na comunidade, tais como habitacional, de abastecimento de água, criação e desenvolvimento da agricultura familiar para as famílias quilombolas desses territórios.

1.0.2-LINHA DE AÇÃO 2: geração de trabalho, renda e qualificação profissional

- ❖ Pleitear junto as autoridades públicas das 3 esferas de governo, através de manifestação e benefícios para implantação de geração de renda nas comunidades, por meio das potencialidades já existente nessas, tais como artesanato, criação de pequenos animais, hortas comunitária, agricultura familiar e criação de abelhas
- ❖ Pleitear junto ao poder público das 3 esferas de governo, ações de qualificação profissional diversificada e assistência técnica qualificada para a população quilombola desses territórios

1.0.3-LINHA DE AÇÃO 3: melhoria da infraestrutura das comunidades quilombolas

- ❖ Pleitear juntos aos órgãos públicos das 3 esferas de governo, a melhoria da infra estrutura dessas comunidades, tais como hídrica açudes, poços, cisternas, barragens), habitacional, saneamento, melhoria e construir estradas vicinais, construir passagens molhadas

1.0.4- LINHA DE AÇÃO 4: politicas públicas de saúde

- ❖ Pleitear politicas públicas de saúde com recorte para os problemas que afligem as populações quilombolas dessas comunidades, tendo como objetivo a implantação da politica integral da população negra

1.0.5- LINHA DE AÇÃO 5: politicas públicas de assistência social

- ❖ Pleitear juntos aos órgãos públicos das 3 esferas de governos, as políticas de assistências sociais garantidas em lei para atender a população quilombola dessas comunidades

1.0.6- LINHA DE AÇÃO 6: fortalecimento da boa governança e do trabalho comunitário

- ❖ Possibilitar a capacitação e participação das lideranças, de forma articula e participação dessas lideranças em reuniões articuladas, tendo como finalidades o empoderamento das comunidades.
- ❖ Resgate e valorização das manifestações culturais e da cultura quilombola e de sua ancestralidade

1.) APRESENTAÇÃO

No dia 18 de dezembro de 2021, no Centro Cultural Geraldo Vandré em Catolé do Rocha, realizou-se o 2º. Encontro das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Sertão da Paraíba. O Encontro teve a participação das seguintes comunidades: Os 40 (Triunfo), Barra de Oitís (Diamante), Vinhas e Umburaniha (Cajazeirinhas), Sítio Capoeiras (Pedra Branca), Negros de Barreiras e Mãe D'água (Coremas) os Rufinos (Pombal), Lagoa Rasa, São Pedro dos Migueis (Catolé do Rocha). Também teve as participações on-line do Instituto Brasileiro de Interações Sociais-IBIS, Centro de Estudos do Negro-CEN (Sousa) prof. Caetano José de Lima, do prof. Ilton Fonseca –IFPB Campus de Picuí, como também participou Thiago Rodrigues-SEBRAE (SP) e o CEMAR-Pombal justificou sua ausência.

O 2º. Encontro das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Sertão da Paraíba foi à continuidade das discussões deliberadas em uma reunião realizada em Pombal em 2014 e do 1º. Encontro das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Sertão da Paraíba, realizado em fevereiro de 2021, no CEMAR em Pombal, onde foram feitas a exposição de várias demandas das comunidades. O resultado das discussões demandas pelas lideranças quilombolas presentes ao evento, foram formatadas neste Plano, e serão encaminhadas aos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas específicas. Essas ações após serem implantadas nas comunidades estarão consolidando a reparação histórica da ausência do Estado nessas comunidades.

O Plano parte da realidade demandada pelas quais vivem as comunidades quilombolas do estado. Ele não é um plano exclusivamente para as políticas públicas de igualdade racial, mas também envolve todas as políticas estruturantes e sociais quer municipais, estadual e federal e sociedade civil interligada com as causas da população quilombola, tornando-o um processo de construção participativo, democrático, crítico e cidadão.

A elaboração do plano se deu de forma participativa e democrática, inclusive na dinâmica coletiva das prioridades por meio da mobilidade social como garantia da legalidade e da eficácia das ações a serem realizadas.

2.) OBJETIVO

O Plano de Ação Estratégico da Agenda Quilombola: “Políticas Públicas e Fortalecimento das Comunidades Remanescentes Quilombolas do Sertão” tem como objetivo canalizar as políticas Públicas para dentro das comunidades quilombolas, no sentido de reduzir as desigualdades sociais, raciais e econômicas dessas comunidades por meio das propostas elaboradas no 2º. ENCONTRO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO SERTÃO e da adoção de ações governamentais tornando-as possíveis para o triênio 2022-2025.

3.) OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ PROMOVER A IGUALDADE E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
- ✓ Acompanhar o desenvolvimento das políticas das esferas federal, estadual e municipal e órgãos que possibilite e garantam a promoção das igualdades socioeconômicas e culturais das comunidades quilombolas.
- ✓ Fortalecer a política de igualdade racial nos municípios
- ✓ Fortalecer e preservar a identidade e as tradições socioambiental e cultural das comunidades quilombolas do sertão
- ✓ Estimular a criação de organismos de igualdade racial nos municípios
- ✓ Descentralizar as ações e trabalhos da Coordenação Estadual das Comunidades Negra do Estado da Paraíba- CECNEQ

4.) INTRODUÇÃO:

As lutas da população negra no Brasil tem origem desde o início do Regime Escravista cujas as formas mais importante de resistência ao regime foi a fuga dos escravos e formação dos quilombos, que eram aglomerados onde eles podiam viver a sua cultura africana. Atualmente, os remanescentes dos antepassados quilombolas, estão presentes no debate sobre a questão do reconhecimento das terras, das políticas, do acesso as políticas públicas de igualdade, que possibilita a reparação desses males sociais causados pelo o racismo e preconceito imposto pela a supremacia branca que ignora esse mal social enraizado na cultura do brasileiro.

Com a fundação do Movimento Negro Unificado em 1978, o racismo presente na sociedade brasileira e o abandono das comunidades remanescentes de quilombos pelo o poder público passou a ser denunciado pelas as lideranças negras. Isso foi importante para essa população invisível ao Estado. Também possibilitou que essas assumissem sua identidade quilombola, se organizassem e passou a se oporem as formas racistas, preconceituosas e as políticas excludentes de exploração pelas quais passavam as comunidades negras brasileiras, exigirem do Estado Brasileiro seus direitos constitucionais garantidos.

Na Paraíba, não foi diferente. As comunidades não ficaram de fora desse processo, e a partir da década de 1980, se organizaram, juntando-se as outras comunidades espalhadas por esse Brasil a fora, reivindicando dos governantes e gestores locais, a execução de políticas públicas específicas para essas comunidades, para que seja garantida a reparação das desigualdades sociais pelas quais passam essas comunidades. As lideranças quilombolas da Paraíba sentem a necessidade de melhorar sua articulação na luta por sua cidadania e no início da década de 2000, fundam a Comissão Estadual das comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba, a qual tem um papel relevante na articulação e organização dos remanescentes de quilombos na Paraíba em todas as micros regiões do estado.

A Coordenação Estadual das comunidades Negras Quilombolas da Paraíba tem em sua composição lideranças quilombolas das diversas regiões do estado da Paraíba, com uma expressiva representação do sertão que garante interação e fortalece a busca pela cidadania dos povos quilombola vida digna, contribuindo para formação da cultura afrodescendente e pela melhoria da qualidade de vida.

A população afrodescendente na Paraíba entre negros e pardos representa 63,3 (IBGE 2021) da população do estado. Apesar disso, poucas políticas criadas para atender essa população, têm sido muito pouco executadas.

O Governo estadual realizou o Censo quilombola em 2012, com o objetivo de levantar a situação socioeconômica das populações quilombolas do estado. O censo é fruto de um trabalho que envolveu as 38 comunidades quilombolas certificada na época. Foram entrevistadas 1.905 famílias e levou um ano de trabalho. Destacamos alguns resultados do censo. A média de idade da população quilombola é de 27,8 anos, o que evidencia a necessidade o investimento de políticas e programas para essas populações. Na área de educação apenas 44,8% das famílias são beneficiados por alguma política ou programa oficial do governo Federal. A taxa de analfabetismo é de 30,7%. O desemprego atinge 57,1% das famílias, chegando a 94,7% no alto sertão. A cobertura da Bolsa Família atende 74,1% das famílias. O déficit habitacional 441 casa/domicílio, onde 69,3% são inadequadas. Na saúde apenas 49,4 da população é atendida pelo o Programa Saúde da Família (PSF). No tocante ao saneamento básico, ha ausência de banheiro em 34,8%, 95,6% não possuem sanitários, onde os escoadores em 38,8% são rudimentares, e o esgoto a céu aberto em 58,1%, a coleta de lixo não existe em 82,7 dos moradores.

A forma de abastecimento de água de poço e nascente 46,7% e açude 11,7%. Tanques e cisternas 33,1%. Carro pipa 16,2%. O critério de classificação econômica Brasil indica que as comunidades quilombolas paraibanas tem baixo poder de compra com 75,9% situadas na classe D e E, com baixo nível de rendimento monetário da população quilombola. 24,9% desta população encontra-se em situação de extrema pobreza. 63,7% vivem em insegurança alimentar.

As principais atividades econômicas são a agricultura familiar (40,9%) e a criação de animais de pequeno porte (30,8)

A falta do território suficiente para sobrevivência dessa comunidade é um grande problema que caracteriza quase a totalidade dos quilombos este problema condicional a falta de desenvolvimento das comunidades quilombolas

O conjunto das políticas públicas direcionadas as comunidades quilombolas representadas neste plano para as comunidades do sertão, possibilitará as comunidades alcançarem a condição de sua cidadania que vem sendo negadas ao longo da história, considerando que essa política é um direito das comunidades e um dever do Estado conferido na Constituição Federal do Brasil.

O Plano propõe dotar as comunidades quilombolas sertanejas de infraestrutura social, econômica, ambiental e cultural, através de diretrizes que priorizem o desenvolvimento sustentável e inclusivo da população que vivem nessas comunidades e que historicamente tem sido excluída das políticas governamentais.

Dessa forma, as ações formuladas nesse plano de forma democrática e participativa demandas pelas as lideranças, buscar assegurar investimentos em ações e políticas públicas para induzir o desenvolvimento sustentável socioeconômico e cultural, através das políticas sociais e estruturantes possibilitando dessa forma melhoria na qualidade de vida dos quilombolas.

ESTRATÉGIA DO PLANO DE TRABALHO EM DEFESA DOS DIREITOS QUILOMBOLAS

1.0.1-LINHA DE AÇÃO 1: titulação e delimitação dos território quilombolas			
AÇÃO	QUANDO	PARCEIRAS	ONDE?
Encaminhar ao INCRA solicitação da retomada dos trabalhos de titulação dos territórios quilombolas, tendo em vista que já se passaram 14 anos de abertura dos processos e até o presente nada de andamento da elaboração do RTID desses territórios.	Primeiro semestre de 2022	CECNEQ-INCRA-ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS-MPF	Em todas as comunidades do sertão que estão com processos abertos no INCRA
Encaminha solicitação aos órgãos competente do governo do estado para que sejam cumpridas as legislações estaduais que tratam do reconhecimento dos territórios, quilombolas no estado.	Primeiro semestre de 2022	CECNEQ-INCRA- associações quilombolas-MPF	Em todas as comunidades do sertão que estão com processos abertos no INCRA
Encaminhamento ao INCRA a abertura de processo de titulação de territórios quilombolas	Primeiro semestre de 2022	CECNEQ-INCRA-ASSOCIAÇÕES Quilombolas	Comunidades dos Rufinos (Pombal) e São Pedro dos Migueis (Catolé do Rocha)
Contactar o Ministério Público Federal para intervir na morosidade de titulação dos territórios	Após manifestação do INCRA referente ao encaminhamento das comunidades	CECNEQ-INCRA- associações Quilombolas	Em todas as comunidades do sertão que estão com processos abertos no INCRA
Buscar criar um elo de comunicação entre o INCRA, INTERPA, comissão estadual, MPF/MPE, para dialogar sobre a regularização fundiária das comunidades quilombolas	Primeiro semestre de 2022	CECNEQ-INCRA- associações Quilombolas e os órgãos citados	Todas as comunidades
11.0.2-LINHA DE AÇÃO 2: geração de trabalho, renda e qualificação profissional			
AÇÃO	QUANDO	PARCEIRAS	ONDE?
Pleitear parcerias para capacitação da mão de obra da			

população quilombola dessas nas modalidades de agricultura familiar, artesanato, e culinária.			
Buscar apoio financeiro por meio de projetos e parcerias para desenvolver as potencialidades econômicas das comunidades	1 semestre de 2022	Secretarias (municipais e estadual) CEMAR, SENAI, SENAR SEBRAE, SENAC, UNIVERSIDADES-IFPB-CEN-IBIS	Em todas as comunidades do sertão
Buscar parcerias para desenvolver o turismo sustentável de base comunitária inserindo as comunidades quilombolas nas rotas turísticas do estado	Primeiro semestre de 2022	CECNEQ-CONAQ-SEBRAE- prefeituras-sec. do estado- associações quilombola.	Em todas as comunidades com potencial para o turismo rural
Pleitear o fortalecimento das iniciativas culturais quilombola, promovendo cursos de formação em acordo com as necessidades específicas de cada comunidade.	Primeiro semestre de 2022	Secretarias (municipais e estadual) CEMAR, SENAI, SENAR-SEBRAE, SENAC, UNIVERSIDADES-IFPB-CEN-IBIS	Em todas as comunidades com potencial
Pleitear apoio para os artistas e grupos culturais das comunidades quilombolas para participação em ciclos de culturas	No decorrer do período de 2022	Órgãos públicos e privados	Em todas as comunidades com potencial

1.0.3-LINHA DE AÇÃO 3: melhoria da infraestrutura das comunidades quilombolas

AÇÃO	QUANDO	PARCEIRAS	ONDE?
Solicitar aos órgãos competentes melhoria das estradas vicinais que dão acesso as comunidades quilombolas, como também construir novas estradas onde forem necessário para facilitar o acesso rápido dos moradores dessas comunidades a sede dos municípios	Primeiro semestre de dois 2022.	Prefeituras municipais e departamento estadual de estradas e rodagens (DER)	Comunidade Negras de Barreira (Coremas) e em outras comunidades
Solicitar melhoria e recuperação de açudes, poços, cisternas, e construção de barreiros onde não existe.	Primeiro semestre de 2022	Prefeituras-cooperar- órgãos estaduais/federal	Em todas as comunidades
Construção de uma passagem molhada sobre o rio Piranhas na comunidade dos Rufinos de Pombal	Primeiro semestre de 2022	Prefeitura-cooperar-	Comunidade dos Rufinos (Pombal)
Buscar parcerias para elaboração de projetos de construção de Centros de Atividades múltiplas nas comunidades quilombolas para facilitar o desenvolvimento de suas atividades	Primeiro semestre de 2022	Entidades parceiras	Em todas as comunidades onde não existem esses equipamentos.

Construir habitações nas comunidades para atender o déficit habitação das famílias quilombolas	Primeiro semestre de 2022	CEHAP-IDHE-CECNEQ- associação quilombolas	em todas as comunidades
Solicitar aos gestores públicos iluminação pública nessas comunidades, tendo em vista que essas pagam o serviço e não usufrui dele.	Primeiro semestre de 2022	Prefeituras municipais	Em todas as comunidades onde ainda não existe o serviço de iluminação público

1.0.4- LINHA DE AÇÃO 4: políticas públicas de saúde

AÇÃO	QUANDO	PARCEIRAS	ONDE?
Pleitear junto aos municípios a construção e implantação de Unidades Saúde da Família (USFs) com equipes capacitadas para atender as demandas da população quilombola, garantindo a referência dos níveis de atenção de média e alta complexidade.	Primeiro semestre e 2022	Prefeituras- órgão estadual e associação quilombolas	Em todas as comunidades
Buscar em parceria com as prefeituras, realizar um encontro regional de saúde da população negra.	“	Secretarias municipais de saúde-comunidades-secretaria do estado da saúde-CECNEQ-e parceiros	Regional
Solicitar junto as gestões municipais a implantação do Programa Política Integral da População Negra com recorte para atender aos problemas de saúde da população quilombola	Primeiro semestre de 2022	Secretarias municipais e secretaria do estado	Em todas as comunidades

1.0.5- LINHA DE AÇÃO 5: políticas públicas de assistência social

AÇÃO	QUANDO	PARCEIRAS	ONDE?
Pleitear junto ao órgão competente a distribuição de Cestas básicas nas comunidades como uma política pública em consequência das vulnerabilidades vividas por essas famílias	Primeiro semestre de 2022	FCP-SEDH-prefeituras,	Em todas as comunidades
Pleitear a qualificação profissional dos quilombos com a finalidade de agregar valor as potenciais atividades econômicas desenvolvidas nessas comunidades (crochê, doces artesanais, barro, madeira, e culinária típica das comunidades).	Período de 2022	Todas as parceiras- associações quilombolas	Em todas as comunidades

Pleitear a realização de mutirões de cidadania nas comunidades	Período de 2022	Prefeituras-CRAS-CREAS-SEDH parceiras	Todas as comunidades
Pleitear a implantação de cozinhas comunitária nas comunidades que apresentem potencial para receber este tipo de equipamento	Período de 2022	Prefeituras-estado-associações quilombolas	Em comunidades que apresentem potencial para tal ação

1.0.6- LINHA DE AÇÃO 6: fortalecimento da boa governança do trabalho comunitário			
AÇÃO	QUANDO	PARCEIRAS	ONDE?
Criar grupo de estudo temáticos com todas as lideranças com a colaboração dos parceiros	Primeiro semestre de 2022	Líderes comunitários-CECNEQ-CEN-IBIS-CONAQ-CEMAR	Todas as comunidades
Dá continuidade as deliberações decididas nas reuniões das lideranças em encontros temáticos	Todo o período de 2022	Líderes comunitários-CECNEQ-CEN-IBIS-CONAQ-CEMAR e todas as parceiras	Em todas as comunidades
Promover o mapeamento das ações e eventos culturais das comunidades quilombolas existentes e criar o calendário cultural das comunidades quilombolas	Período de 2022	Líderes comunitários e parceiras	Todas as comunidades
Promover a capacitação e sensibilização das lideranças e população dos quilombos, através de cursos, oficinas palestras.	Durante todo período de 2022	Líderes comunitários e parceiras	Em todas as comunidades
Fortalecimento e preservação das identidades e tradições sociocultural das comunidades quilombolas	Todo o período de 2022 de forma permanente	Líderes comunitários e parceiras	Em todas as comunidades
Criar e buscar apoio financeiro para realizar o Festival cultural das comunidades quilombolas da Paraíba para que seja inserido no calendário oficial de eventos do estado e dos municípios	Período de 2022	Líderes comunitários e parceiras	Em todas as comunidades

2º. ENCONTRO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO SERTÃO

LISTA DE PRESENÇA

Data: 18 DE DEZEMBRO 2021 LOCAL : Centro de Cultura Geraldo Vandré -catolé do rocha/PB
 horário: 8hs

#	Nome completo	COMUNIDADE/MUNICIPIO	CONTATO
1	Francisco dos Chapé da Silva	VINHOS - Catolé do Rocha	96677263
2	Maria da Graça dos Santos Correia	40 Negros - Trunfo PB	989951989
3	Maria Selenice Nêtor	40 Negros - Trunfo PB	99607732
4	Maria de Jesus dos Santos	Mal Dália Corumbos	998014914
5	Milena de Fátima Fernandes da Silva	Mal Dália Corumbos	998014924
6	Ana Paula Parente da Silva	Mal Dália Corumbos	98122-2624
7	Francisco Fernandes da Silva	Mal Dália Corumbos	98122-2624
8	Paulo José	Mal Dália Corumbos	98122-2624
9	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
10	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
11	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
12	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
13	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
14	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
15	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
16	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
17	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
18	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
19	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
20	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
21	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
22	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
23	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
24	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
25	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
26	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
27	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
28	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
29	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624
30	Francisco de Assis da Conceição Neto	Mal Dália Corumbos	98122-2624

Página

M. V. V.
Coordenador

1



FOTOS DO SEGUNDO ENCONTRO DAS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS